



DIÁRIO

República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLVII — Nº 60

QUARTA-FEIRA, 6 DE MAIO DE 1992

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

RETIFICAÇÃO

No Diário do Congresso Nacional, Seção II, nº 166, datado de 15 de novembro de 1991, retifique-se a numeração de suas páginas:

de 8027 para 8028; e
de 8028 para 8027.

SUMÁRIO

1 — ATA DA 69ª, SESSÃO, EM 5 DE MAIO DE 1992

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Avisos do Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento

— Nºs 663, 664 e 666/92, encaminhando informações sobre os quesitos constantes dos Requerimentos nºs 61, 72 e 63, de 1992, de autoria dos Senadores Maurício Corrêa, Eduardo Suplicy e Júnia Marise, respectivamente.

1.2.2 — Aviso do Secretário-Geral da Presidência da República

— Nº 378/92, encaminhando informações sobre os quesitos constantes do Requerimento nº 60, de 1992, de autoria do Senador Cid Sabóia de Carvalho.

1.2.3 — Leitura de projeto

— Projeto de Lei do Senado nº 53/92, de autoria do Senador Francisco Rollemberg, que proíbe o emprego de mercúrio e seus compostos não degradáveis em processo de aglutinação e amalgamação do ouro e em outros processos industriais e artesanais, que provoquem poluição na atmosfera, no solo, nas coleções de água doce e no mar territorial, estabelece penalidades e dá outras providências.

1.2.4 — Requerimentos

— Nº 230/92, de autoria do Senador Nabor Júnior, solicitando licença para representar o Senado Federal na Conferência Ibero-Americana de Juventude, a realizar-se em La Paz, Bolívia, no período de 6 a 9 do corrente mês.

— Nº 231/92, de autoria do Senador Fernando Henrique Cardoso, solicitando prorrogação de licença para tratamento de saúde. **Aprovado.**

— Nº 232/92, de autoria do Senador Lourival Baptista, solicitando a inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do ex-Senador, ex-Governador e ex-Ministro de Estado Antônio Balbino de Carvalho Filho, e que sejam apresentadas à família e ao Estado da Bahia as condolências do Senado Federal. **Aprovado,** após usarem, da palavra os Srs. Lourival Baptista e Ruy Bacelar, tendo a Presidência se associado às homenagens prestadas.

— Nº 233/92, de autoria do Senador Ruy Bacelar e outros senhores senadores, solicitando a realização de sessão solene do Congresso Nacional destinada a reverenciar a memória do ex-Senador Antônio Balbino de Carvalho Filho.

1.2.5 — Comunicação da Presidência

— Recebimento do Aviso nº 293, do Presidente do TCU, encaminhando, para conhecimento do Senado Federal, cópia do Relatório de Auditoria Operacional realizada

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

MANOEL VILELA DE MAGALHÃES

Diretor-Geral do Senado Federal

AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor Executivo

CARLOS HOMERO VIEIRA NINA

Diretor Administrativo

LUIZ CARLOS BASTOS

Diretor Industrial

FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA

Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral Cr\$ 70.000,00

Tiragem 1.200 exemplares

no Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), no período de 23 de setembro a 18 de novembro de 1991, abrangendo os exercícios de 1990 e 1991.

1.2.6 — Discursos do Expediente

SENADOR GUILHERME PALMEIRA — Antecipação do plebiscito constitucional sobre a forma e o sistema de governo. Parlamentarismo com adoção do voto distrital misto.

SENADOR JOSÉ EDUARDO — O princípio da isonomia no País.

1.3 — ORDEM DO DIA

Projeto de Lei da Câmara nº 125, de 1991 — Complementar (nº 60/89, na Casa de origem), que disciplina os limites das despesas com o funcionalismo público, na forma do art. 169 da Constituição Federal. Retirado da pauta.

Projeto de Resolução nº 18/92, que autoriza a Prefeitura Municipal de São Paulo a emitir e colocar no mercado, através de ofertas públicas, 5.547.994.259 Letras Financeiras do Tesouro do Município de São Paulo (LFTM-SP), para pagamento do 3º oitavo de precatórios judiciais. **Aprovado.** A Comissão Diretora para redação final.

Redação final do Projeto de Resolução nº 18/92. **Aprovada.** À promulgação.

Projeto de Resolução nº 19/92, que autoriza o Governo do Estado do Espírito Santo a emitir e colocar no mercado, através de ofertas públicas, Letras Financeiras do Tesouro do Estado, destinadas ao giro de 88% das 1.385.285.819 LFTES, vencíveis no 1º semestre de 1992. **Aprovado.** A Comissão Diretora para redação final.

Redação final do Projeto de Resolução nº 19/92. **Aprovada.** À promulgação.

Requerimento nº 18/92, de autoria da Senadora Marluce Pinto, solicitando, nos termos do art. 172, inciso I, do Regimento Interno, a inclusão, em Ordem do Dia, do Projeto de Lei do Senado nº 244/91, de sua autoria, que proíbe a exportação de pedras preciosas e semi-preciosas in natura. **Aprovado.**

Requerimento nº 19/92, de autoria da Senadora Marluce Pinto, solicitando, nos termos do art. 172, inciso I, do Regimento Interno, a inclusão, em Ordem do Dia, do Projeto de Lei do Senado nº 272, de 1991, de sua autoria, que autoriza as pessoas físicas a abaterem em suas declara-

ções de renda os gastos com empregados domésticos e dá outras providências. **Aprovado.**

Requerimento nº 20/92, de autoria da Senadora Marluce Pinto, solicitando, nos termos do art. 172, inciso I, do Regimento Interno, a inclusão, em Ordem do Dia, do Projeto de Lei do Senado nº 273, de 1991, de sua autoria, que transfere ao domínio do Estado de Roraima terras pertencentes à União e dá outras providências. **Aprovado,** após usar da palavra o Sr. Jutahy Magalhães.

Projeto de Lei do Senado nº 26/91 — Complementar, de autoria do Senador Ronaldo Aragão, que altera a Lei Complementar nº 41, de 22 de dezembro de 1981. **Discussão adiada,** para dia 5/6/92, nos termos do Requerimento nº 234/92.

Projeto de Lei do Senado nº 108/91, de autoria da Senadora Marluce Pinto, que dispõe sobre a composição da merenda escolar e dá outras providências. **Apreciação sobrestada,** após parecer proferido pelo Senador Beni Veras, e abertura de prazo para recebimento de emendas.

Projeto de Lei do Senado nº 241/91, de autoria da Senadora Marluce Pinto, que estabelece prazo para a elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e dá outras providências. **Apreciação sobrestada,** após parecer proferido pelo Senador Ronaldo Aragão, e abertura de prazo para recebimento de emendas.

1.3.1 — Matérias apreciadas após a Ordem do Dia.

— Requerimento nº 230/92, lido na presente sessão. **Aprovado,** após parecer favorável da comissão competente.

— Requerimento nº 233/92, lido na presente sessão. **Aprovado.**

1.3.2 — Comunicação da Presidência

— Presença em plenário do Ministro do Meio Ambiente do Japão.

1.3.3 — Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR RONALDO ARAGÃO — Reparos a notícias veiculadas na Imprensa sobre responsabilidade de S. Exª em alterações feitas na Lei Orçamentária de 1992.

SENADOR JUTAHY MAGALHÃES — Atitude ativa do Senado, aprovando emenda de reajuste bimestral ao projeto de lei salarial.

SENADOR PEDRO SIMON — Considerações ao processo de votação da emenda do Senado ao projeto de lei salarial.

SENADOR EDUARDO SUPPLY — Solidariedade de S. Ex.^a à Deputada Estadual Maria José Rocha, do PT, que estaria sendo ameaçada de cassação por discurso pronunciado na Assembléia Legislativa, em Salvador — BA.

SENADOR RONAN TITO — “Dia do Taquígrafo”. Isonomia salarial.

SENADOR ODACIR SOARES — Realização do 1º Seminário Internacional sobre Problemas Ambientais dos Grandes Centros Urbanos — ECO-URBS’92 e do 2º Simpósio Internacional de Estudos Ambientais em Florestas Tropicais Úmidas — FOREST’92, no próximo dia 24, no Rio de Janeiro.

SENADOR NELSON WEDEKIN — Solidariedade à Escola Técnica Federal de Santa Catarina.

1.3.4 — Comunicações da Presidência

— Término do prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Resolução nº 15/92, sendo que ao mesmo não foram oferecidas emendas.

— Convocação de sessão extraordinária a realizar-se amanhã, às 14 horas e 25 minutos, com Ordem do Dia que designa.

1.4 — ENCERRAMENTO

2 — RETIFICAÇÃO

Ata da 207ª Sessão, realizada em 18 de novembro de 1991

3 — ATAS DE COMISSÃO

4 — MESA DIRETORA

5 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

6 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

Ata da 69ª Sessão, em 5 de maio de 1992

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 49ª Legislatura

Presidência dos Srs. Mauro Benevides, Alexandre Costa, Iram Saraiva,

Lucídio Portella e Magno Bacelar

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHIAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Alexandre Costa — Alfredo Campos — Almir Gabriel — Amazonino Mendes — Beni Veras — Carlos De’Carli — Carlos Patrocínio — César Dias — Chagas Rodrigues — Cid Sabóia de Carvalho — Coutinho Jorge — Dario Pereira — Dirceu Carneiro — Elcio Álvares — Esperidião Amin — Epitácio Cafeteira — Francisco Rollemberg — Garibaldi Alves Filho — Gerson Camata — Guilherme Palmeira — Humberto Lucena — Hydel Freitas — Iram Saraiva — Irapuan Costa Júnior — Jarbas Passarinho — João Calmon — João França — João Rocha — Jonas Pinheiro — Josaphat Marinho — José Eduardo — José Fogaça — Jutahy Magalhães — Levy Dias — Lourenberg Nunes Rocha — Lourival Baptista — Lucídio Portella — Magno Bacelar — Mansueto de Lavor — Marco Maciel — Marluce Pinto — Maurício Corrêa — Mauro Benevides — Meira Filho — Moisés Abrão — Nelson Wedekin — Odacir Soares — Pedro Simon — Rachid Saldanha Derzi — Raimundo Lira — Ronaldo Aragão — Ronan Tito — Ruy Bacelar — Valmir Campelo — Wilson Martins.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A lista de presença acusa o comparecimento de 55 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

AVISOS DO MINISTRO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

Avisos nºs 663, 664, e 666/92, de 24 de abril último, encaminhando informações sobre os quesitos constantes dos Re-

querimentos nºs 61, 72 e 63, de 1992, de autoria dos Senadores Maurício Corrêa, Eduardo Suplicy e Júnia Marise, respectivamente.

As informações foram anexadas aos Requerimentos e encaminhadas cópias aos Requerentes.

Os Requerimentos vão ao arquivo.

AVISO DO SECRETÁRIO-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Aviso nº 378/92, de 4 do corrente, encaminhando informações sobre os quesitos constantes do Requerimento nº 60, de 1992, de autoria do Senador Cid Sabóia de Carvalho.

As informações foram encaminhadas, em original, ao Requerente.

O Requerimento vai ao arquivo.

O PRESIDENTE (Mauro Benevides) — O Expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, projeto que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte.

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 53, DE 1992

Proíbe o emprego de mercúrio e seus compostos não degradáveis em processo de aglutinação e amalgamação de ouro e em outros processos industriais e artesanais, que provoquem poluição na atmosfera, no solo, nas coleções de água doce e no mar territorial, estabelece penalidades e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica proibido o emprego do mercúrio nos processos de aglutinação e amalgamação de ouro, bem como

em outros processos industriais e artesanais, que provoquem poluição por lançamento do mercúrio e seu composto não degradáveis na atmosfera, no solo, nas coleções de água doce e no mar territorial.

Art. 2º Constitui crime punível com as penalidades do art. 271 do Código Penal a transgressão ao estabelecido nesta lei.

Parágrafo único. Sem prejuízo do disposto no caput deste artigo, sujeitam-se os transgressores às penalidades previstas no art. 14 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.

Art. 3º Os órgãos competentes federais, estaduais e municipais deverão estabelecer sistemas efetivos de fiscalização para o cumprimento do disposto nesta lei.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará a presente lei, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, a partir da data de sua publicação.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Mesmo proibida há quatro anos pela Secretaria do Meio Ambiente a extração do ouro com o uso de mercúrio é praticada clandestinamente.

Aprovada em 14-12-88 pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) a proibição do uso de mercúrio, nas atividades garimpeiras de extração de ouro, nos mananciais de abastecimento público e seus tributários e em outras áreas ecologicamente sensíveis a critério do órgão ambiental competente, e mesmo tendo sido instituído em caráter nacional o Programa de Avaliação e Controle Ambiental em áreas de extração de ouro; observa-se que só com o ordenamento da atividade garimpeira, será possível coibir o uso do mercúrio, substituindo-o por outro produto menos tóxico ou encontrando alternativas que impeçam seu lançamento no meio ambiente.

Onde a poluição do ar provocada pela queima de mercúrio nos casos de compra de ouro é bastante acentuada, as prefeituras tem encontrado dificuldades para obrigar que os decretos municipais sejam cumpridos. Exemplificando, obrigadas a instalar filtros de contenção do metal em estado gasoso, às lojas resistem à medida, sob argumentação de que não há material disponível para a venda. Os garimpeiros e comerciais alegam desconhecer a legislação, mas na verdade estão procurando ganhar tempo.

A contaminação do ambiente por mercúrio é um problema comum a todas as áreas de garimpo de ouro. Se o despejo de mercúrio, utilizado nos garimpos para separar o ouro do cascalho, não for controlado, em pouco tempo a contaminação de muitos rios será irreversível, e a alteração do ecossistema do leito poderá provocar distúrbios no sistema central, rins, pulmões e até a morte de quem comer um peixe com alta concentração de mercúrio.

Não obstante, o presidente da Companhia de Mineração de Rondônia, Reinaldo Magalhães Redorat tenha firmado ser "antieconômico e impraticável proibir a utilização do mercúrio nos garimpos de ouro, e por isso, o governo deve regulamentar a venda do produto, evitando o uso indiscriminado", ele reconhece os efeitos perniciosos do produto, que tem duração residual de 50 (cinquenta) anos no organismo e no meio ambiente.

É necessário, portanto, adotar medidas concretas e imediatas para que a exploração racional do minério não agride

o ecossistema e as soluções reais e principalmente exequíveis, para os problemas da poluição ambiental, sem dúvida surgirão, como já acontece em outros países onde não se usa mais mercúrio, razão pela qual a proibição do uso de mercúrio na forma proposta representa marco importante na recente legislação sobre lavra, onde já imperam normas denotando em si a maior preocupação com o meio ambiente e o impasse principal é a contaminação produzida pelo mercúrio, mortal para toda forma de vida, inclusive dos próprios garimpeiros.

A aprovação deste projeto permitirá que as restrições existentes de difícil, senão impossível fiscalização, mereça do ordenamento jurídico existente o escopo necessário para reprimir o uso indiscriminado do mercúrio do ouro na garimpagem do ouro, causa de uma verdadeira catástrofe ecológica nas principais bacias auríferas do País, responsável que é pela morte da fauna, da flora, do homem e de todos os seres vivos que entram em contato com este mineral pesado, em diversas regiões brasileiras.

Sala das Sessões, 5 de maio de 1992. — Senador Francisco Rollemberg.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940
Código Penal

Art. 271. Corromper ou poluir água potável, de uso comum ou particular, tornando-a imprópria para o consumo ou nociva à saúde:

Pena — reclusão, de dois a cinco anos.

Parágrafo único. Se o crime é culposo:

Pena — detenção, de dois meses a um ano.

LEI Nº 6.938, DE 31 DE AGOSTO DE 1981

Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.

Art. 14. Sem prejuízo das penalidades definidas pela legislação federal, estadual e municipal, o não cumprimento das medidas necessárias à preservação ou correção dos inconvenientes e danos causados pela degradação da qualidade ambiental sujeitará os transgressores:

I — a multa simples ou diária, nos valores correspondentes, no mínimo, a 10 (dez) e, no máximo, a 1.000 (mil) Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional — ORTN, agravada em casos de reincidência específica, conforme dispuser o regulamento, vedada a sua cobrança pela União se já tiver sido aplicada pelo Estado, Distrito Federal, Territórios ou pelos Municípios;

II — a perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais concedidos pelo poder público;

III — a perda ou suspensão de participação em linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito;

IV — a suspensão de sua atividade.

§ 1º Sem obstar a aplicação das penalidades previstas neste artigo, é o poluidor obrigado, independentemente da existência de culpa, a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade.

O Ministério Público da União e dos Estados terá legitimidade para propor ação de responsabilidade civil e criminal, por danos causados ao meio ambiente.

§ 2º No caso de omissão da autoridade estadual ou municipal, caberá ao Secretário do Meio Ambiente a aplicação das penalidades pecuniárias previstas neste artigo.

§ 3º Nos casos previstos nos incisos II e III deste artigo, o ato declaratório da perda, restrição ou suspensão será atribuição da autoridade administrativa ou financeira que concedeu os benefícios, incentivos ou financiamentos, cumprindo resolução do Conama.

§ 4º Nos casos de poluição, provocada pelo derramamento ou lançamento de detritos ou óleo em águas brasileiras, por embarcações e terminais marítimos ou fluviais, prevalecerá o disposto na Lei nº 5.357, de 17 de novembro de 1967.

(À Comissão de Assuntos Sociais — Decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido à comissão competente.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 230, DE 1992

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 40, § 1º, alínea a, do Regimento Interno, requero licença para representar o Senado Federal na Conferência Ibero-Americana de Juventude, a realizar-se em La Paz, Bolívia, no período de 6 a 9 do corrente mês, conforme expediente em anexo.

Sala das Sessões, 4 de maio de 1992. — Senador Nabor Júnior.

La Paz, 24 de Marzo de 1992.

V.P. nº 425/92

Al Señor

Senador Carlos Mauro Cabral Benevides

Presidente Del Congreso

Brasil

Señor Presidente,

Tengo a bien ratificar el tenor de la invitación cursada a mi Despacho en fecha 24 de Febrero del presente año.

En oportunidad de la visita del responsable de la Oficina Técnica Permanente, se acordó que la Conferencia Iberoamericana de Juventud y el Parlamento Latinoamericano, en su calidad de organizadores, harán llegar la convocatoria respectiva así como demás documentos pertinentes, con todos los detalles que significarán el traslado, la estadía y el contenido propuesto para la consideración.

Con este motivo y, en mi condición de anfitrión para dicha cita, hago propicia la oportunidad para reiterar a usted los sentimientos de mi más distinguida consideración. Dr. Luis Ossio Sanjinés, Presidente Nato Del H. Congreso Nacional, Vicepresidente Constitucional de la República.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — O requerimento que acaba de ser lido será remetido à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, devendo ser apreciado após a Ordem do Dia, nos termos do art. 40 do Regimento Interno. (Pausa.)

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido e aprovado o seguinte

REQUERIMENTO Nº 231, DE 1992

Senhor Presidente,

Nos termos do Regimento Interno desta Casa, requero prorrogação de licença para tratamento de saúde, por mais 6 (seis) dias, a partir do dia 7 de maio, conforme relatório médico anexado ao Requerimento nº 211/92.

Sala das Sessões, 5 de maio de 1992. — Senador Fernando Henrique Cardoso.

Dr. Rogério Olivo

CRM 43.179

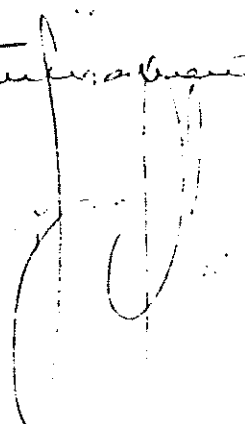
CIC 098.886.788/87

ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA

RELATORIO MEDICO

O Sr. Senador Fernando Henrique Cardoso está sob meus cuidados médicos, apresentando quadro agudo na região lombosacra com irradição para membros inferior direito e necessita de repouso absoluto por período indeterminado.

Atenciosamente


50
24
04
92

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Aprovado o requerimento, fica concedida a licença solicitada.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 232, DE 1992

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos dos artigos 218, b e c, 221, a, do Regimento Interno, a inserção em ata de voto de profundo pesar pelo falecimento do ex-Senador, ex-Governador e ex-Ministro de Estado Antonio Balbino de Carvalho Filho, falecido hoje, e que sejam apresentadas à família e ao Estado da Bahia as condolências do Senado da República.

Sala as Sessões, 5 de maio de 1992. — Senadores Lourival Baptista — Ruy Bacelar — Chagas Rodrigues — Jutahy Magalhães — Josaphat Marinho — Nelson Carneiro — Iram Saraiva.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — O requerimento que acaba de ser lido depende de votação, em cujo encaminhamento poderão fazer uso da palavra os Srs. Senadores que o desejarem.

Concedo a palavra, para encaminhar o requerimento, ao nobre Senador Lourival Baptista e, logo em seguida, ao Senador Ruy Bacelar.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (PFL — SE. Para encaminhar.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, recebi, hoje pela manhã, um telefonema do Rio de Janeiro, do ex-Deputado Ney Ferreira, que me deixou muito pesaroso, e é com este sentimento que comunico ao Senado que faleceu o eminente homem público Antônio Balbino de Carvalho Filho, que foi Deputado Estadual, Deputado Federal, Senador, Professor Universitário, Ministro da Educação, Ministro Interino da Saúde e da Fazenda, Ministro da Indústria e Comércio, Consultor-Geral da República e Governador da Bahia.

Ligava-me a ele uma grande amizade e uma admiração muito grande.

Antônio Balbino, na política brasileira e no seu Estado, deixou marcas indeléveis de sua atuação, um exemplo admirável de vida e uma obra inestimável, pela qual se tornou merecedor do respeito, da estima e da gratidão.

Antônio Balbino foi um político de grande atuação. Como administrador deu mostras de sua visão de futuro, competência e seriedade no trato da coisa pública.

Fui seu contemporâneo no Colégio Antônio Vieira, na Bahia, ele número 278 e eu 156, e no último dia 22 de abril completou 80 anos.

A ele ainda me ligam laços de parentesco com a sua esposa, Dona Tsylla Veloso Balbino de Carvalho, e por ele sempre fui distinguido com cordialidade e distinção.

Nos cargos que exerceu sempre me prestigiou.

Portanto, Sr. Presidente, é com muito pesar, mas consciente, também, do sentimento desta Casa do Congresso Nacional...

O Sr. Guilherme Palmeira — Permite-me V. Exª um aparte, nobre Senador Lourival Baptista?

O SR. LOURIVAL BAPTISTA — Com muita satisfação, eminente Senador Guilherme Palmeira.

O Sr. Guilherme Palmeira — Quero associar-me às manifestações de pesar, exteriorização por V. Exª, primeiro, por ter acompanhado, apesar de naquela época ainda não parti-

cipar da vida política, pela amizade que unia Antônio Baldino de Carvalho ao meu inesquecível pai, Rui Palmeira. Eles, apesar de adversários políticos, sempre tiveram uma identidade de servir ao Nordeste e ao Brasil. Antônio Balbino de Carvalho Filho, do PSD, e o meu pai, da UDN. Através dessa identificação, dessa associação de propósitos, conheci e admirei o ex-Governador, ex-Deputado, ex-Ministro, Antônio Balbino de Carvalho Filho. Nesta hora, em que Sergipe homenageia o baiano, e a Bahia homenageia um filho seu, Alagoas, como o Nordeste, não poderia ficar ausente. Quero dar o meu testemunho do quanto significou para a política brasileira a atuação de Antônio Balbino de Carvalho Filho. Portanto, Alagoas se insere, modestamente, no pronunciamento de V. Exª, nobre Senador Lourival Baptista.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA — Sou muito grato a V. Exª, eminente Senador Guilherme Palmeira, pelo seu aparte, associando-se ao pesar do Senado Federal, da Bahia, do Brasil, a este grande brasileiro que foi Antônio Balbino de Carvalho Filho.

Como disse, há poucos minutos aqui, a ele me ligavam laços de estreita amizade, porque fomos colegas de colégio daqueles tempos que não voltam mais, época em que existia amizade, sinceridade e solidariedade. Foi quando inicialmente conheci Antônio Balbino e; depois, na vida pública. Sei da estima especial que ele tinha por seu saudoso pai e meu grande amigo que foi o Senador Rui Palmeira. Entre nós não existia Partidos, existia amizade: ele do PSD, eu e o pai de V. Exª da UDN. Portanto, nobre Senador Guilherme Palmeira, a morte de Antônio Balbino de Carvalho representou grande perda para o nosso País.

Nos cargos que exerceu sempre nos prestigiou.

O Sr. Esperidião Amin — V. Exª me concede um aparte?

O SR. LOURIVAL BAPTISTA — Com prazer, eminente Senador Esperidião Amin.

O Sr. Esperidião Amin — Gostaria, em nome da Bancada do PDS, de me solidarizar com o sentido do pronunciamento que V. Exª faz e compartilhar, desta forma, da homenagem ao exemplo e ao legado político, humano, social e administrativo de Antônio Balbino.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA — Grato a V. Exª, eminente Senador Esperidião Amin, pelo seu aparte, pelas suas palavras que disseram na verdade o que representou Antônio Balbino.

Portanto, Sr. Presidente, é com muito pesar mas consciente também do sentimento desta Casa do Congresso Nacional, que muito honrou com a sua inteligência e a sua conduta de homem público, que faço o encaminhamento do presente requerimento, que também está subscrito pelos eminentes Senadores Ruy Bacelar, Chagas Rodrigues, Jutahy Magalhães, Josaphat Marinho, Nelson Carneiro e Iran Saraiva nos termos do Regimento Interno do Senado, para que se faça a inserção em Ata de votos de pesar desta Casa e que se envie aos seus familiares e ao Estado da Bahia as nossas condolências.

Era o que tinha a dizer Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Lourival Baptista o Sr. Mauro Benevides, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Alexandre Costa, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Concedo a palavra ao nobre Senador Ruy Bacelar.

O SR. RUY BACELAR (PMDB — BA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, subscrevi requerimento do eminente Senador Lourival Baptista que pede a inserção em Ata de voto de profundo pesar pelo falecimento do ex-Senador, Ex-Governador e ex-Ministro de Estado, Antônio Balbino de Carvalho Filho, falecido, hoje, no Rio de Janeiro.

Da mesma maneira, Sr. Presidente, acabo de encaminhar à Mesa requerimento solicitando a realização de sessão solene do Congresso Nacional, destinada a reverenciar a memória do ex-Deputado, ex-Senador, ex-Governador, ex-Ministro, Antônio Balbino de Carvalho Filho, em data a ser designada. A Bahia e o Brasil, Sr. Presidente, perderam, hoje, um grande filho.

Antônio Balbino de Carvalho Filho nasceu em Barreiras, onde cursou as primeiras letras. Em Salvador, fez o curso secundário no Colégio Antônio Vieira. Em 1929, matriculou-se no Curso de Direito, no Rio de Janeiro, passando a ser, também, jornalista, como repórter e redator do jornal *A Noite*.

Orador de sua turma, diplomou-se em 1932, viajando, em seguida, para a França, onde, na Universidade de Sorbonne, cursou Economia Política.

Voltando ao Brasil, evidentemente à Bahia, foi candidato à Assembléia Constituinte, em 1934, na legenda da Oposição, que tomou o nome de "Legenda Governador Octávio Mangabeira", tendo sido eleito e exercendo o seu mandato no período de 1935 a 1937, até a decretação do Estado Novo, passando a exercer, daí por diante, atividades jornalísticas no *O Imparcial* e no *Diário de Notícias*, a advocacia e, também, como professor em várias escolas do curso universitário da Bahia.

Na década de 40. Sr. Presidente, e Srs. Senadores, Antônio Balbino de Carvalho Filho, participou da campanha pela redemocratização do País.

Sendo candidato à Assembléia Legislativa da Bahia em 1947, exerceu o mandato até 1951.

Mas, em outubro de 1950, candidato a Deputado Federal, conseguiu votação expressiva, exercitando, nesta Casa do Congresso Nacional, o mandato de Deputado Federal, ocasião em que teve desempenho singular, sobretudo na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, quando ajudou na elaboração da lei que criou a nossa Petrobrás.

Em 1953/1954, foi Ministro da Educação.

Em 1954, deixou o Ministério para se candidatar ao Governo da Bahia.

Foi eleito, e exerceu o mandato de Governador de 1955 a 1959.

Foi nessa época, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que conheci pessoalmente o Dr. Antônio Balbino. Meu pai, então, Prefeito de minha terra natal, Entre-Rios, participou da coligação que elegeu Antônio Balbino, e dele se tornou amigo dileto. Ainda estudante da Escola de Engenharia da Bahia, fui apresentado a esse grande Governador que teve o meu Estado.

Como Governador da Bahia, ele realizou um obra fecunda, sobretudo no setor de planejamento; criou vários órgãos visando o crescimento do Estado, assim como várias empresas que ainda existem hoje, e que têm dado resultados fecundos.

Deixando o Governo, retornou à sua atividade profissional. Mas, no período 1961/1962, após a renúncia do Presidente Jânio da Silva Quadros, exerceu a função de Consultor Jurídico. Em 1962, foi candidato ao Senado da República pela Bahia. Eleito, assumiu o mandato e, logo em seguida, foi nomeado Ministro da Indústria e do Comércio, em 1963.

Após 1964, com a extinção dos partidos políticos, pelo Ato Institucional nº 2, Antônio Balbino filiou-se ao MDB. Com o término de seu mandato, em 1971, Balbino deu por encerrada a sua carreira política, que foi, por certo, de uma importância fundamental para a Bahia e para o Brasil.

O Sr. Jutahy Magalhães — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. RUY BACELAR — Com muita honra, concedo o aparte ao nobre Senador Jutahy Magalhães.

O Sr. Jutahy Magalhães — Senador Ruy Bacelar, desejo manifestar a minha solidariedade a essa homenagem que V. Exª presta à figura de Antônio Balbino, falecido, hoje, no Rio de Janeiro. Acredito, Senador Ruy Bacelar, que toda Bahia irá prestar também a sua homenagem. V. Exª fala por todos nós, da Bancada da Bahia, fazendo uma retrospectiva da vida pública de Antônio Balbino. Na realidade, ele foi um dos políticos mais cultos do nosso Estado. A sua cultura jurídica, particularmente, fez com que tivesse uma carreira política das mais brilhantes. Ocupou diversos cargos, diversas funções, como muito bem lembra V. Exª. Foi eleito Governador da Bahia numa coligação de partidos da qual a UDN, então nosso partido, fazia parte. Naquela época, a chapa majoritária foi toda eleita: Balbino, Governador; Juracy Magalhães e Lima Teixeira, Senadores. Quero, então, juntar-me a V. Exª e dizer que V. Exª fala, também, em meu nome, representando a parcela da opinião pública do nosso Estado, que estamos aqui a defender a cada instante, a cada dia...

O SR. RUY BACELAR — Agradeço a V. Exª pelo aparte, Senador Jutahy Magalhães, e o incorporo, com muita satisfação, a este pronunciamento.

Encerrando a vida pública como Senador, em 1971, Balbino voltou-se para a atividade profissional, sobretudo, advocacia, fixando residência no Rio de Janeiro.

Como advogado, foi um grande Bacharel, um grande homem das letras, um grande homem da Justiça.

Balbino foi professor, jornalista, escritor e eminente político.

Por tudo isso, Sr. Presidente, Srs. Senadores, é que a Bahia e o Brasil perdem um de seus grandes filhos. É uma lacuna irreparável, não tenho dúvida. Por isso subscrevi o requerimento do meu distinto colega, Senador Lourival Baptista, e, ao mesmo tempo, também subscrevi requerimento, onde solicito à Presidência do Senado, que, juntamente com a Presidência da Câmara Federal, marque uma data para que, em sessão conjunta, o Congresso possa reverenciar esse homem público cujo exemplo, não tenho dúvida, será seguido por baianos e por brasileiros.

O Sr. Ronaldo Aragão — Permite-me V. Exª um aparte, nobre Senador Ruy Bacelar.

O SR. RUY BACELAR — Ouço V. Exª, eminente Senador Ronaldo Aragão.

O Sr. Ronaldo Aragão — Senador Ruy Bacelar, em meu nome e no da Bancada do PMDB, quero juntar minha voz ao pronunciamento de V. Exª, quando traz à esta Casa a notícia do falecimento do grande homem público, não só baiano, mas nacional, que foi o ex-Governador Antônio Balbino. Receba, em meu nome e em nome da Bancada do PMDB, as nossas mais sinceras condolências pelo desaparecimento do ex-Governador Antônio Balbino.

O SR. RUY BACELAR — Incorporo, sensibilizado, o seu aparte, eminente Senador Ronaldo Aragão, a este depoimento, que visa tão-somente fazer justiça àquele que viveu.

lutando pelas boas causas do Brasil. Que nossas homenagens sejam estendidas também à Tsylla Veloso Viana Balbino de Carvalho, esposa do reverenciado, como também às suas filhas Zizete e Solange e a todos os seus familiares.

O Sr. Chagas Rodrigues — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. RUY BACELAR — Pois não. Ouço o aparte do eminente Senador Chagas Rodrigues, representante do Estado do Piauí.

O Sr. Chagas Rodrigues — Nobre Senador Ruy Bacelar, o passamento de Antônio Balbino de Carvalho Filho foi profundamente lamentado e sentido, não só no Estado que ele honrou e engrandeceu, como no Nordeste e em todo o País. Tive o privilégio de ter sido colega de S. Exª na Câmara dos Deputados e admirei de perto as suas qualidades, o seu talento e o seu espírito público. De modo que quero, não apenas em meu nome, mas em nome da minha Bancada e em nome do PSDB, associar-me às justas homenagens que, hoje, o Congresso presta a essa grande figura e dizer que S. Exª realmente, foi um homem público que se destacou no Legislativo e no Executivo, governando a Bahia, seu grande Estado natal, sendo Ministro de Estado e um grande Parlamentar. Portanto, nós nos associamos ao pesar que invade a alma do povo do Nordeste, de todo o País, e especialmente de todos os homens públicos que tiveram a oportunidade de conhecê-lo e admirar-lhe o espírito, o talento e a dignidade. Como disse, esta solidariedade é da Bancada do meu Partido, o PSDB, pois acredito que, nesta hora, todo o Senado reverencia a memória desse extraordinário homem público.

O SR. RUY BACELAR — Agradeço a V. Exª, pelas suas palavras, Senador Chagas Rodrigues, sobretudo porque V. Exª foi colega de Antônio Balbino, se não me engano, na Câmara dos Deputados, onde ele representava a Bahia e V. Exª o Estado do Piauí.

Para concluir, Sr. Presidente, Antônio Balbino foi um grande baiano, que muitas saudades vai deixar para a Bahia e para o Brasil. Seu exemplo, sobretudo de homem público, será seguido por várias gerações. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Continua em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o requerimento queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A Mesa associa-se à homenagem prestada ao eminente homem público, Dr. Antônio Balbino, e fará cumprir a deliberação da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 233, DE 1992

Senhor Presidente,

Nos temos regimentais, e de acordo com as tradições da Casa, requeremos a realização de sessão solene do Congresso Nacional destinada a reverenciar a memória do ex-Deputado, ex-Senador e ex-Governador Antonio Balbino de Carvalho Filho, em data a ser designada.

Sala das Sessões, 5 de maio de 1992. — Senadores Ruy Bacelar — Garibaldi Alves Filho — Esperidião Amin — Ronaldo Aragão — Guilherme Palmeira — Magno Bacelar — Chagas Rodrigues — Lourival Baptista — Josaphat Marinho — Nelson Carneiro — Iram Saraiva.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — O requerimento lido será submetido à deliberação do Plenário após a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — A Presidência comunica ao Plenário que recebeu o Aviso nº 293, de 30 de abril último, do Presidente do TCU, encaminhando, para conhecimento do Senado Federal, cópia do Relatório de Auditoria Operacional realizada no Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), no período de 23 de setembro a 18 de novembro de 1991, abrangendo os exercícios de 1990 e 1991.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Guilherme Palmeira.

O SR. GUILHERME PALMEIRA (PFL — AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srª e Srs. Senadores, retorno à tribuna para comentar um tema que considero da maior importância para este País, principalmente depois que a Câmara dos Deputados aprovou, em primeiro turno, a antecipação do plebiscito, para que possamos ouvir definitivamente dos brasileiros se querem permanecer sob o regime presidencialista ou se admitem adotar o regime parlamentarista.

Aproxima-se, célere, o instante de uma grave decisão à Nação brasileira: o plebiscito no qual a cidadania definirá o destino de nossas instituições entre a república e a monarquia, o presidencialismo e o parlamentarismo.

Nosso desejo ardente é que a decisão se dê longe do clima emocional dos pleitos eleitorais, onde as paixões acesas ao paroxismo, costumam obliterar a razão produzindo resultados nem sempre os mais desejáveis.

No plebiscito não estará em jogo uma candidatura, fenômeno conjuntural que, em qualquer resultado, exaure-se nos estritos limites de um mandato conquistado ou perdido, cuja duração não excede aos limites estritos de um lustro. As instituições que escolhermos terão de estar predestinadas à permanência. Um país sério não pode mudar de regime todos os dias. A elaboração constitucional, mesmo a de revisão ou das emendas, não pode ser desenvolvida à moda dos que plantam couves no fundo do quintal condicionados, apenas, pela colheita rápida, pelo efêmero; há de ser, antes, como o sábio que planta um jequitibá do qual não verá provavelmente os frutos; mas terá firmado um marco memorial que resistirá aos séculos e se fará milenar.

Um dos cuidados maiores para que as instituições do País se façam permanentes é o de desvinculá-las das pressões conjunturais. O regime político que devemos escolher é o que se imponha por suas próprias virtudes, não o que se adapte melhor a um interesse do Governo ou a um objetivo da Oposição ao projeto pessoal de quem quer que seja, para se tornar Presidente da República, Rei da Monarquia ou Primeiro-Ministro do Governo Parlamentar.

Essas motivações menores já causaram prejuízos demais para o País, como o parlamentarismo postigo do pré-1964 e a Constituição hermafrodita de 1988 que, não sendo parlamentarista, não conseguiu, também, chegar ao presidencialismo criando um regime híbrido onde fica difícil a governabilidade.

Sei que essa questão é muito complexa, pois o plebiscito realizar-se-á sob os reflexos de uma grave crise econômico-social e já influenciado por uma campanha presidencial extemporaneamente nas ruas. Isso nos obriga a todos, principal-

mente os que carregam a responsabilidade de liderança política, a um esforço sobre-humano de conduzir o processo de revisão constitucional, desde a realização do plebiscito, por caminhos que não permitam confundir o conjuntural com o institucional, o efêmero com o permanente.

Sabem V. Ex^{as} que caminharemos alinhados ao parlamentarismo e o faremos sem qualquer condicionamento a conveniências de ocasião.

Queremos o parlamentarismo que se assenta sobre a unidade da Nação, a soberania do povo, a representatividade do Governo, a responsabilidade dos governantes e a eficácia das instituições.

Assombra-nos o fantasma da secessão que começa a tomar corpo no Brasil, engrossando linhas de opinião popular, onde o Norte e o Nordeste se colocam como parasitas do Sul e o Este como algoz impiedoso e explorador da gente e das riquezas dessas regiões menos favorecidas. Para alguns o Brasil já é Brasil ou é Branorte a despeito de tudo o que nos une como cultura, como língua, como tradição religiosa, como História comum. Querem apagar da história Guararapes, onde o negro, o índio e o branco fizeram-se brasileiros contra um estrangeiro invasor. Livre-nos Deus de uma batalha onde brasileiros contra brasileiros tornem-se sulistas, nortistas e nordestinos no paroxismo de uma antropofagia que enterre definitivamente a esperança no destino de grande potência, fraterna e pacífica, que há de ser a predestinação do Brasil.

Mas o que terá a ver unidade nacional com parlamentarismo?

Muito tem a ver!

Ao confundir o Chefe de Estado e o Chefe de Governo numa única pessoa, a presidencialismo exacerba as reivindicações regionais e o Presidente da República passa a ser o símbolo da frustração dos interesses contrariados e, de ponto de união, transforma-se em pólo de contradição. Um Presidente do Sul será culpado pela desassistência do Norte e do Nordeste, independentemente do que possa fazer por essas regiões, pois irá se alçando, cada vez mais, aos olhos da gente nortista e nordestina, a condição de símbolo da região rica que explora a região pobre; de igual forma, um Presidente do Norte ou do Nordeste, aos olhos da gente sulista, irá se tornando o símbolo do paternalismo irresponsável e injusto que toma de quem trabalha para distribuir a quem nada faz.

O parlamentarismo, ao separar em pessoas distintas; o Chefe do Estado do Chefe do Governo quebra essa associação subjetiva da frustração regional ao Presidente da República.

O Presidente será o símbolo da Nação, una; sem Norte, sem Sul, sem Nordeste; brasileira por inteiro, cujas características regionais, longe de se constituírem antíteses na dialética da miséria, do desespero e do ódio, compor-se-ão na síntese redentora da dialética do desenvolvimento, da abundância e da fraternidade.

As reivindicações regionais ocorrerão num nível das instituições de onde não colocarão em perigo a intangibilidade do símbolo da unidade nacional.

O regime parlamentarista dará, também, representatividade permanente ao Governo. Em nosso pobre regime presidencialista essa representatividade é precária. No dia da eleição, o candidato a Presidente está no pináculo da aprovação popular. Representa, nesse instante, a maioria do povo e ao contar seus votos pode exibir um vistoso troféu de popularidade e de aceitação. Já, no dia da posse, pode não ser assim. Desgates na formação do Ministério, diluição pós-eleitoral das emoções engajadoras da campanha e outros fato-

res, já derrubam alguns pontos da aprovação popular. A ordenação dos quadros do poder transtorna, ainda mais, as bases da representatividade.

E os Partidos? Ora, esses não contam!

O Sr. Divaldo Suruagy — Senador Guilherme Palmeira, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. GUILHERME PALMEIRA — Com muita honra, Senador Divaldo Suruagy.

O Sr. Divaldo Suruagy — Nobre Senador, dentre os diversos argumentos positivos que V. Ex^a defende e convence a defesa do parlamentarismo no Brasil, eu gostaria de acrescentar alguns que, na minha opinião, vêm fortalecer o ponto de vista, esposado por V. Ex^a O parlamentarismo implica uma responsabilidade formal de teses de campanha com a realidade administrativa do País. Por exemplo, o atual Presidente da República, durante a campanha, ao criticar o seu oponente como aquele que se eleito iria confiscar a poupança popular e haver feito um juramento perante a Nação de que não mexeria na poupança popular, ele seria deposto no segundo dia do seu governo, porque mentiu ao povo, porque enganou o povo. A plataforma de campanha tem que ser transformada em realidade. Se o Chefe de Estado engana o eleitorado e quando chega ao governo foge aos compromissos assumidos, ele perde a credibilidade e a confiança do povo. Além disso, outro detalhe que considero fundamental, fugindo aos aspectos doutrinários, filosóficos e metodológicos entre parlamentarismo e presidencialismo, que, na minha opinião, é primário, mas concludente, é se um Chefe de Governo está realizando uma grande administração, profícua ao desenvolvimento daquele País, levando prosperidade ao povo, tranquilidade à Nação, por que limitar o período administrativo desse homem, que está fazendo tanto bem e prestando tanto serviço ao seu país, em apenas um mandato de quatro ou cinco anos? Por que não prorrogar esse mandato, já que ele vem merecendo a confiança do povo? Isso aconteceu recentemente em Portugal. O Primeiro-Ministro Cavaco Silva, que vem realizando uma administração que corresponde às expectativas que o povo depositou em S. Ex^a, acaba de ser reconduzido por mais cinco anos. A ex-Primeira-Ministra da Inglaterra, Margaret Thatcher, ficou durante doze anos conduzindo os destinos do seu país. Quando ela perdeu a confiança do eleitorado, isto significa dizer, quando perdeu a confiança do povo foi aliada do poder. O Presidente da França, François Mitterrand, embora o parlamentarismo no seu país tenha características muito peculiares, foi eleito já pela segunda vez e vai ter um mandato de quatorze anos. Então, quando o Presidente perde a confiança do povo, quando os índices de opinião pública reduzem a percentuais verdadeiramente alarmantes, como é o caso atual, onde o Presidente da República está com nove por cento da confiança popular, Sua Excelência já deveria ter sido afastado, em prol de outro Chefe de Estado que venha a merecer a confiança do povo. Daí congratular-me com V. Ex^a Primeiro, pelo acerto da tese. Na minha opinião, o Parlamentarismo é o sistema ideal, é o sistema mais representativo — concordo com V. Ex^a —, é o sistema que impede esse poder imperial que um Presidente da República, num país como o nosso, possui, quando ele detém o controle absoluto da máquina administrativa. Além disso, de todos os países desenvolvidos do mundo, excluímos os Estados Unidos, que têm o presidencialismo à moda deles, onde o Congresso tem uma força incrível, independentemente de linha ideológica,

quer seja no campo do socialismo, quer seja no campo do liberalismo. E aí encontramos o regime parlamentarista como um sistema ideal. Podemos apontar os exemplos da França, Inglaterra, Suécia, Dinamarca, Austrália, Suíça, Polónia, em países que já se encontram em elevado estado de desenvolvimento e de prosperidade. Agora, todos os países subdesenvolvidos do mundo são presidencialistas. Então, há alguma coisa errada com o regime presidencialista, porque leva a criação de um mito como se ele fosse um super-homem dotado de superpoderes e não um administrador e um político comum que, enquanto merecer a confiança do povo, conduzirá o destino da nação. Daí, a minha alegria em ver V. Exª defender a tese Parlamentarista, com a qual concordo plenamente e me integro aos seus pontos de vista, porque neste instante, Senador Guilherme Palmeira, V. Exª está defendendo o ideal para o Brasil.

O SR. GUILHERME PALMEIRA — Muito obrigado, Senador Divaldo Suruagy.

Na verdade, nos identificamos com os propósitos maiores do interesse do nosso País.

Evidentemente, concordo com a maioria das colocações feitas por V. Exª. Apenas divirjo com relação à culpa do fracasso do regime presidencialista, que não se deve apenas a alguns percalços por que passa o atual Presidente da República.

Sua Excelência tem demonstrado interesse em acertar, dentro das dificuldades naturais as que já me referi.

Então, dentro do atual sistema, as dificuldades existirão para o Presidente Fernando Collor ou para quem venha a substituí-lo futuramente. O próprio Presidente reconhece os erros cometidos e quer acertar as dificuldades que enfrenta no regime presidencialista.

No mais, não tenha dúvida, nós concordamos e, certamente, marcharemos juntos aqui, agora e depois.

Sr. Presidente, repito, a ordenação dos quadros do poder transtorna ainda mais as bases da representatividade.

E os Partidos? Ora, esses não contam.

Tem-se um Presidente todo-poderoso que por tempo certo e impostergável será o poder, dono das benesses e titular exclusivo dos raios com que o Olimpo liquida os pobres mortais.

Não se têm partidos do Governo e da Oposição que se imponham pela adoção de programas alternativos à solução dos problemas do País; têm-se pessoas de, praticamente, todos os partidos que se alinham a favor ou contra o Governo em função de interesses políticos, muitas vezes pessoais ou corporativistas.

Numa crise qualquer, despenca-se a representatividade, mas permanece o Governo. Como os casamentos de antigamente feitos na delegacia de polícia: os noivos se detestam, mas têm de se casar, até que a morte os separe. Povo e Governo não se aturam, mas têm de conviver até que o mandato se acabe. Sem solução possível!

No parlamentarismo o Governo é representativo ou deixa de ser Governo. Oriundo do Parlamento e constituído predominantemente por Parlamentares, o Governo só subsiste enquanto houver apoio da representação popular para o seu programa e para seus métodos de executá-lo.

O SR. Cid Sabóia de Carvalho — Permita-me V. Exª um aparte?

O SR. GUILHERME PALMEIRA — Com muita honra, Senador Cid Sabóia de Carvalho.

O Sr. Cid Sabóia de Carvalho — Lamentavelmente, Senador Guilherme Palmeira, perdi o início de sua fala. Mas tão brilhante tem sido o momento que estou escutando e tão esclarecedor foi o aparte do Senador Divaldo Suruagy, do seu Estado, da sua amizade, e do conhecimento político de toda essa região onde se encrava a sua Pátria, que me é possível perfeitamente perceber o sentido de seu discurso, esta tarde, aqui, no Senado Federal. E quis apartear-lo exatamente nesta parte em que V. Exª identifica aquilo que no campo do Direito chamamos de legitimidade. Tudo que se faz em matéria de poder público, tudo que se faça, tudo que se vier a fazer deve ser marcado por uma sintonia popular, por uma autorização popular, por uma fidelidade à manifestação democrática do povo. É evidente que esse aspecto de legitimidade da lei, do ato administrativo, da conduta governamental é salutar para a melhora do encaminhamento democrático do Estado brasileiro. A abordagem do Parlamentarismo é feita com muita inteligência por V. Exª, uma abordagem que mostra, acima de tudo, aquilo que é muito patente e que se deduz perfeitamente do que pensa o orador desta tarde: é preciso evitar que as crises abalem o próprio Estado, como está acontecendo agora. É claro que a gestão do Presidente Fernando Collor de Mello, por fracassar, atinge a própria estrutura institucional. Daí a preocupação, daí hoje ouvir-se nos programas de rádio ouvintes que se manifestam e pedem o golpe. Bom seria o golpe, bom seria a interferência dos militares, bom seria uma merdida de força. Por quê? Porque todos os erros do Governo estão sendo atribuídos a uma estrutura que, ao mesmo tempo em que é estática, é, também, dinâmica, a estrutura do Estado brasileiro. O Parlamentarismo ofereceria, sem dúvida, um mecanismo extraordinário para a absorção de tudo o que está acontecendo, sem tocar na estrutura jurídica do Estado, sem tocar na estabilidade institucional, sem tocar, inclusive, no sistema democrático brasileiro. Mas, não. Não há primeiro-ministro para ser substituído; não há gabinete para ser derrubado, desconstituído; não há Câmara dos Deputados, também, que possa ser dissolvida, errem ou acertem os Srs. Deputados. A própria posição do Senado Federal não é moderna, diante do instante social vivido pela Nação brasileira. Ora, tivéssemos neste momento um Parlamentarismo, o Presidente representaria toda a estrutura estável do Estado e as crises iriam se abater sobre um gabinete que poderia ser reformado sem nenhum golpe, sem nenhuma crise institucional, sem nenhuma ameaça à própria democracia. Senador Guilherme Palmeira, V. Exª discursa num dia em que a Nação treme de medo. O desconforto dos militares brasileiros leva as pessoas menos avisadas a acreditarem no golpe, como se golpe ainda fosse solução para este País. V. Exª fala no momento em que a nova equipe do Presidente Fernando Collor de Mello fracassa no momento em que vemos nos jornais que as perspectivas já não existem tão claras quanto ao sucesso do super-ministro de hoje, Marcello Marques Moreira. V. Exª fala no momento em que trabalhadores se amotinam em praças públicas, em que há saques de supermercados. V. Exª fala quando o mutuário da casa própria não sabe mais o que fazer e entra em desespero diante do Sistema Financeiro de Habitação. Portanto, a sua advertência traz, acima de tudo, a marca da experiência de um homem tarimbado, vindo de uma família de políticos, com encaminhamento político; V. Exª vem de várias experiências como representante do povo e, portanto, tem autoridade para dissertar, como disserta, neste momento, sobre a problemática brasileira e as perspectivas de que vamos dispor para um futuro que, graças a Deus,

já não está tão distante. Queiram os bons fados que tudo o que há de se fazer, como consequência de um plebiscito, se faça com maturidade e, acima de tudo, com visão social e, especialmente, com muito amor pela Pátria brasileira. Meus aplausos a V. Ex^a pela advertência que traz esta tarde ao Senado Federal.

O SR. GUILHEME PALMEIRA — Muito obrigado, Senador Cid Sabóia de Carvalho.

Da mesma maneira como se pronunciou o Senador Divaldo Suruagy, eu concordo, por um lado — e agradeço às manifestações de apoio as minhas palavras — com as colocações que procuro fazer mas, ao mesmo tempo, delas discordo também. Primeiro, com relação ao fracasso da nova equipe do Governo Fernando Collor. O Presidente reconheceu que não acertou com a sua primeira escolha, com os seus primeiros auxiliares, não foram aquilo que ele esperava. E isso é mais uma prova do quanto é importante a implantação do regime parlamentar. No regime presidencialista, quando se procede a uma mudança de Ministro, logo se admite o fracasso do Governo; quando se procede a mudanças de auxiliares, logo se chega à conclusão de que o que falta neste País são Partidos políticos fortes, programáticos, partidos políticos que possam impor ou levar ao Governo sugestões que possam, na prática, se tornar realidade. Daí as dificuldades. Uma das razões de não ter o Governo funcionando, como desejava o Presidente Collor, é a fragilidade do apoio partidário, que, a partir de agora começa a orientá-lo, a integrá-lo dentro do processo político nacional.

Isso nos leva à constatação — e V. Ex^a, Senador Cid Sabóia de Carvalho, colocou muito bem — de que falta ao Presidente, ao Presidencialismo, a estrutura mínima para que possa funcionar. Na hora em que não funcionam os programas, as metas propostas pelo primeiro-ministro, cai o primeiro-ministro, ou, não caindo o primeiro-ministro, o Congresso, que não absorve essas propostas, pode ser dissolvido. É uma nova proposta, uma nova condição. Aí, obrigatoriamente, teremos partidos funcionando, trazendo novos valores, promovendo uma renovação política, com gente que, não podendo dar a sua contribuição no atual sistema, possam atrair melhores valores para servir a este País, dentro da política nacional.

O Sr. Pedro Simon — Permite-me V. Ex^a um aparte, nobre Senador?

O SR. GUILHERME PALMEIRA — Com muita honra, nobre Senador Pedro Simon.

O Sr. Pedro Simon — Quero felicitar V. Ex^a pela importância e pelo significado do pronunciamento que faz. V. Ex^a, há muito tempo, vem defendendo essa tese e se colocando na defesa do Parlamentarismo. Creio, nobre Senador, que todos nós temos que nos dar as mãos e somarmos os nossos esforços, aqueles que realmente defendem a implantação do regime parlamentar. Creio que, com todas as restrições que possamos ter ao Presidente Collor, temos que lhe fazer justiça, porque, inclusive quando Governador do Estado de V. Ex^a, em todos os momentos, Sua Excelência defendeu a implantação do Parlamentarismo. Na Constituinte, quando eram variadas as posições com relação ao Parlamentarismo, S. Ex^a o Governador Waldir Pires, eu, éramos nós, os Governadores do PMDB, que, intransigentemente, defendíamos a implantação do Parlamentarismo. Sua Excelência está mantendo a coerência ao dizer, com todas as letras, que defende a implantação do Parlamentarismo e, em fazendo isto, o Presidente

Collor está prestando um serviço positivo aos que defendem o Parlamentarismo, porque uma das teses levantadas com relação a nós era que a tese parlamentarista era golpista, que estaríamos tentando golpear o mandato do Presidente, que atrás desse movimento parlamentarista havia um movimento para criar obstáculos e dificuldades ao Presidente da República. Foi o Presidente, no momento em que se manifestou favorável ao Parlamentarismo, que esvaziou essa tese. Sempre deixamos muito claro — e o nobre Senador José Richa, em todas as oportunidades em que foi à tribuna defender a sua emenda, sempre deixava claro, com todas as letras — que defendíamos o Parlamentarismo a partir do próximo Governo, porque o Presidente Fernando Collor foi eleito sob o regime presidencialista. Sua Excelência tem um mandato de responsabilidade, de cumprimento da vontade popular sob o regime presidencialista. Na nossa opinião, nem se Sua Excelência quisesse, poderia abrir mão daquela responsabilidade de governar sob essa égide. Por isto, no momento em que o Presidente vem, libera e orienta o seu Governo, inclusive, agora, com a presença do Ministro Jorge Bornhausen, um tradicional defensor da causa parlamentarista, no momento em que Sua Excelência toma uma atitude como esta, presta, indiscutivelmente, reais serviços a essa causa. Nobre Senador, eu tenho sido, pelo meu sentimento, um crítico enérgico ao Presidente da República, com relação a sua ação, com relação ao seu trabalho, com relação ao desenvolvimento do seu mandato presidencial. Mas sou obrigado a reconhecer que se Sua Excelência orientar o seu Governo, se aceitar a tese de desenvolver o trabalho de transição para o regime parlamentarista, como disse, mais uma vez, o Senador Richa, será uma atividade necessária e importante. Não basta ganharmos o plebiscito, não basta prepararmos a série de leis que será necessária para essa transição. É necessário que o Presidente tenha a grandeza, tenha o espírito público de aceitar desenvolver esse trabalho e fazer essa transição. O Presidente da República, no momento em que aceita essa tese, em que diz que faz questão de desenvolver a transição do seu Governo para um regime parlamentarista, está adotando uma posição que merece respeito e com a qual estamos profundamente solidários. Creio, nobre Senador, que nesta hora em que estamos vendo os presidencialistas, sob as mais variadas égides, com os princípios mais diferentes, se preparando, sob a orientação do Líder de V. Ex^a, Senador Marco Maciel, que tem procurado desde o Sr. Antônio Carlos Magalhães e lideranças, para irem para o mesmo palanque, para irem para a mesma tribuna, creio que os parlamentaristas devem ter a mesma grandeza e o mesmo espírito público de saber dividir essas posições. São contrárias às do Presidente? São. São contrárias ao seu governo? Fazemos críticas, achamos que Sua Excelência está absolutamente equivocado? Sim. Mas esse é um outro assunto. Mas, se Sua Excelência é um aliado nosso no que tange à implantação do Parlamentarismo, creio que Sua Excelência é importante, é necessário. Não vamos nos iludir, não vai se fácil. É uma campanha muito árdua, muito difícil. Tenho acompanhado e visto pelo Brasil afora que a tese é desmoralizar, é ridicularizar, humilhar o Congresso Nacional e dizer que, no Parlamentarismo, os Deputados e os Senadores é que vão governar, como se os Presidentes que já passaram pudessem ter feito algo diferente do que o fez a classe política. Por isso, quero felicitar V. Ex^a pelo seu trabalho. Sei que como amigo pessoal do próprio Presidente, executa um trabalho da maior importância, porque V. Ex^a está servindo de canal de comunicação, de elo entre Governo e Parlamento

— Senado e Câmara. Felicito-o pelo seu trabalho, pela sua ação de bastidores, fora do noticiário e pelo brilhante pronunciamento que V. Ex^a faz na tribuna, neste momento.

O SR. GUILHERME PALMEIRA — Muito obrigado. Sou muito grato, Senador Pedro Simon. V. Ex^a é um parlamentarista dos mais autênticos, não só por ser do Rio Grande do Sul, mas pela ênfase com que defende a implantação do regime parlamentarista no nosso País. Pelos pronunciamentos brilhantes que V. Ex^a tem feito da tribuna do Senado Federal, pelos debates dos quais tem participado, inclusive enfatizando as dificuldades que nós, parlamentaristas, vamos ter que enfrentar para levar a nossa mensagem ao povo brasileiro, no sentido de que a grande saída deste País se encontra no regime parlamentarista. V. Ex^a, evidentemente, dá um conteúdo muito maior ao meu pronunciamento.

Por tratar-se de um pronunciamento didático, quero levá-lo aos meus correligionários de Alagoas, para que eles possam entender o que significa para o País o regime parlamentar. Estou convicto de que essa é a saída. No entanto, precisamos reacender os debates, intensificar nossa presença junto à população brasileira. Creio que o caminho que o País deve seguir é o que defendemos, através do qual podemos evitar essas crises permanentes, principalmente a falta de autenticidade existente, por não termos partidos fortes. Precisamos criar uma nova burocracia nacional competente, uma burocracia motivada, para que possamos sair da esclerose em que vive a atual burocracia. Creio que todos esses aspectos precisam ser vistos. Sobre eles precisamos meditar e discutir, para que possamos levar sugestões ao Presidente Collor, que se tem mostrado simpático à causa parlamentarista. Não tenho dúvidas de que nós, parlamentaristas, devemos levar idéias ao Presidente. Creio ser da maior importância a sugestão do preparo da burocracia nacional para a adaptação do regime parlamentar, que é decisivo. Precisamos levar isso ao Presidente da República e pedir a compreensão de Sua Excelência para que isso se torne uma realidade. Penso que assim, já estamos cumprindo uma grande missão.

Srs. Senadores, o Presidente, ali, me chama a atenção e eu ainda tenho duas laudas para a minha conclusão...

O SR. PRESIDENTE (Magno Bacelar) — A Presidência pede a compreensão de V. Ex^a dizendo que, pela importância do pronunciamento e pelo apreço que tem a V. Ex^a, já se passou exatamente o dobro do tempo de que dispunha. Mas a Presidência permanecerá ouvindo o discurso de V. Ex^a.

O SR. GUILHERME PALMEIRA — Agradeço a V. Ex^a, Senador Magno Bacelar.

Quando acaba o apoio, acaba o Governo, tenha ele um mês, um ano ou uma década. A representatividade lhe é essencial.

Essa representatividade deriva, porém, da soberania do povo. Não prescinde, por isso, de um sistema eleitoral verdadeiro que apure, realmente, a vontade da cidadania. Que não seja o reflexo da mídia eletrônica comprada a peso de ouro, nem das maquinações dos grupos do poder, nem das falsas proporcionalidades pelas quais, num Estado, um Deputado Federal representa cinco mil brasileiros e, num outro, quinhentos mil não conseguem uma representação.

O voto majoritário no distrito eleitoral e o concurso da lista de candidatos do Partido do Sistema distrital misto, já corrigirão muitas distorções. O eleitor não votará numa fotografia, artisticamente concebida e retocada à perfeição; votará

numa pessoa que conhece, com quem convive, que compartilhe os interesses e os problemas da própria comunidade. Deixarão de existir as lideranças postiças, feitas em centenas de municípios, por dezenas de votos comprados de alguns cabos eleitorais aqui e ali.

A verdade eleitoral despojará o Parlamento dos vícios de representatividade que possa ter; parlamento representativo irá conferir representatividade ao governo que dele derivar num regime parlamentarista.

O Parlamento, todavia, não permanece infenso à vontade do povo. Se a crise de governabilidade for tamanha que o Parlamento não possa resolvê-la, este será dissolvido, sendo convocadas novas eleições.

No Parlamentarismo a soberania popular efetivamente existe, porque o povo não delega poder em branco, para um homem ou um partido, com prazo determinado e intocável. Não! O poder é delegado para cumprimento de um programa, sem definição de prazo: se bom e eficaz permanece pelo tempo que se fizer necessário; se mal ou incompetente é interrompido a qualquer instante para abrir espaço ao exercício de outra alternativa.

No Presidencialismo, a situação é dona de tudo, por um tempo certo; a oposição durante esse tempo, adere ou permanece banida no território de fora onde critica, ou obstrui, sem esperança de exercitar o governo. No Parlamentarismo, não; a situação o é enquanto for eficaz na proposição e execução de seu programa de governo; a oposição, a qualquer instante, pode ser chamada a exercitar sua alternativa de governo. Ninguém, assim, em tempo algum, poderá alienar-se dos problemas fundamentais da Nação à guisa de posições partidárias. Com isso fortalecem-se os partidos; morrem, à míngua, as legendas de aluguel; cessam as acrobacias das transferências partidárias que transformam pefis programáticos num pastelão disforme onde ninguém consegue ter um rosto definido.

No Presidencialismo, a responsabilidade do governante é um a louvada virtude pessoal ou um requisito formal para o exercício do cargo. No Parlamentarismo é uma condição essencial para que continue sendo governante. Neste não há um mandato de tempo fixo que garanta o governo, apesar de irresponsável quanto às promessas juradas ou os atos praticados. Ou o governo é responsabilmente coerente e permanece, ou perde a coerência e cai. Não há meio termo.

Finalmente, no parlamentarismo, as instituições funcionam. Não são colocadas em xeque, a cada crise de governabilidade. No Presidencialismo a alternativa ao governo ruim é o próprio governo ruim ou o golpe de Estado, tenebroso cemitério da democracia e da soberania popular. No Parlamentarismo a alternativa é outro governo, e outro e outro até que se acerte sem ferir as instituições democráticas.

O Sr. José Richa — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. GUILHERME PALMEIRA — Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. José Richa — Quero cumprimentar V. Ex^a pelo importante discurso que faz nesta tarde, de uma maneira bem simples, didática, mas que atinge os pontos fundamentais da questão que, desde a Constituinte, se coloca ao debate nacional. V. Ex^a focaliza a questão de forma e sistema de governo de uma maneira completa. Ouço muita gente falar em Parlamentarismo e apenas nisso, e acho que esse é um risco muito grande que se corre, de transmitir à população a imagem de que o Parlamentarismo é a pomada milagrosa que vai resolver os problemas do Brasil, e todos nós sabemos que

não é nada disso. O de que o Brasil está, há muito, precisando é de um conjunto de reformas políticas, e é isso que V. Ex^a coloca, magistralmente, no seu pronunciamento. De nada vai adiantar, no plebiscito, o povo votar a favor do sistema parlamentar de governo se o Congresso não der desdobramento a essa importante decisão, votando as outras reformas políticas que dependem apenas de lei complementar ou de lei ordinária, que são exatamente as reformas do sistema eleitoral, do sistema partidário e do sistema técnico-burocrático, para dar continuidade e estabilidade à gestão administrativa, enquanto houver embates políticos, o que é natural. No mundo inteiro, não se evita crise política; não só nas instituições políticas, como dentro da própria família, da empresa, do clube de futebol. Em todo lugar, há crise política. É preciso criar mecanismos através dos quais essas crises possam ser administradas, sem que se coloque em risco a instituição familiar, empresarial ou política — com a qual temos que ter muito mais cuidado, pois temos que preservar as instituições políticas. Então, crise existe em qualquer sistema, só que no sistema parlamentarista existem mecanismos próprios para administrá-las, mecanismos esses que não permitem que elas se transformem em crises institucionais, abalando, portanto, os alicerces das instituições. Quero cumprimentar V. Ex^a, e quero também aproveitar os três apartes que me antecederam para fazer um alerta: claro que todos nós aqui — a maioria do Senado, da Câmara, e já se percebe que a maioria da opinião pública também — somos a favor do novo sistema de governo, e, do jeito que V. Ex^a coloca, com a abrangência necessária, é preciso ir além da reforma do sistema de governo, ressaltando mais vivamente a importância da antecipação do plebiscito. Se ela não ocorrer, não haverá tempo para que o Congresso vote os desdobramentos da decisão popular, que é o conjunto das reformas políticas. Na questão que se coloca a debate é preciso ter muito cuidado. Já ouvi muito presidencialista usar do argumento ilusório, falacioso e até maldoso de que não é possível adotar o Parlamentarismo com esse Congresso que está aí. Isso é uma ilusão. Quanto pior a nossa imagem a respeito do Congresso, mais se avulta a necessidade do Parlamentarismo, porque só ele pode dar ao Congresso poderes e responsabilidades, pesando até o risco da dissolução. Então, não há o que criticar no sistema parlamentar, o Congresso é necessário e o que não se tem democracia. Por outro lado, também é preciso que os parlamentaristas se compenetrem de que não é de uma forma simplista, criticando os Presidentes da República, que vamos valorizar a nossa causa. Na minha opinião, o Presidente da República é a maior e a principal de todas as vítimas do Presidencialismo. O Presidente da República, nesse sistema que aí está, pode tudo no campo da fisiologia, e não pode nada — é impotente — na solução dos grandes problemas nacionais. Por quê? Porque há um grande conflito entre o Legislativo e o Executivo, que é da essência do Presidencialismo. Vamos eliminar esse conflito com o Parlamentarismo, porque aí haverá uma solidariedade entre o Executivo e o Legislativo e, assim, vamos caminhar sem traumatismos. Quero, portanto, cumprimentar V. Ex^a por colocar a questão de uma forma magistral: não adianta mudar só o sistema de governo; ou se muda o conjunto, através de reformas das instituições políticas, ou se deixa como está. Mas acho que o bom senso nos recomenda mudar.

O SR. GUILHERME PALMEIRA — Muito obrigado, nobre Senador José Richa. V. Ex^a, que é um dos líderes do movimento parlamentarista no Congresso, tem dado uma

grande contribuição para que possamos tornar o Parlamentarismo uma realidade no nosso País.

As colocações de V. Ex^a foram perfeitas. Quando alguns presidencialistas se posicionam alegando que a fragilidade — às vezes até a incompetência, para uns — do Congresso é uma das razões para se evitar o Parlamentarismo, o que devemos colocar é que, com a mudança de regime, com a implantação do voto distrital e com a fortificação dos partidos políticos, vamos atrair valores importantes da nossa sociedade para a vida política, valores esses que, às vezes, não têm condição de assim proceder, porque não têm partido e não querem entrar nas legendas de ninguém correr determinados riscos. Na hora em que tivermos partidos funcionando, vamos convocar os melhores valores do País para contribuírem para o nosso desenvolvimento.

É por aí que vamos ter um Parlamento mais representativo e que signifique mais o que é a sociedade brasileira.

Portanto, concluindo, Sr. Presidente, já que esgotei todo meu tempo, dizia que no Parlamentarismo a alternativa é outro governo, outro e mais outro até que se acerte, sem ferir as instituições democráticas.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, sei que não estamos trazendo nada de novo a esta tribuna, da qual homens tão ilustres, como V. Ex^a, têm dado uma contribuição substantiva à solução das questões nacionais.

Se retornamos ao assunto foi para renovar a nossa profissão de fé no regime parlamentar e reiterar, mais uma vez, que acreditamos no Brasil e temos a certeza de que, apesar das crises, construiremos um futuro luminoso.

Muito obrigado. (Muito bem! Palmas.)

Durante o discurso do Sr. Guilherme Palmeira, o Sr. Alexandre Costa, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Magno Barcelar.

Durante o discurso do Sr. Guilherme Palmeira, o Sr. Magno Barcelar, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Iram Saraiva, 4º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Senador José Eduardo.

O SR. JOSÉ EDUARDO (PTB — PR. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, depois de ficar um tempo fora de moda, voltou a circular, com a força das unanimidades, a palavra “isonomia”. Agora, por causa do problema do soldo dos militares, só se fala em isonomia, palavrinha estranha que quer significar o direito de cada cidadão ser regido pelas mesmas regras que outros em situação semelhante à deles. Esse conceito, normalmente, é estendido para a igualdade de todos perante a lei.

Tudo isso é muito bonito e parece até uma coisa contra a qual ninguém pode se opor, mas a verdade é bem outra. No caso do Brasil, a palavra “isonomia”, que, teoricamente, garante o direito de todos, tem funcionado mesmo, na prática, como garantia do privilégio de alguns, privilégio — este, sim, — que é igualmente financiado por todos, ou melhor, pelo resto da sociedade. Pois aqui se pretende reduzir os efeitos da isonomia ao funcionalismo público. O trabalhador comum — este, coitado! — não tem nem mesmo o direito de ser igual a ninguém.

Teoricamente, a isonomia é uma maravilha. Então, pergunta-se: por que um advogado lotado no Poder Legislativo não ganha exatamente os mesmos vencimentos de outro que

presta serviço no Judiciário ou mesmo na Procuradoria-Geral da República, ou seja, no Executivo? Para funções semelhantes, igual remuneração, argumenta-se. Tudo muito bem, mas fica no reino das aparências. Não passa disso. Na verdade, o equívoco de um advogado do Judiciário ou da Procuradoria da República poderá provocar efeitos danosos contra o cidadão comum em proporções incomparavelmente maiores do que um erro cometido por um assessor jurídico do Exército ou de um Ministério qualquer. Então, os vencimentos não podem ser exatamente os mesmos. Para responsabilidade maior, melhor remuneração. Este, sim, é um princípio de justiça.

É por estas e outras que se diz que o Brasil está na contramão da História. Ora essa: no mundo inteiro, a queda do Muro de Berlim serviu como símbolo da implantação de uma nova meritocracia. Mais do que uma economia de mercado surgiu, nesta nova era, uma civilização do mérito. Juntamente com as pedras do muro que dividia a velha capital alemã em duas cidades antagônicas, desabou a mentalidade marxista. "A cada um, de acordo com sua necessidade", rezava a cartilha, que, agora saiu de voga. A nova cartilha, que, está provado, produz mais prosperidade para todos, reza de forma diferente: "A cada um, de acordo com sua capacidade".

Só que, aqui no Brasil, pelo menos no caso do serviço público, mérito vale muito pouco. Todos têm de ser iguais perante a lei. Todos, em todos os poderes, têm de receber idênticos vencimentos. Só que ninguém pergunta quem paga a conta. Ninguém quer nem saber. Não importa se um tem mais experiência ou é mais competente do que o outro. Todos querem ter direito aos mesmos vencimentos. Desde que o funcionário receba. E o operário pague a conta.

Acredito que, realmente, os militares estão recebendo soldos muito baixos no Brasil. A Nação precisa que seus soldados tenham direito a uma vida digna. Não por eles estarem armados e os civis desarmados, mas para que todos possam se sentir mais seguros e tranquilos. Só que os trabalhadores comuns também têm direito a uma vida decente. Querer estabelecer privilégios está errado, Sr. Presidente, Srs. Senadores! Esse tipo de diferenciação entre um cidadão brasileiro e outro não pode ser aceito assim, sem mais nem menos. O Brasil, que quer modernizar as relações econômicas e sociais, não pode conviver com esse tipo de privilégio, escondido no manto de uma falsa isonomia. Experiências diferentes e diferentes níveis de competência devem ser remuneradas em níveis diferentes. Isonomia, da forma como se está entendendo a palavra aqui no Brasil, é a consagração do corporativismo e da incompetência.

O Sr. Magno Bacelar — Permite-me V. Exª uma aparte?

O SR. JOSÉ EDUARDO — Pois não.

O Sr. Magno Bacelar — Nobre Senador José Eduardo Vieira, é da maior importância o seu pronunciamento. Inscrevi-me até para me pronunciar sobre esse assunto. O discurso de V. Exª, pelas manifestações do Poder Executivo, com relação à isonomia, e sempre apontando os outros Poderes, o Legislativo e o Judiciário, como os causadores da grande diferença. O que me preocupa é exatamente que o Poder Executivo deveria proceder primeiro um estudo dos salários do próprio Poder Executivo, pois lá não existe sequer isonomia. Congratulo-me com V. Exª pela oportunidade e pela importância deste pronunciamento.

O SR. JOSÉ EDUARDO — Agradeço o aparte de V. Exª, nobre Senador Magno Bacelar.

Continuando, Sr. Presidente:

A não ser que se garanta a isonomia para todos os trabalhadores brasileiros. Por que aos cidadãos brasileiros que realmente produzem, aqueles que plantam soja ou colhem milho ou os que montam tratores e caminhões, é negada a isonomia oferecida justamente aos que nada produzem? Por que aqueles que ganham um salário miserável e ainda são obrigados a deixar a metade desse salário no INSS; recebendo, em troca, uma aposentadoria indecente e a esses outros se garantem pensões integrais e privilégios inigualáveis?

Isso está errado, Sr. Presidente, Srs. Senadores! No fim das contas, essa tal de isonomia pela qual muita gente está brigando no Brasil não passa de uma enorme fatura. E quem vai pagar essa fatura? O trabalhador, como sempre.

Essa injustiça precisa ter fim, Sr. Presidente, Srs. Senadores! Vamos acabar com esse negócio de dar às coisas um nome que significa exatamente o contrário do que elas realmente querem dizer. Isonomia, sim. Mas uma isonomia que beneficie aos que ganham pouco, melhorando seus vencimentos, desde que, também, reduza os vencimentos daqueles que ganhem muito acima da média. A verdade é que essa moeda tem duas faces. E quem sustenta as duas é o trabalho suado e mal remunerado do trabalhador brasileiro.

Isonomia, sim. Mas que represente o direito à igualdade de oportunidade para todos os brasileiros. Não apenas para o burocrata instalado em Brasília, mas para o metalúrgico do ABC, o têxtil de Santa Catarina ou o produtor de milho do Paraná.

Isonomia, sim. Mas só se for no sentido verdadeiramente amplo, geral e irrestrito que a palavra tem. Não essa falsa isonomia, com a qual alguns têm direitos iguais a outros poucos e a maioria só tem o direito de pagar a conta.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Antonio Mariz — Aureo Mello — Divaldo Suruagy — Eduardo Suplicy — Enéas Faria — Flaviano Melo — Henrique Almeida — José Paulo Bisol — José Richa — José Sarney — Lavoisier Maia — Marcio Lacerda — Nelson Carneiro.

Esgotado o período destinado ao Expediente.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 125, DE 1991-COMPLEMENTAR

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 125, de 1991-Complementar (nº 60/89, na Casa de origem), que disciplina os limites das despesas com o funcionalismo público, na forma do art. 169 da Constituição Federal, tendo

PARECERES, proferidos em plenário.

Relator: Senador Meira Filho.

— 1º pronunciamento: favorável ao projeto; 2º pronunciamento: favorável à emenda de plenário.

(Dependendo de parecer sobre as emendas apresentadas perante a Comissão de Assuntos Econômicos.)

A Presidência retira da pauta o item, nº 1, nos termos do art. 175, alínea e, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Item 2;

**PROJETO DE RESOLUÇÃO
Nº 18, DE 1992**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 18, de 1992 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 92, de 1992), que autoriza a Prefeitura Municipal de São Paulo a emitir e colocar no mercado, através de ofertas públicas, 5.547.994.259 Letras Financeiras do Tesouro do Município de São Paulo (LFTM-SP), para pagamento do 3º oitavo de precatórios judiciais.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — A Presidência esclarece ao Plenário que a aprovação do requerimento de urgência tirou a oportunidade de os Srs. Senadores apresentarem emendas ao projeto perante a Mesa, nos termos do art. 235, inciso II, letra f, do Regimento Interno.

Fica facultado, a partir deste momento, o oferecimento de emendas. (Pausa.)

Passa-se à discussão do projeto, em turno único.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o projeto queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final da matéria, que será lida pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

**PARECER Nº 107, DE 1992
Da Comissão Diretora**

Redação final do Projeto de Resolução nº 18, de 1992.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 18, de 1992, que autoriza a Prefeitura Municipal de São Paulo a emitir e colocar no mercado, através de ofertas públicas, 5.547.994.259 Letras Financeiras do Tesouro do Município de São Paulo — LFTM-SP, para pagamento do terceiro oitavo de precatórios judiciais.

Sala de Reuniões da Comissão, 5 de maio de 1992. — Mauro Benevides, Presidente — Beni Veras, Relator — Dirceu Carneiro — Alexandre Costa.

ANEXO AO PARECER Nº 107, DE 1992

Redação final do Projeto de Resolução nº 18, de 1992

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Presidente, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº , DE 1992

Autoriza a Prefeitura Municipal de São Paulo a emitir e colocar no mercado, através de ofertas públicas 5.547.994.259 Letras Financeiras do Tesouro do Município de São Paulo — LFTM-SP, para pagamento do terceiro oitavo de precatórios judiciais.

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de São Paulo, nos termos da Resolução nº 58, de 1990, do Senado Federal, autorizada a emitir 5.547.994.259 Letras Financeiras do Tesouro do Município de São Paulo — LFTM-SP, para pagamento do terceiro oitavo de precatórios judiciais.

Art. 2º As condições financeiras básicas da emissão são as seguintes:

I — quantidade: 5.547.994.259 LFTMSP;

II — modalidade: nominativa-transferível;

III — rendimento: igual ao das Letras Financeiras do Tesouro Nacional (mesma taxa referencial);

IV — prazo: até 1.826 dias;

V — valor nominal: Cr\$1,00;

VI — previsão de vencimentos dos títulos a serem emitidos: 1º de junho de 1996 — título 695.000;

VII — forma de colocação: através de ofertas públicas, nos termos da Resolução nº 565, de 20 de setembro de 1979, do Banco Central do Brasil.

Art. 3º A autorização concedida por esta Resolução deverá ser exercida no prazo de doze meses, contado da data de sua vigência.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

O projeto vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Item 3:

**PROJETO DE RESOLUÇÃO
Nº 19, DE 1992**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 19, de 1992 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 93, de 1992), que autoriza o Governo do Estado do Espírito Santo a emitir e colocar no mercado, através de ofertas públicas, Letras Financeiras do Tesouro do Estado, destinadas ao giro de 88% das 1.385.285.819 LFT-ES, vencíveis no 1º semestre de 1992.

A Presidência esclarece ao Plenário que a aprovação do requerimento de urgência tirou a oportunidade de os Srs. Senadores apresentarem emendas ao projeto perante a Mesa, nos termos do art. nº 235, inciso II, letra f, do Regimento Interno.

Em discussão. O projeto em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o projeto queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Sobre a mesa, redação final que será lida pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

PARECER Nº 108, DE 1992

(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Resolução nº 19, de 1992.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 19, de 1992, que autoriza o Governo do Estado do Espírito Santo a emitir e colocar no mercado, através de ofertas públicas, Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Espírito Santo — LFTES, destinadas ao giro de oitenta e oito por cento das 1.385.285.819 — LFTES, vencíveis no primeiro semestre de 1992.

Sala de Reuniões da Comissão, 5 de maio de 1992. — Mauro Benevides, Presidente — Benil Veras, Relator — Dirceu Carneiro — Alexandre Costa.

ANEXO AO PARECER Nº 108, DE 1992

Redação final do Projeto de Resolução nº 19, de 1992.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, _____, Presidente, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº _____, DE 1992

Autoriza o Governo do Estado do Espírito Santo a emitir e colocar no mercado, através de ofertas públicas, Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Espírito Santo — LFTES, destinadas ao giro de oitenta e oito por cento das 1.385.285.819 — LFTES, vencíveis no primeiro semestre de 1992.

Art. 1º É o Governo do Estado do Espírito Santo autorizado, nos termos dos arts. 4º e 8º da Resolução nº 58, de 1990, do Senado Federal, a proceder a emissão e colocação no mercado de Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Espírito Santo — LFTES.

Parágrafo único. Os recursos advindos da emissão autorizada no caput deste artigo destinam-se à rolagem de oitenta e oito por cento das 1.385.285.819 LFTES, vencíveis no primeiro semestre de 1992.

Art. 2º As condições de realização da operação são as seguintes:

I — quantidade: a ser definida na data de resgate dos títulos a serem substituídos, deduzida a parcela de doze por cento;

II — modalidade: nominativa-transferível;

III — rendimento: igual ao das Letras Financeiras do Tesouro Nacional (mesma taxa referencial);

IV — prazo: até 730 dias;

V — valor nominal: Cr\$1,00;

VI — características dos títulos a serem substituídos:

Vencimento	Quantidade
15-5-92	458.227.163
1º-6-92	441.593.580
15-6-92	485.465.076
Total.....	1.385.285.819

VII — previsão de colocação e vencimento dos títulos a serem emitidos:

Colocação	Vencimento	Título	Data-Base
15-5-92	15-5-94	670730	15-5-92
1º-6-92	1º-6-94	670730	1º-6-92
15-6-92	15-6-94	670730	15-6-92

VIII — forma de colocação: através de ofertas públicas, nos termos da Resolução nº 565, de 20 de setembro de 1979, do Banco Central;

IX — autorização legislativa: Lei nº 4.216, de 27 de janeiro de 1989 e Decreto nº 2.896-N, de 9 de maio de 1990.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

O projeto vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Item 4:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 18, de 1992, de autoria da Senadora Marluce Pinto, solicitando, nos termos do art. 172, inciso I, do Regimento Interno, a inclusão, em Ordem do Dia, do Projeto de Lei do Senado nº 244, de 1991, de sua autoria, que proíbe a exportação de pedras preciosas e semi-preciosas in natura.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O Projeto de Lei do Senado nº 244, de 1991, será incluído na Ordem do Dia, oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Item 5:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 19, de 1992, de autoria da Senadora Marluce Pinto, solicitando, nos termos do art. 172, inciso I, do Regimento Interno, a inclusão, em Ordem do Dia, do Projeto de Lei do Senado nº 272, de 1991, de sua autoria, que autoriza as pessoas físicas a abaterem em suas declarações de renda os gastos com empregados domésticos e dá outras providências.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O Projeto de Lei do Senado nº 272/91 será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Item 6:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 20, de 1992, de autoria da Senadora Marluce Pinto, solicitando, nos termos do art. 172, inciso, do Regimento Interno, a inclusão, em Ordem do Dia, do Projeto de Lei do Senado nº 273, de 1991, de sua autoria,

que transfere ao domínio do Estado de Roraima terras pertencentes a União e dá outras providências.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados (Pausa.)

O Sr. Jutahy Magalhães — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Senador.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PSDB — BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, verificando a Ordem do Dia, tive a oportunidade de constatar que a Senadora Marluce Pinto apresentou três requerimentos, para inclusão na Ordem do Dia, sobre projetos de sua autoria.

No final da Ordem do Dia temos, também, projetos da autoria da Senadora Marluce Pinto incluídos, da mesma maneira, na pauta.

Vejo que a nobre Senadora perdeu a paciência de esperar a tramitação dos projetos pelas comissões da Casa. Quem sabe S. Ex^a não têm razão total? Infelizmente a tramitação é um pouco demorada, embora todos os projetos sejam de 1992, de acordo com o Regimento que estabelece prazos para as comissões se manifestarem a respeito de determinadas matérias. E aqui estamos vendo que, completado o prazo, foi solicitado a sua inclusão em Ordem do Dia através de requerimentos, que estão sendo aprovados também com a minha aquiescência.

Se fizermos disso uma norma geral, talvez nossa pauta precisasse de alguns volumes para imprimir todos os projetos para serem votados em plenário.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O Projeto de Lei do Senado nº 273, de 1991, será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Item 7:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 26, DE 1991 — COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 26, de 1991 — Complementar, de autoria do Senador Ronaldo Aragão, que altera a Lei Complementar nº 41, de 22 de dezembro de 1981, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob nº 39, de 1992, da Comissão

— de Assuntos Econômicos.

A Presidência comunica ao Plenário que a matéria ficou sobre a mesa durante cinco sessões ordinárias para recebimento de emendas, nos termos do art. 235, inciso II, letra d, do Regimento Interno. Ao projeto não foram oferecidas emendas.

Passa-se à discussão do projeto, em turno único.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 234, DE 1992

Nos termos do art. 279, alínea c, do Regimento Interno, requeiro o adiamento da discussão do Projeto de Lei do Sena-

do nº 26, de 1991 — Complementar, a fim de ser feita na sessão de 5 de junho vindouro.

Sala das Sessões, 5 de maio de 1992. — **Guilherme Palmeira.**

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Em votação o requerimento. (Pausa.)

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados.

Aprovado.

A matéria voltará à Ordem do Dia na data aprazada.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Item 8:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 108, DE 1991

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 172, I, do Regimento Interno.)

De autoria da Senadora Marluce Pinto, que dispõe sobre a composição da merenda escolar e dá outras providências. (Dependendo de parecer.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Beni Veras para emitir parecer.

O SR. BENI VERAS (PSDB — CE. Para emitir parecer.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, o projeto em análise, de autoria da ilustre Senadora Marluce Pinto, tem dois objetivos básicos:

1º) Exigir que a merenda escolar servida na rede pública de ensino seja constituída de produtos compatíveis com os hábitos alimentares de cada Estado.

2º) Obrigar que a merenda escolar seja composta de produtos locais.

Na justificativa, a autora destaca bem dois problemas do atual sistema centralizador da merenda escolar, como a "inadequação dos cardápios às realidades e hábitos locais" e a "excessiva centralização das aquisições, sem se levar em consideração as produções municipais e regionais, capazes, muitas vezes, de abastecer adequadamente os refeitórios das escolas locais".

Dentre os benefícios que poderiam advir para a sociedade com a aprovação do projeto, a eminente Senadora salienta:

- a) desenvolvimento das economias locais;
- b) fortalecimento das associações comunitárias;
- c) maior aceitabilidade dos produtos oferecidos nos cardápios das escolas;
- d) menores perdas no armazenamento, por prolongados períodos de grandes estoques;
- e) fortalecimento do Município, com o correlato aumento de suas responsabilidades;
- f) redução de custos de transportes.

Há que se ressaltar que tal assunto já deveria ter sido objeto de análise e decisão do Poder Executivo, ao qual compete tanto a execução do programa de merenda escolar, quanto a solução dos problemas que, porventura, surgirem na área. Porém, lamentavelmente, os problemas não foram, até hoje, equacionados adequadamente, o que tem gerado até mesmo sérias denúncias de corrupção na aquisição de produtos que são distribuídos por todo o País.

Destarte, o projeto em exame é oportuno e a iniciativa da Senadora Marluce Pinto é louvável por se enquadrar no espírito de municipalismo e de racionalização e descentralização da administração de programas do Governo Federal.

Como o projeto, se aprovado, não acarretaria aumento nos gastos públicos, podendo, inclusive reduzi-los, e como se encontra redigido de acordo com as normas da boa técnica legislativa e sem quaisquer óbices constitucionais ou de juridicidade, nosso parecer, quanto ao mérito, é favorável e opinamos pela sua aprovação.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — O parecer é favorável.

Nos termos do art. 235, II, letra d, do Regimento Interno, a matéria ficará sobre a mesa durante cinco sessões ordinárias para recebimento de emendas.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Item 9:

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 241, DE 1991

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 172, I, do Regimento Interno.)

De autoria da Senadora Marluce Pinto, que estabelece prazo para a elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e dá outras providências. (Dependendo de parecer.)

Solicito ao Senador Ronaldo Aragão o parecer sobre a matéria, nos termos do art. 140, letra b, do Regimento Interno.

O SR. RONALDO ARAGÃO (PMDB — RO. Para proferir parecer.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, vem a exame desta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 241/91, de autoria da nobre Senadora Marluce Pinto que disciplina a elaboração do plano nacional de desenvolvimento econômico e social, bem como dos planos regionais de desenvolvimento econômico e social de cada uma das regiões geoeconômicas a que se refere o art. 21, inciso IX, da Constituição Federal.

Prescreve o art. 1º da proposição em estudo que os planos nacionais e regionais de desenvolvimento econômico e social — que deverão abranger período equivalente ao do mandato do Presidente da República — sejam submetidos à apreciação do Congresso Nacional até o dia 30 de outubro do ano em que ocorrer a posse do chefe do Poder Executivo.

Trata o art. 2º do projeto da elaboração do Plano de Ação Governamental de âmbito nacional e regional, a ser encaminhado pelo Executivo ao Congresso Nacional até 30 de outubro de cada exercício.

O Congresso terá até o dia 15 de dezembro de cada ano para se pronunciar sobre os planos a que se refere o Projeto de Lei nº 241, de 1991.

A autora justifica a proposta manifestando preocupação — também expressa pelo legislador constituinte, entre outros, nos arts. 21, IX; 48, IV; 84, XI, XXIII e XXIV; 165, § 4º e 166 da Constituição — com a elaboração de planos de desenvolvimento mais precisos e consistentes, que não estaria sendo satisfeita pelo Executivo.

Os propósitos e objetivos da medida em análise não são de molde a permitir que se lhe faça qualquer objeção quanto a seu mérito ou à oportunidade da lei que ora se delineia.

No momento em que o Congresso Nacional retoma as prerrogativas que historicamente pertencem ao Poder Legislativo nas democracias mais estáveis, é inegável o mérito da proposição, que submete aos legítimos representantes do povo brasileiro a elaboração das políticas a serem executadas pelo Governo para a promoção do desenvolvimento nacional integrado.

Deve-se ressaltar, contudo, ser indispensável que à elaboração dos planos de que trata o Projeto em epígrafe, siga-se o necessário acompanhamento de sua execução na forma prescrita no art. 49, IX da Constituição.

O projeto de lei em estudo versa sobre matéria de competência da União, sobre a qual cabe ao Congresso dispor, com a sanção do Presidente da República, nos termos do art. 48, IV, da Lei Fundamental.

Está o projeto vazado em linguagem jurídica adequada, obedecendo aos cânones da boa técnica legislativa.

Isto posto, dado que também quanto aos critérios de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa não vemos óbice à prosperidade do projeto, opinamos favoravelmente à sua aprovação.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — O parecer é favorável.

Nos termos do art. 235, II, letra d, do Regimento Interno, a matéria ficará sobre a mesa durante cinco sessões ordinárias para recebimento de emendas.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Passa-se, agora, à apreciação do Requerimento nº 230/91, lido no Expediente, de autoria do Senador Nabor Júnior.

Solicito do nobre Senador Irapuan Costa Júnior o parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. IRAPUAN COSTA JÚNIOR (PMDB — GO. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, atendendo a convite para comparecimento à Conferência Íbero-Americana da Juventude, formulado pelo Parlamento Latino-Americano, foi designado pelo Presidente desta Casa, Senador Mauro Benevides, o ilustre Senador Nabor Júnior, Parlamentar que, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, tem-se voltado permanentemente para as questões latino-americanas.

Assim sendo, nosso parecer é favorável à licença requerida.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — O parecer conclui favoravelmente.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Fica concedida a licença solicitada.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Passa-se, agora, à votação do Requerimento nº 233, de 1992, lido no Expediente, solicitando a realização de sessão solene do Congresso Nacional para reverenciar a memória de Antônio Balbino de Carvalho Filho.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A Presidência consultará a Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — É com grata satisfação que a Presidência e a Mesa do Senado congratulam-se com o nobre Deputado Kitagawa, Ministro do Meio Ambiente do Japão, que se encontra no Plenário, e o cumprimenta. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Volta-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao nobre Senador Ronaldo Aragão.

O SR. RONALDO ARAGÃO (PMDB — RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, assomo à esta tribuna, depois de ler, através dos jornais, notícias relacionadas ao Orçamento passado, inclusive com referências à minha pessoa. Já estive nesta tribuna por várias vezes, falando a respeito do Orçamento. E, para minha estranheza, um dos jornais de hoje, atribui ao Presidente do Congresso Nacional declarações a respeito do Orçamento e da minha pessoa.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Senadores, quem não conhece a tramitação do Orçamento, quem não conhece a competência da Comissão Mista de Orçamentos, da sua presidência, dos seus vice-presidentes, com essas notícias alardeadas pela imprensa nacional, pedindo uma explicação a respeito da matéria, espera um esclarecimento da questão.

Quero dizer, em primeira mão, que a competência da Comissão Mista de Orçamentos está restrita à comissão, assim como a competência da presidência da Comissão Mista de Orçamentos também está restrita à comissão. À medida que a Comissão aprova o orçamento e o remete para apreciação e votação do Congresso Nacional, essa competência não é mais da Comissão Mista de Orçamento, nem da Presidência da referida comissão. Então, fiquei surpreso com a matéria publicada nos jornais de hoje, com a seguinte declaração, atribuída ao Presidente do Congresso Nacional:

“O Presidente do Senado Federal, Mauro Benevides, deu prazo até o final da tarde de hoje para que o Ministro da Ação Social, Ricardo Fiúza, o Relator-Geral da Comissão de Orçamento e o Senador Ronaldo Aragão, ex-presidente da Comissão, expliquem as alterações feitas no texto do orçamento depois de haver sido votada a redação final, conforme reportagem de O Globo, publicada na quarta-feira passada. Antes de tomar qualquer decisão, o Presidente do Congresso Nacional, Mauro Benevides, quer ouvir aqueles que considera os principais responsáveis pelo texto final do orçamento, Ricardo Fiúza e Ronaldo Aragão.”

Eu fiquei surpreso. A competência da Comissão se exaure no momento em que envia a matéria, relativa ao Orçamento, para aprovação do Congresso. A partir daí a Comissão e a Presidência não têm nenhuma responsabilidade. E considero estranhas essas declarações atribuídas ao Presidente do Congresso Nacional, pois não acredito que S. Ex^a tenha feito tais afirmações. Várias e várias vezes, a imprensa nacional tem publicado matéria solicitando uma explicação ao Presidente. E fico estarrecido com o fato de não se saber o limite de competência ou função de cada órgão.

Se eu estivesse fazendo alusões ao Orçamento do Congresso, estaria cometendo uma ingerência na competência. Não me cabe, como então Presidente da Comissão Mista de Orçamentos, fazer ingerência em matéria que não é da minha competência!

Sr. Presidente, Srs. Senadores, a responsabilidade do Presidente da Comissão Mista de Orçamentos não pode extrapolar para o Congresso Nacional. Não pode! Ela se encerra quando se entrega a peça orçamentária votada na Comissão de Orçamentos ao Congresso Nacional para que o Plenário a modifique, discuta, e aprove!

O Sr. Gerson Camata — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. RONALDO ARAGÃO — Ouço o nobre Senador.

O Sr. Gerson Camata — Ilustre Senador Ronaldo Aragão, acompanhei, como membro da Comissão de Orçamentos, o esforço, a luta e o trabalho de V. Ex^a naquela comissão. Um dia até, lá pela madrugada, vendo o trabalho, as noites indormidas, o esforço de V. Ex^a pela conciliação, até brincando, disse-lhe que seria preferível ficar uma noite inteira no cabo de uma enxada capinando uma roça, a ficar sentado àquela mesa como Presidente. Entretanto, V. Ex^a, como eu e outros membros da comissão, teve oportunidade até de lutar muito pela reforma do Regimento Interno, o que melhorou bastante o desempenho da comissão. Foi um trabalho de V. Ex^a, porque foi V. Ex^a quem abriu aquela discussão em torno daquelas mudanças que eram necessárias e que agilizaram um pouco o trabalho da comissão. Mas, acredito que ainda haja necessidade de mudanças na sistemática de funcionamento. Porque, veja V. Ex^a, com aquela avalanche de emendas, não há sub-relator, não há relator que consiga, durante um ano, nem lê-las. E não as lendo, fica difícil avaliá-las, aprová-las ou rejeitá-las. Sr. Presidente, há algo que não consigo entender, na Comissão de Orçamentos. O Senador do Espírito Santo vota uma emenda lá do Acre, Estado que nunca visitou e sobre cujas prioridades não tem conhecimento. Vota uma emenda para construir uma ponte sobre um determinado rio que ele nunca atravessou nem de canoa, enquanto o Senador do Amapá vota uma emenda lá para o interior do Espírito Santo, Estado que também, não conhece ou sabe o que está acontecendo. Acredito que sobre as despesas fixas do Governo, como funcionalismo, custeio, pagamento de dívida interna e externa e rolagem de dívida, nunca houve tanta discussão. A meu ver, ilustre Senador Ronaldo Aragão, cada estado, no plenário da comissão, deveria debater a definição do percentual que a ele caberia desses investimentos, para que, depois, as respectivas bancadas pudessem se reunir para determinar a aplicação desses recursos. Em seguida, encaminhar-se-iam as conclusões para o Relator e os Parlamentares poderiam votar as prioridades do seu estado, eliminando esse trabalho atabalhado que se tem no final da comissão, diante da avalanche de emendas e o tempo exíguo para apreciá-las. V. Ex^a aborda o tema muito bem ao afirmar que a competência da comissão como um todo termina quando se envia à Mesa o documento final. De outro modo, se o Plenário o rejeitasse, a Comissão seria culpada. O mesmo acontece com as comissões permanentes, ou seja, a partir do momento em que o projeto foi enviado ao Plenário, a comissão não tem mais nenhuma responsabilidade sobre a sua tramitação, pois já cumpriu sua etapa do processo legislativo. V. Ex^a coloca isso com uma clareza meridiana. Se a comissão fosse responsável por toda a trajetória, não seria preciso haver Plenário; quer dizer, a comissão encerraria o seu trabalho sem que o Plenário fosse ouvido. Mas quero dar testemunho, em primeiro lugar, da lisura com que V. Ex^a conduziu na qualidade de Presidente, a tramitação das emendas naquela comissão. V. Ex^a foi imparcial, às vezes até um pouco duro, no trato de determinadas matérias, ao não fazer concessões sequer aos seus colegas, membros da comissão. V. Ex^a agiu como deve agir um homem do peso moral e da seriedade de V. Ex^a. Não era outra a expectativa do Plenário da Comissão. Logo no início, V. Ex^a foi vitorioso na luta pela reforma do regimento, com a intenção de acabar com a “igrejinha” na comissão. Agora, imputar à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização uma culpa que não pode ter, pois já encerrou o seu trabalho é incompreensível. V. Ex^a tem nisso toda razão. Testemunho a seriedade, a hombridade e, às vezes, até o excesso

de zelo de V. Exª na condução das reuniões, principalmente nas madrugadas, quando se tentava estabelecer a "igrejinha" e V. Exª tinha coragem até para encerrar os trabalhos, a fim de não permitir que um, dois ou três Parlamentares decidissem pela maioria dos membros daquela comissão. Testemunho, portanto, a seriedade com que V. Exª se houve à frente daquela comissão.

OSR. RONALDO ARAGÃO — Senador Gerson Camata, agradeço a V. Exª as palavras elogiosas a meu respeito, mas quero dizer que apenas cumpro com a minha obrigação, na qualidade de Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Fiz o que era necessário, às vezes até contrariando — disse muito bem V. Exª — determinados segmentos que me consideram democrático demais. Exauriam-se as discussões, que se estendiam por altas horas da madrugada, e muitos parlamentares diziam que eu estava extrapolando em democracia. Mas eu entendia ser meu dever colocar, com transparência, os trabalhos da comissão.

Na verdade, não só eu, mas todos aqueles que fizeram parte daquela comissão, lutamos por um regimento interno, inclusive criamos uma Comissão de Fiscalização, pós-votação do Congresso Nacional, representado por todos os partidos políticos.

Mas, a partir do momento em que a comissão vota a matéria, a reunião de todos os pareceres parciais e a síntese, que era o parecer geral do relator, e a entrega ao Congresso Nacional, a comissão deixa de ter responsabilidade. Isso é transparente. Creio que a discussão — ou o nome do Senador é muito apreciado, pelo fato de estar sempre nos jornais — pode advir do desconhecimento do Regimento Interno.

Qual a responsabilidade da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, e do seu Presidente, depois da matéria votada no Congresso Nacional e enviada à compatibilização no Prodasen?

A função da Comissão, ou do seu Presidente, não é fiscalizar. Sua responsabilidade cessa à medida em que se entrega a matéria ao Congresso Nacional. Isso é cristalino, não se precisa discutir. Vejam o deslante que faz o jornal do meu Estado, com a seguinte manchete: "Ronaldo Aragão depõe em inquérito contra Fiúza". Vejam a que ponto chegamos!

Quanto à responsabilidade do Presidente — enfático —, encerra-se ao se entregar a peça orçamentária ao Congresso Nacional. Mesmo assim, ainda existem essas matérias nos jornais, que cobram do Presidente da comissão um posicionamento. A minha está contida na Ata que entreguei para votação no Congresso Nacional. Não tenho nada mais nem menos a dizer.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, a matéria que versa sobre o aumento ou diminuição não compete ao Presidente.

Eu gostaria de ler uma parte da Ata pública.

Começarei pela parte em que, certa hora da madrugada, todos os Partidos representados na comissão, em reunião, decidiram apresentar uma proposta ao Relator-Geral, levada pelo Deputado Paulo Hartung.

Dizia, *ipsis litteris*:

"O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Aragão) — Com a palavra o Deputado Paulo Hartung para apresentar a sua proposta, em lugar do Senador Valmir Campelo.

O SR. PAULO HARTUNG — Sr. Presidente, sem prejuízo das inscrições, e usando o tempo cedido pelo Senador Valmir Campelo, queria apresentar uma pro-

posta que não é minha, mas do conjunto dos partidos políticos que têm assento nesta Comissão."

Isso foi dito pelo Deputado Paulo Hartung apresentando a proposta.

"Evidentemente que esta proposta deve ser apreciada por todos os colegas da Comissão e só ir à frente, adiante, se houver concordância. São quase 3 e meia da manhã e, pelo que nos foi informado, temos 600 destaques registrados na Mesa.

Há intervenção fora do microfone.

A Mesa corrige: "Não são 600 destaques, são 1.240 destaques".

"Precisamos dar racionalidade a este processo. Os companheiros separaram os destaques relativos ao texto e propuseram um acordo ao Relator, sobre o qual o Relator pode agora se posicionar, no sentido de suprimir o inciso II do art. 5º, que trata especificamente de adequar a execução da despesa; suprimir a letra e do inciso I do art. 6º.

Isso correspondia ao texto da lei.

Em seguida, o Deputado Paulo Hartung, apressando-se para oferecer a proposta disse:

"Queria apresentar, porque estou tomando tempo à toa. Sendo aceitas essas três modificações na lei, a proposta é no sentido de que os destaques, que estão sendo submetidos à Mesa, sejam transformados em indicação ao Relator, e que amanhã às 9h, quando for aberta a sessão, o Relator peça um prazo, pelo menos até as 16h, ao Presidente do Congresso, a fim de consolidar o processo e apresentar um trabalho final em plenário. Isso dá racionalidade ao processo, monta um calendário e nos permite chegar ao final do trabalho quase exaustivo que esta Comissão fez. Digo isso não em nome próprio, mas em nome de um conjunto de partidos políticos que tentam montar uma estrutura para que possamos terminar este trabalho. Muito obrigado, Sr. Presidente."

Em seguida, o Deputado João Paulo pede a palavra ao Sr. Presidente, pela ordem. O Sr. Presidente concede a palavra ao Deputado João Paulo, que diz:

"Penso que está havendo um equívoco com relação ao art. 5º. O entendimento havido lá em cima é para a supressão do art. 5º completo, incisos I e II e parágrafo único. Esse foi o acordo."

O Deputado Paulo Hartung replica: "O inciso I é tradicional nas leis; o inciso II já é inovação".

Afirma um Parlamentar não identificado pela taquigrafia: "Não há problema algum no inciso I; só há no inciso II.

Continua o Deputado Paulo Hartung: "É a letra c do inciso I do art. 6º, e o art. 8º".

O Deputado Nilson Gibson pede a palavra para um esclarecimento. O presidente concede a palavra a S. Exª

Explica o Sr. Nilson Gibson:

"Sr. Presidente, eu e o Senador Valmir Campelo verificamos que o caput é o mesmo e que o parágrafo único encampava o art. 1º. Portanto, o art. 5º passa a ter a seguinte redação: o Poder Executivo poderá designar órgãos centrais para movimentar dotações atribuídas às unidades orçamentárias.

Safa o inciso II, que é o do contingenciamento. Manifesta-se o Deputado João Paulo:

"Trata da supressão do Inciso II do art. 5º

Sr. Presidente, houve uma alteração naquilo que foi compactuado entre os partidos lá em cima. Desde que o entendimento seja conclusivo da parte dos demais companheiros, estarei de acordo em transformar os destaques em indicações."

Prosseguindo, Sr. Presidente, quero me ater a um aparte ocorrido mais no fim da sessão, quando se colocou em votação a proposta do Deputado Paulo Hartung, proposta esta que não é só do Deputado Paulo Hartung mas também de todos os partidos políticos com assento na Comissão Mista de Orçamento.

Falou o Relator, Deputado Ricardo Fiúza, que não concordava com determinadas posições, mas que se curvava à decisão da maioria da comissão.

Sr. Presidente, pediria mais um pouco de tempo, para concluir.

O Sr. Eduardo Suplicy — Senador Ronaldo Aragão, eu pediria a V. Exª a oportunidade de um aparte, após a sua conclusão, para um esclarecimento importante.

O SR. RONALDO ARAGÃO — Pois não.

Um Deputado ou um Senador não identificado disse:

"Sr. Presidente, só uma observação a respeito do que o Deputado Ricardo Fiúza acabou de dizer. Na nossa opinião — e eu me manifesto enquanto membro da Comissão — quanto mais claro for o trabalho que o Deputado Ricardo Fiúza apresentar amanhã, em plenário, melhor para o relator."

Esta foi uma consideração. Informa o Deputado Ricardo Fiúza:

"Não me posso comprometer e entregar o trabalho processado, porque sei que não dá. Entrego uma lista.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ronaldo Aragão) — Vou ler a proposta para que fique bem claro: "A proposta apresentada pelos partidos e acolhida pelo Relator é quanto à supressão do inciso II do art. 5º, a supressão da letra e do inciso I do art. 6º e a supressão do art. 8.

Para que ficasse bem explicitado, um Deputado ou Senador que a ata não identifica disse: "Voto contra. Registro o meu voto contra, faço questão de registrá-lo".

O SR. PRESIDENTE (Senador Ronaldo Aragão) — E a supressão do art. 6º?

É supressão do art. 16 por força da LDO, isto é, todos os destaques vão como indicação do Relator-Geral.

Quero enfatizar bem isto: Todos os destaques vão como indicação do Relator-Geral.

Feito este acerto, há uma lista de Deputados inscritos.

Antes da votação, o Deputado Eduardo Jorge diz o seguinte:

"Até por uma questão de delicadeza com o Relator, quero dizer que fizemos uma avaliação crítica global do orçamento, e registrar o nosso voto. Vamos votar contra o Orçamento, porque fizemos uma avaliação crítica global... É isso que quero explicar com rela-

ção ao nosso voto, até por uma questão de respeito ao Relator.

O relator responde, mas não há verificação de quorum. Temos um acordo de procedimento com todos os Partidos. Qualquer um vota como quiser.

Concluo, Sr. Presidente. As discussões continuaram e, no fim, coloquei em votação que foi acordado por todos os Partidos políticos, que era transformar os destaques em indicação.

E prossegue a reunião. Digo o seguinte:

"Em votação, na Câmara dos Deputados, a proposta apresentada pelo Deputado Paulo Hartung e aceita pelo Relator.

Os Srs. Deputados que concordam com a proposta permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Em votação, no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que concordam com a proposta permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada no Senado Federal.

Então, não vejo qual é a responsabilidade da comissão além do que está escrito nesta Ata, isso é a nossa responsabilidade.

O Sr. Eduardo Suplicy — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. RONALDO ARAGÃO — Um minuto, Senador, para que eu possa concluir.

Nesse momento coloquei em votação o parecer geral.

"Em votação o parecer do Relator Geral, ressalvados os destaques encaminhados como indicação, na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que concordam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado, com o voto contrário dos Srs. Deputados Eduardo Jorge, Paulo Hartung e Alcides Mdesto.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que concordam com o parecer do Relator, Deputado Ricardo Fiúza, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

O Sr. Eduardo Suplicy — Sr. Presidente, louvando o esforço do Relator, temos críticas ao conteúdo geral.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Aragão) — Como linha doutrinária?

O Sr. Eduardo Suplicy — Não esperamos que seja colocado em prática no ano que vem o que está no preâmbulo do parecer do Relator. Infelizmente, neste ano não foi possível ser alcançado completamente. Por isso votamos contrariamente".

S. Exª seguiu a orientação do seu Partido quanto ao relator geral do orçamento.

"Aprovado no Senado, com voto contrário do Senador Eduardo Suplicy"

Então, e isso que está aqui nesta Ata. E isso é responsabilidade nossa, da então Comissão de Orçamento.

Agora, perguntaram ao Presidente o que ele tem a ver com isso depois que o Congresso analisou, votou, e mandou

para a sanção do Presidente da República, é quer em demais. Qual é a responsabilidade que tenho depois que o Congresso examinou, modificou, votou, e mandou para a sanção do Presidente da República? Por isso, até hoje não respondi às indagações que a imprensa fez e disse, aqui, que não acreditava, Sr. Presidente, que V. Ex.^a tivesse feito essas colocações na imprensa nacional.

O Sr. José Fogaça — V. Ex.^a me permitiu um aparte?

O SR. RONALDO ARAGÃO — Ouvirei V. Ex.^a em seguida, Senador José Fogaça. Antes, ouço o Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy — Agradeço a oportunidade do aparte, prezado Senador Ronaldo Aragão. Também poderei formular uma questão de ordem, pois, se não me engano, a Presidência está dando a V. Ex.^a o tempo de vinte minutos e não o prazo a que teria direito após a Ordem do Dia, que é um pouco mais longo. Não me lembro de V. Ex.^a ter falado todo o tempo. Acredito que terá mais tempo, salvo engano.

O SR. RONALDO ARAGÃO — Realmente não marquei, mas me curvo à decisão da Mesa. Ouço V. Ex.^a

O Sr. Eduardo Suplicy — Senador Ronaldo Aragão, é fato que foi acordado pela reunião dos representantes de Partido, conforme diz o Deputado Paulo Hartung, que as emendas estavam colocadas como indicação para o Relator, para que ele, até às 4h do dia seguinte, pudesse fazer um ajuste. Qual era o tipo de ajuste que o Relator poderia fazer, naquele momento em que a Comissão Mista de Orçamento aprovava isto que V. Ex.^a indicou que se considerou adequado, dado o grande número de emendas que ele teria que consolidar, especialmente todos os destaques? Em especial, o que o próprio Deputado Ricardo Fiúza havia preposto que fosse acordado por todos nós? Também tenho nas mãos a Ata da mesma reunião, que se prolongou durante aquela madrugada com a paciência de V. Ex.^a na execução da extenuante tarefa que tinha como Presidente. Então, vou citar uma passagem dessa reunião, de número 580/91, na fita 12-J, quarto número 95, das Taquígrafas Cláudia Luiza e Hebla, onde exatamente está a palavra do Deputado Ricardo Fiúza, que diz:

“Acho extremamente louvável a intenção do Deputado Felipe Mendes. Se S. Ex.^a permitisse, eu poderia fazer uma adaptação.”

Por coincidência, estava pedindo ao Presidente que autorizasse os companheiros que fizeram o trabalho comigo, que sabem os que cometi umas trinta injustiças, pelo que pude detectar, hoje a realizar uma triagem preliminar em todos os destaques que contivessem erro material, ou seja, correção de fonte, correção de rubricas, de Estado etc. Por exemplo, hoje um companheiro me disse que havia o nome de dois municípios em uma emenda. Pensaram que um bairro era município, e escreveram “município tal e Campinas”.

Não sei — há uma comissão de acompanhamento e depois será feito um longo trabalho de computação — se a Comissão poderia delegar ao Relator, fiscalizando e prestando contas a todos os Partidos, através da comissão de acompanhamento, as seguintes tarefas: corrigir erros tipicamente materiais e comprováveis, fazendo com que se possa comprovar qualquer dúvida

imediatamente, remanejar verba indicada por um mesmo Deputado, a pedido, por escrito, do próprio. Assim, eliminaríamos um núcleo imenso; se a comissão concordar, repito, o relator poderá corrigir erros materiais ou erros de computação comprovados, guardando a memória dessas correções para elucidar qualquer dúvida. A comissão de acompanhamento seria informada de todos os passos dessas correções. Poderíamos ainda fazer as modificações sugeridas pelo Parlamentar, de acordo com a verba indicada por ele. Por quê? Porque muitos Parlamentares estão dizendo: “assinei esta emenda a pedido, não tenho interesse nela. Esse município não me interessa, mas outro sim. “O relator pode deslocar?” Se formos votar todas as emendas, é um nunca acabar. Mas se o relator for autorizado a mexer na emenda apresentada por um Deputado a pedido dele, por escrito, guardando a memória para a comissão, facilitará muito. O Deputado terá que me pedir por escrito. Atenderei com base na verba do Deputado. No caso de duplicação de destaques referentes à verba de um deputado, eu poderia juntar os dois. Portanto, os Companheiros que tivessem apresentado destaque nesse sentido, no momento da votação retirariam os destaques ou pediriam à secretária para retirá-los. Eliminaríamos pelo menos um terço dos problemas.”

Pois bem, Senador Ronaldo Aragão, esse entendimento, de fato, houve. Acredito que o que estamos apontando, no ofício encaminhado na semana passada ao Presidente do Congresso Nacional, Senador Mauro Benevides, é outra coisa. Sumarizando, então, o que foi acordado — e peço o testemunho do Presidente da Comissão — V. Ex.^a, de fato, conduziu os trabalhos de tal maneira que, naquela madrugada, dado o acúmulo de tarefas, o cansaço, o número de destaques tão grande, se transformassem os destaques em indicações para que, até às 4h da tarde daquele dia final de votação, o relator pudesse, primeiro, corrigir erros formais de redação; segundo, remanejar verba indicada por um mesmo Deputado, a pedido do próprio, por escrito, que deveria estar registrado. Pelo que entendi, se um parlamentar tem uma emenda aprovada no Ministério da Ação Social para a infra-estrutura urbana, em Brasília, de 50 milhões de cruzeiros, ele poderia requerer, naquele dia, por escrito, a substituição dela por uma outra emenda sua para a infra-estrutura urbana em Taguatinga, no valor de 50 milhões de cruzeiros. Está explicitado que isso foi aprovado. É importante ressaltar que a soma do valor das emendas aprovadas teria que ser igual à soma do valor das emendas substituídas, pelo que está escrito nas palavras do Deputado Ricardo Fiúza, poderia ter ocorrido sob a fiscalização de uma comissão de acompanhamento, em que estariam representados todos os partidos que prestariam contas. Mas o que acontece de fato? Ao que sei, ainda hoje perguntei ao representante do PSDB, Deputado Paulo Hartung, que acompanhou tudo isso, S. Ex.^a tem o mesmo entendimento que o meu. Conversei com o Deputado Carrion Júnior, do PDT, e S. Ex.^a também entende dessa forma; conversei com o Deputado Eduardo Jorge, José Genoíno, ambos do PT, e nenhum deles foi chamado para qualquer acompanhamento, a partir da aprovação da redação final do Orçamento na sessão do Congresso Nacional. Logo, não houve a comissão de acompanhamento. Através de levantamentos que realizamos, graças ao tema de orçamento de 1992, que, inclusive, contou com a colaboração, não apenas dos meus assessores no gabinete, mas também do jornalista Rodolfo Lago e da

jornalista do jornal *O Globo* que o acompanhou, foi possível identificar emendas adicionadas e não substituídas, tendo sido esse o levantamento entregue ao Sr. Presidente Mauro Benevides. Portanto, Senador Ronaldo Aragão, o que apontamos foi que 60 novas emendas foram adicionadas depois; emendas que não eram parte e nem haviam sido apresentadas até o dia 17 ou até o dia 19. Essas emendas foram posteriores. Então, avalio que V. Exª, como Presidente da Comissão está dando um depoimento, neste momento, sobre o que aconteceu com a comissão que V. Exª presidia, até o momento final. E eu entendo bem isso, que, uma vez entregue ao Presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional aquele relatório final, ali deveria ter sido encerrada a tarefa. Entretanto, aconteceu que, após a votação da redação final, continuou a haver modificações, sobre as quais ainda não tomamos inteira consciência. O *Jornal da Tarde* de hoje diz que o General Agenor Homem de Carvalho falou ontem a uma parlamentar que "dos Ministérios militares foram cortadas 50% das verbas". Ora, se de um lado foram acrescentadas emendas para caber no orçamento, devem ter sido retiradas de outros. Sou até a favor de enxugar os gastos das Forças Armadas. Avalio que deveríamos seguir o exemplo do Japão de gastar um mínimo da proporção do orçamento e do Produto Interno Bruto em armas, em defesa; mas cortar o orçamento das Forças Armadas, após a aprovação da redação final do orçamento, não me parece o caminho mais adequado. Alguns assessores parlamentares das Forças Armadas, no Congresso Nacional, transmitiram-me que parece ter havido, de fato, o desaparecimento de algumas verbas do orçamento em relação àquilo que fora aprovado na última data e de que eles tinham tido conhecimento. Como vamos tomar ciência desse fato de forma completa? O levantamento que foi feito no Ministério da Ação Social precisa ser feito em cada uma das unidades orçamentárias. É um trabalho que me estou propondo a fazer; só que ele é demorado. Tudo isso encerra uma lição, Presidente da Comissão, Senador Ronaldo Aragão, já colocada pelo Presidente Mauro Benevides: precisamos precaver-nos para que, neste ano, em especial, não ocorra isso. O cumprimento dos prazos será muito importante como também a adoção de critérios para as diversas áreas do País, para os diversos municípios; quem sabe chegaremos a uma solução de bom senso sobre quantas emendas pode propor um deputado, para que não haja um acúmulo tão grande de emendas, de tal maneira que fique quase impossível para todos nós, por maior que seja o ritmo de trabalho, analisar-las adequadamente. Que haja maior interação entre os Poderes Executivo e Legislativo sobre os critérios. Senti muita falta dos responsáveis pelo orçamento, da parte do Sr. Pedro Parente e de toda a equipe do Ministro Marcílio, quanto ao encaminhamento de critérios para destinação de recursos. Por que tanto para um lado, por que tanto para outro? Este Governo diz que não há recursos para atender necessidades na área de educação, na área da saúde. São limitadas despesas aqui e acolá. Nesta semana, no dia 2 de maio, a *Gazeta Mercantil* informou, por exemplo, que, para financiar através da PROEx, US\$260 milhões para que a Andrade Guttierrez possa realizar um contrato para a construção de uma usina hidrelétrica no Irã, houve recursos; para outras coisas não há. Qual são os critérios? Precisamos interagir mais com o Executivo para tomar conhecimento da possibilidade de destinar recursos tão escassos em nosso País para cada uma das finalidades. Creio que isso encerra uma grande lição, mas gostaria, Senador Ronaldo Aragão, que pudéssemos desvendar de maneira completa o que houve com

o orçamento a partir do momento da sua aprovação em termos de redação final. O que V. Exª citou era válida até às 16h, a partir daí, houve outras mudanças, que podem até ter sido realizadas de boa-fé pelo Relator com os Deputados e alguns dos quais nem souberam que foi adaptado. Mas houve a entrega de algumas emendas após o que havia sido acordado. O testemunho de V. Exª é muito importante sobre isso, porque esse é o entendimento que tenho a partir das próprias notas taquigráficas.

O SR. RONALDO ARAGÃO — Senador Eduardo Suplicy, V. Exª me ajudou quando diz que criamos a comissão de acompanhamento do orçamento após a votação no Congresso. Agora, não cabe ao Presidente...

O Sr. Eduardo Suplicy — Após votação na Comissão, porque ela encerraria seu trabalho também na votação da redação final do Congresso Nacional.

O SR. RONALDO ARAGÃO — Mas não cabe ao Presidente pegar cada membro pelo braço para acompanhá-lo e fiscalizá-lo. A Presidência com seus membros, cumpriu a obrigação da criação da Comissão. Agora, se ela não se interessou em fiscalizar, não cabe à Presidência questionar.

Não quero me ater se aumentou ou não, limito minha responsabilidade até a entrega da peça ao Congresso. O que eu não posso aceitar é, quando a imprensa cobra do Presidente, a partir da votação no Congresso a matéria vai à sanção; o Presidente da Comissão não é mais responsável pelo orçamento; não pode ser responsável pelo orçamento!

V. Exª me ajudou com o testemunho de que a nossa missão encerrou quando entregamos a peça orçamentária ao Congresso Nacional.

Não quero me ater ao problema do aumento porque não me compete o exame disso aí, mas, como Presidente, compete-me dizer, para que fique bem esclarecido, que a responsabilidade da presidência da Comissão encerrou ao enviar a peça do Orçamento à discussão e votação no Congresso Nacional e nisso V. Exª concorda comigo, até porque V. Exª também fez parte da Comissão.

Só quero me ater à cobrança da Imprensa com relação ao meu nome.

O Sr. José Fogaça — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. RONALDO ARAGÃO — Ouço V. Exª, Senador José Fogaça.

O Sr. José Fogaça — Nobre Senador Ronaldo Aragão, quero dizer a V. Exª que, na última quinta-feira, fui um dos que interviei para pedir ao Presidente uma Casa uma ação pronta e enérgica em relação aos fatos que estavam sendo denunciados pela imprensa. Fiz referência ao nome de V. Exª, dizendo que seu nome é honrado, respeitado por esta Casa, por seus colegas, e que V. Exª estava sendo, não desonrado porque não poderia haver uma acusação sem provas, mas estava sendo desprestigiado, porque era colocado como um dos possíveis responsáveis. Mas, agora, no pronunciamento de V. Exª, vejo que há, talvez, nas águas turvas e profundas dos trabalhos parlamentares sobre o orçamento brasileiro, nas águas mais profundas há coisas até muito menos suspeitadas por nós que não somos membros da Comissão de Orçamento. Coisas como, por exemplo, a proposta do Deputado Paulo Hartung que V. Exª leu. Não sei se abusaria de V. Exª mas, para mim ficou um pouco incompreensível, pediria a V. Exª que, se pudesse fazê-lo, se não eu o faria,

relesse, por favor, a proposta do Deputado Paulo Hartung na Comissão, naquela noite, que antecedeu a votação em plenário. Parece-me que esse é um ponto crucial e decisivo para julgar e definir responsabilidades. Desde logo, nobre Senador Ronaldo Aragão, percebo que V. Ex^a, como Presidente, conduziu os trabalhos, definiu o andamento da matéria, criou a comissão de acompanhamento, enfim, cumpriu os trâmites que regimentalmente são exigidos do Presidente da Comissão de Orçamento. Mas, ainda há dúvidas quanto ao comportamento, Senador Ronaldo Aragão — agora são as dúvidas que me surgem — das Lideranças, quanto ao comportamento daqueles que conduziram os trabalhos no Plenário da Comissão. O Presidente colocou a matéria em votação, assegurou a liberdade das opções, registrou a aprovação, mas parece-me que o que não está claro é em que nível de responsabilidade a Comissão e as Lideranças que a conduziram participaram ou não daquilo que aconteceu, o deslocamento de verbas e de recursos de uma emenda para outra. Não sei se seria abusar, mas gostaria que V. Ex^a relesse a proposta que o Deputado Paulo Hartung fez à Comissão de Orçamento.

O SR. RONALDO ARAGÃO — Repetirei. Na reunião, o Deputado Paulo Hartung propôs à Comissão, em nome de todos os Partidos ali representados, o seguinte:

“Quero apresentar... — são palavras do próprio Deputado — ...porque estou tomando à toa. Sendo aceitas essas três modificações à lei, a proposta é no sentido de que os destaques, que estão sendo submetidos à Mesa, sejam transformados em indicação ao relator, e que amanhã, às 9h, quando for aberta a reunião o mesmo peça um prazo, pelo menos, até às 16hs ao Presidente do Congresso, a fim de consolidar o processo e apresentar um trabalho final em Plenário.

Isso dá racionalidade ao processo com um calendário que permite chegar ao final dos trabalhos exaustivos que a Comissão fez. Digo isso não em meu nome mas, no de um conjunto de partidos políticos que tenta mostrar uma estrutura para que possamos terminar esse trabalho.”

Essa foi a proposta do Deputado Paulo Hartung, transformando todos os destaques em indicação ao relator, e eu coloco isso em votação.

“Em votação a proposta apresentada pelo Deputado Paulo Hartung e aceita pelo Relator.

Na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

No Senado.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.”

Essa foi toda a proposta que o Deputado fez modificando o texto da lei.

O Sr. José Fogaça — Veja V. Ex^a, a Comissão encerra os seus trabalhos, aprova o Orçamento Geral da União — a tarefa básica da Comissão é a de aprovar a proposta de orçamento — mas, encerrada essas atividades, ainda há um período pelo qual o Relator pode realizar mudanças de acordo com propostas do Deputado Paulo Hartung.

O SR. RONALDO ARAGÃO — É bom que se frise Senador José Fogaça, que foram os partidos políticos, o Deputado foi o porta-voz.

O Sr. José Fogaça — Dos partidos políticos, lida ou apresentada pelo Deputado Paulo Hartung. Então, quero aqui deixar registrado, mais uma vez, que V. Ex^a não tem vínculo algum, nenhuma ligação, meu compromisso com o que aconteceu a posteriori. Foi criada a Comissão de acompanhamento, aprovado o orçamento. Ele não está mais na órbita de responsabilidade nem sequer de competência da Comissão, não era mais de sua competência, V. Ex^a não tinha mais autoridade para interferir na questão da Lei de Orçamento, que já estava além dos limites da Comissão de Orçamento. Mas a própria Comissão transferiu ao Relator Ricardo Fiúza o poder de fazer essas alterações. Se essas alterações foram feitas no prazo das 9h, até às 26h, se elas foram feitas depois de aprovado o orçamento no plenário do Congresso, essa ainda é uma questão pendente e que precisa ser explicada por quem de direito. Mas, seguramente, V. Ex^a nada tem a ver com essa questão. Daqui, solicitaria, inclusive ao Presidente da Casa, que excluísse o nome de V. Ex^a desse inquérito que está sendo aberto para aferir responsabilidades. Se houve essa autorização e se o orçamento foi aprovado em plenário e ninguém pediu verificação de quorum para rejeitar ou aprovar, a partir daquele momento, V. Ex^a sequer tinha competência, ultrapassava os limites da sua competência e, portanto, da sua responsabilidade. A sua responsabilidade, a partir daí, passava a ser a mesma de todo e de qualquer Parlamentar desta Casa. Portanto, temos ainda graves dúvidas sobre o que aconteceu, mas, seguramente, não será V. Ex^a que irá esclarecer essas graves dúvidas que existem; seguramente não será V. Ex^a que irá responder por isso; seguramente não será V. Ex^a quem dará explicações a esta Casa, as explicações ainda são devidas. Mas, quero dizer que se, por acaso, no pronunciamento que fiz na quinta-feira, em algum momento deixei transparecer ou alguém pôde interpretar que eu entendia que V. Ex^a tinha qualquer responsabilidade, desejo registrar, com toda ênfase e com toda veemência, Senador Ronaldo Aragão, que de fato as coisas que estão ocorrendo na Comissão de Orçamento são muito graves. Mas, desta feita, a Comissão em si — nem o Sr. Presidente e nem os demais membros —, eles, ao tomarem a decisão de transferir para o Relator essa responsabilidade no dia seguinte, praticamente ficaram isentos... Eu só espero que, no futuro, esse tipo de prática não venha a se repetir; eu só espero que, no futuro, esta atitude, que é a de resolver questões pendentes a posteriori, que deixa em aberto pontos, abre furos na Lei Orçamentária; eu só espero que essa prática não venha a se repetir. Mas, mesmo essa proposta, por mais honesta e bem intencionada que ela tenha sido, não tem o timbre, a marca, o carimbo e a responsabilidade de V. Ex^a; nem sobre a proposta de, no dia seguinte, ou nas horas posteriores, arrumarem-se as emendas por indicação, de acordo com os critérios estabelecidos pela Comissão. V. Ex^a ouviu a proposta, colocou-a em votação e a Comissão, de forma unânime, sem votos contrários — não houve votos contrários —, aprovou a decisão e, a partir dali, ultrapassou os limites da competência de V. Ex^a e da responsabilidade política. Portanto, parece-me que as coisas, nesse nível, ficam muito claras. Mas ainda é preciso aferir, é preciso haver um levantamento, com detalhamento, sobre a Relatoria e a Comissão de Acompanhamento. Estes sim devem ser inquiridos pelo Presidente, não mais V. Ex^a. Eu até não aceito que V. Ex^a seja inquirido a respeito, porque acho que seria contrário à própria luz da verdade, mas devemos convocar, isto sim, a um esclarecimento, os membros da Comissão de Acompanhamento e também, evidentemente,

o Relator e os Deputados que tiveram as suas emendas aprovadas a destempo, como diz o Senador Cid Sabóia de Carvalho, que pertence à escola literária do Presidente Mauro Benedes. (Risos) Mas, de qualquer maneira, quero fazer este registro: o registro de que V. Ex^a, realmente, está excluído da responsabilidade. O que aconteceu depois... Veja bem, não estou falando a nível de responsabilidade, estou falando a nível de competência: não era competência de V. Ex^a, salvo se V. Ex^a, por gesto pessoal, por iniciativa pessoal, como Parlamentar igual a todos nós, resolvesse também interferir na questão, ou acompanhá-la mais de perto ou, quem sabe, por desconfiança, requerer um relatório ou uma descrição mais detalhada por parte do Relator Ricardo Fiúza. V. Ex^a agiu ao nível de sua responsabilidade e ao nível da sua competência, de acordo com aquilo que o Regimento exige de um Parlamentar honrado como é V. Ex^a Obrigado.

O Sr. Cid Sabóia de Carvalho — V. Ex^a concede-me um aparte, nobre Senador?

O SR. RONALDO ARAGÃO — Pois não, nobre Senador.

O Sr. Cid Sabóia de Carvalho — Senador Ronaldo Aragão, também gostaria, nessa linha de raciocínio do Senador José Fogaça, de falar a V. Ex^a, inserindo-me no seu pronunciamento. Entendo eu que, votada pelo Plenário, a matéria não mais poderia sofrer nenhuma alteração. Isso é absolutamente inquestionável. E há então, num trabalho muito fácil, que se comparar o texto que foi levado à votação do Plenário congressual e verificar esse texto que foi aprovado com a lei efetivamente publicada. No que houver divergência do que foi votado com o que foi publicado, evidentemente estará consumada uma irregularidade que nem precisa de um procedimento muito complexo, porque a nulidade aí é absoluta, é clara e trata-se de uma fraude contra o Parlamento. Isso é inquestionável. Agora, como pode o Senador Ronaldo Aragão entrar nessa história, é que não é possível a mim compreender. Primeiro, porque entendo que a finalidade da Comissão de Orçamento, a cada ano, é produzir aquele texto que vai à votação derradeira, à votação que há de consumir o texto final da futura lei. No momento em que a comissão prepara esse texto, no momento em que o relato é feito e se dá a votação, praticamente não existe mais aquela Comissão de Orçamento, porque falecerá ela de toda e qualquer competência, para qualquer fim, porque já houve a manifestação maior do Plenário. A Comissão de Orçamento é um órgão técnico auxiliar do Plenário. Ela faz, para o Plenário fazer; ela realiza, para o Plenário realizar. Mas, no momento em que o Plenário há de se manifestar, e se manifesta, não há mais Presidente, não há mais Relator, não há mais os integrantes, exceto para o valor histórico do que se possa contar do episódio que resultou no Orçamento, ou para uma questão de responsabilidade a ser apurada. V. Ex^a preside uma comissão e não é responsável pelas decisões dessa comissão, muito embora devesse ser responsável num voto de minerva. Não havendo empate, principalmente nas deliberações absolutas, sem divergências, deliberações totais, que pode fazer o presidente de um órgão, senão declarar, democraticamente, o resultado que foi declarado pelo Plenário, antes da declaração do presidente do órgão? Então, acho que deve ser apurado, o que tem havido de irregular deve ser apurado. E mais ainda: o mais urgente, antes de qualquer apuração de responsabilidade individual por uma fraude que possa ter acontecido, e que possivelmente aconteceu, o que há de se fazer de imediato é a Mesa do Congresso Nacional adotar uma medida,

fazer suprimir da lei, republicando-a por incorreção, tudo o que se acresceu após a votação em plenário. Faz-se isso, anula-se o efeito do ilícito e, depois então, se apura a responsabilidade. De uma coisa eu estou certo: quem menos poderia ter ingerência num episódio como esse, seria exatamente o Presidente da Comissão. As deliberações da Comissão são do seu Plenário, do seu Colegiado, dela Comissão, não do Presidente. V. Ex^a não adotou nenhum ato de ofício, não adotou nenhum ato pessoal, nem de deferimento, nem de indeferimento; apenas dirigiu os trabalhos, porventura feridos, e esses trabalhos revelaram o resultado que V. Ex^a, na sua obrigação, dentro de sua função, declarou. Por isso, quero neste momento dizer que o pronunciamento de V. Ex^a é muito válido no momento em que defende a sua honra, a sua dignidade e a correção do seu trabalho. E que não há de se confundir a sua posição com o que possa ter havido relativamente à Lei Orçamentária. A alteração do Orçamento, se de fato ocorreu, deixa bem claro diante da Nação um acontecimento terrível com o qual não poderemos conviver. O exemplo a ser dado é de imediato anularmos todas as inserções, tudo que tem havido após a votação de plenário. V. Ex^a tem o meu apoio, e como líder do PMDB dou-lhe o apoio do meu partido para salvaguardar a sua honra e a sua dignidade nesse episódio.

O SR. RONALDO ARAGÃO — Agradeço a V. Ex^a, Senador Cid Sabóia de Carvalho.

O Sr. Almir Gabriel — Permite um aparte, Senador Ronaldo Aragão?

O SR. RONALDO ARAGÃO — Ouço o Senador Almir Gabriel, que conosco fez parte da Comissão Mista de Orçamento tão falada e decantada e que ainda hoje suscita essas controvérsias. Ouço V. Ex^a

O Sr. Almir Gabriel — Senador Ronaldo Aragão, gostaria de fazer alguns enfoques, talvez um pouco diferentes. Primeiro, quero deixar claro que condeno, também, como toda esta Casa e certamente o Congresso, qualquer alteração que não tenha sido aprovada pelo Plenário da Câmara e que possa ter ocorrido posteriormente. Considero uma irregularidade grave, do ponto de vista ético, condenável, mas insisto em outras colocações que me parecem da maior importância e das quais, infelizmente, o Congresso Nacional não tem se dado conta; não sei o porquê. Um primeiro ponto é de que as propostas orçamentárias neste País não correspondem a mais do que 35% ou 40% da execução orçamentária. Significa dizer que quando o Poder Executivo manda sua proposta para o Congresso Nacional, manda uma peça que é a miniatura do que vai ocorrer durante a execução orçamentária. Temos uma análise que comprova, ao longo de cinco anos, que a proposta orçamentária nunca passou de 35% a 40% da execução orçamentária em valores constantes. O que é que isso significa? Significa que o Governo, o Poder Executivo tem à sua disposição um orçamento e meio além daquilo que manda para o Congresso como projeto orçamentário. Então, esses 150% acima da proposta orçamentária é um percentual dramático, porque através dele o Governo altera tudo que possa ter sido definido pelo Congresso ao analisar aquilo que, inicialmente, constituía o seu plano. Fizemos uma análise, também, entre a proposta e a execução orçamentária ao longo dos anos. E ao fazê-la, o que queríamos concluir, ou a hipótese

sobre a qual trabalhávamos, era que o Governo, apesar de colocar poucos recursos para a área da segurança nacional, provavelmente viria a reforçar essa mesma área ao longo das emendas de alteração da própria proposta orçamentária. A nossa hipótese não se confirmou pelo fato de que a cada ano o que se via era o Governo fazer através de aditivos, enfim, através de todos os expedientes alterações do que havia proposto, mas sem uma configuração de política nacional de ucação, nem de segurança nacional. Este fato parece-me muito mais dramático e grave do que tudo o que possamos discutir aqui e agora, porque tem a ver com as políticas nacionais. Ora, o que propusemos e dissemos sempre é que teríamos que tomar em conta aquilo que a Constituição estabelece. Pelo que hoje ela contém, o Congresso pode mexer apenas em determinadas coisas da proposta orçamentária, não mais do que 5% da proposta. Se esta representa 40% da execução orçamentária, na verdade, o Congresso Nacional interfere em apenas 2% dessa execução. Esta é a grave e grande realidade. Ao lado desse aspecto, é fundamental que se tome em conta que é absolutamente impossível para uma comissão fazer uma apreciação adequada, correta, serena, diria até técnico-científica das propostas de emenda ao Orçamento, quando o total de emendas apresentadas à comissão chega a 80 mil. É impossível fazer, ainda que tenha toda a sustentação de computação, a análise criteriosa e não pode fazer mais ainda, porque quando eu estava relator na parte correspondente à saúde, solicitamos ao Ministério da Saúde que nos informasse qual a infra-estrutura de saúde existente no País. O último dado levantado existente no Ministério era de 1985 e não contemplava a realidade atual dessa infra-estrutura. Então, de um lado, o Poder Executivo não dispõe de dados; e de outro nem o Congresso Nacional. Ora, se isso tudo acontece, cabe ao Congresso dar à Comissão de Orçamento a infra-estrutura adequada para que ele próprio comece a executar aquilo que está colocado dentro da Constituição. Se a Comissão continuar trabalhando sem recursos humanos, sem espaço adequado, sem condições de fazer a cumulação do conhecimento daquilo que aconteceu no ano e no ano subsequente e sem que se estrutura para acompanhar o Orçamento, tudo que falarmos é muito bonito, é extraordinário, pode até servir para palanque, mas para o Brasil não serve. Ou se montam, com a maior brevidade possível, as condições adequadas de infra-estrutura e de regimento da Comissão, para que possa operar adequadamente, ou encontraremos situações como essa, em condições muito piores, em anos posteriores. Faço tais considerações, tomando em conta um dado: foram 25 bilhões de cruzeiros nessas 60 emendas que correspondem à Ação Social. Se esse cálculo se faz sobre o orçamento proposto de 55 trilhões de cruzeiros, verificar-se-á que isso vai significar algo em torno de 0,002% do total do Orçamento. Do ponto de vista ético, isso é importante, é claro, mas do ponto de vista do Orçamento é absolutamente insignificante. O que temos de ver é que foram 80 mil emendas. Dessas, 60 emendas parece que foram feitas depois do prazo, dia 19 de dezembro. Do ponto de vista ético, não tem justificativa. Agora, só não pode estar sob a responsabilidade de V. Ex.^a Entendo, compreendo perfeitamente. Sou testemunha do desempenho, do esforço que fez V. Ex.^a no sentido de dar à própria Comissão as condições de estrutura para que ela pudesse desempenhar bem o seu papel. Porém, quero chamar a atenção no sentido de que todos os nossos discursos não serão realmente sérios diante da sociedade, se o Congresso Nacional não se articular de maneira correta, a fim de que

tenha estrutura para fazer a análise correta da proposta e o acompanhamento dos créditos adicionais e especiais; são créditos através dos quais o próprio Governo governa e não através do Orçamento. Ele não cumpre através do Orçamento. Ou fazemos o acompanhamento disso, ou apenas brincamos de que estamos fazendo acompanhamento do Orçamento, que estamos fazendo intervenção sobre o Orçamento, segundo o que está proposto na Constituição Federal. Quero, mais uma vez, dar o meu testemunho do esforço de V. Ex.^a no sentido de levar a cabo, em boas condições, em condições de honestidade, de seriedade o seu trabalho como Presidente da Comissão de Orçamento do ano passado.

O SR. RONALDO ARAGÃO — Senador Almir Gabriel, agradeço as palavras de V. Ex.^a a respeito da minha pessoa, V. Ex.^a que é conhecedor do Orçamento da União, tendo já sido seu Relator Geral.

O que me deixa mais estarecido é querer atribuir responsabilidade a pessoas que nada têm a ver com o processo.

A responsabilidade do Presidente da Comissão é até a entrega do relatório — quero que isso fique bem claro — a partir daí é má intenção.

Não posso acreditar, até que me provem, que tenha havido alterações, se isso for comprovado, aceitarei. Agora, o que não posso aceitar, Sr. Presidente, Srs. Senadores, é que queiram atribuir responsabilidades a mim acima daquelas do presidente da Comissão de Orçamento.

Com clareza cristalina, os Senadores José Fogaça e Cid Sabóia de Carvalho, que são juristas — eu não sou — colocaram aqui a responsabilidade que tem o presidente e a Comissão de Orçamento. Mas se alguma alteração ocorrer, depois da sanção presidencial, será de responsabilidade do Presidente da Comissão?

Fico surpreso de ver que a imprensa tem veiculado que o Presidente do Congresso se pronunciou sobre esse assunto e até exige explicações.

Não tenho que dar explicação sobre nada mesmo porque a questão, não é de minha responsabilidade. Além do mais não creio que o Presidente do Congresso Nacional, tenha feito colocações sobre essa matéria, porque se trata de um homem conhecedor do Regimento e da responsabilidade que tem um presidente de Comissão e, por isso, não deve ter feito nenhum pronunciamento a esse respeito.

Portanto, Sr. Presidente, quero agradecer a todos os companheiros, especialmente aos Senadores Eduardo Suplicy, José Fogaça e Almir Gabriel. Espero que isso fique claro. Se ocorreram irregularidades, que se puna o responsável! Não se pode culpar quem não tenha nenhuma responsabilidade quanto ao assunto. Não posso aceitar isso!

Quero deixar bem claro que, se, no orçamento, depois de discutido, votado pelo Congresso e sancionado pelo Presidente, houver modificações, deve-se punir o culpado, e não atribuir o erro ao Presidente da Comissão, que não tem nada a ver com esse processo. O trabalho dele encerrou quando entregou a peça orçamentária ao Congresso Nacional. Depois disso fez questão de não ir ao Prodasen, furtando-se até ao direito de parlamentar.

Ficam aqui meus esclarecimentos, sem nenhum subterfúgio. O que não posso aceitar são essas colocações, feitas através da imprensa, atribuindo-me a responsabilidade até na votação do projeto no Congresso Nacional. Eram estas as minhas explicações a respeito do orçamento. (Muito bem! Palmas.)

Durante o discurso do Sr. Ronaldo Aragão, o Sr. Iram Saraiva, 4º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mauro Benevides, Presidente.

Durante o discurso do Sr. Ronaldo Aragão, o Sr. Mauro Benevides, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Lucídio Portella, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Lucídio Portella) — O Sr. Presidente Mauro Benevides tomará todas as providências cabíveis e encaminhará os documentos recebidos do Senador Eduardo Suplicy ao Senador Ronaldo Aragão e ao Relator da Comissão, Deputado Ricardo Fiúza.

Concedo a palavra ao nobre Senador Jutahy Magalhães.

OSR. JUTAHY MAGALHÃES (PSDB — BA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, a decisão do Senado, na última quinta-feira, de aprovar a emenda do ilustre Senador Nelson Wedekin ao Projeto que dispõe sobre a política salarial, causou um grande impacto na imprensa, no Governo e no próprio Congresso, em razão do inesperado do fato, principalmente porque a aprovação da matéria, na forma como veio do Executivo e da Câmara dos Deputados, serviria para os propósitos de engalanar os discursos governamentais na festa do 1º de maio.

Usando uma linguagem popular bem conhecida, o Senado teria posto água no chope que o Governo ia beber.

Exageros à parte, pois o Projeto afinal não foi rejeitado, mas apenas modificado em benefício do próprio trabalhador, a surpresa deveu-se ao inusitado da decisão desta Casa, que tradicionalmente homologa, carimba, reitera as proposições submetidas a nossa revisão, em especial aquelas sujeitas ao procedimento regimental de urgência.

O Senado sempre baixou a cabeça, sempre acatou as pressões de última hora e jamais enfrentou ou resistiu a forças políticas circunstancialmente dominantes. Daí a surpresa geral.

Nesse sentido, o episódio foi bastante positivo, pois doravante haverá um respeito maior nas relações entre o Governo e esta Casa do Congresso Nacional, sabendo-se que o exercício responsável de nossas prerrogativas exclui a submissão, a passividade, a incapacidade de ser ativa.

Que o fato tenha servido de bom exemplo para nós próprios, Senadores e Congressistas.

Mas, passado o primeiro instante de surpresa e de digestão do acontecimento, vem o Governo de apontar um possível “erro jurídico” na decisão do Senado.

Que “erro jurídico” teria sido esse? É que a emenda aprovada, determinando a modificação do parágrafo único do art. 7º do Projeto de Lei da Câmara nº 31/92, para estabelecer a bimestralidade do reajuste do salário mínimo em vez do reajuste quadrimestral, implicaria alterar também os arts. 3º, inciso I e 4º, caput, do projeto, cujas disposições contêm aspectos temporais baseados na quadrimestralidade. Por outras palavras, o Senado, ao aprovar a emenda, deveria ter feito as correções cabíveis nesses outros dispositivos, sob pena de haver incoerência ou contradição.

Muito bem, admitamos que realmente tenha havido um erro. Trata-se de “erro jurídico” como anuncia o Ministro Bornhausen? Evidentemente, não. O que caracteriza um erro jurídico? A meu ver, ou é o chamado erro de direito ou

o erro de fato, quando este produz consequências jurídicas nos termos em que o próprio direito positivo o regula, ou é um equívoco manifesto quanto à aplicação de norma jurídica, ao entendimento incorreto de um determinado conceito jurídico sobre o qual haja pacífica e uniforme interpretação ou falhas gritantes de ordem técnica que revelem desconhecimento de preceito jurídico, doutrina predominante ou jurisprudência sedimentada.

O erro que o Senado pudesse ter cometido nessa questão se caracterizaria, simplesmente, como um erro material — portanto, um erro formal — e não como um erro sobre matéria jurídica — o que teria sido um erro substancial.

A emenda aprovada refere-se ao disposto no parágrafo único do art. 7º do projeto, cuja norma é exatamente a que estabelece o período de reajuste do salário mínimo. Esse, portanto, é o preceito substantivo da questão — marco temporal do reajuste do salário mínimo. Os demais dispositivos do projeto, que eventualmente mencionam esse aspecto temporal da matéria, o fazem de forma meramente referencial.

É isso que o art. 3º, inciso I, e o art. 4º, caput, ambos do projeto, fazem, ou seja, referem-se à quadrimestralidade — estabelecida no parágrafo único do art. 7º — para tratarem, respectivamente, do índice de variação acumulada do IRSM, como integrante da definição do Fator de Atualização Salarial — FAS, e do reajuste da parcela salarial até três salários mínimos, aos trabalhadores em geral.

De fato, a alteração do período de reajuste aprovada por esta Casa deveria resultar, por consequência lógica, na adaptação redacional dos dois outros dispositivos, para evitar-se contradição ou incoerência. Em particular, no caso do inciso I do art. 3º, pois na hipótese do art. 4º, caput, não haveria rigorosa necessidade de alteração do período ali previsto, se adotada uma possível interpretação dessa norma, pela qual os trabalhadores com salários acima de três mínimos teriam o reajuste da parcela salarial, como ali previsto, apenas considerando-se o acumulado bimestral do reajuste do salário mínimo.

Mas, enfim, Sr. Presidente, Srs. Senadores, tendo havido erro, esse não foi jurídico, porém um erro material, perfeitamente sanável, na forma do art. 325, alínea b, do Regimento Interno da Casa.

Todo o burburinho que a imprensa está fazendo a respeito das declarações do Ministro Bornhausen sobre o erro do Senado, mostra a amargura do Governo pela derrota e parece ter um sentido de revanche. De prático, entretanto, leva a quê? A nada, absolutamente nada. Ou será que o Governo pensa que estará livre da reapreciação da matéria pela Câmara dos Deputados?

Essa questão, portanto, é de natureza apenas regimental, sem nenhum conteúdo político inclusive, além de não ter eficácia jurídica para anular o ato legislativo de legítima deliberação do Senado.

Se o Governo está explorando o caso politicamente, quer ele apenas revidar. Mas é uma espécie de soco no ar.

Cabe, sim, ao Presidente do Senado decidir, em defesa ainda das prerrogativas da Casa e adotando posição de elevada postura política sobre a do Executivo, aplicar a norma regimental que citei há pouco. Se entender, todavia, que o assunto deva ser abandonado, porque já amanhã sairá das páginas dos jornais, deixando para a Câmara dos Deputados a decisão de corrigir esse erro material, uma vez aprovada a matéria recebida do Senado, muito bem, que assim o faça e pronto.

O Sr. Nelson Wedekin — Permite-me V. Ex^a um aparte? ..

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Com todo prazer, nobre Senador.

O Sr. Nelson Wedekin — Nobre Senador Jutahy Magalhães, desejo chamar a atenção para duas matérias do mesmo *Jornal do Brasil*, uma de segunda e outra de terça-feira, para demonstrar, à saciedade, que V. Exª tem inteira razão. O Governo procura apenas confundir. A empresa jornalística citada, na segunda-feira, 4 de maio, em seu Primeiro Caderno, página 3, traz um título que, por si só, é explicativo: "Governo Acha Brecha Contra Bimestralidade". Lerei apenas o lead da matéria:

"O Presidente Fernando Collor de Mello tem base jurídica para vetar a bimestralidade do reajuste do salário mínimo, aprovado pelo Senado e a ser votado pela Câmara nesta quarta-feira. A lei, tal como aprovada pelos Senadores, fica incoerente e permite que o Governo reajuste o salário mínimo a cada quatro meses, como ocorrerá com todos os salário até a faixa de três mínimos."

Portanto, na segunda-feira, a tese do Governo é que havia um buraco, uma falha, um erro jurídico e não meramente — como diz V. Exª — um erro material perfeitamente sanável.

Esse mesmo jornal, nesta terça-feira, 5 de maio, em sua matéria de capa, traz o seguinte título: "Governo Luta Contra o Mínimo Bimestral". Eis o texto:

"O Governo descobriu ontem que o Senado não errou ao alterar o projeto da nova lei salarial e concluiu não haver outra saída senão enfrentar a Oposição na Câmara para tentar derrubar a emenda que fixa o reajuste do salário mínimo para cada 2 meses."

Ou seja, o Governo, de domingo para segunda-feira, possuía uma opinião: a de que havia um erro jurídico, uma brecha jurídica, como diz a matéria. Já no dia seguinte, está convencido de que não há erro nenhum o que é, até de certa forma, uma atitude mais honesta do Executivo. Se ele deseja vetar a matéria pelas razões que alega, ou seja, natureza econômico-financeira e pelos problemas e efeitos que possam gerar nas contas públicas de prefeituras, de governos estaduais, ou nas contas da Previdência — como disse no dia da votação —, está no seu direito. O que o Governo não faz bem, não é elegante e nem sequer honesto é procurar outras formas que não aquela decência. Estamos aqui numa discussão entre essência, conteúdo e forma; entre principal e acessório; entre o substantivo e o adjetivo. Para encerrar esta minha intervenção, quero cumprimentar V. Exª, porque também é esse o meu entendimento. A votação do Senado foi absolutamente clara no principal, naquilo que é substantivo, na essência da decisão da vontade política desta Casa; quer dizer, o acessório ou secundário pode ser perfeitamente corrigido. V. Exª até cita um dispositivo do Regimento — que eu desconhecia, mas V. Exª é um regimentalista, um profundo conhecedor do Regimento —, que pode perfeitamente sanar e corrigir aquilo que, supostamente, é um erro de fundo. Fico profundamente agradecido a V. Exª pelo aparte que me concede.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Eu que agradeço a satisfação de V. Exª no meu pronunciamento.

Realmente, tem-me preocupado as notícias divulgadas pela imprensa, porque não representam uma realidade. Como V. Exª bem disse, tomamos a decisão política importante,

que era fixar o prazo para a revisão do salário mínimo: a bimestralidade.

Quanto ao acessório, que é o inciso I do art. 3º e caput do art. 4º, isso poderia ter sido modificado na redação final do Senado Federal se tivéssemos tempo para examinar essas questões, o que, infelizmente, não temos.

Vou concluir meu pronunciamento falando exatamente sobre esse outro aspecto.

Temos que ver se há ou não uma razão jurídica, como afirmou inicialmente o ex-Senador Jorge Bornhausen e, hoje, o coordenador político. Não há nenhuma incidência de ordem jurídica sobre a decisão do Senado. Se não tomarmos as medidas cabíveis no nosso próprio Regimento, se o Presidente não encaminhar à outra Casa um ofício, aprovado pelo Plenário do Senado, a respeito de um equívoco que, por acaso, tenha ocorrido, a própria Câmara, ao reexaminar a questão, aprovando a bimestralidade, fará a adaptação. Esse é o caminho natural.

Já estou informado de que o próprio Governo chegou à conclusão de que não deve lutar na Câmara para derrubar a bimestralidade, para evitar um novo desgaste ao tentar obter uma maioria eventual na decisão do substitutivo do Senado àquela matéria. Creio que se restringirá ao veto, um direito constitucional. V. Exª mesmo, quando encaminhou a matéria, disse que não podíamos ficar com receio e nos acomodar, não votando diante da possibilidade de veto pelo Presidente. Votamos, exercemos o nosso papel constitucional. O Governo que exerça o dele! E qual o papel constitucional do Governo? Sancionou ou vetar, integralmente ou em parte. Se for o caso, a matéria volta para o Congresso, que, por sua vez, aceita ou rejeita o veto, desde que nos reunamos para isso, pois estamos com 72 vetos para votar.

Senador Nelson Wedekin, V. Exª apresentou a emenda com toda correção, discutida amplamente, até com benevolência do Presidente da Casa, que não utilizou o Regimento para discussão nos termos de urgência urgentíssima. S. Exª permitiu que discutíssemos a questão sem o tempo material para examinarmos, junto as nossas próprias assessorias, essa questão, tanto sob o aspecto jurídico quanto regimental, de normas legislativas, a fim de verificarmos como fazer as adaptações necessárias.

V. Exª conseguiu aquilo que almejava, com o apoio do Senado e, certamente, da Câmara dos Deputados. Compete, pois, ao Governo vetá-lo, se assim o desejar. Agradeço a V. Exª o aparte, que foi muito importante para o meu pronunciamento.

Concluindo, Sr. Presidente:

Quero salientar aquele ponto sobre o qual me bato há muito tempo. Refiro-me às circunstâncias adversas em que nos encontramos sempre quando somos chamados a deliberar sobre matérias em regime de urgência. Sem tempo para o exame detido dessas matérias, corre-se o risco de acontecer o que aconteceu, ou — pior ainda — de aprovarmos coisas absurdas, que não foi o caso.

Em qualquer hipótese, corremos os riscos inerentes à pressa e à pressão. O certo será sempre uma alternativa ou boa sorte para nós. Aliás, a ocorrência de uma situação de erro, como essa que estamos presenciando agora, causa-me sensação de desconforto, própria daquilo que se pratica com imperfeição. No caso, foi a norma legislativa e não um erro de direito, e que poderia ter sido evitado, mas, por outro lado, me reconforta pela experiência comprovada daquilo que é sempre a preocupação de minhas advertências constantes.

neste Plenário. Afinal, acabou não me sentindo tão impertinente, tão chato — se me permitem a linguagem — quando insisto numa solução urgente para as urgências tão costumeiras nesta Casa.

Disso tudo resta dizer, concluindo, que cumprimos nosso dever, exercemos nossas prerrogativas sem qualquer submissão e que, desse modo, demos outra oportunidade ao Legislativo, agora sob decisão da Câmara dos Deputados, de amadurecer nossos reflexões sobre matéria tão relevante.

O Senado está de parabéns!

Era o que tinha dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lucídio Portella) — Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB — RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, antes de entrar no assunto que me traz à tribuna, que é idêntico ao do Senador Jutahy Magalhães, pediria uma informação a V. Ex^a. Comunicou-me há pouco um colega Senador que não teremos a reunião ordinária de amanhã, porque, às 17 horas, haverá uma sessão especial em homenagem a Tiradentes. Faria um apelo a V. Ex^a, ao Presidente da Casa, porque não me parece que o fato de haver uma sessão solene pelo bicentenário de Tiradentes, às 17 hs, impeça que tenhamos uma sessão ordinária 14h30min às 16h30min, o que não impedirá a realização da outra. Gostaria que V. Ex^a levasse essa nossa solicitação ao Presidente da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Lucídio Portella) — Além da sessão extraordinária do Congresso, está convocada uma sessão extraordinária do Senado Federal, a realizar-se amanhã às 14h25min.

O SR. PEDRO SIMON — Para quê, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Lucídio Portella) — Destinada à apreciação dos Projetos de Decretos Legislativos nºs 8 e 9, de 1992, e dos Requerimentos nºs 142 e 210, de 1992.

O SR. PEDRO SIMON — Uma sessão extraordinária?

O SR. PRESIDENTE (Lucídio Portella) — Sim.

O SR. PEDRO SIMON — E por que não uma sessão ordinária?

O SR. PRESIDENTE (Lucídio Portella) — Em razão já haver uma convocação do Congresso para às 17h.

O SR. PEDRO SIMON — Acho graça, Sr. Presidente, porque já houve este mês uma crítica ao Congresso e ao Senado porque não trabalhamos na Semana Santa. Depois, em comemoração a Tiradentes, tivemos um outro feriado terça-feira. A imprensa noticiou que esse foi o feriado mais longo da história do mundo. E agora, de repente, numa quarta-feira, que é um dia nobre nesta Casa e cujo quorum nos causa alguma preocupação, a Mesa houve por bem que a sessão ordinária não é importante. Não sei. Creio que essa decisão é inquietante.

Felicitos o Senador Jutahy pela oportunidade do tema do seu pronunciamento, baseado no qual farei o meu.

Não há dúvida de que S. Ex^a foi muito claro ao se referir a erro jurídico e a erro material. Se é que houve, provavelmente houve um erro material.

Diz bem S. Ex^a — e todo Brasil sabe — que havia uma disputa na Câmara e no Senado. Na Câmara debateu-se o aumento salarial que seria dado de 4 em 4 meses ou de 2

em 2 meses. O aumento de 4 em 4 meses foi vencedor, ou seja, a tese da bimestralidade foi derrotada na Câmara.

Aqui, no Senado, houve o mesmo debate, mas a tese da bimestralidade foi vencedora. Não há dúvida de que cometemos um erro material. De certa forma é incompreensível que o tenhamos praticado. Demonstra como a pressa a inoportunidade de aprofundar o estudo faz com que até os senhores ilustres Senadores da República — componentes da mais alta Casa Legislativa do país — cometam erros que as Câmaras de Vereadores também cometem. Verifica-se como é importante que, após o projeto chegar à Casa, haja a devida maturação, que ele seja publicado, que a emenda seja conhecida, que ele vá à Comissão. Se isso acontecesse, o Plenário não teria cometido o erro material a que alude o ilustre Senador Jutahy Magalhães. Mas daí a não se reconhecer que a emenda votada pelo Senado é de uma clareza meridiana, que a disposição, que a orientação, que a exegese da lei que votamos aqui teve essa característica e de que todos os debates e todas as discussões tiveram esse objetivo! O Senado houve por bem que, as revisões salariais devem ser bimestrais e não quadrimestrais. Parece-me que isso é claro. Daí a querer buscar e mais uma vez diz bem o Senador Jutahy Magalhães — na brecha do debate que tivemos aqui, — e o artigo é de uma clareza meridiana — a nível do equívoco cometido, razões para dizer que a Câmara tem que votar ou o art. 3º ou os arts. 4º e 5º ou que é bimestral o aumento salarial e a revisão dos números e quadrimestral ou que a Câmara tem que votar um monstro jurídico! Disse o Líder do Governo na Câmara que nós aprovamos um monstro jurídico, que se for levado adiante, elevará o salário dos trabalhadores a 3 milhões de cruzeiros. Isto está apavorando o ilustre Líder do Governo — falando pela televisão Manchete, que eu assisti —: um monstro jurídico que dará aos trabalhadores um salário de 3 milhões de cruzeiros.

Ora, Sr. Presidente, os trabalhos devem ser feitos com o respeito recíproco. É importante que todos meditemos, porque votando às pressas, praticamente sem nos aprofundarmos na análise, erros ocorrem. Mas não me parece que tenha sido um erro jurídico, não me parece que a questão não seja de uma clareza que, segundo o artigo do Regimento, uma simples emenda não possa retificá-lo, ainda que a posteriori. Diz o art. 325, do nosso Regimento, enunciado aqui pelo Senador Jutahy Magalhães:

“Art. 325. Verificada a existência de erro em texto aprovado e com redação definitiva, proceder-se-á da seguinte maneira:

a) tratando-se de contradição, incoerência, prejudicialidade ou equívoco que importe em alteração do sentido do projeto, ainda não remetido à sanção ou à Câmara, o Presidente encaminhará a matéria à comissão competente para que proponha o modo de corrigir o erro, sendo a proposta examinada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania antes de submetida ao Plenário;

b) nas hipóteses da alínea anterior, quando a matéria tenha sido encaminhada à sanção ou à Câmara, o Presidente, após manifestação do Plenário, comunicará o fato ao Presidente da República ou à Câmara, remetendo novos autógrafos se for o caso, ou solicitando a retificação do texto, mediante republicação da lei.”

No caso em voga nada impede que a Câmara dos Deputados faça a revisão aqui preconizada. A Câmara tem todas as condições de fazer a emenda de redação.

O Sr. Cid Sabóia de Carvalho — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON — Pois não.

O Sr. Cid Sabóia de Carvalho — Quero apoiar a análise que V. Ex^a está fazendo. Na verdade, tendo-se o conhecimento da teoria atinente ao erro, verifica-se que não houve erro de direito; houve erro de fato. Erro de fato perfeitamente consertável, como bem demonstra V. Ex^a. Poderia esse erro ter sido detectado aqui, nesta Casa, sendo a matéria remetida à Comissão Permanente que trata do assunto. Tudo seria corrigido facilmente. Já que está na Câmara, V. Ex^a tem toda razão. Lá há órgão técnico que pode perfeitamente compatibilizar isso apenas por uma questão de lógica. Agora, dar uma conotação política, querer fazer desta Casa incompetente; querer alarmar a economia brasileira, que não se alarma com mil escândalos, com a incompatibilidade que não foi produzida entre artigos de um projeto de lei, isso realmente não tem a menor lógica. Estamos diante de um erro de fato, que poderia ter sido corrigido facilmente pelos órgãos técnicos do Senado. Mas a matéria já se encontra na Câmara, pela sua urgência que poderá fazê-lo. São duas Câmaras que se equivalem, trocam de função, segundo o momento institucional. Então, quero apoiar V. Ex^a, que tem sido sempre feliz na tribuna desta Casa, tendo uma visão política excepcional, que honra o nosso Partido quando faz uma análise desse quilate. O fato é que estão jogando o Senado, devido a um mero acidente, contra a opinião pública, contra o trabalhador, contra o empresariado, contra todo mundo. E isso realmente não é praticar a democracia. O certo é corrigir o que esteja errado. Nenhum erro é perpétuo. A própria lei tem a sistemática para se consertar o que está errado. Erro ou ignorância tem sempre o reparo legal. Quero felicitar V. Ex^a, dando-lhe o meu apoio, sem querer me alongar para não prejudicar o brilhantismo da exposição de V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON — Agradeço o oportuno aparte de V. Ex^a. Não há dúvida de que é exatamente isso: erro material. Qual é a filosofia do projeto aprovado no Senado? o Brasil inteiro sabe, o Governo também, a imprensa tem noticiado: o Senado da República aprovou a decisão de que a revisão salarial é bimestral. Isso está no projeto. Essa é a nossa orientação. Esse é o pensamento, é a filosofia. Essa é a emenda aprovada. Esse é o sentido do nosso projeto. É sobre isso que a Câmara vai decidir.

Que o Governo aja, debata, discuta na Câmara. E aquela Casa, em instância final, no caso, soberanamente, vai decidir se são dois ou quatro meses.

Mas daí a querer dizer que o Senado criou um monstro jurídico e criou um drama e uma perplexidade na economia do País é uma falta de respeito à verdade e a esta Casa.

O que vejo de sério, Sr. Presidente, é que — creio, estou na expectativa, ouvindo no rádio, lendo no jornal e vendo na televisão — teremos logo um novo Ministro do Trabalho. Surpreende-me a pouca duração do mandato do atual Ministro.

Reparem que estamos vivendo uma crise em que um ex-Ministro está tendo analisado o seu comportamento pela sociedade e por uma Comissão de Inquérito desta Casa. E o outro está diante dessa realidade que vemos, porque o Presidente da República, no domingo, em cima da decisão que adotamos aqui, houve por bem, lá no seu descanso de Araxá, convocar a cúpula do Governo para conversar sobre o aumento do salário mínimo. Sua Excelência chamou o Ministro da

Previdência, o Secretário Jorge Bornhausen e o Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento. Não chamou o Ministro do Trabalho.

Se não chamou o Ministro do Trabalho para discutir o aumento do salário mínimo, creio que isso se deve a um fato. Na verdade, S. Ex^a foi chamado a renunciar, foi convocado a se demitir e estamos diante dessa realidade. O Ministro do Trabalho foi publicamente demitido pelo Presidente da República. Só falta saber se ele irá entender o recado de que deve largar o Ministério ou se o Presidente avançará o sinal e o demitirá de uma maneira frontal, em que ele abrirá o jornal e encontrará a sua demissão.

Lamento, Sr. Presidente, a fórmula pela qual o Presidente da República trata o Ministério do Trabalho. Um Ministério que foi criado, afinal de contas, exatamente pelo seu avô. O seu avô teve a idéia, elaborou a tese, foi o autor do projeto; o Dr. Getúlio Vargas escolheu e criou o Ministério do Trabalho e o fez o primeiro Ministro do Trabalho do País. Parece que o neto, pelo jeito, não tem muita simpatia por aquela Pasta.

Primeiro, nomeia um que deixa sofrer o desgaste que sofreu. Eu dizia outro dia que no regime parlamentarista duvidou que um Ministro sofresse o desgaste que o Sr. Magri sofreu — e tenho o maior respeito por esse cidadão. Acho que ele não tinha condições de ser Ministro da Previdência, podia até ser Ministro do Trabalho, mas não tinha competência para ser Ministro da Previdência. E irresponsável é o Presidente, que escolhe, e o deixou no cargo durante dois anos.

Pois agora nem mais escolhe o novo Ministro — e está aí o cidadão, eu não o conhecia, dizem que é um homem respeitado — e sem mais nem menos o Presidente comete esse deboche, esse acinte. Ele não tinha o direito de agir assim com o novo Ministro do Trabalho. Afinal, sei eu por que cargas d'água, em todo debate em torno do novo salário mínimo não se tomou conhecimento da presença dele? De qualquer maneira, na hora em que o Presidente da República chama, perante a Nação, o Ministro da Economia, o Secretário de Assuntos Políticos e o Ministro da Previdência para discutir o salário mínimo e não chama o Ministro do Trabalho, parece-me que a demissão já está decidida. É essa a maneira de ser, a fórmula do Senhor Presidente da República, sobre a qual realmente temos as nossas interrogações. Quer o Senhor Presidente demitir o Ministro do Trabalho, demita-o! Não precisa humilhá-lo perante a Nação. Ele não tinha o direito de humilhá-lo diante de todo o País. Quer o Senhor Presidente da República pressionar a Câmara, dialogar com aquela Casa para derrotar a emenda do Senado, tudo bem, tem o direito de fazê-lo; quer vetar o projeto, se for aprovada a bimestralidade, tem o direito.

O que não pode fazer é lançar a sociedade brasileira contra o Senado, dizendo que nós votamos como o fizemos porque há alguns Senadores magoados. Não senti isso nesta Casa. O que verifiquei foi um longo debate e Senadores que votaram com profunda seriedade e espírito de responsabilidade.

Uma hora dizem que os Senhores aprovaram a bimestralidade do reajuste porque não obtiveram vantagens, porque têm interrogações quanto aos benefícios, aos cargos que o Governo está oferecendo. Não é verdade. Não senti isso por parte do Senado da República.

Outra hora que o Senado Federal votou dessa maneira, porque está magoado em virtude de o processo ter chegado a esta Casa na última hora. Poderíamos ter votado a favor

da emenda bimestral por essa razão, mas não me parece ter sido essa a causa de termos votado a favor da emenda. Votamos assim porque o trabalhador, em uma inflação mensal de, no mínimo, 20% ao mês, não ter reajuste é um absurdo, é uma crueldade. É uma injustiça que ele só tenha a revisão salarial quatro meses depois, quando, em tese, terá o seu salário de 100 dólares reduzido a 40 dólares.

Não me parece que o Senado Federal tenha votado esse projeto como votou por que esteja magoado. Podemos estar magoados? Podemos. Podemos considerar uma injustiça os projetos chegarem a esta Casa na última hora? É verdade. Mas essa não foi a causa. O Senado Federal votou, porque, analisando o projeto, ficou a favor dos trabalhadores, tentando reparar um pouco uma tremenda injustiça que eles estão sofrendo.

Em uma terceira hora, dizem que esta Casa criou um monstro jurídico, que é exatamente esse que daria aos trabalhadores pasmem V. Ex^{as} — um salário de 3 milhões de cruzeiros. Isso não é verdade. Respeitem-nos!

O Presidente da República quer vetar a emenda? Vete-a. Sua Excelência quer agir junto à Câmara dos Deputados, com a sua maioria, para que ela revogue a emenda? Faça-o, mas vamos nos fazer respeitar!

O Sr. Jutahy Magalhães — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON — Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Jutahy Magalhães — Quando falam em três milhões de cruzeiros em dezembro, devem estar prevendo um aumento terrível da inflação! Não devem estar acreditando na política econômica! O próprio Líder do Governo na Câmara dos Deputados!

O SR. PEDRO SIMON — O Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento, disse ao Fundo Monetário Internacional que a inflação de dezembro será de 22%. O compromisso é esse.

O Sr. Humberto Lucena — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON — Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Humberto Lucena — Nobre Senador, V. Ex^a, neste instante, fala em nome da Bancada do PMDB, externando o nosso ponto de vista a respeito dessa matéria. Na verdade, há, parece, o intuito de fazer terrorismo em torno de um problema de tanta importância, qual seja o do reajuste do salário mínimo. Acho que o Senado não agiu incorretamente, pelo contrário, V. Ex^a tem razão, o que se quis fazer, aqui, foi o reajuste bimestral. Quero dizer a V. Ex^a que o nobre Deputado Genebaldo Correia, Líder do PMDB, está tentando acertar com as demais Lideranças oposicionistas, só para efeito de sistematização do texto, uma emenda de redação, para tornar mais clara a intenção do Senado nesse sentido, o que, aliás, poderia ter sido feito no Senado se, como disse V. Ex^a no início do seu discurso, não tivesse havido tanta pressa na apreciação da matéria.

O SR. PEDRO SIMON — Agradeço muito o aparte de V. Ex^a, que é meu Líder.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, levando aqui, apesar de adversário, a minha solidariedade ao Ministro do Trabalho.

Creio que em política é bom nos respeitarmos e nos valorizarmos ao nível de não fazer aos outros aquilo que não desejamos que façam conosco. Creio que isso é muito importante.

Meu abraço e a minha solidariedade ao Ministro do Trabalho. Não sei se S. Ex^a fica, mas se voltar creio que terá uma bela atuação pela sua experiência. Talvez tenha sido melhor sair rapidamente do que o seu antecessor, que teve um longo período e saiu tão dolorosamente.

O SR. PRESIDENTE (Lucídio Portella) — Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT — SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores: — quero externar a minha solidariedade à Deputada Estadual Maria José Rocha, do Partido dos Trabalhadores, pelo fato de, no exercício de seu mandato, ter proferido da tribuna da Assembléia Legislativa da Bahia, em Salvador, críticas ao comportamento político do Governador do Estado, e, por essa razão — imaginem os senhores — está sendo ameaçada de ter o seu mandato cassado.

Um parlamentar, tanto um Deputado Estadual quanto como Federal ou um Senador, não pode ter o seu mandato cassado em decorrência de suas palavras, opiniões e votos. É preciso respeitar-se a liberdade de expressão e manifestação; a inviolabilidade dos mandatos não pode ser ameaçada por causa de palavras e opiniões. Isso é importante para o exercício da democracia.

É triste saber que o Governador Antônio Carlos Magalhães, diante do contundente discurso da Deputada Maria José, pronunciado em setembro último, quando, aliás, ela era membro do Partido Comunista do Brasil, externo sua indignação. Naquela oportunidade, a Deputada Maria José mostrou como o Governador Antônio Carlos Magalhães estava encaminhando à Assembléia Legislativa uma mensagem, segundo a qual aqueles funcionários de confiança do Governador, de livre provimento, teriam ou um aumento da ordem de 300%, enquanto que para os duzentos e cinquenta mil funcionários públicos de carreira, o ajuste seria de apenas 35%.

Como preferir de duzentos e cinquenta a trezentos mil servidores públicos em favor daqueles que ocupavam cerca de 100 cargos em comissão?

Diante daquela mensagem e, inclusive, levando em conta que para os servidores estaduais não haveria retroatividade, enquanto para os que iriam ganhar 300% a mais, aquele ajuste seria reatrativo a maio, ela começou a se perguntar e a dizer que o Governador Antônio Carlos Magalhães tinha uma atitude de quem desprezava os servidores públicos.

Disse ela, por exemplo, que enquanto o Governador Antônio Carlos Magalhães, de avião, viajava para Londres para fazer cirurgias, aos servidores estaduais tantas coisas eram negadas. Ela chegou a mencionar que o Governador queria acabar com a Universidade Federal da Bahia, com a universidade gratuita no País, ao mesmo tempo que parecia ter uma atitude de quem não gostava do professor, lembrando que o Governador havia se aposentado como professor sem ter dado aulas na Universidade Federal da Bahia.

Telefonei ao Governador Antônio Carlos Magalhães solicitando compreensão em relação a sua atitude. Disse o Governador que ela, ao final de seu pronunciamento, teria utilizado uma expressão que feriu a ele próprio, a sua senhora e aos que trabalhavam no Palácio de Ondina, e propunham que ela modificasse o teor dessa expressão final.

Ora, seria importante que, apesar da contundência da análise da Deputada Maria José, pudesse haver — e espero que haja...

O Sr. Josaphat Marinho — V. Exª me permite um aparte?

O SR. EDUARDO SUPPLY — Ouço o nobre Senador Josaphat Marinho com muito prazer.

O Sr. Josaphat Marinho — Nobre Senador Eduardo Supply, pediria a V. Exª que atentasse em que o Governador da Bahia não está, de modo algum, ameaçando o mandato da Deputada Maria José Rocha. O Governador, sentindo-se ofendido, promove ação penal, ou seja, uma medida legal contra a Deputada. A justiça é quem dirá se a acusação é procedente ou não e se cabe puni-la ou não, tudo, entretanto, na forma da Constituição e da lei, vale dizer, o Governador submete-se à lei como qualquer cidadão, e a justiça vai dizer se cabe ou não uma punição. Não há, portanto, nenhuma ofensa à ordem constitucional na providência adotada pelo Governador.

O Sr. Jutahy Magalhães — V. Exª me permite um aparte?

O SR. EDUARDO SUPPLY — Agradeço o aparte nobre Senador Josaphat Marinho, mas parece-me que a história política da Bahia está a indicar um procedimento de natureza mais político do que jurídico e como o Senador Jutahy Magalhães, muito melhor do que eu, conhece a História da Bahia. Com muita honra, concedo o aparte ao Senador Jutahy Magalhães.

O Sr. Jutahy Magalhães — Pelo menos, em alguma coisa, conheço-a mais do que V. Exª. Mas dizem que o diabo, à medida em que o tempo passa, aperfeiçoa as suas "malvadezas". Temos observado exemplos que nós deixam preocupados, na Bahia, como o caso que V. Exª aborda neste instante. Gostaria que o Senador Josaphat Marinho tivesse toda a razão, quando diz que caberia apenas à Justiça decidir. Mas lamento discordar de S. Exª. Eu me tenho atrevido ultimamente a fazer previsões, quase como se tivesse uma bola de cristal. E uma delas que acredito possa fazer, inclusive, neste caso, é a de que o cronograma desse ato é o seguinte: a Assembléia, hoje, iria dar a licença para processar a Deputada Maria José. Não o fez, porque, com o falecimento do ex-Governador Antônio Balbino, a sessão de hoje não se realizou. Então, amanhã dará. A Justiça irá processar a Deputada, e ela será condenada. Após a condenação, será pedido, na Assembléia, o processo de cassação de mandato por falta de decoro da Deputada. Esta é a previsão que estou fazendo hoje. E vamos ver, no futuro, o que vai ocorrer. No passado, Sr. Senador, quando o Governador Antônio Carlos Magalhães assumiu sei primeiro governo na Bahia, fiz oposição a S. Exª, apesar de pertencermos ao mesmo Partido. Havia alguns trabalhadores ligados a mim que faziam também oposição, entre eles o Deputado Manoelito Teixeira, que havia sido o penúltimo colocado na eleição e era necessário fazer com que eu tivesse certeza de que as ações contra mim e contra meus amigos seriam as mais drásticas possíveis. Conseguiu o governador que o Tribunal Regional Eleitoral decidisse apartear o Deputado Manoelito Teixeira da Assembléia, anulando uma urna do município de Cocos, onde ele havia recebido votação; ele deixaria de ser eleito e ficaria como primeiro suplente. Infelizmente, morreu um Deputado, Renato Medeiros Neto, e o Deputado Manoelito Teixeira não perdeu o mandato. Há poucos dias, o Tribunal Regional Eleitoral da Bahia condenou o Sr. Luiz Pedro Irujo, que se candidatara a governador do Estado, por ofensas ao Sr. Governador do Estado da Bahia, também através de um processo. O Tribunal Regional Eleitoral da Bahia tem dois desembargadores, dois Juizes, dois

Advogados e um representante da Justiça Federal. Coincidentemente, o único voto contrário à condenação foi o do representante da Justiça Federal. Dois causídicos que fazem parte do Tribunal Regional Eleitoral foram advogados do Sr. Antônio Carlos Magalhães. Um deles, o Dr. Genaro, pessoa de bem, respeitada, conceituada, coincidentemente, foi advogado do atual Governador da Bahia no processo que estou movendo contra ele, que se retirou do processo quando assumiu o lugar no Tribunal Regional Eleitoral; o relator também foi advogado do Sr. Antônio Carlos Magalhães. Veja V. Exª a coincidência, o único que não depende do Estado foi quem votou contra, o representante da Justiça Federal. Tenho um processo contra o Sr. Antônio Carlos Magalhães que estará prescrevendo, possivelmente, na próxima semana. Por quê? Porque na Justiça da Bahia não houve condições de ouvir-se as testemunhas apresentadas por S. Exª. O processo levou mais de um ano. O Prefeito de Canavieiras, o ex-Prefeito de Barreiras e o Secretário de Planejamento não eram encontrados para prestar depoimento. Mais de um ano a Justiça demorou para ouvir os três e não conseguiu. Agora, vai prescrever. O que lamento, Sr. Senador, é que o atual Governador, tão acostumado a acusar os seus adversários, de ofendê-los, de injuriá-los, é quem está agora querendo condenar os outros. Houve uma coincidência, Sr. Senador: vi uma fotografia, no início de uma campanha, de uma reunião no Palácio de Ondina, em que doze pessoas ligadas ao Governador da Bahia haviam posado juntas; dos doze, nove haviam sido acusados de ladrão pelo Sr. Antônio Carlos Magalhães e já eram todos, àquela época, correligionários do Sr. Antônio Carlos Magalhães — um era o próprio Governador atual, então não podia ser acusado por si mesmo. Pois veja, V. Exª, como ele está acostumado a acusar os outros, no entanto, agora está buscando e por coincidência condenou o Sr. Luiz Pedro Irujo a 18 meses, mas como é réu primário obteve sursis. Sr. Senador, espero que um dia se faça justiça na Bahia. Tenho fé que um dia isso ocorrerá. Lamentavelmente, enquanto isso não ocorrer, veremos a repetição de fatos como os que têm ocorrido. A minha previsão, ao contrário do pensamento do Senador Josaphat Marinho, vai ser pedida a cassação da Deputada Maria José em futuro próximo.

O Sr. Josaphat Marinho — Permite V. Exª uma nova intervenção, já que fui nominalmente citado?

O SR. EDUARDO SUPPLY — Pois não. Apenas quero pedir ao Sr. Presidente, se possível, que prorrogue a sessão por alguns minutos, inclusive porque o Senador Ronan Tito, pelo que percebo, deseja usar da palavra por um motivo importante.

O SR. PRESIDENTE (Lucídio Portella) — A sessão poderá ser prorrogada por alguns minutos.

O SR. EDUARDO SUPPLY — Agradeço a V. Exª, Sr. Presidente.

Concedo agora o aparte a V. Exª Senador Josaphat Marinho.

O Sr. Josaphat Marinho — Nobre Senador, não entrarei na análise dos fatos anteriores referidos pelo nobre Senador Jutahy Magalhães, sobretudo porque, relativos ao período da ditadura militar, em cuja época, em vários momentos, ele e o Sr. Antônio Carlos Magalhães eram correligionários, e por todo esse período, eu era adversário do regime militar. Quero apenas fixar o quadro atual. Pode-se divergir da orientação do Sr. Antônio Carlos Magalhães, mas S. Exª não está

praticando nenhum ato de violência ou ilegal, pelo menos até aqui. O ex-Deputado, filho do Sr. Pedro Irujo, foi condenado pela Justiça Eleitoral por ter usado expressões injuriosas contra o candidato Antônio Carlos Magalhães. A Deputada Maria José está sendo processada na forma da lei. O ex-Deputado Manoelito Teixeira, a que se referiu, também, o nobre Senador Jutahy Magalhães, é hoje funcionário do Estado e continua num cargo do qual poderia ter sido afastado, e com o pleno consentimento do Governador Antônio Carlos Magalhães.

O Sr. Jutahy Magalhães — Há um equívoco, Senador Josaphat Marinho. Antes, ele era funcionário da Prefeitura de Salvador, o seu cargo é de fiscal da Secretaria da Fazenda do Município de Salvador, e não foi nomeado por mim. Mas isso não é importante.

O Sr. Josaphat Marinho — V. Ex^a está enganado, ele está a serviço do Iapesh. O Sr. Manoelito Teixeira ocupa, hoje, com o consentimento do Governador Antônio Carlos Magalhães, um cargo no Iapesh.

O Sr. Jutahy Magalhães — Veja V. Ex^a como o Governador é "bonzinho".

O Sr. Josaphat Marinho — Mas o que quero assinalar — não quero envolver a discussão dos fatos da política local — é que, até este momento, o Governador procede na conformidade da lei. Dele, pode divergir-se, mas não se lhe pode acusar violência.

O SR. EDUARDO SUPPLY — Sr. Presidente, para que se possa através dos Anais examinar o conteúdo do que se está se avaliando, requiro a transcrição do pronunciamento da Deputada Maria José, das manifestações de diversos parlamentares, inclusive do Presidente do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, da Comissão Executiva Estadual do PT da Bahia em solidariedade àquela Deputada, salientando que o Governador Antônio Carlos Magalhães sentiu-se ofendido, e isso ele próprio me disse, por causa das palavras da Sr^a Deputada Maria José Rocha ao dizer: "Se gritar pega ladrão no Palácio de Ondina, certamente não ficará ninguém", porque avaliou que isso estaria ofendendo a todos que ali trabalham, inclusive a sua senhora. Considero que aqui há uma força de expressão, da contundência diante da indignação da Deputada Maria José à mensagem de ajustes tão diferenciados para os servidores e para aqueles em comissão.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. EDUARDO SUPPLY EM SEU DISCURSO:

A DEMOCRACIA NÃO PODE SER VIOLADA

A Executiva Estadual do Partido dos Trabalhadores vem a público, externar a sua indignação com a trama que se desenvolve para cassar o mandato popular da deputada Maria José Rocha (Zezé) do Partido dos Trabalhadores, pelo fato desta, no exercício do seu mandato, ter proferido, da tribuna da Assembléia, críticas ao comportamento político do governador do Estado. A liberdade de expressão e manifestação, a inviolabilidade dos mandatos na expressão e manifestação, a inviolabilidade dos mandatos na expressão de palavras e opiniões, a imunidade parlamentar, são condições para a existência da democracia e, portanto, devem ser preservados por todos aqueles amantes da liberdade e da democracia.

O processo movido contra a deputada é uma tentativa de reedição dos expedientes autoritários, de triste memória,

como o AI-5, que amordaçaram o Legislativo e cassavam mandatos parlamentares por expressarem opiniões contrárias ao governo, e que agora, sepultados pelo povo brasileiro, na Bahia o governo ACM quer ressuscitar com nova roupagem, revelando o seu caráter antidemocrático.

Afirmando a sua profunda convicção democrática, o Partido dos Trabalhadores dirige-se aos deputados estaduais baianos, às instituições democráticas, à sociedade civil baiana, conclamando à manifestação contrária a esta iniciativa autoritária do governo do Estado, em defesa da democracia e da liberdade de expressão.

Comissão Executiva Estadual do PT — BA

EM DEFESA DAS IMUNIDADES PARLAMENTARES DA DEPUTADA MARIA JOSÉ ROCHA LIMA (PT — BA)

A ameaça de suspensão das imunidades parlamentares da deputada estadual Maria José Rocha Lima (PT — BA), para que ela possa ser processada a pedido do governador Antônio Carlos Magalhães agride a consciência democrática da sociedade brasileira.

A concretização desta ameaça representaria grande retrocesso e assinalaria uma volta ao período de caça às bruxas que caracterizou a ditadura militar.

Por estas razões, nós, representantes de partidos democráticos, reunidos em Brasília, repudiamos qualquer tentativa de suspender as imunidades parlamentares da Deputada Maria José Rocha Lima, apelamos aos deputados membros da Assembléia Legislativa da Bahia no sentido de que eles assumam uma atitude ativa e recusem esta pressão indevida, e conclamamos todos os setores democráticos da sociedade brasileira a condenarem esta ação antidemocrática que tem por objetivo eliminar um mandato legitimamente conferido pelo povo da Bahia a Maria José Rocha Lima.

Brasília, 30 de abril de 1992. — Lula (Pres. do PT) — Paulo Hartung (vice-líder do PSDB) — Aldo Rebelo (PC do B) — Jabes Ribeiro (PSDB) — Vice-Líder — Sérgio Gaudenzi (1^o vice-Líder PDT) — José Carlos Sabóia — PSB — Augusto Carvalho — PPS — Célio de Castro (Líder PSB) — Alcides Model — PT — BA.

ESTADO DA BAHIA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

O SR. PRESIDENTE (Eliel Martins) — Com a palavra a próxima oradora inscrita, Deputada Maria José Rocha, até 15h. 25min.

A SRA. MARIA JOSÉ — Bem, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Deputadas, Companheiros e Companheiras que estão nas galerias, em nome do meu Partido, o Partido Comunista do Brasil, eu quero, primeiro, elogiar a firmeza desta Bancada de Oposição minoritária, porém ativa corajosa, firme, que enfrentou estes dias de obstrução junto com os companheiros, os funcionários. E também quero ressaltar que o Governador Antonio Carlos Magalhães está muito enganado, os funcionários públicos não são mais aqueles, que ele levava os quatro anos governando a Bahia e no último ano, às vésperas da eleição, algumas migalhas para conseguir fazer o Governo da Bahia, fazer o seu sucessor. Os servidores públicos, hoje, é essa turma que está, aqui, aguerrida, que passou a noite inteira nesta Casa, resistindo e denunciando para a imprensa baiana este absurdo, este massacre que se perpetra mais uma vez contra o funcionalismo público da Bahia. Mas eu quero, sobretudo, destacar que o Sr. Antonio Carlos Maga-

lhães sai chamuscado desta situação, porque vocês observem que nós fizemos balançar a torre do Palácio de Ondina, onde está alojado o Senhor Feudal, Antonio Carlos Magalhães, que lamentavelmente de lá dar as ordens para essa Bancada silenciosa e envergonhada, tenho certeza que estes Deputados não terão coragem de olhar nos olhos dos seus eleitores, dos servidores públicos, os Senhores não saberão o que dizer em casa, depois dessa vergonhosa atitude, aqui na Assembléia Legislativa. Eu quero também chamar atenção para esta mensagem de reajuste eu quero reafirmar que é uma mensagem de condenação do servidor público e não ficará impune. Se o Sr. Antonio Carlos Magalhães pensa que a luta acaba aqui, ela começa exatamente aqui. Eu acho que quem não se deu bem foi o governador que preteriu cerca de trezentos mil servidores públicos para favorecer cem Cargos de Comissão, quem não se deu bem foi o Sr. Antônio Carlos Magalhães, que favoreceu seu chefe da Casa Militar, favoreceu o Procurador Geral do Estado com percentuais que se aproximam de 300% e não só isso, esse percentual de aumento com efeito retroativo a maio, quando negou a cerca de trezentos servidores baianos uma modesta reivindicação, a da retroatividade salarial para o mês de julho.

Mas eu quero, Companheiros, sobretudo, dizer que o Governador Antonio Carlos Magalhães não gosta do servidor público, na verdade, o Sr. Antonio Carlos Magalhães tem avião quando quer viajar para Londres fazer cirurgia, porque não acredita, como eu venho dizendo, na saúde que ele concede ao povo baiano, como também o Governador Antonio Carlos Magalhães não quer o povo educado, por isso ele golpeia a Universidade do Estado da Bahia e me parece que a grande denúncia que a gente tem para fazer aqui, é que o Governador quer acabar com a Universidade da Bahia, como Collor quer acabar com a Universidade Federal gratuita no nosso país e mais, Companheiros, o Governador não gosta de professor, aliás, o Governador não gosta mesmo de professor, até porque é um professor aposentado que nunca pisou numa sala de aula, isso vem sendo freqüentemente denunciado.

Portanto, quero protestar contra essa Mensagem em que o Governador de uma forma trambiqueira, de má fé, produz, revisão constitucional, como também reforma administrativa. Precisamos, inclusive, adotar as medidas jurídicas cabíveis porque cabe a nós preservar a democracia e lutar por um Legislativo independente as últimas consequências, inclusive, - 1992.

na justiça, contra esses atos que são arbitrários e que ferem a democracia em nosso Estado.

Eu quero concluir, companheiros, dizendo para vocês que o governador também é sabido e neste momento que o funcionalismo se sente humilhado, massacrado com esses baixos salários, e sabemos que no mês de setembro os servidores já estão recebendo salários, abaixo do mínimo, na Bahia, porque mínimo nacional, nos próximos dias, já deverá ser anunciado, o governador, como sempre tenta lançar suas bombas.

O SR. PRESIDENTE (Eliel Martins) — Para concluir Deputada.

A SRA. MARIA JOSÉ ROCHA — Concluindo, Sr. Presidente. Essas bombas não passam de traques para desviar a discussão sobre a infelicidade que ele causa aos servidores públicos. Amanhã sairá na imprensa as contas do ex-governador Nilo Coelho que está colocando em discussão para atropelar a pauta, as contas do ex-governador Nilo Coelho. Mas eu quero concluir, dizendo a vocês, se gritar pega ladrão no Palácio de Ondina, certamente, não ficará ninguém. Companheiros, a luta continua, viva a luta dos servidores públicos, pela democracia

PROCESSO: 0001459-9
COMARCA: BAHIA
INSTRUMENTO: 00000021/89
IMPETRANTE: JACIRA SILVEIRA DO NASCIMENTO
PAL: ROBERTO DA SILVA RODRIGUES
AUT. COATORA: JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE LAJE

PROCESSO: 0001459-9
COMARCA: BAHIA
INSTRUMENTO: 00000021/89
IMPETRANTE: JACIRA SILVEIRA DO NASCIMENTO
PAL: ROBERTO DA SILVA RODRIGUES
AUT. COATORA: JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE BAHIA

PROCESSO: 0001459-9
COMARCA: BAHIA
INSTRUMENTO: 00000021/89
IMPETRANTE: JACIRA SILVEIRA DO NASCIMENTO
PAL: ROBERTO DA SILVA RODRIGUES
AUT. COATORA: JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE BAHIA

Mar. 17 92 18:37. — José Ubaldino Pinto.

557 P02 — 18-3-92 — 04:54 — Pág. 4

Diário do Poder Judiciário — sexta-feira, 13 de março de

TRIBUNAL PLENO

DESPACHO EXARADO PELO SENHOR JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE BAHIA

RE 1430-1 - QUERELA CRIME do Salvador
Querelante: Excmo Sr. Governador do Estado da Bahia
Querelado: Desembargador Maria José Rocha
Adv.: RAFAEL VIANA
Relator: Excmo Sr. Des. MANOEL PEREIRA

DESPACHO: "Vistos etc...
Arrolados do advogado, Antonio Carlos Pereira da Magalhães oferte que
na origem, Desembargador Maria José Rocha, desobedeceu a ordem judicial.
Reclamação e patrocínio que já agitou uma Interpelação criminal com
era o ora querelada."

III - Oficiou-se ao Excmo Sr. Deputado Eliel Martins, M.D. Presidente da
Assembléia Legislativa do Estado, solicitando-lhe que, em cumprimento ao disposto
no art. 84, da vigente Constituição Estadual, provida o Plenário da Assembléia
Legislativa, seja concedido ao Sr. Desembargador Maria José Rocha, seja protegida criminalmente
em nome.

IV - Que cópias da íntima e do despacho acompanhem o ofício
ao Sr. Des. Desembargador Maria José Rocha.

V - Requisito-se ao Excmo Sr. Des. Jayme Ferraz Bulhões cópias
das autos de Interpelação criminal, no sentido em que os autos foram no momento, P2
na que seja anexada a esta processo.

Em 18-11-92
o Des. MANOEL JOSE PEREIRA DA SILVA
Relator

O SR. PRESIDENTE (Lucídio Portella) — V. Exª será atendido na forma regimental.

Uma vez feita a prorrogação, concedo a palavra ao nobre Senador Ronan Tito, que disporá de apenas dois minutos para fazer o seu pronunciamento.

O SR. RONAN TITO (PMDB — MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, esse tempo que V. Exª me concede é suficiente para que eu use da palavra, Sr. Presidente, mas insuficiente para a homenagem que gostaria de prestar aos taquígrafos.

A instalação da primeira Assembléia-Geral, Constituinte e Legislativa do Império do Brasil deu-se no dia 3 de maio de 1823; e, por este motivo, os taquígrafos brasileiros escolheram também o dia 3 de maio para a comemoração dessa arte que existe, em Roma, desde o tempo dos Césares.

Tive oportunidade, Sr. Presidente, de ler o artigo do Dr. Carlos Benedicto, Presidente da Associação Brasileira de Taquígrafos, publicado pelo jornal Congresso Nacional e achei-o muito interessante. Por isso, peço que o mesmo conste dos Anais da Casa. Trata-se de um artigo muito bem redigido, que mostra a importância dos taquígrafos, principalmente para o funcionamento do Congresso Nacional.

Particularmente, Sr. Presidente, devo muito aos taquígrafos e aos revisores porque sou, sem dúvida nenhuma, o parlamentar menos erudito, menos culto desta Casa e, assim, o que mais necessita dos trabalhos da Taquigrafia que tem sempre, justiça seja feita, melhorado os meus pronunciamentos, principalmente quando os faço de improviso.

Quero levar aqui a minha homenagem simples, mas sincera, a esses servidores do Congresso Nacional, que em dias como o da votação do salário, os revisores da Taquigrafia ficam aqui até às 5 horas da manhã. Na maioria das vezes, nós, os Parlamentares, não tomamos conhecimento desses fatos como também não o faz a imprensa.

Deixo aqui, consignado, portanto, o meu reconhecimento pelo trabalho dos taquígrafos, porque eles registram a História. O trabalho que fazemos aqui, não houvesse o registro correto e exato dos taquígrafos, ficaria à mercê, muitas vezes, da versão da imprensa, que nem sempre é exata e que nem sempre está presente aqui no Congresso Nacional.

O Sr. Pedro Simon — V. Exª me concede um aparte, Senador?

O SR. RONAN TITO — Pois não, nobre Senador.

O Sr. Pedro Simon — Nobre Senador, V. Exª não fala só em seu nome, mas o faz em nome de toda a Casa.

O Sr. Eduardo Suplicy — V. Exª me concede um aparte, Senador?

O SR. RONAN TITO — Pois não, nobre Senador.

O Sr. Eduardo Suplicy — Senador Ronan Tito, também subscrevo inteiramente a homenagem de V. Exª aos heróicos taquígrafos, em nome do PT.

O Sr. Jutahy Magalhães — V. Exª também me concede um aparte, Senador?

O SR. RONAN TITO — Com muito prazer, nobre Senador.

O Sr. Jutahy Magalhães — Senador Ronan Tito, V. Exª presta homenagem também em nome do PSDB.

O SR. RONAN TITO — Veja, Sr. Presidente, que eu não pretendia tanto, mas consegui aqui a unanimidade. Estou

falando aqui em nome do PSDB, do PT e do PMDB. Acho que S. Exª têm razão, porque, neste instante, há uma unanimidade no plenário pelo reconhecimento do trabalho dos nossos taquígrafos.

Entendo até que, neste momento, prestaríamos a maior homenagem aos nossos taquígrafos, principalmente aos revisores, fazendo a equiparação, em termos de remuneração, aos revisores da Câmara, que recebem uma gratificação por exercerem essa função, porque, geralmente, o revisor fica até mais tarde. E aqui, no Senado Federal, não há ainda esse reconhecimento.

É uma sugestão à Mesa, para que faça economia aos seus colegas da Câmara dos Deputados o reconhecimento aos serviços prestados por esses profissionais no Senado Federal.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado. (Muito bem!)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. RONAN TITO EM SEU DISCURSO:

TAQUIGRAFIA, 169 ANOS

A tentativa de abreviar a escrita teve início no período da eloquência romana, no ano 63 a.C., quando Marco Túlio Tiro, um liberto e amigo de Cícero, inventou o sistema de notae, que foi empregado para registrar os discursos de Cícero, Sêneca e de outros Senadores romanos. O sistema inventado por Tiro foi ensinado nas escolas romanas, aprendido por imperadores e largamente usado.

É de Plutarco a afirmação de que os discursos de César e de Catão, por ocasião da conspiração de Catilina, foram registrados pelo notarii, que haviam sido por Cícero distribuídos em várias partes do mundo.

Após a queda do Império Romano, o uso do sistema tironiano sobreviveu por vários séculos, até que a Inglaterra se tornou o berço da moderna taquigrafia.

No Brasil, os taquígrafos elegeram o dia 3 de maio para cultivar o surgimento oficial da Taquigrafia brasileira. Àquela data, no ano de 1823, instalava-se a Primeira Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil, presidida pelo Bispo Capellão Mor D. José Caetano da Silva Coutinho, com a presença do Imperador Pedro I.

O estudo erudito de um dos maiores historiadores brasileiros, o emérito Professor Pedro Calmon, registra:

“A atenta leitura do Diário da Assembléia Geral, Constituinte e Legislativa, disso dará a notícia que baste, quer para os pequenos problemas, agigantados no debate parlamentar, quer para os grandes antagonismos em que se prolongou. Ensaia-se nesse fervor de opiniões a estruturação do regime.

Acompanhamos pelo registro taquigráfico o desdobramento de uma cena grandiosa. Percebe-se no seu enredo e no seu transcurso a ansiedade com que os futuros estadistas do Império cuidaram de organizá-lo. São páginas de história política, de doutrina constitucional, de ardente polêmica, de eloquência desatada, desatada, de patriotismo claro, de sabedoria construtiva, de dialética afogueada, e de planos lúcidos e largos.”

A ASBRAT — Associação Brasileira de Taquígrafos, ao rejubilar-se com o convite do Jornal do Con-

gresso Nacional para produzir uma coluna sobre taquígrafia neste periódico, deseja formular votos de progresso aos taquígrafos que diariamente militam no Legislativo, Judiciário, Executivo e nas entidades da iniciativa privada e que o exemplo de altivez, capacidade e competência dos que nos antecederam seja o grande objetivo de todos. Aos eminentes integrantes dos Poderes Constituídos de nosso País, a homenagem da comunidade taquígrafa brasileira e que possamos, juntos, por muito tempo, continuar a escrever a história desta Nação.

* (Carlos Benedicto é Presidente da Asbrat, taquígrafo do Senado Federal, bacharel em Direito e Jornalista.)

O SR. PRESIDENTE (Lucídio Portella) — A sugestão de V. Ex^a será encaminhada ao Presidente, Senador Mauro Benevides.

O SR. PRESIDENTE (Lucídio Portella) — Concedo a palavra ao nobre Senador Odacir Soares.

O SR. ODACIR SOARES (PFL — RO. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, o País prepara-se para um dos eventos mais importantes do mundo na área do meio ambiente e preservação da natureza, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento — ECO-92, a realizar-se no Rio de Janeiro, de 1^o a 12 de junho próximo. Deverão ser tratadas ali questões delicadas para a existência do homem, questões estas que têm deteriorado, nos últimos anos, a qualidade de vida em nosso planeta, como o chamado efeito estufa, que provoca a elevação da temperatura da terra, causada pela emissão do gás carbônico, queima de combustíveis fósseis, como o petróleo, pelos milhões de veículos automotores em todo o mundo; a desintegração da camada de ozônio, no pólo antártico, devido à fabricação de substâncias poluentes; a devastação das florestas, a poluição dos oceanos, etc.

E serão debatidos, obviamente, os instrumentos e providências para reverter este quadro preocupante, como as alterações de padrões de produção industrial e consumo; a adoção de mecanismos antipoluentes nos automóveis; de uma política para preservar a diversidade biológica da terra, como as florestas e a fauna, e a criação de um fundo financeiro internacional para combater a poluição e conservar o meio ambiente e a natureza.

Mas antes da ECO-92, Senhor Presidente, realizar-se-ão, também, no Rio de Janeiro, no próximo dia vinte e quatro, dois relevantes eventos introdutórios àquela Conferência, o Primeiro Seminário Internacional sobre Problemas Ambientais dos Grandes Centros Urbanos — ECO-URBS 92 e o Segundo Simpósio Internacional de Estudos Ambientais em Florestas Tropicais Úmidas — Forest'92, no auditório do Teatro Pedro I, Centro de Convenções do Hotel Nacional. Após a solenidade de abertura, será inaugurada a Exposição Internacional do ECO-URBS' 92 e Forest'92, seguindo-se um coquetel oferecido aos presentes.

Era o registro, Srs. Senadores, que desejávamos fazer sobre esses dois importantes eventos preparatórios à Rio-92, desta tribuna, e agradecer ao Presidente de sua Comissão Organizadora, Sr. Dorival Correia Bruni, a gentileza do convite para participar dos mesmos, na condição de convidado de honra. Era o que tínhamos a dizer sobre o assunto. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lucídio Portella) — Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Wedekin.

O SR. NELSON WEDEKIN (PDT — SC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, um de nossos traços culturais mais nefastos, a repercutir em todos os segmentos de nossa vida, é a cupidiz da novidade. A nossa mania de mudança pela mudança, seja na esfera pública, seja na pessoal, parece ser conduzida por uma espécie de pensamento mágico em que a mudança sempre se sobrepõe à continuidade, seja ela política, administrativa ou pessoal.

A sabedoria popular ironiza essa atitude quando diz, de forma caricatural, que todo novo chefe tem de mudar tudo, a começar pela posição de sua mesa. Com isso perde-se sempre em continuidade, em tradição, em reconhecimento do que já foi bem feito anteriormente. O que me traz hoje a esta Tribuna, Sr. Presidente, é exatamente uma reflexão contra esta atitude iconoclasta, é justamente a necessidade de preservação do trabalho técnico-pedagógico desenvolvido, através dos tempos, pelas Escolas Técnicas Federais em nosso País.

Permita-me, Sr. Presidente, de forma breve, rememorar o percurso que foi desenvolvido pelo ensino técnico profissional no curso de nossa história. O ensino profissional, em nosso País, se origina de uma característica dual: foi criado para marcar ao lado do sistema de ensino regular uma finalidade bem específica, qual seja: a preparação dos pobres marginalizados e desvalidos, a fim de que pudessem atuar no sistema produtivo, nas funções técnicas, localizadas nos níveis baixo e médio da hierarquia ocupacional. Sem condições de acesso ao sistema regular de ensino, esses futuros trabalhadores iriam constituir a clientela de cursos variáveis de qualificação profissional, que vão desde os cursos de aprendizagem rápida até os cursos técnicos. Em razão disso, criaram-se, em 1909, os primeiros cursos profissionais, com o surgimento de 19 escolas de aprendizagem de artífices subordinados ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, em caráter ainda bem incipiente.

Na década de 40, com o estímulo do Governo Federal e custeada pelas empresas, com o fim de atender suas próprias necessidades, surge a Lei Orgânica do Ensino Industrial, criando as bases para um sistema de ensino profissional para as indústrias. O sistema era composto de quatro elementos: rede federal, redes estaduais, rede Senai e escolas isoladas. A partir de então o ensino técnico industrial passou a ser um ramo dos dois ciclos do ensino médio, articulado com o ensino primário e com o ensino superior. Em relação a esse último a forma de articulação variou bastante no tempo, sempre no sentido de facilitar o acesso dos concluintes do grau superior. Depois de 30 anos de existência, o sistema de ensino técnico assumiu grandes dimensões: 113 escolas, quase 50 mil alunos matriculados. Durante esse período formaram-se quase 40 mil técnicos.

Em 1971, quando o governo militar implanta a Lei nº 5.692, o sistema de ensino técnico oferecia, de acordo com pesquisa de Luiz Antônio Cunha, 26 especialidades diferentes. Os cursos de química, de eletrônica e de mineração e metalurgia eram predominantemente oferecidos pelas escolas isoladas; os de mecânica, de eletrotécnica, de edificações, de estradas existiam mais freqüentemente nas escolas da rede federal. A autonomia das escolas técnicas federais, a partir de 1959, deu-lhes grande flexibilidade, acarretando o crescimento de matrículas e melhor adequação de seus cursos à realidade local.

A Lei nº 5.692/71 que estabeleceu o ensino de 2º grau como único e voltado à formação profissional obrigatória teve, entre outras causas de seu fracasso, a escassez de recursos financeiros, porque não se previram fontes de financiamentos dos custos que a inovação exigia. Foi em razão desse fato que muitas escolas privilegiaram em seus currículos áreas terciárias da formação profissional, as quais não exigiam investimentos em equipamento, laboratórios e recursos humanos. Essa solução simplista e enganosa em nada ajudou no atendimento a uma demanda de profissionais técnicos.

A partir de 1982, a Lei nº 7.044 alterou a Lei nº 5.692/71, desobrigando o 2º grau de feição profissionalizante, retomando assim a dupla opção: a do curso propedêutico, com ênfase na destinação de continuidade dos estudos em nível superior, ou seja, "não terminal" "stricto sensu", e o profissional com ênfase na formação do técnico em 2º grau, isto é, um curso terminal.

Como bem aponta Cunha (1977), pode-se dizer que o sistema técnico-industrial desapareceu, o que não significa que tenha desaparecido o ensino técnico-industrial que ficou, desde a Lei nº 5.692/71, diluído entre os cursos do novo ensino médio profissional.

Sr. Presidente, após tentar mudanças, marchas, contramarchas que tão bem refletem aquela cupidez da novidade, a que me referi no início desse pronunciamento, uma verdade se sobrepõe, e justamente é essa verdade que deve ser preservada: a importância da qualidade de ensino que as Escolas Técnicas Federais ofereceram e oferecem à sociedade brasileira ao longo dos anos. É inegável a qualidade desse ensino, pesquisas já comprovaram a eficiência dos originários dessas escolas no mercado de trabalho. Todas essas escolas se constituíram, em maior ou menor escala, numa experiência vitoriosa. Algumas se notabilizam mesmo como modelo de ensino técnico-profissional, como as escolas de Minas Gerais, Santa Catarina e Bahia.

Por isso mesmo que queremos manifestar nossa solidariedade à Escola Técnica Federal de Santa Catarina, que luta para manter a alta qualidade de ensino conquistada por aquele estabelecimento, graças à dedicação e eficiência do seu corpo docente.

O Ministério da Educação não vem dando às Escolas Técnicas Federais o necessário apoio para consecução de suas diretrizes pedagógicas e administrativas. Pior ainda é o fato desse órgão não cumprir acordo assinado com todas as entidades representativas da classe docente, ignorando assim seu próprio documento assinado e divulgado em nível nacional, por ocasião da greve nacional das Escolas Técnicas Federais.

Srs. Senadores, as Escolas Técnicas Federais constituem-se em experiências bem sucedidas no ensino profissionalizante, devem ser preservadas e melhoradas, e seu corpo docente merece um tratamento condigno à importância dessas instituições.

Era o que tínhamos a dizer. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lucídio Portella) — Na presente sessão terminou o prazo para a apresentação de emendas ao Projeto de Resolução nº 15, de 1992, de iniciativa da Comissão Diretora, que dispõe sobre a representação do Congresso Nacional na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul.

Ao projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria será incluída em Ordem do Dia, oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Lucídio Portella) — A Presidência lembra aos Srs. Senadores que, amanhã, às 17h, será realizada, no plenário da Câmara dos Deputados, sessão solene do Congresso Nacional, destinada a comemorar o Bicentenário da Inconfidência Mineira, e convoca sessão extraordinária do Senado, a realizar-se amanhã, às 14h25min.

O SR. PRESIDENTE (Lucídio Portella) — Lembro aos Srs. Senadores que o Congresso Nacional está convocado para uma sessão conjunta, a realizar-se hoje, às 19h, no plenário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Lucídio Portella) — Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente sessão, designando para a extraordinária de amanhã, às 14h25min, anteriormente convocada, a seguinte

— 1 —

REQUERIMENTO Nº 142 DE 1992

Votação, em turno único do Requerimento nº 142, de 1992, de autoria do Senador Maurício Corrêa, solicitando, nos termos regimentais, a transcrição nos Anais do Senado Federal, do artigo intitulado "Privatização das Prisões", de autoria do Dr. Evandro Lins e Silva, publicado no Jornal do Brasil, edição de 4 de abril de 1992.

— 2 —

REQUERIMENTO Nº 210, DE 1992

Votação, em turno único, do Requerimento nº 210, de 1992, de autoria do Senador Cid Sabóia de Carvalho, solicitando, nos termos do art. 397, I, do Regimento Interno, combinado com o art. 50, § 1º da Constituição Federal, seja convocado o Senhor Ministro de Estado da Economia, Fazenda e Planejamento, Dr. Márcilio Marques Moreira, para prestar esclarecimento sobre o Sistema Financeiro de Habitação no Brasil.

— 3 —

REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 8, DE 1992

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão Diretora em seu Parecer nº 98, de 1992) do Projeto de Decreto Legislativo nº 8, de 1992 (nº 34/91, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Convênio para o funcionamento da Sede Acadêmica da Flaccó no Brasil, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais — FLACSO.

— 4 —

REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 9, DE 1992

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão Diretora em seu Parecer nº 99, de 1992) do Projeto de Decreto Legislativo nº 9, de 1992 (nº 35/91, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto de Emenda ao artigo 56 da Convenção sobre Aviação Civil Internacional, concluído em Montreal, em 6 de outubro de 1989.

O SR. PRESIDENTE (Lucídio Portella) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 44 minutos.)

RETIFICAÇÃO

ATA DA 207ª SESSÃO, REALIZADA

EM 18 DE NOVEMBRO DE 1991

(PUBLICADA NO DCN — SEÇÃO II — DE 19-11-91)

Na página nº 8080, 1ª coluna, imediatamente após as assinaturas do Parecer nº 462, de 1991, inclua-se por omissão o seguinte:

PARECER Nº 463, DE 1991

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Relator: Senador José Fogaça

COMISSÃO TEMPORÁRIA

Criada através do requerimento nº 146, de 1991, “com o objetivo de estudar, analisar e acompanhar as atividades da conferência das nações unidas para o meio ambiente e desenvolvimento — ECO/92.”

3ª reunião, realizada em 15 de agosto de 1991

Às nove horas e trinta minutos do dia quinze de agosto de mil novecentos e noventa e um, na sala de reuniões nº 4, Ala Senador Nilo Coelho, presentes os Senhores Senadores Coutinho Jorge, Presidente, Valmir Campelo, Oziel Carneiro, João França, Aureo Mello, Fernando Henrique Cardoso, Rachid Saldanha Derzi, Esperidião Amin, Irapuan Costa Júnior, Alufio Bezerra, Nelson Carneiro, Lavoisier Maia e Teotônio Vilela Filho, reúne-se a Comissão Temporária ECO/92. Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores, Júlio Campos, Darcy Ribeiro, Ronaldo Aragão, Dario Pereira e Amazonino Mendes. Havendo número regimental, o Sr. Presidente declara abertos os trabalhos, dispensado a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Em seguida, informa que se encontra presente o Senhor Embaixador Marcos Azambuja, Secretário-Geral da Comissão Interministerial do Meio Ambiente, que irá fazer uma exposição detalhada sobre o andamento dos trabalhos técnicos e o conteúdo das propostas do Governo que irão compor o documento a ser encaminhado à Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. Após a explanação do Senhor Secretário Geral da Cima, usam da palavra, pela ordem de inscrição, os Senhores Senadores Oziel Carneiro, Fernando Henrique Cardoso, Irapuan Costa Júnior, Alufio Bezerra, Lavoisier Maia e o Sr. Presidente Coutinho Jorge. Prosseguindo, o Sr. Presidente agradece ao ilustre Embaixador Marcos Azambuja por sua presença a esta Comissão e pela importante colaboração prestada através da brilhante exposição feita. Dando continuidade a reunião, o Senhor Presidente informa que o segundo item da pauta trata da proposta apresentada pela Assessoria deste órgão, sobre a metodologia de trabalho a ser seguida pela Comissão, bem como o cronograma de eventos para o segundo semestre deste ano. Colocada em discussão e votação é a mesma aprovada por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Carlos Guilherme Fonseca, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, indo a publicação juntamente com as notas taquigráficas.

Anexo à ata da 3ª reunião da Comissão Temporária, criada através do Requerimento nº 146, de 1991-SF com o objetivo de estudar, analisar e acompanhar as atividades da conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento — ECO/92. Destinada a ouvir o depoimento do Sr. Embaixador Marcos Azambuja, Secretário-Geral da Comissão Internacional do Meio Ambiente, que se publica com a devida autorização do Senhor Presidente da Comissão.

Presidente: Senador Coutinho Jorge.

Vice-Presidente: Senador Valmir Campello
(Íntegra do apanhamento taquigráfico.)CONFERÊNCIA DAS ORGANIZAÇÕES PARA MEIO
AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO

ECO-92

Notas Taquigráficas da Reunião de 15-8-91

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Sr. Embaixador Marcos Azambuja, Srs. Senadores, Srs. da imprensa aqui presente, Srs. Assessores, é com grande satisfação que estamos aqui reunidos, mais uma vez, para o prosseguimento das audiências da nossa Comissão do Senado Federal, que trata de acompanhar e participar deste grande programa, desta grande reunião, a conferência mundial, conhecida como ECO-92.

Lembro que na última reunião tivemos a satisfação de ouvir, como estamos fazendo nesta primeira fase, os membros do Governo Federal, ligados à Secretaria do Meio Ambiente. Ouvimos o Secretário-Geral, Sr. Eduardo Martins e a Presidente do Ibama, Srª Tânia Munhoz, que aqui fizeram uma exposição bastante objetiva a respeito do relatório técnico que o Governo Federal está preparando exatamente para esta grande conferência.

Hoje, temos a satisfação de ter entre nós o ilustre Embaixador Marcos Azambuja, que tem uma responsabilidade muito grande em relação a esta conferência, e com ele vamos encerrar a fase de audiência das autoridades oficiais do Governo Federal para que, a partir da próxima audiência, possamos ouvir os vários segmentos da sociedade brasileira — imprensa, empresários, as chamadas zonques e os fóruns regionais que pretendemos fazer em todas as regiões do País.

Quero lembrar também aos Senadores presentes que após a exposição do ilustre embaixador, teremos uma parte muito rápida no final, que é a discussão da metodologia e do cronograma de eventos que teremos nesta Comissão, a partir da próxima reunião.

Sem maiores delongas, com satisfação, passo a palavra ao nosso caro Embaixador Marcos Azambuja, que nos honra com sua presença e, por certo, trará subsídios importantes para esta Comissão que visa, exatamente, acompanhar *pari passu* tudo aquilo que está sendo feito no Brasil em relação a esta grande conferência das Nações Unidas, voltada ao desenvolvimento e ao meio ambiente.

Com a palavra, portanto, o ilustre Embaixador Marcos Azambuja.

O SR. EMBAIXADOR MARCOS AZAMBUJA — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Srs. Senadores, minhas Senhoras, meus Senhores, vou lhes fazer uma exposição que será breve e creio — espero — que não será supérflua sobre como vamos e aonde vamos. Farei uma retrospectiva que acho necessária.

A preocupação mundial com as questões de meio ambiente, a preocupação organizada, começou no fim da década de 60 com uma mobilização de alguns países desenvolvidos — é bom assinalar que a preocupação foi, inicialmente, de alguns países que viviam o seu primeiro desencanto pós-industrial e que culminou na Conferência de Estocolmo, de 1972. Mas é no fim da década de 60 que a idéia de desenvolvimento, de progresso, que sustentou todo o século XIX e boa parte do século XX, começa a ser questionada em algumas das suas premissas fundamentais: as premissas do esgotamento dos recursos, da degradação da qualidade da vida e de certa desumanização do homem, por formas impiedosas de desenvolvimento e progresso. Sobretudo, criam-se, na década de 60, certos grupos de reflexão dos quais o mais notável é o Clube de Roma, que faz, pela primeira vez, uma reflexão global sobre o mundo a partir da premissa de que os recursos não eram inesgotáveis, que o homem tinha a capacidade de fazer dano irreversível as palavras, então, eram novas — aos chamados ecossistemas, a idéia de que havia certas fragilidades sistêmicas no mundo, a idéia de que certas espécies estavam ameaçadas e que certos produtos não-renováveis iriam se esgotar num prazo limitado.

Peço a bondade de lembrarmos, todos, que no fim da década de 60 o desenvolvimento era uma idéia ainda com grande vitalidade internacional, e o meio ambiente, uma idéia que começava a nascer.

O que se pretendeu em Estocolmo, em 1972, foi dar uma dimensão ecológica ao desenvolvimento; a tônica era o desenvolvimento, e o que se queria era uma dimensão ambiental ao desenvolvimento. Portanto, a idéia vigorosa, em 72, era do desenvolvimento e a idéia que nascia e queria espaço era a do meio ambiente. Em 1972, as preocupações não eram globais, no sentido que hoje são; as preocupações, em 72, dos negociadores de Estocolmo, eram essencialmente com a proteção de certas espécies ameaçadas. Havia, se quiserem, uma visão romântica da natureza — a proteção do elefante africano, a proteção da águia-de-cabeça-branca americana — a visão era emblemática, certas espécies estavam dramaticamente ameaçadas e nelas, na baleia, no elefante, na águia, no condor andino, havia o símbolo que a causa precisava. Então era uma causa emblemática e focalizada. E havia uma visão catastrófica ou catastrofista de que recursos naturais não-renováveis teriam prazo de esgotamento muito próximos. O Clube de Roma pretendia ou propugnava que o petróleo se esgotaria em poucos anos, certos minerais mais raros idem; então vivíamos a idéia de ameaça de extinção de certas espécies, esgotamento de recursos naturais.

Não posso interromper a cada um que chega para homenagear os Senadores, mas, por favor, senão ficaria muito entrecortada a minha exposição.

Mas peço atenção para isto: em 72, há uma grande conferência que resume sua ação na defesa de espécies e na percepção de esgotamento de recursos naturais. Isso, em 72.

O Brasil participa, em 72, de uma maneira muito vigorosa e muito defensiva. Acho que todos aqui somos contemporâneos de 72 e dessa fase. A posição brasileira, que vivia um ciclo de aceleradíssimo desenvolvimento, é de que essas causas no meio ambiente eram ou romântico-ingênuas, na melhor hipótese, ou parte de uma conspiração internacional para frear o nosso desenvolvimento. A atitude brasileira em Estocolmo é dupla: primeiro, de que isso são preocupações de países decadentes que tinham pequenos territórios, que tenham pequenas preocupações, um pouco Bélgica, um pouco

Holanda, pequenos países que já tinham passado a fase da sua grande expansão e da sua criatividade e que se preocupavam com essas coisas menores. Ou a visão, se quiserem mais conspiratorial, de que havia no mundo, diante do próprio lançamento do Brasil para o crescimento e a modernidade, um desejo de cristalizar o *status quo* internacional — certos países que já tinham chegado, chegavam; os que não chegavam não chegariam. De modo que haveria — o que sempre inquietava o Brasil — uma cristalização da ordem internacional. A posição do Brasil é vigorosa, é ativa, o Embaixador Miguel ficamos, então, identificados como um país ante-meio ambiente. Criam-se estereótipos: A idéia de que o Brasil era um país contra o meio ambiente e a favor do desenvolvimento. Não era verdade, mas as simplificações ocorrem — a idéia de que o Brasil era um país que queria, então, importar poluição. Ficaram um pouco consagradas, na época, certas frases, talvez atribuídas de maneira maldosa ou malévola, de que o Brasil queria trazer poluição se o preço dela fosse crescimento acelerado.

Então, 72 produz o documento Ata de Estocolmo, cria uma organização internacional em Quênia, em Nairobi, que é a UNEP, e é marcada por esse romantismo. A própria escolha de Quênia como local de uma organização internacional marca isso: É a proteção das grandes planícies, dos grandes altiplanos de Serengeti. Não é um organismo para atuar junto a Genebra, Viena, Nova Iorque; é colocado, a rigor, no próprio campo para mostrar a sua pureza. Então, 72 é romântica, é catastrofista e é precursora. E se dá num momento em que desenvolvimento é uma grande idéia e o meio ambiente não.

De lá para cá mudou muita coisa. Mudou o Natal, mudamos nós. Houve um amadurecimento da reflexão ecológica e da reflexão desenvolvimentista. Os ecologistas se dão conta de que os recursos naturais não iam acabar de um dia para o outro. Não sei se todos se recordam que havia tabelas então de que o tungstênio duraria mais 3 anos, o petróleo mais 10 anos, titânio mais 15. Então, se dá conta a Humanidade de que os recursos naturais não renováveis têm vida muito mais longa e que a tecnologia encontra caminhos para substituí-los ou encontrar novas técnicas de extração; isso é importante.

A segunda coisa é que há um relativo sucesso na proteção de espécies ameaçadas. Quase todas aquelas que foram objeto de atenção preferencial sobrevivem e hoje estão em fase de expansão. Depois há um desenvolvimento também da filosofia de parques nacionais. Todos os países, uns bem, outros mal, criam parques reservas santuários, em suma, há um sucesso nos objetivos.

Por outro lado, nesses anos todos, o desenvolvimento se deslegitima. Começa a haver de parte do próprio mundo industrializado e não industrializado um desconforto crescente com o desenvolvimento, que parece não atender à totalidade das expectativas humanas. De 72 para 92, portanto, há um redirecionamento das preocupações ecológicas e um desencanto com o desenvolvimento na sua versão mais crua, expresso em ganhos de produto nacional e de renda per capita. Ao mesmo tempo, surgem novas teorias que substituem na área ambiental as antigas. As preocupações com as espécies continuam, mas nós passamos a ter os chamados temas globais ou chamadas as grandes questões atmosféricas. A Humanidade volta a se preocupar com o efeito de aquecimento, camada de ozônio, degradação dos oceanos, em suma, temas que pela sua abrangência são naturalmente transfronteiriços, tran-

sideológicos e transpolíticos. Então, há uma mudança do foco, de uma proteção quase que romântica de certas espécies, de certos produtos, para a percepção de que o Planeta, e começa a se falar cada vez mais do Planeta, não de uma maneira metafórica ou poética, mas como expressão de uma espaçonave em que estamos todos embarcados, em suma, o Planeta passa a ser objeto de uma reflexão que se pretende científica e sensata. Então, muda o foco. Não é que o outro desapareça, ele é apenas superado.

E dois, o desenvolvimento se deslegitima e, sobretudo, — vou usar uma expressão — sai de moda. Primeiro, porque os países em desenvolvimento, em grande medida, deixam de se desenvolver, portanto não há mais aquela força e nem aquele dinamismo; dois, porque os países já desenvolvidos passam a fazer uma pregação quase que hostil ao desenvolvimento. Então, surgem tensões novas nessa equação entre desenvolvimento e meio ambiente, o que cabe ao desenvolvimento e o que cabe ao meio ambiente. Essencialmente, portanto, nós nos aproximamos da conferência do Rio, com um outro quadro cultural, político e econômico marcado pela vitalidade das idéias ambientais e pelo enfraquecimento do ideário desenvolvimentista.

Quando o Brasil se dá conta de que um novo ciclo de conferências internacionais, que nós chamamos Conferências Internacionais Normativas, está por se inaugurar, — os senhores sabem que em 92 há a Conferência do Rio do Meio Ambiente e Desenvolvimento; em 93, a conferência que deverá ser em Bonn ou Berlim, sobre direitos humanos; em 94, haverá uma conferência sobre população; em 95, sobre a mulher, em suma, há um novo ciclo de reflexão internacional, um novo ciclo que se inaugura. O Brasil se dá conta de que haverá uma nova grande conferência sobre o desenvolvimento e meio ambiente. E a primeira decisão tomada na administração anterior, no Governo do Presidente José Sarney, foi a de que o Brasil pleitearia sediar a conferência. Essa decisão foi crucial para tudo que se segue. Se o Brasil não presidisse a conferência, a nossa capacidade de influir sobre os seus rumos seria muito limitada, o Brasil seria apenas um dos grandes atores trabalhando na conferência. A decisão de atrair a conferência buscou aumentar o nosso poder de influência nos rumos dos trabalhos. É como um país ou um time que convida o outro para jogar no seu campo por acreditar que a sua torcida, o seu campo servirão como alavancas de prestígio. Então, o Brasil, ao decidir ser sede da conferência, pretende, sobretudo, aumentar a sua influência no jogo. Para legitimar essa pretensão, o Brasil usa um argumento essencial: é de que poucos países no mundo dão atenção simétrica e equilibrada a desenvolvimento e a meio ambiente; o Brasil é um deles. O argumento simplisticamente é o seguinte: os grandes países industrializados, hoje, só se preocupam a rigor com o meio ambiente, porque o desenvolvimento deles já foi atingido. Para a grande parte dos países mais pobres, o meio ambiente é uma abstração, o que interessa é o desenvolvimento porque na situação de extrema penúria, ele apenas conta. O Brasil é um dos sete ou dez países no mundo capaz de pensar simultaneamente em meio ambiente e em desenvolvimento. Nós temos, portanto, a capacidade legitimadora de darmos atenção simétrica às duas pontas da equação. O Brasil não descuida do desenvolvimento, o Brasil não pode deixar de pensar no meio ambiente.

Então, se faz uma campanha para que a conferência seja no Brasil, essencialmente para que a conferência sendo no Brasil, não seja sobre o Brasil. Eu não quero fazer um jogo

de palavras, mas o essencial a ser dito é isso. Ao ser no Brasil, nós procuramos nos assegurar que a conferência não será sobre o Brasil. Então, eu estou lhes dando com grande, eu espero, transparência, o que foi o processo de reflexão que nos levou a sediar. O Brasil sendo sede ganhava alavancagem e influência, o Brasil ao ser sede garantia que desenvolvimento e meio ambiente teriam tratamentos paritários, o Brasil ao ser sede garante que a conferência, ao ser no Brasil, não será sobre o Brasil; esse é o objetivo. Ao atrairmos a conferência, o Brasil compra um compromisso internacional da mais alta ordem e complexidade: de sediar a maior conferência internacional até hoje realizada, num momento em que as idéias sínteses estão na sua mais alta efervescência. E, ao mesmo tempo, o Brasil vai sediar três eventos. Há uma grande conferência mundial diplomática, que é a conferência do Rio, há uma cúpula mundial de Chefes de Estado e de Governo convocados para essa primeira cúpula mundial, e há um imenso fórum em reunião de organizações não governamentais, que são, no caso do meio ambiente, aquelas que alimentam o ideário da reflexão ambiental. Então o Brasil compra a obrigação de sediar três eventos simultâneos, sincrônicos, na mesma cidade; isso é um compromisso extraordinário.

Então essencialmente nós temos uma grande conferência, um conjunto, um complexo de conferências no Rio de Janeiro, em junho de 92, e para isso eu vim aqui dizer aos senhores jo que nós esperamos fazer e como nós nos preparamos. Desculpem-me a digressão, mas é para colocar o que vai haver no Rio, no quadro de uma seqüência histórica de acontecimentos. Essencialmente, o Brasil, quando obteve a sede, ele saiu da posição de candidato à posição de parte contratante. Os senhores sabem que quando um país oferece sede de uma conferência internacional, ele assina um acordo com as Nações Unidas em que ele se compromete formalmente a executar certos serviços. Não há, portanto, eu queria que os senhores entendessem, voluntarismo. O Brasil não é um dono de casa que será mais ou menos generoso, ele é parte de um acordo internacional em que ele tem que cumprir aquilo que ele pactuou, que são as garantias de segurança, eficácia e conforto para a conferência.

A decisão da sede foi das mais angustiantes de que eu participei. O Presidente, num primeiro momento, tinha uma inclinação pela Amazônia, desejava, já que via tanta preocupação, que o Brasil se mostrasse na Amazônia. Nós procuramos todos os meios, mas logisticamente não havia como reunir 30 mil pessoas numa capital amazônica por mais que se tentasse. Eu faço uma digressão, quase pitoresca, eu cheguei a fazer contatos com companhias de navegação internacional para grandes navios, que tráfamos ou para Belém ou para Manaus, para ancorá-los para servir de hotelaria flutuante. Quando o maior navio do mundo, que é o Queen Elizabeth, só tinha mil e cem leitos, nós precisaríamos de 20 navios como o Queen Elizabeth. A operação passava a ser o desembarque na Normandia, eram operações que a guerra no deserto do Golfo nada se compararia, e o Presidente, a contragosto, abandonou o que seria a sua preferência inicial de prestigiar a Amazônia. Nós tínhamos que negociar finalmente entre Brasília, Rio e São Paulo. A decisão ficou para o Rio de Janeiro por um conjunto irresistível de argumentos. O primeiro dos quais, é que os organizadores externos preferiam o Rio, por uma série de fatores que eu não entrarei. Mas, de qualquer maneira, e nós não podíamos dividir a conferência, porque uma das regras do jogo é que a conferência

não pode ser fraturada. Pode haver acontecimentos antes, depois, outros desvinculados dela, mas ela é uma e num só local. Brasília, que pretendia, acabou recebendo uma conferência interparlamentar. Em suma, houve um grande desejo de acomodação com Curitiba, com São Paulo, com Brasília, para que todos tivessem um quinhão, mas o Rio de Janeiro era a cidade que tinha maior qualificação hoteleira, Riocentro, tráfego, grande aeroporto internacional, preferência das Nações Unidas para sediar. E assim será no Rio de Janeiro, num mês particularmente agradável do Rio, porque de baixíssima ocupação hoteleira, de clima particularmente ameno. De modo que o Rio de Janeiro, que é uma cidade de turismo de verão, viverá, no inverno, um seu grande momento.

Além desses três grandes acontecimentos que falei, cúpula de chefe de estado, conferência mundial, fórum de organizações, haverá — e o Rio para isso é extraordinário — imensas festividades simultâneas. Chegamos quase ao ponto de inibir novas idéias, chegamos ao limite da criatividade, há feiras, há shows, há shows de música, há demonstrações de paraquedismo, há ópera, há música sinfônica, a capacidade de fazer chegar ao limite. E o limite é quando não há mais salas para fazer, nem condições de organização, mas é um acontecimento extraordinário.

Para montar isso, o Governo brasileiro criou duas coisas, para preparar a conferência: uma Comissão Interministerial preparatória da conferência, a CIMA, que representa quase a totalidade dos atores que interessam e um grupo de trabalho nacional, que é o grupo de trabalho executivo. Então, temos um grande colegiado interministerial de que participam também ONG, que faz a reflexão, sobretudo o que será conteúdo da conferência, sua parte substantiva, e um grupo de trabalho nacional, com sede, sobretudo, no Rio de Janeiro, no Jardim Botânico, chefiado pelo Secretário de Administração Federal, Carlos García, que é quem está montando o espetáculo. Esses dois grupos se fundem, há interpenetrações, há contatos, porque não se pode separar forma de fundo, evidentemente. Mas, então, temos uma comissão interministerial, temos um grupo de trabalho executivo. E estamos em pleno andamento de terminar o acordo com as Nações Unidas para a montagem, ampliação do Riocentro, e há um efeito para o Brasil muito benéfico. Essa conferência, não sei se durante ela nós teremos grande ganho, mas, antes, ela nos tem sido milagrosa. Ela permitiu, primeiro, uma reflexão nacional que não se fazia há muito tempo.

O Brasil pensa sobre ele mesmo, o Brasil dialoga com o mundo de maneira que não fazia há muito tempo.

A Conferência, no Rio de Janeiro, gerou um metabolismo na cidade, no município, no estado muito favorável. A Conferência provocou, em Curitiba, iniciativas interessantes. Em São Paulo, feiras proveitosas. Aqui, em Brasília, na área interparlamentar, a Conferência teve um efeito catalizador bom sobre o Brasil. De modo que acho que a Conferência, na sua preparação, galvanizou a opinião pública nacional, é um belo acontecimento.

Queria lhes dizer o que a conferência deve produzir além de evento. Quer dizer, todo grande acontecimento tem uma química dele própria, o que acontece nele. Mas, o que ela pretende produzir é o seguinte: ela deverá se desdobrar em várias vertentes. Primeiro, espera-se que nós possamos concluir uma convenção sobre mudança climática. A convenção não será extensa, porque o trabalho levará muito mais tempo. É sobre o chamado efeito estufa. Quem fala disso fala de aquecimento ou emissão de gases tóxicos. Então, o que se

vai procurar é um começo de negociação internacional sobre os limites das emissões de gases tóxicos na atmosfera que têm um efeito, presume-se, de aquecimento e degradação da qualidade do ar. Não há certeza desse efeito. Um dos problemas dessa grande investigação ecológica em nível mundial, é que temos que agir na base de suposições, porque quando houvesse a certeza seria tarde para agir. É um paradoxo! Temos que agir sem convicção certa, porque, quando houvesse a convicção certa, o tempo teria sido perdido para a correção. Isso é difícil. Quem requer grande rigor científico diz: Mas, olha, não uma prova convincente de que o mundo esteja aquecendo, de que sejam essas emissões que estejam... Há evidências muito significativas, mas é prudente agir-se de uma maneira acautelatória, porque, talvez, quando a prova seja cabal, não haja mais muito mais o que se possa fazer.

Então, o primeiro grande objetivo da conferência é uma convenção sobre alterações climáticas. Segundo objetivo é uma convenção sobre biodiversidades, que é um tema de uma riqueza extraordinária, porque afeta toda a capacidade genética do planeta. Quer dizer, o que existe na natureza amplamente desconhecido e que são aqueles modelos que permitem que em Medicina, que em desenvolvimento, nós tenhamos a criação ainda para ser examinada. Isto é uma outra imensa área e que ao Brasil tem interesse particular, porque somos detentores de grande parcela dessa biodiversidade, sobretudo na Amazônia. Terceiro, será um problema geral, não será em convenção alguma declaração sobre florestas, em que aí o interesse brasileiro é mais acentuado geograficamente. Haverá o que se chama ou o que se tenta chamar de estatuto da terra. Procura-se um texto que tenha o valor que teve a declaração universal dos direitos humanos em matéria de direitos humanos, que seja a primeira vez que a humanidade fala da humanidade, do planeta na sua totalidade. É o estatuto da terra. Há a agenda 21, que é aquela para o século 21, que será um plano de ação jogado para o milênio do século que se abre. E, finalmente, haverá as chamadas medidas institucionais que tratarão de que órgãos, que agências, que ferramentas se criará para que todas essas idéias tenham aplicação. Então, o que queria dizer é que estamos trabalhando com um menu, com um cardápio de opções ambicioso: uma convenção sobre clima, uma convenção sobre biodiversidade, uma declaração sobre florestas, o estatuto da terra, agenda 21 e mecanismos institucionais de solução de problemas. Isso é o que se pretende.

As ONG, terão também seus textos, seus objetivos, mas tudo confluirá para isso.

E, finalmente, como vêm Chefes de Estados e Presidentes, eles serão signatários, ou do Estatuto da Terra, ou de vários desses instrumentos para lhes dar um problema das dificuldades. Se os Chefes de Estados — imaginamos sessenta, setenta ou oitenta, e nunca se tentou nada nessa escala — vêm no começo no início da conferência para um debate geral, a conferência se esvazia depois, porque, evidentemente, saindo eles, ela perde status. Se eles vêm para o fim-de-semana intermediário, que coincide como o dia da terra, o começo não tem brilho e o fim não tem brilho. Se eles vêm apenas para o fim, eles não participam da arquitetura inicial da conferência e apenas da sua solenização. Então os problemas são de toda ordem também e desafiadores. Este é o objetivo da conferência.

Creio que com isso eu lhes dou o essencial do que foi a preparação, do que é a montagem, os órgãos que temos. Queria lhes falar que, fora daqui, tudo se conduz centralmente

sobre um comitê preparatório das Nações Unidas que se reúne alternativamente em Genebra, e Nova Iorque. A primeira sessão foi em Nairobi e é para onde se encaminha. Mas como não está andando com a velocidade, teremos que usar esses temas alternativos, já haverá reuniões aqui, no Brasil, breve, de personalidades eminentes. Creio que a Margareth Thatcher, o Eduard Shevarnadze, Nobuko Takchita virão, a Srª Gron Bruntland, todos os grandes nomes do mundo virão, em pequenos grupos, tratar de assuntos aqui, no Brasil. Essencialmente o que lhes queria dizer é que, para o Brasil, o prestígio de sediar é imenso, que o risco do insucesso existe.

Nós podemos ser incompetentes na montagem, mas sinto um tal espírito de acerto que não creio. O que me preocupa hoje, se eu lhes pudesse ser muito franco, é um pouco de necessidade de dispersão das nossas preocupações além do Rio de Janeiro. No início, a preocupação com o Rio era tão necessária, porque era a sede, que nós descuramos um pouco o resto do País. Então é preciso fazer mais do que uma conferência do Rio de Janeiro, uma conferência nacional.

Tenho uma preocupação crescente no esclarecimento das preocupações amazônicas. Nós dizemos, cada vez mais, que a conferência no Brasil não é sobre o Brasil e muito menos sobre a Amazônia, que só estamos fazendo a conferência no Brasil não para diminuir a nossa soberania, a nossa influência, mas para reforçá-la. Não convidamos o mundo ao Brasil para nos despir, convidamos o mundo ao Brasil para firmar a nossa transparência, a nossa boa fé, o nosso desejo de cooperar. Isso é um exercício de afirmação vigorosa de soberania e de clarividência. Não é um ato de renúncia.

De modo que acho que isso tem que ser dito, porque quem está operando a conferência fica tão preso à miudeza do dia a dia que perde um pouco dessa visão. Assim, queria dizer aos Senhores, ao me oferecer às perguntas, que acolherei com a maior satisfação, que isso aqui é parte do que é necessário fazer, explicar melhor a conferência, porque aqui, porque os temas, porque se ela se fizer no quadro de uma posição brasileira solidária e lúcida, ela será um grande acontecimento. Se ela se fizer num clima de desconfiança interna, ela perderá um pouco. Esse exercício que se fez de subsídios técnicos para a elaboração do relatório nacional procurou isso, abrir o debate à cidadania.

Acho que foi uma boa idéia e uma idéia arriscada. Não quero me arrependeu da idéia, porque o que ela pretendeu foi trazer, pela primeira vez na História do Brasil, um debate à totalidade do País, o que é sempre uma boa coisa, mas uma coisa arriscada.

Estou inteiramente às ordens dos Senhores, não só para esse encontro, para outros ao longo dos meses, porque esse é um assunto de acompanhamento assíduo. O que estou dizendo agora, creio, baliza o essencial.

Deixarei, com o Sr. Presidente, um papel de referência mínima que diz apenas o que são as nossas estruturas, mas, no Itamaraty, tão perto, ou aqui, contem comigo para esclarecimentos, com a frequência do interesse dos Senhores. Fico honradíssimo pelo convite. Estou disposto a responder a todas as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Srs. Senadores, iremos passar agora à fase de questionamento.

Lembro, também, aos Srs. Senadores que nesta fase da nossa Comissão do ECO-92, na nossa reunião de hoje, teremos a última audiência com o setor público federal, portanto com as autoridades federais. A partir da próxima reunião,

iremos ouvir a imprensa, os empresários, as organizações não-governamentais e os foros regionais em todo o Brasil.

O objetivo da nossa Comissão é altamente operacional, concreto, é para acompanhar, avaliar tudo aquilo que está sendo feito pelo Brasil para essa grande conferência das Nações Unidas para o meio ambiente e desenvolvimento, chamada popularmente de ECO-92.

Posteriormente, lembro aos Srs. Senadores que vamos discutir a metodologia. Por isso pediria que permanecessem no recinto alguns minutos após as intervenções que farão ao nosso ilustre conferencista. O nosso conferencista tem uma grande responsabilidade na coordenação global dessa conferência mundial e por esse motivo ele é o último conferencista do governo brasileiro a participar desta Comissão.

Gostaria de passar a palavra aos Senadores inscritos. Concedo a palavra ao ilustre Senador Oziel Carneiro.

O SR. OZIEL CARNEIRO — Sr. Conferencista, Sr. Presidente, Srs. Senadores, ouvi com atenção a exposição de V. Sª, embora tenha chegado um pouco atrasado.

Não temos nenhuma dúvida que, mesmo com a existência de algumas deficiências infra-estruturais, a organização da ECO-92 será quase perfeita, porque coordenada pelo Itamaraty, que tem uma experiência muito grande neste campo.

O que nos preocupa, evidentemente, e não condenamos, pelo contrário, até louvamos, a iniciativa do governo do Presidente Sarney de trazer para o Brasil a sede dessa conferência, é sem dúvida nenhuma o posicionamento político do governo brasileiro nesta conferência. O que nos preocupa, repito, é que as decisões ou a Carta da Terra, a Agenda 21 nem tanto, mas alguma convenção que ali for estabelecida, possa determinar algum arranhão à soberania nacional.

Isso poderia acontecer com a sede aqui no Brasil ou com a sede em qualquer outra cidade de qualquer outro País.

Ainda ontem, lemos na imprensa que os Estados Unidos, na reunião do comitê preparatório, não aceitou a proposta do Secretário da Conferência sobre o controle da atmosfera no que diz respeito à poluição. O Governo americano estribou, embasou a sua argumentação exatamente na tese de que nós brasileiros, que representamos Estados da Federação que compõem a Amazônia Legal, temos chamado a atenção de todo o País.

Não há dúvida que a conferência sendo no Brasil — e não uma conferência para resolver problemas do Brasil — o nosso País estará exposto porque a própria opinião pública, em tena tão conflitante e tão polêmico, vai fazer o strip-tease nacional, o que não deixa de ser justo.

Então, o governo americano lançou agora uma questão sobre aquilo que me parece que na Carta da Terra seria o ponto básico, qual seja, o controle da poluição atmosférica, exatamente para evitar o efeito estufa, que V. Sª muito bem expôs. E alegou, para não apoiar e rejeitar — porque o americano rejeitou, embora a maioria tivesse aceito a proposição —, o problema de soberania nacional.

Quando se fala numa proposta de preservação de florestas tropicais, também ficamos preocupados, porque na Amazônia existem todos os ingredientes, não diria para uma intervenção, mas para uma influência muito grande nas decisões sobre o destino do desenvolvimento daquela região.

Trata-se de uma região despovoada, é uma região onde foram detectadas ricas províncias minerais e que tem sofrido, inclusive, nas suas trocas comerciais reações de países, principalmente, da Europa.

Agora mesmo, a Holanda está tentando fazer um movimento, tomar uma decisão e estender isso à comunidade comum, que madeiras oriundas da Amazônia não teriam acesso ao comércio holandês e, por extensão, ao europeu.

Li rapidamente a proposta que foi apresentada em Londres na última reunião dos Sete Grandes, onde se pleiteava um bilhão de dólares em financiamento para um projeto piloto na região Amazônica, especificamente, na região do Programa Grande Carajás.

Nós, amazônidas, temos idéias conflitantes com aquelas defendidas pelo Secretário do Meio Ambiente. Não por que queiramos o desenvolvimento da Amazônia a qualquer custo, absolutamente. Acharmos que deve haver a preservação, deve haver o desenvolvimento sustentado, deve haver o zoneamento ecológico, mas as coisas que são feitas em relação à Amazônia não partem de pesquisas, não partem de experiências e nem levam em conta as experiências regionais.

Verifiquei que existe a idéia de se reflorestar um milhão de hectares na área do Projeto Carajás, não que tenha sido devastada pelo programa Carajás, mas devastada ao longo da existência da civilização naquela área.

O Governo indica para aquele lugar o plantio para o florestamento com o cacau e a seringueira. A Ceplac já provou que o cacau é inadequado para aquela área em razão das condições climáticas; a seringueira é uma atividade que economicamente hoje é inviável na Amazônia.

Isso mostra que há muito artificialismo, muita literatura, muito projeto inviável em termos de Amazônia e mais o desperdício de recursos.

A nossa preocupação é exatamente a mesma que o governo americano detectou em relação à atmosfera, mas nós nos preocupamos com a soberania nacional e damos um exemplo: Recentemente, a ONU que é uma organização que foi criada com o sentido de manter a paz no mundo, sofreu um revés muito grande no problema do Golfo Pérsico. E, além do revés, ela que seria, vamos dizer, a defensora da paz, ela foi um móvel da guerra. Não teve a capacidade de evitar a guerra, mas teve, sem dúvida nenhuma, a capacidade de mobilizar as nações mais desenvolvidas para provocar aquela guerra.

Gostaria de fazer a primeira pergunta, já que V. Ex^a, pela origem diplomática e pela profunda experiência nos assuntos políticos internacionais, e como o Brasil é um membro da ONU e é obrigado, sem dúvida nenhuma, a acompanhar as suas resoluções — e foi o que aconteceu recentemente na guerra do Golfo Pérsico; aliás fomos até muito prudentes na nossa posição — levando em conta que nenhum acordo, nenhuma convenção internacional teria validade no território brasileiro se não atendidos os dispositivos constitucionais de homologação e aprovação pelo Senado, se esta convenção internacional ou esta Carta da Terra vai impor ao Governo brasileiro alguma obrigação oficial, ou simplesmente, como aconteceu na reunião em Estocolmo, tivemos lá como nosso orador o saudoso ministro Costa Cavalcanti, por sinal o homem que defendia a tese de conquistar a Amazônia pela pata do boi, o que foi também um erro? Gostaria de ter este esclarecimento: se a decisão nesta convenção vai implicar, taxativamente, numa obrigação do governo brasileiro?

E conforme a resposta de V. Ex^a então teríamos que, aqui no Senado, tomar algumas providências de salvaguarda para a nossa soberania. Esta é a primeira colocação.

A segunda, aceito perfeitamente a argumentação, como homem da Amazônia e representante do Estado do Pará,

de que era impossível reunir tantas pessoas em qualquer das principais cidades da Amazônia, seja em Belém, seja em Manaus, e também a solução do navio não daria certo porque a profundidade de calagem para acesso às duas capitais é muito pequena e os navios teriam que ficar muito distantes, e o Sr. terminaria fazendo um desembarque da Normandia lá realmente.

É preciso que o governo brasileiro, embora saiba que não há nenhuma obrigação nesta conferência de se levar em conta este relatório, ele pode até ser desprezado, conforme as normas da própria ONU. Gostaria de dizer que, li rapidamente, porque é muito extenso, mas ele começou tratando portanto, do que mais polui hoje a Terra. O que é? É a pobreza. Então, nesta conferência, temos que levar a opinião brasileira de que queremos o nosso desenvolvimento, até porque a Conferência de Estocolmo tratava mais de desenvolvimento do que de preservação do meio ambiente, que precisamos, no nosso desenvolvimento. Temos que erradicar a nossa pobreza, não só no Brasil como nos outros países da América do Sul, porque, é, sem dúvida nenhuma, o maior fator poluidor. Quando é devastada a Floresta Amazônica sem embasamento tecnológico ou verdade científica, isso é feito em razão da pobreza que lá existe. Dentro dessa pobreza, estamos culminando com a nossa pouca cultura em relação preservação.

Então, gostaria também de colocar a V. Ex^a de que, mais uma vez, nós, da Amazônia, estaremos atentos, torcemos pelo êxito da convenção, porque somos brasileiros e ficamos felizes em ver tantas figuras importantes aqui, mas reagiremos se houver alguma decisão que implique em obrigação oficial do Governo brasileiro nesta conferência. E para me tranquilizar, gostaria de ouvir a opinião de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Passo a palavra ao Embaixador Marcos Azambuja.

O SR. EMBAIXADOR MARCOS AZAMBUJA — Nobre Senador Oziel Carneiro, darei uma resposta que, pela brevidade e não faz justiça à sua exposição, tocará nos dois pontos das suas perguntas. Em primeiro lugar, se se adotar na conferência um estatuto da terra, esse documento deverá ter, em toda a probabilidade, um caráter de declaração. Portanto, não criará compromissos de natureza jurídica, nem obrigações que exijam do Brasil cumprimento no sentido mais rigoroso da palavra. Como a todo texto que um país adere de boa-fé, haverá o engajamento nosso com a linguagem e com seus objetivos, mas não será um instrumento especificamente jurídico.

A convenção que se possa a vir adotar, essa sim, uma convenção tem um caráter de obrigação. Se chegarmos a adotar, no Rio de Janeiro, uma convenção-arcabouço ou uma convenção-quadro sob alterações climáticas, esse processo de negociação será longo antes, durante, e será submetido, evidentemente, ao Congresso brasileiro para avaliação.

Queria lhe dizer uma coisa que acho essencial, Senador: as diminuições de soberania não se dão, geralmente, em grandes conferências multilaterais. As grandes conferências mundiais são uma garantia da soberania dos mais fracos. Os grandes preferem a negociação bilateral, preferem os pequenos grupos, preferem as situações em que a sua força e o seu peso são esmagadores.

O multilateralismo universal é a melhor garantia dos países que dispõem de força intermediária. Não é uma garantia absoluta, mas é a melhor carta. A pior carta é aquela em que nos enfrentamos com disparidade de poder irreconciliáveis.

Tenho muita preocupação hoje com as dimuições de soberania que vêm através das chamadas "condicionalidades". Em suma, condições que vão sendo impostas e que vão sutilmente cerceando a liberdade de agir de um determinado país: importações que não se podem fazer, empréstimos que se dão apenas em determinadas condições. Ou seja, a minha preocupação com as reduções de soberania hoje incidem muito mais sobre a área das condicionalidades e das negociações financeiras internacionais do que nos grandes conclaves, como o que faremos. Esses, pelo contrário, Senador, a nossa esperança é que 130 países pobres digam essencialmente o que V. Ex^a disse: que a pobreza não só é uma grande poluição. Acho, às vezes, que tratar a pobreza como poluição, ela é mais do que, ela é uma grande desgraça.

De modo que, creio, haverá massa crítica, por isso uma conferência mundial desse tipo. Parece-me essencial termos presente esse fato, de que uma conferência costuma ser desse tipo, um foro legitimador dos fracos, mais do que um instrumento de pressão dos fortes.

Quanto à atitude norte-americana em relação ao clima, não gosto de fazer comentários sobre posições de um governo, porque não gostaria que fizessem sobre a nossa. Mas vou lhe dar uma resposta de alguma maneira. Achamos que é preciso algum movimento em matéria de emissão de gases. V. Ex^a sabe que o Brasil é um país que emite gases porque é um país industrial, portanto, combustíveis fósseis são queimados, porque ele queima madeira. Mas, comparado com os grandes emissores de gases, somos pecadores muito veniais.

O Brasil não se moverá sozinho, Senador. O Brasil só se moverá em orquestração com os outros. O Brasil não aceitará responsabilidades desequilibradas. O Brasil não pagará a conta da conferência individualmente. O Brasil aceita se mover simetricamente, com o resto do mundo, em direção a formas de desenvolvimento mais limpos, mais auto-sustentáveis: Somos a favor disso. Mas o Brasil não se moverá gratuita e isoladamente. Se houver movimento brasileiro, ele se dará com os outros, simetricamente com os outros, e de maneira muito equilibrada. O Brasil não paga a conta da poluição deste planeta isoladamente. ele é sócio de boa-fé do mundo, ele tem um interesse nacional em manter o seu desenvolvimento limpo, racional, benfeitor desta geração e de outras. Mas ele não paga a conta da totalidade dos pecados internacionais. Isso é essencial.

De modo que, em cada caso, vamos medir o ganho com o compromisso assumido com aquilo que ele inibe de opções de desenvolvimento. Não sei lhe dar uma resposta genérica, e em cada caso vamos ter que medir o ganho, a perda, a relação custo-benefício.

Senador, e lhe pediria que tivesse com a inteligência, a sabedoria e o patriotismo que marcam a sua trajetória. Vamos para essa conferência sem nenhuma ingenuidade e sem nenhuma má-fé. Vamos encontrar o mundo de maneira serena, procurando cooperar, como é de nossa natureza. Não pense que haja nem ingenuidade nem paranóia. Não estamos presumindo uma conspiração contra nós; não estamos achando que isso é uma associação benevolente, em que não haja riscos.

Esse diálogo nosso reforça isso: a abertura para procurarmos aquilo que, em cada caso, melhor nos convém. Nem a priori dizer que não queremos proteger o meio ambiente, nem dizer que todo o cerceamento do desenvolvimento é maléfico.

V. Ex^a, num momento de muito brilho, recordou como, em 72, todos estávamos errados, desenvolvimentistas e ecologistas. A leitura de 72 hoje inspira um sentimento risonho de compaixão: os que acreditavam no desenvolvimento a qualquer preço eram votos juvenis e os que achavam que o planeta estaria acabando em dez anos eram catastrofistas. Esses vinte anos trouxeram sabedoria para as duas pontas do dilema, e creio que 92, no Rio de Janeiro, poderá ser uma reunião mais madura, em que não prevalecerão nem aqueles que acreditam que do desenvolvimento brotaria tudo, nem aqueles que achavam que este planeta iria fechar por falta de recursos em poucos anos. Houve um amadurecimento.

Agora, os riscos estão lá. Não pense, por um momento — e volto à minha exposição original: a sensibilidade do Itamarati para as preocupações amazônicas é extrema. Não há limite em minha disposição de, pelo Itamarati, como Ministro de Estado das Relações Exteriores, trazer esclarecimento, segurança, transparência. V. Ex^a esteja seguro que não haverá instigação ao diálogo ou à troca de idéias que recusemos.

O SR. OZIEL CARNEIRO — Peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Pediria ao Senador que seja breve, porque temos vários inscritos.

O SR. OZIEL CARNEIRO — Existe algum entendimento entre o Governo brasileiro e o Governo dos países que fazem fronteira conosco em relação à Amazônia, não para uma proposta uma, mas para um comportamento nos debates nessas reuniões preparatórias que atenda aos interesses desses países?

O SR. EMBAIXADOR MARCOS AZAMBUJA — Sim. O Tratado de Cooperação Amazônica vai se reunir antes da Conferência, em nível presidencial, possivelmente em Manaus ou em Belém, para mapear uma estratégia comum amazônica em relação aos problemas que interessam à Amazônia.

E queria lhe dizer uma coisa adicional: a preservação da integridade do Tratado de Cooperação Amazônica e da solidariedade entre seus membros é parte essencial da estratégia brasileira. Se há uma ruptura da lealdade e da solidariedade amazônica, a posição brasileira se debilita muito. Manter o diálogo amazônico com os nossos vizinhos de ecossistema é essencial. Teremos uma reunião prévia de chanceleres do Pacto do Tratado Amazônico, uma reunião presidencial na Amazônia. A nossa idéia é fazer duas reuniões de nível presidencial nos nossos grandes ecossistemas: uma no amazônico, outra no sistema do Prata. O outro grande sistema brasileiro, que é o do São Francisco, dos cerrados, esse é exclusivamente interesse nosso. Mas, nos dois casos, tanto no Pantanal, quanto na Amazônia, encontros prévios para que não haja ruptura da solidariedade regional é essencial que se mantenham.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Srs. Senadores, considerando que temos vários inscritos, vamos tentar limitar o tempo para 5 minutos para cada um em termos de intervenção. Apesar do brilhantismo da participação de cada Senador, temos tempo limitado em função do próprio Embaixador.

Passo a palavra ao ilustre Senador Fernando Henrique Cardoso.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Sr. Presidente, Sr. Embaixador, Srs. Senadores:

Não apenas pela recomendação do nosso Presidente, mas também por minha própria vontade, serei muito breve, até

porque o Ministro tem um compromisso. O que me deixa menos aflito é que S. Ex^a tem um compromisso com uma pessoa às 11:00 que já está aqui e que tem um compromisso anterior comigo. Então, as nossas aflições podem ser reparadas.

Em primeiro lugar, quero expressar a minha satisfação em ouvir V. Ex^a

É confortador para o Senado da República ouvir alguém como o Embaixador Azambuja, não só pela sua facilidade verbal e expressividade a que já nos acostumamos, mas, sobretudo, pela sua plena consciência do que é a política externa brasileira e de como ela está sendo realmente velada, a todo instante, no desenvolver dessa Conferência da ECO-92.

Assisti muitas vezes no Senado, e fora dele, a muitas exposições sobre os riscos da ECO-92. Tudo que é humano é arriscado, e por isso é belo. Mas o problema não é temer o risco: o problema é prever o risco. Creio que estamos com uma posição brasileira, uma posição que não é provinciana, que se coloca no cenário mundial, e o Embaixador nos deu, hoje, uma demonstração muito clara disso, o que evidentemente não dispensa ao Senado o cuidado que deve ter no acompanhamento — esta a nossa missão, mas nos reconforta. As respostas dadas às preocupações mais do que justas do Senador Oziel Carneiro demonstram o quanto vamos marchando no bom rumo.

Por isso mesmo, queria pedir ao Embaixador que nos esclarecesse, não do ângulo daqueles que se opõem à ECO-92, mas do ângulo dos movimentos favoráveis a ela e que têm uma preocupação ambientalista muito forte. Existem sempre também certas preocupações que convém seja elucidadas de plano, e tenho certeza de que V. Ex^a o fará com a maior facilidade.

Acontece que há uma certa preocupação, porquanto o relatório que foi aprovado em junho pela CIMAM, essa Comissão Interministerial, posteriormente transformou-se num documento, que está em nossas mãos, que são subsídios para a conferência.

Então, há uma preocupação nesse sentido. A mudança a partir do título e a partir de alguns adendos havidos entre o relatório e os subsídios significa alguma coisa de mais substancial? Como e por que se deu essa mudança? De que maneira aqueles que são diretamente responsáveis — V. Ex^a é um deles e aquele grupo de Embaixadores que está lidando mais diretamente com esta matéria — vão encaminhar esse questão da participação do ponto de vista brasileiro? E até que ponto os debates que a sociedade brasileira já começa a travar ao redor desses documentos vão ser debates substantivos, no sentido de que vão ser acolhidos no relatório?

Transmito a V. Ex^a essas preocupações e agrego uma outra. Existem notícias nos jornais frequentemente, é normal, a respeito de grupos interessados na questão da posição do Brasil. Qual vai ser o papel da Secretaria de Desenvolvimento Regional? Existe um papel paralelo? Ela está compreendida nisso? Nós vamos ter mais do que um foco?

Faço as perguntas na certeza de que V. Ex^a, ao responder, fulminará qualquer dúvida a respeito da matéria. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Com a palavra o Sr. Embaixador.

O SR. EMBAIXADOR MARCOS AZAMBUJA — Sr. Senador Fernando Henrique Cardoso, V. Ex^a faz perguntas

tão breves quanto relevantes. Temo apenas que a sua suposição final não se confirme totalmente na minha resposta.

Por que subsídios técnicos? Por que uma certa volta atrás de uma rotulação que parecia mais categórica inicial? Creio que houve um elemento de experimentação nisso. Pela primeira vez na feitura de um relatório, o Brasil não cumpriu a sua tradição burocrática, que era pedir a três ou quatro órgãos da Administração Federal subsídios, coligi-los de maneira correta e competente e encaminhá-los de certa maneira, pro forma. Era o caminho da tradição, da inércia. Desta vez, houve o desejo, pela relevância e pela exemplaridade de que o Brasil se via investido como País sede, de tentar mais.

O Brasil, nessa Conferência, em todo momento, sente-se naquela posição de dono de casa, tendo de dar exemplos de eficácia, de competência, de abertura. Então, houve a idéia de se fazer uma contratação amplíssima de especialistas para uma coletânea de papéis, que serviria como instigação a um grande debate nacional, feito de maneira muito criativa, através de televisão, distribuição por via postal, agências de Correio em todas as sedes de municípios. É uma atividade muito engenhosa, muito criativa, mas com certos riscos embutidos. Não é da nossa tradição que o Governo reflita em voz alta, ou que o papel seja apresentado como rascunho. É uma tendência que se legítima muito: apresentar o papel quando ele já é o resultado de longa e fecunda reflexão interna. Neste caso, não! A idéia foi levantar os assuntos com duas intenções. A primeira foi que o debate um pouco anárquico, um pouco caótico de hoje se desse hoje, e não em 92. A primeira preocupação foi que, quando chegasse a conferência, o Brasil tivesse posto a sua cada em ordem, tivéssemos feito uma imensa limpeza da nossa roupa, nós mesmos. Que o debate se desse em 91; que a discussão se desse agora, e não para nós, de certa maneira constrangedora — com os visitantes já dentro de casa. A idéia é de que, em 92, estaremos com o time em campo mais ou menos armado.

Segundo, quando, primeiro, a rotulação saiu, ela induzia uma finalização que não existia ainda. De fato, é isto: subsídios técnicos. E, segundo, começou a se fazer, no prefácio, certa indicação de que isso teria um valor de apoio. Porque passamos, Senador — e V. Ex^a saberá disso melhor do que ninguém — de uma não-tradição de convívio com organizações não governamentais para a necessidade de um convívio muito ativo. É um processo de educação recíproco. Nem o Governo tinha a tradição de negociar com elas, nem elas conosco. Estamos tateando, estamos aprendendo. Creio que o aprendizado é bom nas duas pontas. Havia prevenção delas com o Governo, e havia a nossa com elas. Agora não é que essa Conferência resolva isso não, mas é o começo. Então, respondendo à sua primeira pergunta: os subsídios, a rotulação e a maneira de abordar, foram para não induzir pessoas em erro de achar que estavam diante de um documento formal, com peso. É apenas isso o que ele é. De modo que foi uma reflexão *ex post facto* para trazer a coisa.

Quanto à participação, a idéia de que determinadas áreas do Governo estariam com essa ou aquela posição, a preocupação da SEMA é trazer todos. A Secretaria de Desenvolvimento Regional é parte ativa e o seu titular assíduo participante. O que estamos procurando é que haja uma só posição nacional. O que não queremos é que essa posição nacional seja tão precoce que pareça ter sido autoritária demais, quer dizer, queremos que uma posição nacional aflore bem antes de junho/92, mas com a naturalidade do que vem das bases, do que é o resultado de um diálogo federal com os Estados.

Em suma, a nossa expectativa é não induzir cedo demais consenso quando o consenso, a nosso juízo, chegará do processo nosso de reflexão.

Mas não vejo, não detecto nenhuma ruptura. O que há é que em assunto tão vasto, não haveria como haver monolitismo. Não é possível que o País pensando sobre todas as técnicas do seu desenvolvimento, e todos os problemas... Há muitos ângulos, a discussão passa a ser intelectualmente estimulante e meio perigosa, porque cada um de nós sobre isso tem opiniões arraigadas e um Estado tem uma opinião, uma perspectiva. Por exemplo, uma coisa que noto — e queria transmitir aos Srs. Senadores e ao Presidente, sobretudo — é que começamos na reflexão muito amazônicos, muito preocupados com florestas. Agora, a preocupação maior é com o entorno das grandes cidades, a idéia de que o grande risco ambiental no Brasil se dá na periferia dos grandes centros urbanos.

Cada vez mais a preocupação do Governo brasileiro se desloca. Claro que, em relação à Amazônia, a posição no caso é de não deixar que digam tolices sobre ela ou se cometam arbitrariedades, mas não nos parece o fulcro da questão brasileira. A questão hoje — eu estou simplificando tudo que o digo; a brevidade leva a simplificação —, a preocupação maior é que a degradação ambiental máxima brasileira é periférica das grandes cidades, o que me traz, Senador, um pouco ao seu ponto inicial, de que a miséria é subjacente a tudo isso.

Agora, não podemos também parecer tão preocupados com o entorno das grandes cidades e negligentes com as grandes florestas. É um jogo de chegar e estamos longe ainda do ponto de equilíbrio.

Espero ter, se não respondido, pelo menos...

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Como havia antecipado, V. Exª realmente fez o que eu imaginava, fulminou na resposta. Vou pedir permissão a V. Exª, mas vou ter que me retirar.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Passo a palavra ao Senador Irapuan Costa Júnior.

O SR. IRAPUAN COSTA JÚNIOR — Vou tentar ser tão breve, embora não tenha a mesma capacidade de síntese do Senador Fernando Henrique Cardoso.

Antes de mais nada, as minhas desculpas ao Embaixador e ao Presidente por ter chegado aqui um pouco atrasado. O Presidente sabe que temos que nos multiplicar nesta Casa tal a quantidade de atribuições. Mas quem perde, no caso, sou eu, porque ouvi-lo sempre é útil e agradável.

Embaixador, V. Exª parcialmente nos tranquiliza quando diz que essa Conferência não é sobre o Brasil, é no Brasil. Mas, apenas parcialmente, porque vemos que, hoje, no Brasil, quando se fala noticiosamente em ecologia, fala-se determinantemente de Amazônia. Algo parecido ocorre no cenário mundial, dos vários temas ecológicos hoje, acredito que no cenário mundial a Amazônia surge também em primeiro lugar. Fala-se em efeito estufa, mas nem tanto; fala-se em aquecimento de calota polar, mas nem tanto; fala-se em usinas nucleares, mas nem tanto; fala-se em detritos atmosféricos, mas também nem tanto. Então, é um tema que hoje alcança uma projeção extraordinária do ponto de vista noticioso, o que não deixa de nos preocupar.

Ora, quem percorre a Amazônia como fizemos há poucos dias atrás, vê que a Hiléia não está tocada, ela permanece intocada. Se alguma coisa foi feita, foi feita na Amazônia

Legal, mas não na Amazônia física em si. Nós que pertencemos a um extrato muito mais esclarecido da população, não acreditávamos que fosse assim. Confesso a V. Exª e confesso aos Colegas que me surpreendi com o estado de virgindade da Floresta Amazônica.

Bem, se eu disser isso lá fora, como procurei dizer talvez com menos convicção antes, seremos objeto de chacota. Fora do Brasil, acredita-se piamente que a Amazônia está em grande parte devastada.

Perguntaria a V. Exª: para que esse estatuto da terra, ainda que sem importância nenhuma intervencionista, não venha a nos penalizar indevidamente, para que diminua esse comentário sobre soberania relativa, não seria conveniente que os delegados, não todos evidentemente, para que diminua esse comentário sobre soberania relativa, não seria conveniente que os delegados, não todos evidentemente, mas os mais importantes, pudessem fazer um sobrevôo na Amazônia? Que Deus nos permitisse que as condições fossem favoráveis, porque sabemos que não é fácil, para que saíssem daqui, pelo menos eles também ou alguns mais bem intencionados, com um retrato mais próximo da realidade? Não se pensou nisso? Não seria possível? Seria um excesso de interferência nosso numa assembléia mundial, afinal somos os anfitriões? Era essa a minha pergunta.

OSR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Com a palavra o Sr. Embaixador.

O SR. EMBAIXADOR MARCOS AZAMBUJA — Sr. Presidente, primeiro, estou inteiramente de acordo. A Amazônia se presta a generalizações ou triunfalistas ou catastrofistas com uma facilidade que sempre me deixou perplexo, e quanto maior a distância do ator e quanto maior o seu desconhecimento, mas generalizações ele faz e mais fáceis elas parecem. Acho que é da índole da Amazônia produzir esse tipo de retórica ou afirmativa ou negativa, mas sempre inidônea e inexacta.

Pensamos várias coisas. Primeiro, para essa amostragem. Eu lhes disse que haverá uma reunião dos Presidentes do Tratado de Cooperação Amazônica, mas esses não precisam ser convertidos porque são dali. Vamos fazer dois ou três grandes seminários de altíssimo nível em Carajás, onde a Vale do Rio Doce dispõe de instalações extraordinárias. Há certas demonstrações que precisam ser feitas e Carajás se presta admiravelmente a isso.

Houve um momento, Senador, em que pensamos usar o fim de semana intermediário da conferência — a conferência tem 15 dias com um fim de semana — para levar todos os Presidentes à Amazônia, para que lá se fizesse um ato ou um gesto, alguma coisa. Novamente aí entraram não problemas de logística, de grandes números, mas de segurança extraordinariamente complexos, porque estamos imaginando, vejamos: é o Presidente Bush, o Presidente Gorbachev, o Presidente Mitterand. Cada deslocamento de algum deles, que não viajam senão em aeronaves de seus próprios governos, com parafernália de segurança extraordinárias, ficamos um pouco intimidados de como fazer. O que estamos agora é encorajando o ato individual, ou seja aqueles que são do norte que regressem aos seus países por vãos que parariam em Belém ou em Manaus, embora seja Manaus o aeroporto com melhores condições.

Senador, passei a entender até de tamanho de pátio de estacionamento de aeroportos da Amazônia: quantos aviões cabem, que distância um fica do outro. Em suma, os problemas para 80 Presidentes... porque não podemos excluir uns, por-

que haverá problemas. Estamos examinando o que se pode fazer, porque o seu argumento é central. Quem vai a Amazônia ou sobrevoa tem a percepção sua e minha e de qualquer pessoa de boa fé de que é infinita a área verde preservada e de que o dano é marginal. Não quero subestimá-lo também, não quero cair na armadilha contrária. Hoje, tive um café da manhã com três Senadores norte-americanos, Senadores Loyd Benson, Borcus e Durenberger da Comissão de Finanças do Senado americano. Finanças do Senado não tem muito a ver com Amazônia, mas é indefectível a pergunta: quanto tempo para que haja a destruição final da Floresta Amazônica? Quer dizer, a idéia de que não só estamos diante de uma hipótese catastrófica, mas que ela tem uma previsibilidade em anos. Disse: "Nenhuma. Nem a primeira hipótese, nem anos, nem destruição, pelo contrário".

Creio, Senador, que convites a que chefes de Estado quase que obrigatoriamente tenham etapas amazônicas seria uma resposta. Que o Brasil, ao receber visitantes, o faça mais vezes agora na Amazônia. Estamos um pouco fixos em Brasília.

Também temos a idéia de fazer para a Conferência dois ou três grandes documentários — e os sistemas brasileiros de televisão são competentes para isso — mostrariam, sem propaganda... Não é uma coisa no sentido de o Estado ou o Governo se justificando, mas coisas de grande qualidade. Até agora, quem faz o documentário com competência, tem o interesse em vender o documentário, mostrando dramaticamente o risco. É parte do jogo. Então, acho que a exposição, leva de jornalistas pagos por nós para conhecer, nada disso, V. Ex.^a sabe, é bastante, mas são passos no bom caminho, vão somando alguma coisa. O que não podemos é ficar inermes diante de uma espécie de mitologia. Uso a palavra de maneira deliberada. Criou-se uma mitologia catastrófica e a mitologia é tão satisfatória — não sou psicólogo, não entendo nada que deve satisfazer um pedaço da alma humana, atende a alguma necessidade fundamental, porque senão não sobreviveria por tanto tempo.

De modo que a resposta é vamos encontrar maneiras, antes, durante e depois, mas volta a haver o problema. Um outro fator é que as Nações Unidas não querem dispersar a Conferência. Entenda, por favor, que estamos casados com outra organização. Se se faz outra coisa eles se dão conta que o momento amazônico tira da conferência, que passa a ser apenas um acontecimento burocrático.

De modo que, o problema é como acomodar isso.

Mas eu levarei muito em conta as judiciosas observações de V. Ex.^a.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Concedo a palavra ao Senador Aluísio Bezerra.

O SR. ALUÍZIO BEZERRA — Acho importante esse encontro. Realmente, conforme a imprensa vem trazendo o debate e as discussões que se passam, não podemos perder de vista que a conferência internacional para discutir a questão do meio ambiente e desenvolvimento se volta para o planeta como um todo, para todos os aspectos que envolva o planeta Terra na questão meio ambiente e desenvolvimento ao ponto de não podermos nos dedicar tanto ao todo, ao ponto de não atentarmos para questões particulares, mas, aqui, no Brasil, a questão da Amazônia aflora no bojo da conferência sem dúvida alguma como um ponto que chama a atenção de todos nós, se bem que temos a consciência absoluta de que essa conferência tratará com o mesmo empenho tanto da ques-

ção da Antártida, Amazônia, do Golfo Pérsico e das outras questões ambientalistas em risco em qualquer parte do mundo.

Agora, eu me restringiria também à questão da Amazônia como parlamentar e nascido naquela região, não falo da Amazônia por estar falando de fora, mas do miolo dessa Região. Esse ponto abordado por V. Ex.^a, sobre o pacto de cooperação amazônica na medida em que possibilita o Brasil se articular com o universo da região, nas questões comuns diante dessa conferência é que tomo por base.

Nesse particular, desde que foi criado o parlamento amazônico também a ação parlamentar dos parlamentares da região, a partir do encontro que vai acontecer em Caracas no dia 22, 25 numa reunião preparatória e próximo do ano que vem numa região em fechamento se dará também uma avaliação e um posicionamento a nível parlamentar de todos os parlamentares não somente da região, mas, de todos os parlamentares de qualquer parte dos países que tenham interesse pela Região Amazônica, dado que a Amazônia não é um problema dos amazônidas, é um problema do Brasil, de todos os brasileiros e é um problema de todos os países da região.

Nesse sentido, haverá também a nossa preocupação do foro internacional da Amazônia promovido pelo parlamento amazônico numa proposta para ser aprovada em Caracas, o Foro Amazônico no Rio de Janeiro com os espaços já definidos nessa área, e a exposição internacional como instrumento que vai pelos organismos que participarão da conferência com vistas a defender a série de questões através da Amazônia pelos seus representantes na área parlamentar, conforme as teses que venham a ser definitivamente aprovadas até lá.

Mas, uma questão que eu reforçaria como Senador Oziel Carneiro, é a seguinte: foi colocada na época do governo Sarney, uma proposta de empréstimo internacional junto ao Japão para construção da estrada que ligaria Brasil/Peru e, conseqüentemente, ao Pacífico. Só trago este ponto para mostrar que em que pese toda a conferência a poderosas manifestações de interesse que isso tem sido justamente um dos motivos da preocupação de muitos parlamentares da Amazônia no seu conjunto quando se trata na conferência do meio ambiente em que o santuário planetário mais importante ecológico do mundo hoje sem dúvida alguma será a Amazônia.

E o Presidente Bush, depois de uma visita de parlamentares Senadores e Deputados americanos na oportunidade da morte de Chico Mendes, na região amazônica onde fez parte o Senador Gore que, ultimamente, levou um documento ao Presidente Collor na oportunidade da visita aos Estados Unidos, fazendo uma solicitação expressa sobre a questão amazônica, sem muito conhecimento de causa, e fez uma pressão provavelmente depois do retorno dele aos Estados Unidos, e o Presidente Bush foi levado a bater o martelo na oportunidade dos funerais do Imperador Hiroito, no Japão e, praticamente, impor que não poderia haver financiamento para uma estrada que ligaria o Brasil ao Pacífico em nome da ecologia, quando os estudos em pacto ambiental dessa rodovia estavam prontos como um dos estudos mais importantes para integração regional.

Hoje eu sei que o Secretário Regional do Meio Ambiente, naturalmente pelo pessoal mais ligado a ele, também é contra qualquer rodovia de integração na Região Amazônica em nome da ecologia.

Quando se trata de desenvolvimento e conservação do meio ambiente, nós não podemos pensar em desenvolvimento sem integração viária — seria um absurdo — mas na Amazônia existe e essa posição me parece ser o do relatório, a posição

do Secretário do Meio Ambiente que vai levando uma posição essa questão.

Essa posição, Embaixador Azambuja, essa questão do Secretário do Meio Ambiente é bem clara e ela coincide com as posições norte-americanas sobre esta questão e sobre o fato a concreto já manifestado pelo próprio Presidente dos Estados Unidos, é a posição oficial do Brasil que vai à conferência, porque neste caso ela se somaria as outras posições já manifestadas num caso concreto absolutamente do conhecimento da opinião pública mundial.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Concedo a palavra ao Sr. Embaixador.

O SR. EMBAIXADOR MARCOS AZAMBUJA — V. Ex^a sabe que nós temos conversado que estamos de acordo sobre uma série de premissas fundamentais.

Primeiro, o aplauso a idéia do parlamento amazônico, a idéia da presença no Rio de Janeiro e a exibição da realidade amazônica.

Volto ao momento em que me referia ao Senador Oziel Carneiro; se houver ruptura da sociedade entre os sócios amazônicos, a nossa equação se complica imensamente. Enquanto houver essa solidariedade nós podemos falar com autoridade de todos os condôminos de um grande sistema. Tudo que se fizer para reforçar a solidariedade amazônica vai no bom caminho. De uma mostra de uma maneira que não há esforço que nisso eu não seja imensamente solidário.

V. Ex^a fez certas referências que não estou muito informado sobre quais foram as necessidades, os obstáculos à rodovia. Chegou a dizer que não há o projeto, nunca houve o projeto, não chegou a se formalizar, volto atrás de que o projeto não foi obstado, sobre isso há penumbras.

V. Ex^a sabe tão bem quanto eu como é difícil, nesse caso, encontrar a matriz da informação segura, não pensa que eu descreia, apenas me sinto inseguro para identificar atores.

Vou lhe dar uma palavra que é de tranquilidade e de certeza. Não há estrada antiecológica evidentemente. Não há como aceitar a priori que a não integração beneficie um conjunto de países. É claro que a estrada pode ter uma trajetória, um traçado, certas qualidades e preocupações, em suma; há as acomodações que virão com naturalidade do bom senso que nos pode aceitar a priori que a ocupação seja necessariamente maléfica ou daninha.

Creio que sobre isso temos de encontrar o traçado, o desenho, o projeto que afiance o financiamento internacional, ou então, se ela não for obtível, fazê-la com recursos próprios, se for o caso.

Em suma, o problema da busca do financiamento internacional é que ele obriga a negociação internacional, quer dizer, o financiamento volta a expressão que usei dessas condições, em que eu noto hoje o risco maior para a soberania, condições que vão se somando.

Quanto à posição de determinados setores da administração eu lhe diria que não há uma posição brasileira definida, que todas as vozes são ouvidas e o Presidente saberá, desse concerto de instrumentos, fazer a síntese final que corresponda à vontade de todos.

Eu não gostaria de sugerir que no momento vozes mesmo que pareçam mais enfáticas aqui e acolá, pelo contrário, elas estão naquela fase em que a fermentação das idéias, a defesa muito apaixonadas de convicções não deservem. Nós temos de chegar em 92 em junho com uma posição.

No momento eu não me preocupo muito com o próprio debate. Acho que isso faz parte do jogo democrático, do jogo de reflexão.

De modo que eu não me adiantaria sobre isso, não pense que sobre as formas de integração eu seja ingênuo. Apenas, é um projeto sobre cuja natureza não consegui até hoje encontrar nem as definições com clareza, nem as objeções com igual clareza. Há uma neblina que cobre tudo isso, possivelmente deliberada.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Agradeço ao Embaixador pela sua resposta. A respeito do que foi colocado sobre o projeto, eu diria que ele existe, está definido e foi encaminhado, àquela época, aos órgãos do Japão para apreciação dessa questão.

Com relação a resposta, estamos absolutamente de acordo em que as questões das condicionalidades são realmente muito mais ameaçadoras na imposição das questões dos países grandes sobre os pequenos e os médios do que as conferências ou as manifestações multilaterais.

O SR. EMBAIXADOR MARCOS AZAMBUJA — Elas nos protegem. É no multilateralismo que há a nossa defesa e a nossa capacidade de sermos ouvidos de maneira respeitosa e paritária.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Já concluiu, Senador?

O SR. ALUÍZIO BEZERRA — Concluímos.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Concedo a palavra ao Senador Teotônio Vilela Filho.

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO — Embaixador Azambuja, meus parabéns por suas palavras sempre muito agradáveis e extremamente úteis ao nosso entendimento desta questão.

Como o Senhor sabe, Embaixador, tivemos uma conversa há algum tempo atrás. Sou Presidente da Subcomissão de Energia do Senado Federal e venho, juntamente com a Comissão, tratando de montar um modelo institucional que permita ao Brasil avançar para um novo modelo energético e sair dessa estrutura centralizada, hoje bastante ineficiente, para uma estrutura mais sistêmica, descentralizada e que, sobretudo, garanta aos brasileiros uma forma mais eficiente e segura, de energia ao menor custo ecológico, social, econômico e político.

Evidentemente esse modelo caminha, por uma ótica holística, para que se respeite o meio ambiente. O Brasil dispõe de uma potencialidade muito grande no sentido de gerar uma energia limpa e eficiente. O relatório proposto faz um diagnóstico a meu ver um pouco incompleto sobre a questão energética brasileira. Temos feito uma série de contatos com a sociedade brasileira no tocante à questão da energia e temos hoje aqui, na Subcomissão de Energia, subsídios muito interessantes. Gostaríamos, então, de dar uma contribuição ao relatório definitivo. Pergunto ao senhor de que forma poderíamos nos integrar para participar da elaboração do relatório definitivo, uma vez que temos certeza de poder dar uma contribuição nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Concedo a palavra ao Sr. Embaixador.

O SR. EMBAIXADOR MARCOS AZAMBUJA — Senador, ouvi-lo sempre é um prazer. As nossas conversas são sempre estimulantes e para mim muito agradáveis. Vou per-

guntar à Dr^a Tânia Munhoz e ao Dr. Eduardo Martins, porque não é bom que o Itamaraty se meta demais nesta parte da reflexão agora em termos de subsídios. Voltarei a dar-lhe uma palavra na tarde de hoje. Verei de que maneira, talvez lá mesmo no Itamaraty, o Ibama, Sema, nós e alguém mais possamos nos reunir com V. Ex^a para que os seus comentários sejam ouvidos, anotados e levados plenamente em conta. É o modelo que vejo no momento. Seria esse um encontro em que tudo aquilo que lhe parecesse apropriado fosse dito a quem pode ouvi-lo com autoridade e registrar de maneira mais adequada. As suas idéias sobre formas de energia limpa e ecológica me sensibilizam muito.

Queria dizer algo que penso que é importante. Tenho pensado muito sobre isso. Não podemos cair na armadilha de nos opormos à defesa do meio ambiente, porque atrás dessa defesa se escondem motivos ulteriores. É uma armadilha que não podemos cair. A causa é boa, é nossa, o interesse num país limpo, racionalmente utilizado, preservado para o futuro é nosso.

Por mais que sintamos, às vezes, que, atrás de certas fachadas, há certos motivos menos nobres, não podemos, de maneira nenhuma, abdicar da bandeira. Como as bandeiras dos direitos humanos, do desenvolvimento, da paz, que não podemos entregar a outros, por mais que, às vezes, suspeitemos que o motivo não é idêneo. De qualquer maneira, é essencial essa atitude construtiva e afirmativa. Depois negociaremos aquilo que for de má fé ou malicioso. Mas acho muito importante manter. Voltando àquelas nossas conversas sobre uma energia: o Brasil não cresce bem se cresce mal e se cresce sujo. Queria dizer algo aos representantes amazônicos: temos a sensibilidade amazônica. Mas hoje a opinião pública internacional se desloca um pouco para a devastação ambiental no Leste europeu, onde 40 ou 50 anos de uma industrialização insensível deixou uma devastação que faz com que Cubatão, no seu pior momento, fosse apenas uma micro-situação. E hoje Cubatão já é um exemplo. Falou-se em visitar a Amazônia, mas acho que Cubatão é uma área que deveríamos mostrar.

Há uma série de problemas com os desertos frios muito grandes. Há problemas no mar muito sérios e sobretudo no Mediterrâneo. Em suma, é porque a nossa sensibilidade brasileira se aguça diante da Amazônia. Mas acreditem que há um cardápio muito vasto de problemas que hoje se afiguram mais dramáticos.

De modo que, sim, vamos fazer esse encontro para que Sema, Ibama e Itamaraty recolham as suas observações, Senador. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Concedo a palavra ao Senador Nelson Carneiro.

O SR. NELSON CARNEIRO — O Sr. Embaixador acaba de nos proporcionar uma brilhante e lúcida exposição. S. Ex^a falou que tomou café hoje com o Loyd Benson; eu queria dizer que ele é um dos grandes amigos do Brasil no Parlamento americano. Quando ali estive, há alguns anos, presidindo uma delegação do Parlamento Latino-Americano para discutir o problema da dívida externa e sustentar que era um caso político e não uma dívida financeira, foi o Loyd Benson a única voz que se levantou para defender a mesma tese, contrariando os seus colegas do Parlamento.

Mas, ainda em 1991, estive nos Estados Unidos à frente de uma delegação de Parlamentares brasileiros, numa conferência convocada pelo Congresso americano. Lá realmente tratou-se mais de meio ambiente do que de desenvolvimento.

O desenvolvimento ele já tem. Querem agora que façamos um meio ambiente que ele já não tem. A minha intervenção é para pedir ao Embaixador que reveja a possibilidade de levar a Carajás não os Chefes de Estado, mas alguns delegados das representações que vêm ao País. Digo isso por experiência. Presidente do Parlamento Latino-Americano aqui, em 1985, reunimos o Parlamento Europeu e o Latino-Americano. Em dois aviões contratados fomos a Carajás. E, realmente, de volta, e era mais de 60 Parlamentares europeus e latino-americanos, a impressão que se tinha ficou inteiramente modificada. O Carajás é um exemplo que deve ser mostrado. Senão a Mitterrand, ao menos alguém da comitiva que lhe possa contar o que viu.

Hoje é uma viagem rápida, em aviões que podem ir de manhã, e não é preciso nem pernoitar em Carajás, embora lá haja bastante instalações. E podem voltar, trazendo uma impressão do que viram e da necessidade de se manter e ampliar Carajás. Esta é apenas uma sugestão para que seja revisto este ponto. Quanto aos demais, meus parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Concedo a palavra ao Sr. Embaixador.

O SR. EMBAIXADOR MARCOS AZAMBUJA — Senador, sempre que ouço V. Ex^a, a amizade muito antiga e a fidelidade comum ao nosso Rio de Janeiro afloram em mim com espontaneidade não federativa, mas inteiramente municipalista nossa.

O Senador Loyd Benson, hoje de manhã, me derrotou num momento importante. Ao atestar a sua amizade ao Brasil e a antiguidade dessa amizade, disse que esteve presente ao encontro entre o Presidente Roosevelt e o Presidente Vargas, em Natal, em 1944. Eu não tinha nada para responder a isso, além da minha capacidade de atuar. De modo que, ao estabelecer as suas credenciais, já amigo do Brasil, voltava à Natal durante o fim da guerra e, de uma maneira, recordava uma fotografia histórica num jipe, na base aérea de Natal, fotografia que conheço também. Recordei que meu pai havia comandado a Base Aérea de Natal no fim da década de quarenta. Houve recordações muito afetuosas entre Brasil, Estados Unidos e Parnamirim. Mas são coisas que lembro apenas para mostrar como ele se lembrava do Brasil de maneira afetuada.

Das minhas experiências de levar visitantes ilustres a situações no Brasil de grande impacto. Carajás nunca errou; Carajás mostra o que se pode fazer com sensibilidade ecológica e com intenso desenvolvimento. A área da Aracruz é outra que acho igualmente estimulante. Haveria outras, mas essas duas têm tal extensão que nunca vi alguém que não ficasse impressionado como em grande escala se pode fazer coisa tão certa, mostrando que desenvolvimento e meio ambiente não são termos antinômicos. São, pelo contrário, quase que sócios naturais num desenvolvimento lúcido. O problema em Carajás, Senador, é um número de quartos. Aquelas duas instalações são pequenas. É preciso uma utilização muito rotativa. Cada Presidente desses, Senador — e não estou criticando — viajam...

O SR. NELSON CARNEIRO — ... desses interessados que possam ir em rodízio, que seja, mas que conheçam, porque eles transmitirão às suas delegações o que viram.

O SR. MARCOS AZAMBUJA — A idéia está acolhida e vamos pô-la em marcha, com aquele entusiasmo com que faço tudo que vem da sua imaginação, do seu patriotismo.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Concedo a palavra ao Senador Lavoisier Maia.

O SR. LAVOISIER MAIA — Embaixador Marcos Azambuja, assistimos à sua exposição, muito importante para nós todos e é importante até o evento Eco-92. Que ela se repetisse. Parabenizo o Presidente, Senador Coutinho Jorge, pelo tema, que na verdade está preocupando todos nós, não só quem faz vida pública, mas o povo de maneira geral.

Fala-se em defesa do meio ambiente, desenvolvimento, Amazônia intocável. E, aí, desperta o interesse internacional. Eu, que sou do Nordeste, me preocupo muito como isso, depois de fazer um relacionamento Norte-Nordeste. Por que a Amazônia é intocável? Entendo que preservar o ambiente está certíssimo. Por que não fazer um planejamento adequado para o desenvolvimento da Amazônia. Será que há interesses internacionais escusos, no sentido de que a Amazônia não se desenvolva, impedindo o Brasil de sair do subdesenvolvimento para ir para o Primeiro Mundo? Penso que está na Amazônia a solução da grande crise nacional. Isso me preocupa. Por que não fazer a interligação com o pacífico, através da estrada, indo até o Peru? Essas são interrogações que me preocupam. Não se paga a dívida externa porque não temos condições. Entretanto, dispomos um potencial enorme, o maior do mundo, que, dentro de um planejamento adequado, nos elevaria rapidamente ao Primeiro Mundo. Essa é apenas uma observação, Embaixador.

Ouçó falar em preservação do ambiente e no Nordeste acontece o contrário da Amazônia. Está acontecendo uma desertificação, um desequilíbrio ecológico. É uma região grande, com mais de cinquenta milhões de habitantes. Já tivemos dois presidentes do Nordeste, ultimamente, e outros em outras épocas, e a situação nossa piora a cada dia que passa.

Essa é a abordagem de um Senador nordestino. Eu queria a integração de todas as regiões, a fim de que o Brasil crescesse harmonicamente. Por que crescer apenas uma região e a outra empobrecer cada vez mais? Isso me preocupa. Sempre que falo no Senado da República é sobre o Nordeste e a necessidade de um tratamento diferenciado para aquela região. Nesta hora, temos enormes potencialidades lá. Alguém falou que sou contra até a uma divisão, porque o Nordeste é superavitário na balança de pagamentos? Eu? Contra? O que quero é a integração, que o Nordeste seja visto de maneira diferente. Fazemos apelos constantes e a nossa voz parece que não é ouvida, ou é pouco ouvida. V. Ex^a é um homem inteligente, que conhece Natal, Parnamirim, historicamente a esquina do Continente, mais próximo à África, por isso lá foi construída a Base de Parnamirim; Natal, uma cidade tão agradável, que V. Ex^a conhece, cada vez fica mais agradável e mais hospitaleira, apesar da pobreza da região. Faz algum tempo que V. Ex^a não visita Natal, cidade que muda a cada hora, que fica cada vez mais agradável. Tanto é que o turismo cresce muito, graças a Deus, na Capital do Estado que represento.

Sr. Embaixador, ficam registradas duas preocupações minhas: uma, em relação à Amazônia; outra, em relação ao Nordeste. Que o Brasil cresça harmonicamente e não em desequilíbrio.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Concedo a palavra ao Sr. Embaixador.

O SR. EMBAIXADOR MARCOS AZAMBUJA — Sr. Senador, nada tenho a acrescentar. Seus votos são os meus votos: crescimento, integração, harmonia, paz, prosperidade.

Sobretudo, devo muito ao Rio Grande do Norte. Passei dois anos da minha infância lá e volto à Natal com frequência. A sua terra me é queridíssima por associações de família e de juventude. Concordo absolutamente. Cada vez que vou a Natal, a cidade pouco desmente o fato de o Nordeste em crise maior. Vejo Natal mais bonita, mais hospitaleira, mais agradável, com melhor hotelaria. Acredito, porém, que atrás daquilo hajam os problemas que V. Ex^a destaca. Mas é difícil acreditar que eles existam quando estou em Natal.

Por tudo isso, que tudo aconteça da maneira que V. Ex^a espera. Só lhe peço vênha para dizer que sua voz certamente é ouvida na Casa que represento.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Srs. Senadores, Sr. Embaixador, considerando que estão esgotadas as listas de inscrições, gostaria de trazer a V. Ex^a, Sr. Embaixador, duas questões. Pela própria posição de Presidente e considerando que isso é produto de discussão entre nós aqui, quero abordar dois fatos concretos: o primeiro diz respeito ao documento que recebemos do Itamaraty esta semana — Posições Brasileiras sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. Tal documento contém enxerto de declaração do Presidente da República e de outras autoridade, inclusive de V. Ex^a, em diversos eventos e situações. Perguntaria se esse conjunto de declarações representa a posição oficial do Governo brasileiro para a conferência de 92. Há coisas interessantes e importantes aqui. Caso contrário, quando será divulgado concretamente o documento contendo a posição brasileira oficial? Essa é a preocupação da Comissão; por isso, estou sendo objetivo.

O segundo envolve os Ministérios na preparatória desse grande evento, que têm como observadores membros da Conferência Nacional da Indústria, do Comércio, da Agricultura, o foro das ONG, organização não governamental, portanto. Pergunto: por que não foram convidados observadores do Congresso Nacional, por exemplo, ou entidades representativas dos trabalhadores e da comunidade científica? Não entendo por que e por isso a pergunta é concreta.

O SR. EMBAIXADOR MARCOS AZAMBUJA — Sr. Presidente, muito obrigado. As suas perguntas trazem, além da generosidade sempre sua, a autoridade da sua função de Presidente. Esse documento foi preparado com uma lista de destinatários primária, que eram os representantes diplomáticos do Brasil no exterior, que às vezes ficam um pouco à míngua de frases, de citações, de um balizamento. O que se fez aqui foi uma colagem de declarações do Presidente da República, do Ministro Francisco Resek, minhas, do Ministro Macedo Soares, dos Professores Lutzenberg e José Golderberg. Em suma, não é um corpo de doutrina organizado São subsídios para que os nossos agentes tenham um balizamento mínimo, e nos ocorreu mandar ao Congresso, para certos atores principais, com a mesma idéia, subsídios ou referencial.

Ainda não temos uma posição sobre a conferência. Eu lhe diria, Presidente, que, um ou dois meses antes da conferência nós teremos, ante esse elenco de possibilidades, posições brasileiras. Mas as posições serão função dos textos, como anda a conferência de clima, como anda a convenção sobre biodiversidade, como anda a declaração de florestas, em suma, ela será uma posição voltada para situações parlamentares internacionais, diante de hipóteses de texto e de hipóteses não há, portanto, ainda.

Quanto à composição da Cima, eu diria que houve uma preocupação de não fazer um colégio tão amplo que ele aca-

bassem, porque é difícil excluir alguém da Cima. Eu nunca tive bom motivo para achar que alguém não devesse estar numa comissão sobre meio ambiente e desenvolvimento. Quase todo cidadão brasileiro deveria estar. Primeiro, tinha o título inicial de comissão interministerial. O Executivo, cumprindo o seu mandato, que é o de preparar uma posição. Em segundo lugar, porque nós sabíamos que o Congresso Nacional está se reunindo, está deliberando e confluirá, num certo momento. Terceiro, quanto aos órgãos sindicais, houve um debate para sabermos até que ponto eles trariam contribuição, porque, em determinado momento, tivessem uma carga política um pouco maior, e um proselitismo que é legítimo. Talvez complicasse uma deliberação de um colegiado que está desenhando uma posição negociadora. Nós temos a faculdade, Presidente, de convidar para sessões, *ad hoc*, pessoas especiais e isso será visto ao longo dos próximos meses. Nós pensamos em convidar as grandes confederações nacionais porque elas representam um imenso universo — a indústria, o comércio e a agricultura. São as três grandes confederações nacionais. E como V. Ex.^a bem sublinhou, há o fórum das ONG, pela primeira vez, trabalhando por uma espécie de símbolo.

De modo que vou levar em conta a sua ponderação; a Cima não é um órgão de composição fechada, apenas temos que julgar até que ponto.

Quanto ao Congresso, estamos agora propondo que parlamentares acompanhem trabalhos da comissão preparatória na sua terceira sessão, e nas sessões subsequentes. De novo, não é muito tradicional que os parlamentares acompanhem o processo preparatório, é da grande tradição que eles acompanhem o processo negociador, mas é bom, nesse caso, que, desde agora, certas dúvidas sejam melhor esclarecidas por parlamentares que venham de Genebra.

Sr. Presidente, em suma levarei em conta essa sua observação. Não tenho uma explicação, não há razão para que entidades não estejam na Cima. Apenas há necessidade, em um certo momento, de contê-la em certos números administráveis, por espaço físico e por velocidade de processo deliberativo. Mas não pense, por favor, V. Ex.^a que houve ou tenha havido qualquer restrição ou reserva. Não. A voz de qualquer órgão é legítima.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Antes de encerrarmos esse encontro importante da nossa Comissão, eu gostaria de lembrar que os Srs. receberam um resumo da metodologia e dos eventos posteriores da nossa comissão. Lembro aos Senhores que, a partir de hoje, quando concluímos a fase de audiência do setor público federal, iniciaremos a fase das organizações não-governamentais, ouvindo, possivelmente, na próxima semana, a imprensa, igualmente a área empresarial, as chamadas ONG. Portanto, as entidades oficiais, que representam as várias tendências ambientalistas do Brasil, como, também, iremos, a partir de setembro. Passar para a fase dos fóruns de debates nas grandes regiões desde o Sudeste à Amazônica. Esta comissão fará, exatamente, esse trabalho prático, objetivo, concreto, para recolher idéias, subsídios, propostas, para, quem sabe, ajudar e enriquecer esse grande relatório e a postura brasileira, à frente dessa grande conferência.

Gostaria de ouvir dos Srs. Senadores, antes de encerrar esse reunião, se têm alguma sugestão ou alguma restrição a essa metodologia, a essa proposta. Os outros senadores já nos informaram que estão de acordo, de forma preliminar e, se nós podemos considerar que essa metodologia, esse evento sejam aprovados de forma preliminar. À medida em que

vamos desenvolvendo as nossas reuniões, nós podemos enriquecer os outros eventos, as outras propostas.

Gostaria de ouvir as ponderações dos ilustres Senadores, nesse sentido.

O SR. NELSON CARNEIRO — (inaudível) ... dele não necessita participar, neste momento. Vamos liberá-lo, lamentando que tenhamos de fazê-lo, mas S. Ex.^a tem compromissos que nós temos que respeitar.

Essa é a minha primeira intervenção.

O SR. EMBAIXADOR MARCOS AZAMBUJA — Eu agradeço muito.

O SR. NELSON CARNEIRO — Considero a sua proposta válida e gostaria de agradecer ao Sr. Embaixador pela presença a esta nossa Comissão sobre a Eco-92 — o nome correto é Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento.

O SR. EMBAIXADOR MARCOS AZAMBUJA — O nome Eco privilegiava demais a parte ecológica, em detrimento do desenvolvimento. É como se falar da Conferência de Estocolmo, da Conferência do Rio.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Saiba V. Ex.^a que a sua participação foi importantíssima, e tudo o que V. Ex.^a disse aqui está gravado e fará parte do relatório do Senado Federal.

Muito obrigado, em nome de todos os Senadores, pela sua participação importante e brilhante nesta manhã.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a nossa reunião.

4ª Reunião, realizada em 11 de setembro de 1991.

Às nove horas e trinta minutos do dia onze de setembro de mil novecentos e noventa e um, na sala de reunião nº 04, da Ala Senador Nilo Coelho, presentes os Senhores Parlamentares, Coutinho Jorge, Presidente, Oziel Carneiro, Amazonino Mendes, Valmir Campelo, Áureo Mello, Luciano Pizzatto, Fábio Feldemann e Garibaldi Alves Filho. Havendo número regimental, o Sr. Presidente declara aberto os trabalhos dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Em seguida o Sr. Presidente Senador Coutinho Jorge, comunica que esta reunião, seguindo o calendário anteriormente aprovado, se destina a ouvir os representantes da imprensa brasileira, sobre as ações relativas ao grande Encontro, que será realizado em 92, no Rio de Janeiro, hoje chamado mundialmente de Conferência do Rio, popularmente conhecida como ECO-92. Informa ainda, que foram convidados para participar do Encontro, os jornais: Correio Braziliense, Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo, Jornal do Brasil e O Globo, mas apesar dos esforços, realizados por este Órgão para que todos pudessem comparecer, somente O Estado de S. Paulo se fez presente, através do jornalista Cleiton Ferreira Lima, Coordenador de Assuntos do Meio Ambiente da agência Estado. Prosseguindo, o Sr. Presidente concede a palavra ao jornalista Cleiton Ferreira Lima, para que ele possa dar uma visão a respeito da questão ambiental, como um todo no País, e especificamente, sobre a Conferência do Rio ou ECO-92. Após a exposição do representante do jornal O Estado de S. Paulo, usará da palavra pela ordem de inscrição, os Senhores Parlamentares Oziel Carneiro, Amazonino Mendes, Áureo Mello e Luciano Pizzatto. Em seguida, o Sr. Presidente agradece a presença do jornalista Cleiton Ferreira Lima, dos Senhores Parlamentares e dos jornalistas presentes, lembrando que, a próxima reunião da Comissão

será com os representantes dos empresários e posteriormente, realizar audiências com as Organizações Não-Governamentais — ONG, para a partir daí, regionalizar todos os encontros nas grandes regiões brasileiras, para, in loco, discutir com os representantes de todos os Estados e com a sociedade civil organizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Carlos Guilherme da Fonseca, Secretário da Comissão, a presente Ata que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

Anexo à ata da 4ª Reunião da Comissão Temporária, criada através do Requerimento nº 146, de 1991-SF "com o objetivo de estudar, analisar e acompanhar as atividades da conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento — ECO/92", destinada a ouvir o depoimento do Sr. Cleiton Ferreira Lima, jornalista da agência Estado, que se publica com a devida autorização do Senhor Presidente da Comissão.

Presidente: Senador Coutinho Jorge
Vice-Presidente: Senador Valmir Campello
(Íntegra do apanhamento taquigráfico)

CONFERÊNCIA DAS ORGANIZAÇÕES PARA MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO ECO-92

'Notas Taquigráficas da Reunião de 11-9-91

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Dou por iniciado o trabalho desta reunião. Chamaria, então, para fazer parte da Mesa, o jornalista Cleiton Ferreira Lima, Coordenador de Assuntos do Meio Ambiente, da Agência O Estado de S. Paulo. Comunico que estão presentes, entre nós, o jornalista Francisco Eduardo Gonçalves, do Jornal do Brasil, que trata também de assuntos do meio ambiente; a jornalista Mônica Medeiros, que acompanha a organização da ECO-92 pelo jornal O Globo. Considerando que ambos não têm autonomia e autorização para representar os seus jornais nos debates, participarão deste Encontro, e, se desejarem tecer alguns comentários, ou trazer algumas sugestões, será um imenso prazer para ouvi-los.

Gostaria de lembrar também que foram convidados, para este Encontro, os Jornais: Correio Braziliense, Folha de S. Paulo, Jornal de Brasília, que seriam um primeiro grupo de formadores de opiniões importantes a ser convidado para os encontros semanais, que estão sendo realizados por esta Comissão.

Antes de mais nada, lembraria aos participantes deste Encontro, ao nosso caro Senador Amazonino Mendes, que é um dos seus grandes baluartes, que esta Comissão, criada no Senado Federal, é muito especial, e visa, exatamente, acompanhar todas as ações relativas a este grande Encontro, que será realizado em 92, no Rio de Janeiro, hoje chamado mundialmente de Conferência do Rio, popularmente conhecida como ECO-92, que será a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento Mundial. Esta Comissão, em termos práticos, objetivos, tenta acompanhar exatamente aquilo que está sendo feito no Brasil a esse respeito e, sobretudo, busca acompanhar e até, se for possível, intervir no que diz respeito à postura brasileira oficial para este grande Encontro Mundial.

Para isso, montamos uma metodologia muito simples que visa, numa primeira fase, ouvir os vários segmentos da sociedade brasileira. Inicialmente, ouvimos os membros do Governo. Aqui tivemos a Presidente do Ibama, Tânia Munhoz;

a Cema, através do seu Secretário Geral, Dr. Eduardo Martins; e tivemos a presença do Itamaraty, que coordena, a nível global, este Encontro, na pessoa do Embaixador Azambuja.

Estamos partindo agora para uma fase de audiências com os outros segmentos, como é o caso da imprensa que, no nosso entender, é formadora de opinião. E o é de fato. Mas, em função da desinformação que existe no Brasil a respeito deste grande Encontro Mundial, queríamos ouvir as idéias dos principais jornais brasileiros sobre essa Conferência em termos de propostas, para que os próprios membros desta Comissão, no Senado, possam, talvez, intervir, colaborar e até consertar algum desvio, que, no entender da imprensa, esteja ocorrendo. Portanto, é fundamental a participação de V. S.^{as} neste encontro da Comissão.

Quero também informar a V. Ex.^{as} que no próximo encontro teremos a presença dos empresários, através do Fórum dos Empresários. Posteriormente, iremos discutir e ouvir as organizações não-governamentais, que são aquelas que, paralelamente ao setor público, desenvolvem um trabalho importantíssimo em relação a este grande encontro da Conferência do Rio, ou do ECO-92. E, a partir daí, iremos regionalizar as nossas reuniões, visitando as grandes regiões como a Amazônia, o Nordeste, o Centro-Oeste e assim, sucessivamente, para ouvir os segmentos mais expressivos da sociedade local, não só as entidades.

Então, iremos discutir, posteriormente, com cada região, ouvindo não só a área política, a área governamental, os especialistas dos vários institutos, mas também as organizações não-governamentais. Portanto, vamos descer a nível regional para discutir, em termos bem objetivos, o que pensa a sociedade brasileira a respeito desta Conferência e o que ela sugere para ser inserido na proposta brasileira a ser apresentada em junho de 92, no Rio de Janeiro.

Em síntese, é isso que estamos buscando nesta comissão, uma comissão relativamente pequena, mas que pretende concluir algumas coisas fundamentais. Nós próprios estivemos representando a Comissão e o Senado na Conferência em Genebra, realizada recentemente, e acompanhamos a chamada PREPCOM, a III Reunião Preparatória. E o que é importante e notou-se é que, lamentavelmente, não se chegou a nenhuma conclusão. A grande reunião final preparatória será em março, em Nova Iorque, quando serão tomadas decisões importantes. Acreditamos que o Governo brasileiro e a sociedade brasileira terão as condições necessárias para preparar os documentos preliminares, que estão saindo, trabalhar sobre eles, para que possamos ter condições de participar dos produtos finais desta Conferência. Ou seja: a Carta da Terra, que definirá as grandes linhas do futuro do homem e deverá sintetizar os compromissos a nível de humanidade, visando o terceiro milênio que aí vem.

As conferências específicas, voltadas à atmosfera e à biodiversidade animal e vegetal também são um produto importante.

E outro seria a Agenda 21, que nada mais é do que um instrumento de política mundial, para viabilizar uma série de decisões da Carta da Terra.

As teses são fundamentais, as idéias são importantes, e nós, brasileiros, devemos estar preparados para a nossa proposta, nossa postura frente a eventos tão importantes que vão mudar, inequivocamente, o futuro da Terra.

Então, a nossa reunião de hoje, apesar de simples, é importante, porque vai receber a contribuição da imprensa,

que foi convocada, dos seus mais expressivos segmentos de jornais do Brasil.

Havíamos montado uma metodologia muito simples: os seis grupos jornalísticos do Brasil, convidados, teriam um tempo para fazer uma exposição a respeito do que pensam sobre o assunto, o que podem contribuir para nós, Senadores, tentarmos interferir e mudar o rumo das coisas, e, juntos, realmente, trabalharmos para que a Conferência do Rio, ou a ECO-92 tenha sucesso, sobretudo, para em relação ao nosso País e, claro, para a humanidade. Vi, nas Nações Unidas, que há um equívoco a respeito do grande encontro no Brasil. É um encontro voltado para visão mundial, a visão da humanidade e o Brasil lutou para viabilizar a sua sede, porque a idéia era fazer o encontro na Suécia ou no Canadá. Então, esta é uma oportunidade política para o Brasil aproveitar de forma inteligente e coerente. E só existe uma forma: toda a sociedade organizada tentar trabalhar na direção de uma proposta nacional que reflita os interesses presentes e futuros do Brasil, e não — sem trazer aqui uma crítica — ainda aceitar um documento intitulado “Subsídio para elaboração do relatório nacional” que reflete apenas um somatório de propostas e idéias generalizadas que não mostram uma postura nacional, uma postura concreta do Brasil sobre isso.

Então, nosso objetivo é perseguir essa proposta nacional, e é por isso que o Deputado Vice-Presidente da Comissão na Câmara dos Deputados, objetiva perseguir uma postura nacional para que possamos em junho, estar preparados para o grande encontro no Brasil.

Então, Srs. membros da imprensa, companheiros de O Estado de S. Paulo, de O Globo e do Jornal do Brasil aqui presentes, esta, em síntese, é a nossa preocupação.

Dentro do esquema metodológico que apresentamos, a idéia é começar exatamente com uma visão do convidado a respeito do assunto sobre isso que falamos e, a partir daí, os ilustres Senadores poderão levantar questões, fazer perguntas importantes, porque o objetivo é lembrar que temos que extrair alguma coisa importante no caso dos formadores de opinião no Brasil que são, portanto, os membros da imprensa.

Quero também dizer que a nossa reunião é bastante informal, sem muito protocolo. Os palestrantes podem ficar à vontade assim como os Srs. Senadores.

Passaria a palavra ao jornalista Cleiton Ferreira Lima, Coordenador de Assuntos do Meio Ambiente da agência de O Estado de S. Paulo, que veio de São Paulo só para participar deste Encontro.

O SR. CLEITON FERREIRA LIMA — Antes de mais nada, desejo agradecer, em nome da agência Estado e do grupo de O Estado de S. Paulo, o convite, e dizer que temos muito interesse em manter um contato mais próximo com o Senado, a nível da questão ambiental, como um todo no País, e, especificamente, também da ECO/92, Rio/92 ou qualquer um dos nomes da atual Conferência do Rio.

A agência Estado, a partir deste ano, organizou uma auditoria específica na área de meio ambiente, que coordeno. Obviamente há a preocupação central. A partir de agora, a prioridade passa a ser as grandes discussões: discussão temática e, por outro lado, os seus reflexos em termos de Brasil, dos grandes temas que nos traz a Conferência do Rio.

A primeira constatação que temos — e nos incluímos entre os culpados — é que a sociedade brasileira está completamente desinformada, ainda hoje, sobre a Conferência do Rio.

E essa desinformação se dá tanto a nível dos objetivos, dos temas que vão ser discutidos, a nível de conteúdo mesmo, como a nível de forma; quer dizer: não se sabe se há formas de participar. Os prefeitos dizem que querem realizar alguma coisa e levar para a ECO/92.

Todo dia acompanhamos pelos jornais que há uma série de eventos, uma série de produtos etc. E tudo agora vai para a Rio-92. Então, teríamos que ter, possivelmente, não uma conferência de doze dias, mas de um ano já com assuntos, atividades, serviços e produtos que estão sendo relacionados, ou correlacionados com essa Conferência.

Mas, nesse ponto, até consideramos muito bom, apesar de que, certamente, vai causar certas frustrações a nível de instituições, pessoas e lideranças dentro do quadro brasileiro.

Essa desinformação — se não considerarmos os problemas estruturais de desinformação a nível do País para os diversos assuntos, não só na questão ambiental, na questão do desenvolvimento —, ela tem alguns culpados que devem assumir a questão e colocá-la claramente. Há níveis diversos de responsabilidade pela informação da sociedade brasileira.

Apesar de não ser uma conferência brasileira e, sim, uma conferência da ONU, que está sendo realizada no Brasil a convite do Governo brasileiro, quando assumiu este compromisso com a ONU, o Governo brasileiro, a nível de Executivo, estaria, assumindo também, com e própria sociedade brasileira o compromisso de informá-la, de prepará-la para essas discussões de forma a não perdermos essa oportunidade que é, realmente, excepcional.

E, o próprio Governo brasileiro, considerando-se o Executivo, está desinformado. Existem umas poucas pessoas que estão trabalhando diretamente com a questão, localizadas em alguns órgãos, a nível de Itamaraty, a nível da Secretaria do Meio Ambiente que detém informações; mas o próprio Governo Federal está desinformado sobre a Conferência do Rio.

Então, esse é um primeiro ponto que deveríamos destacar, porque fundamental. Entendo que o Governo, a nível maior, a nível dos próprios Ministérios, deve tentar não só se entender, mas criar, produzir sínteses de informações que sirvam, primeiro, para si próprio e para a sociedade como um todo.

Tem-se buscado, aí, embaixadores brasileiros. Falou-se na ex-Ministra Zélia; falou-se no Pelé, pela ONU, sendo uma espécie de Embaixador; o nosso próprio Secretário de Meio Ambiente, Dr. Lutzenberger, tem também um papel reconhecido de Embaixador Ambiental do Brasil; muito além da preocupação externa, está faltando um Embaixador Ambiental, um Embaixador sobre a questão para o povo brasileiro.

Não temos um interlocutor com esse papel e é fundamental que o Governo busque definir, de imediato, não só a nível de coordenação operacional, alguém, alguma instituição que assuma o papel de levar essa informação à comunidade brasileira, como um todo, e provocar a reflexão, a discussão e a participação da sociedade.

A partir daí, há o outro lado da questão; a própria imprensa, que também está desinformada sobre a Conferência do Rio. As informações que surgem no conjunto dos jornais do País, praticamente, ainda estão na superficialidade de algumas questões; eles se preocupam muito ainda com os bastidores dos acontecimentos, que é importante levar ao público; mas a questão temática, os temas, o conteúdo e o que essa Conferência pode refletir a nível do próprio Brasil, isso a

imprensa brasileira, realmente, ainda não assumiu como seu papel.

Queríamos incluir-nos nisso, e dizer, no caso específico da agência, da nossa preocupação nesse sentido que, acredito, seja a preocupação do conjunto da imprensa brasileira; mas, enquanto conjunto, não foi dado esse passo.

A Conferência em si, apesar de haver um alerta de um conjunto de políticos, ambientalistas, autoridades, e empresários, no sentido de que possa vir a funcionar, é, na verdade, o momento do evento como um grande circo — e ela realmente deve ser; vai ser o encontro do século, talvez o maior encontro em termos de primeiro escalão, neste fim de século. Neste ano tem-se uma série de outras comemorações, como a descoberta, ou qualquer outro nome que se dê, para o encontro dos povos americanos e europeus. É um ano com uma série de eventos. Estamos entrando, realmente, na última década do século e isso sempre cria um clima de revisão a nível das estruturas globais, principalmente nesse momento que estamos vivendo de mudanças globais do ponto de vista político, econômico, das mais drásticas que poderíamos imaginar até recentemente.

Então, realmente, teremos um circo. Um circo para o qual virão personalidades desde Presidentes, Reis, Príncipes de vários países, até cantores famosos de rock que estarão convivendo numa mesma cidade que, por si só, é um grande atrativo. Certamente existirão muitos fatos que chamarão a atenção da imprensa e do público em geral.

Mas, acredito que não parará aí, que apesar desse aspecto que vai ocorrer, e é natural que ocorra num encontro de tal magnitude e com interlocutores tão variados, porque quando se trata de questões como desenvolvimento e meio ambiente todos nós estamos envolvidos, e uma reunião a nível global, onde teremos minorias as mais diferentes representadas, teremos nível governamental e não-governamental, tudo junto. Será até uma experiência do ponto de vista sociológico, político sem dúvida também interessante.

Mas acreditamos que, mesmo que não se tirem conclusões, não se fechem consensos em várias áreas; até dentro do nosso quadro, trabalharemos para que sejam explicitados os conflitos. Essa já seria uma grande contribuição da conferência.

Nós temos conflitos latentes a nível de Norte e Sul, a nível de perspectivas diferentes de desenvolvimento. Já seria uma grande contribuição se essa conferência já tornasse explícito e pudesse a partir daí termos um caminho de seguir alternativas do ponto de vista de desenvolvimento econômico. Isso vai estar expresso basicamente nos termos desenvolvimento sustentado.

Há tempos que não vemos um assunto ganhar um consenso a nível mundial. Ele é colocado como um ponto comum de inflexão. Sabe-se que o desenvolvimento tanto o mundo do lado ocidental como o do leste, os modelos adotados até agora, levaram a uma degradação extremamente grande e que estamos realmente próximos a um limite em termos de uso dos recursos naturais da terra, do ar, em condições mínimas de vida para grande parte da população do planeta. Sabe-se que esse conjunto de modelos deve ser mudado. E uma palavra, de uma certa maneira, concentrou essa vontade de mudança, que é o chamado desenvolvimento sustentado. Acontece que o desenvolvimento sustentado para um ambientalista moderado, é diferente do desenvolvimento sustentado para um ambientalista radical. É diferente a mesma palavra na boca de um empresário, é diferente a mesma palavra na

boca de um presidente ou príncipe do exterior. No entanto é ela o nó da questão, como integrar, como crescer economicamente com uma distribuição mais justa desses recursos, dessas oportunidades em equilíbrio com a natureza.

Essa é a grande reflexão que essa conferência vai colocar, e na verdade já está colocado. A conferência do Rio já começou. Nos teremos, no evento de 1º a 12 de junho, apenas a finalização de uma série de atividades que já vêm sendo desenvolvidas e certamente a abertura de uma série de outras. Nós temos que discutir um processo. E é nesse sentido a questão da própria imprensa brasileira, e de um modo geral da imprensa internacional, na discussão desse processo. No caso brasileiro, nós tivemos subsídios técnicos para o relatório, um pedido da própria ONU, para o conjunto dos países, pedia isso mesmo, um diagnóstico. Mas a sociedade brasileira pedia e esperava mais, faltando a sensibilidade ao Governo brasileiro de ao menos tentar integrar e responder não só a essa solicitação da ONU, mas a uma solicitação da sociedade brasileira. A sociedade brasileira demonstrou claramente, na apresentação desse relatório, que gostaria muito de conhecer as posições que o Brasil defende em relação a questões do ponto de vista do desenvolvimento em termos futuros, da questão ambiental, de questões como o próprio desenvolvimento da Amazônia, uma questão que está aí colocada. Não há nenhuma linha explicitada a nível de propostas de governo, e sequer quais as alternativas com as quais esteja trabalhando. Faltou realmente isso.

O mais grave é que, ao mesmo tempo em que se está discutindo esse relatório, que é um documento importante enquanto levantamento de dados, e até por possibilitar uma mobilização da sociedade, enquanto isso possui alguns pouquíssimos interlocutores brasileiros participando de grupos de trabalho internacional da ONU, discutindo os temas e as convenções que serão assinadas. Todos desconhecem, a nível de Brasil, que posições estão sendo levadas a nível de Governo brasileiro. Eu até colocaria a pergunta: se algum dos Senadores aqui presentes sabe que posição o Brasil tem levado, está colocando, que posturas em relação ao tratado, à convenção sobre o clima, que será um dos documentos assinados durante a convenção e que certamente terá reflexos não só sobre o nosso ambiente, mas, também, do ponto de vista econômico e político. Idem com a convenção sobre biodiversidade. O Brasil ficou no eixo de uma discussão ambiental em todo o mundo; vários dos senhores têm uma experiência internacional e sabem que, chegando no exterior, sempre nos perguntarão algumas questões até padrão, mais sobre queimadas na Amazônia, sobre o assassinato de Chico Mendes, sobre uma série de questões. O Brasil assumiu, até por uma política defensiva mal-elaborada, no nosso ponto de vista, uma posição de defesa, uma posição de minoria indefesa e não uma posição de vanguarda que poderia e deveria assumir nessa questão, até pelo fato do nosso País ter 30% das florestas tropicais do mundo. Esse é um patrimônio que nos daria voz a nível internacional numa discussão, e não simplesmente colocados como vilões. Temos recursos hídricos como nenhum país, temos a maior área de manguezais do mundo que são importantes do ponto de vista de reprodução de espécies marinhas, e assim por diante. O Brasil tem, do ponto de vista de recursos naturais, de potencial paisagístico, um recurso que é difícil qualquer país competir. No entanto, apesar de todos eles, sempre somos vistos como os que queimam as florestas, os que destroem as cidades, os que poluem, os que têm grandes áreas faveladas, e assim por diante.

Isso é culpa nossa. O País assumiu uma postura de desorganização interna aceita e isso tem reflexos lá fora, colocou-se numa posição que o tornou um dos vilões da história. Nós temos, até a Rio-92, a oportunidade de iniciar um processo de mudança, de mostrar alguma coisa de bom, alguma coisa de mobilização da sociedade brasileira. Nós tivemos, como poucos países, um crescimento do movimento ambientalista nesses anos; nós temos uma sociedade que hoje tem a questão ambiental no seu dia-a-dia. Claro que num plano secundário há todas as questões que a miséria causa, mas precisamos aproveitar isso.

Um outro aspecto é que nós não sabemos o que o Brasil pretende demonstrar de grandes idéias ou realizações para esse público extremamente seletivo, que estará no País no próximo ano.

Quando nós nos propomos a ser anfitriões, temos uma oportunidade; perdê-la significa mais do que simplesmente não utilizá-la. Vai ser uma posição de novamente nos colocarmos numa situação de permanente defesa. Os visitantes que chegarão, a imprensa, os ambientalistas, verão o que do nosso País? Temos que pensar nisso. E colocando todos esses aspectos, porque acho que essa discussão não pode obviamente ficar simplesmente a nível de governo. O Governo Federal tem um papel fundamental nisso, mas não pode ficar a discussão apenas a nível daqueles que estão diretamente envolvidos nas ações, o próprio Governo do Estado do Rio, ou a Cidade do Rio, e assim por diante. Mas essa discussão tem que ser levada ao público. E um dos foros fundamentais para essa discussão ser levada é o próprio Congresso Nacional; e também é outro aspecto: também não vimos essa questão no Congresso Nacional. Até o momento gostaríamos de ter dado mais notícias de que a questão está sendo discutida ou não.

Então, é até alvissareira a oportunidade de estarmos aqui e vermos que há essa preocupação a nível de uma comissão no Senado e esperamos que ela se espalhe pelo Senado.

Também, agora, na Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados haverá um grande encontro, que espero seja esclarecedor ao menos pelo temário colocado.

Então, acho que estamos começando esse processo. Agora, é necessário, sem dúvida, aprofundá-lo, inclusive porque muitas das questões que vierem desses tratados internacionais, essas convenções etc, necessariamente passarão pelo Congresso Nacional, porque terão reflexos a nível de legislação interna do País. Deverão ser homologados ou não em certas comissões. Então, o papel do Congresso aí será básico.

Eu colocaria de início essas questões, para não me delongar muito, e colocar-me à disposição para podermos dialogar mais do que ser um monólogo aqui.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Considerando que os dois representantes dos jornais *O Globo* e *Jornal do Brasil* declinaram da oportunidade de fazer uma sintética exposição, estão aqui mais como observadores, eu passaria a partir de agora a palavra aos Senadores e Deputados inscritos, que questionarão o nosso ilustre jornalista Cleiton Ferreira Lima, coordenador dos assuntos de meio ambiente de O Estado de S. Paulo, que fez uma breve colocação do que, ele vê nessa grande conferência do Rio, como membro da imprensa.

Então, estão inscritos os Senadores Oziel Carneiro, Amazonino Mendes, Aureo Mello, o Deputado Luciano Pizzatto, que é o Vice-Presidente da Comissão de Meio Ambiente,

como também está presente o Presidente da Comissão da Câmara sobre Meio Ambiente, o Deputado Fábio Feldmann.

Como já foi dito, essa Comissão da Câmara tem a responsabilidade desse grande evento que será realizado agora no final da semana e já referido pelo jornalista.

Eu passaria, então, a palavra ao Senador Oziel Carneiro para a sua indagação.

O SR. OZIEL CARNEIRO — Sr. Jornalista Cleiton Ferreira Lima, de O Estado de S. Paulo, primeiro eu gostaria, sinceramente, de congratular-me pela maneira simples, porém objetiva, como foi abordado o tema referente a Rio-92.

V. S^a distinguiu efetivamente duas partes: uma que é o circo, que é o turismo, que é aquilo que vai se aproveitar o Rio de Janeiro, escolhido para sede; e a outra são as preocupações de toda a sociedade brasileira.

É evidente que no problema ecológico, nesta primeira etapa o Brasil tinha que se colocar na defensiva, porque ele estava exposto ao mundo como o vilão, como réu no problema ecológico. E preocupa a nós, sem dúvida, não haver uma coerência no posicionamento do Governo brasileiro no que diz respeito àquilo que vai ser evidentemente discutido em reuniões preparatórias e que será apenas homologado solenemente no Rio de Janeiro por ocasião do período oficial do evento.

A preocupação nossa, da Amazônia, e aí não vai uma interrogação, mas vai um comentário e um desejo de que os formadores de opinião brasileira possam transmitir isso à sociedade, é de que o problema ecológico, sem dúvida nenhuma, tem que merecer o cuidado de todo cidadão, seja brasileiro, estrangeiro, seja lá quem for. Mas no contexto das nações, nos preocupa a questão econômica, porque em toda essa riqueza explorável na Amazônia, observamos que muitos países estão preocupados, sem dúvida, com o problema econômico e as grandes riquezas que ali existem, e não propriamente em dar uma colaboração a um país subdesenvolvido, carente de recursos e tecnologia, para que, dentro do contexto de pobreza da sociedade brasileira, possamos aproveitar, num projeto de desenvolvimento sustentado, aquilo que existe.

V. S^a mesmo falou aí na questão da floresta, falou no enorme potencial de recursos hidroenergéticos e eu gostaria de levantar aqui a preocupação do problema da soberania restrita que está aos poucos dominando o conceito mundial, em termos de preservação ambiental, e eu gostaria de citar dois acontecimentos — não sei se se repetiu agora lá na conferência de Genebra, onde estive o Senador Coutinho Jorge — e na reunião preliminar realizada há pouco tempo em Nova Iorque, num encontro preliminar, quando foi levantada a questão da poluição atmosférica, um representante dos Estados Unidos imediatamente se opôs tanto que o problema ficou pendente de discussão e, segundo informações que nos chegaram, ele afirmou exatamente que a concordância dos Estados Unidos da América do Norte com aquela resolução que era proposta naquela reunião, afetava a soberania do seu espaço aéreo.

Na mesma reunião houve, também, um desentendimento com a representação da Malásia, uma vez que foi proposta uma resolução, um entendimento que conflitava com a Malásia. Como na Malásia vem sendo explorada a indústria madeireira que é, sem dúvida o forte daquele país, e chegou até a haver, segundo o divulgado na imprensa, a ameaça do primeiro-ministro de retirar a participação daquele país da Rio-92.

Ora, no Brasil não nos preocupamos com a organização da Eco-92, nós políticos. Aquilo é o circo. O Pelé é o Embaixador exatamente para divulgar, para aumentar o fluxo turístico, porque as autoridades que estão interessadas virão em função do próprio interesse de participar.

Resta-nos, portanto, uma solicitação que os formadores de opinião procurem mostrar à sociedade brasileira que realmente defender o meio ambiente é uma necessidade, mas que todos nós estejamos alertas no que diz respeito ao interesse econômico dessas grandes potências, porque agora mesmo, não sei se o Senador que esteve presente confirma, mas a verdade é que a imprensa divulgou e nesta última reunião em Genebra, nenhum país desenvolvido quis assumir a responsabilidade de ônus financeiro de como desenvolver todo esse projeto ligado a questões do meio ambiente.

Então, estamos desconfiados do que possa ocorrer, não no Rio de Janeiro, porque lá vai haver apenas uma homologação solene, mas o que vai acontecer nessas reuniões preparatórias e que a Carta da Terra implique amanhã numa responsabilidade do Governo brasileiro, da sociedade brasileira e principalmente do Congresso, porque qualquer convenção, qualquer resolução, para ter vigência legal no território nacional, vai depender de uma aprovação do Senado Federal, porque é da própria Constituição.

Mas não queremos, por ingenuidade, ou por indiferença, cair sumamente esparrela, porque está bem aí o exemplo da guerra do Golfo Pérsico, em que a ONU, que é uma organização criada para promover a paz mundial, não teve poder político suficiente para evitar aquela guerra, mas teve, sem dúvida nenhuma, a capacidade de ser manobrada e promover a própria guerra.

Então, a minha preocupação é que amanhã saia uma resolução, ou a Carta da Terra — e não diria nem a Meta 21, porque isso seria apenas uma intenção — e que venha implicar amanhã em nós ficarmos sob juízo internacional e amanhã alguma potência, dentro desse novo conceito de soberania restrita em função de interesse ambiental universal, sejamos compelidos a cumprir aquilo que não queremos e vemos subtraído o nosso direito de autodeterminação.

Então, é necessário, como há uma desconfiança da sociedade no próprio comportamento do Governo Federal e há divergência em relação ao comportamento de governos estaduais, às vezes diametralmente em posição oposta àquilo que o Governo Federal está colocando.

Eu não faria uma pergunta. Parabenizo pela sua exposição, mas faria um apelo de que realmente os órgãos de comunicação comessem a formar a opinião pública nacional para este risco que corremos. Não direi que é um perigo iminente, mas é um risco e não gostaríamos de ser inocentes úteis nessa história.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Concedo a palavra ao jornalista Cleiton, se quiser dizer alguma coisa.

O SR. CLEITON FERREIRA LIMA — Um breve comentário: acho que o Senador Oziel Carneiro trouxe alguns pontos também importantes.

Essa questão do desenvolvimento como necessário ao País e essa discussão toda sobre o meio ambiente entendido como restrições, a questão ambiental como basicamente restrições ao desenvolvimento, é justamente o que pretende se mudar. Agora, o "como" é a grande discussão.

Acabo de vir da Amazônia, onde fiquei 15 dias, não sou um especialista em Amazônia, mas tive oportunidade de

algumas vezes ir a alguns trechos da região e agora, inclusive, até para surpresa minha, conheci uma Amazônia diferente, completamente diferente de outras que tive a oportunidade de conhecer hoje.

Estive no rio Demeni, que é um afluente do rio Negro, por 15 dias, numa expedição feita conjuntamente pela Agência Estado, a Embrapa e a UNIP, numa proposta que estamos trabalhando, sobre cinco áreas, tentando também gerar bases e contribuir para um zoneamento ecológico e econômico dessas áreas.

E estivemos agora nessa região do rio Demeni e a primeira coisa que chama a atenção é que, naquela área especificamente, a Floresta Amazônica da fauna que é entendida com sua exuberância é um mito, não existe. Naturalmente a área praticamente é um semi-árido. A vegetação que domina são campos, tem áreas que o próprio pessoal da região conhece como Caatinga e realmente é até muito parecido fisionomicamente, apesar de ao do ponto de vista florístico, a vegetação ser muito diferente, mas simplesmente uma caatinga, ou um cerrado, em outras horas, do ponto de vista apenas visual, inundado.

Isso no Município de Barcelos, um dos maiores municípios do mundo, sem dúvida. Só esse município é bem maior que Portugal e tem uma população de apenas 16 mil pessoas.

Temos lá extensas áreas dos lavrados, que eles chamam áreas de campos e extensas áreas de dunas.

Primeiro trabalhamos com imagens de satélite, fizemos trabalho sobrevôo, depois fizemos por barco, por terra etc, foi uma viagem bastante intensa, há um pedacinho da Amazônia dentro do trecho conhecido como Calha Norte e certamente a maior parte da população brasileira não sabe que isso existe.

Há uma visão homogeneizante. Então imagina-se a Floresta Amazônica ou a Amazônia como uma grande área florestada, pura e simplesmente, e o que leva, inclusive muitos povos, a nível internacional, a pensar aquilo quase como uma floresta vazia, onde dava para se criar um grande parque.

Essa noção de que a área não é vazia, que tem outro tipo de cultura, que tem uma diversidade de ecossistemas extremamente grande, não apenas de espécies animais, mas de ecossistemas diferenciados. Só nessa área foram identificados 38 ecossistemas muito diferentes entre florestas de várzeas e campos e assim por diante; esse tipo de informação é básico para que possamos discutir o desenvolvimento da região.

Creio que há esse pecado tanto do ponto de vista dos técnicos e ambientalistas nacionais quanto internacionais, sobre uma linha de ação mais direta na questão ambiental, e tem se pecado, do outro lado, por parte das pessoas que também estão preocupadas com a questão essencialmente do crescimento econômico, por essa visão genérica sobre a Amazônia.

O Governo brasileiro teria um trunfo — não sei se até o momento ele terá uma proposta desenvolvida — que é o zoneamento ecológico-econômico para a Amazônia que deveria estar, no mínimo, em condições de ser apresentada durante a Rio-92.

Pelo que eu saiba, esse trabalho ainda está bastante atrasado e sem dúvida não adianta também chegarem com um pacote pronto na ECO-92 e dizer: aqui está o zoneamento, porque as pessoas não vão nem entender.

Então, há necessidade realmente desse trabalho básico da informação, quer dizer, é uma preocupação que, no caso,

tivemos de conhecer, para tentar passar isso para a sociedade brasileira.

Outro aspecto, mesmo em termos de alternativas econômicas, sabemos que não dá para reproduzir em áreas como a Amazônia, pelas próprias características culturais e ecológicas da área, um modelo que já nos levou a destruir 90% da Mata Atlântica.

Se temos 90% de Amazônia é porque, com um mesmo modelo, no mesmo país, a mesma história, é porque destruímos 90% da Mata Atlântica.

Sabemos que esse também não é o caminho.

Estamos extremamente preocupados com questões tipo: as próprias alternativas estudadas como reservas extrativistas e questões afins, que dependem e estão incluídas no mesmo mundo em que funciona para o mercado etc.

Dentro de quatro a cinco anos o Estado de São Paulo será o maior produtor de borracha do País. Então a concorrência não será com borracha da Malásia, com a borracha nem mesmo com produto de petróleo. O Estado de São Paulo, dentro do Brasil, estará produzindo; já começou a primeira leva de produção em termos de borracha, do látex plantado sem pragas, com todas as condições, perto de mercado consumidor; e como é que vai ficar a produção da Amazônia, do ponto de vista mesmo das próprias reservas extrativistas, de mercado, porque é um produto econômico que tem que ter acesso ao mercado.

Quer dizer, haverá uma política de subsídios? Como é que será tratado?

E é preciso aprofundar essas discussões.

A borracha de São Paulo será muito mais barata e de melhor qualidade, está perto dos centros consumidores e centros exportadores.

Bastaria isso para tentarmos colocar algumas questões de reflexão sobre as alternativas.

Estamos também extremamente preocupados com a questão da cólera, porque, no caso de Manaus, a área de favelamento na cidade é enorme e está aumentando. A própria Zona Franca de Manaus está agora num estado de decadência completa. Há uns 15 dias, houve mais 2.000 funcionários da Gradiente, se não me engano, que foram despedidos e estão aumentando os bolsões de pobreza.

Temos visto esta discussão pela imprensa, mas não no País porque, por enquanto, nós estamos falando em termos de "a Amazônia" e existem múltiplas Amazônias. Este é o primeiro comentário. Por último, seria debatido um pouco a soberania nacional, que é um tema importante também e que estará aí.

As questões de natureza ambiental, assim como as de natureza econômica, hoje, são transfronteiriças, por princípio. Inclusive, são temas — poluição transfronteiriça etc. — que estarão em discussão durante a Conferência Rio-92. Mas, esse é outro ponto de equilíbrio que se tem que buscar. Nós não podemos, a meu ver, tomar uma posição isolada de pensar que poderemos ter uma visão militar, terrestre, sobre soberania. A soberania é exercida não simplesmente com soldados colocados a cada metro da fronteira; isto, para muita gente no País, parece que não está claro; soberania se exerce com ocupação, do ponto de vista econômico, político, e áreas de conservação etc. que mostrem uma preocupação real, adequada, do País com a região e, também, que contribua para o não-desperdício, a não-destruição. A nossa soberania não está sendo perdida para o exterior, mas sim sobre nossas várias áreas, para nós mesmos; estamos perdendo e desperdi-

çando recursos, para as nossas futuras gerações. É necessário pensar nesse caráter. As claras pressões internacionais, do ponto de vista de áreas como Amazônia, que exigem uma preservação maior, isso é uma preocupação que não deve vir de fora e sobre esse assunto, nós não podemos ficar a reboque. Nós temos que fazer um zoneamento ecológico e econômico da Amazônia, nós temos que investir, em termos de educação das nossas populações, essa é a única possibilidade real de soberania que nós temos na região. Acreditamos ser necessário mudar um pouco o enfoque; é fundamental e há esse perigo, mas a forma de enfrentá-lo, certamente, não será do ponto de vista de ocupação militar ou coisa do tipo, seria uma estratégia com poucas chances de vingar. Temos que ter outro tipo de ocupação mais inteligente.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Concedo a palavra ao nobre Senador Amazonino Mendes.

Pediria aos ilustres Senhores mais brevidade nas respostas para que possamos, realmente, ouvir todos que estão inscritos.

O SR. AMAZONINO MENDES — Sr. Presidente, eu não me diria surpreso, porque vamos fazer justiça à competência, à inteligência assaz conhecidas do jornalista Cleiton, mas é preciso dizer que eu fiquei extremamente felicitado pela ótica de sua abordagem, sobretudo, na resposta à preleção feita pelo nosso companheiro Oziel Carneiro que, diga-se de passagem, eu subscreveria toda a sua apreensão, *impris verlei*. Gostaria de registrar a minha enorme satisfação ao perceber que o ilustre jornalista palestrante, por sua vez, apreendeu velhas teses que certos estudiosos e políticos amazônidas, quase roucos, têm esbravejado por este País e, infelizmente, o têm feito para o deserto. Nisso, aqui, vai embutida uma crítica à imprensa brasileira que não tem registrado, ao longo do tempo, esses brados, talvez porque o País tenha dimensões continentais e brutais, sob o ponto de vista econômico e os assuntos nem sempre são prolatados, falados ou explicitados por egressos das regiões pobres e poderiam suscitar nos leitores — não são, propriamente, os jornalistas da imprensa em interesse — mas eu repito, estou extremamente feliz sobretudo no conceito de heterogeneidade da Amazônia em que poucas pessoas se dão conta. Até mesmo os conceitos oficiais são classificados: nós temos a Amazônia Legal, nós temos a Amazônia Internacional, e a Amazônia propriamente dita, que é algo em torno de 3 milhões e 200 mil quilômetros quadrados, enquanto que a Amazônia Internacional que é praticamente do tamanho do Brasil — 8 milhões de quilômetros quadrados, e o temos a nossa Amazônia Legal, que compõe dois terços do território brasileiro. Quando se aborda a questão amazônica se registra como se fosse da Amazônia úmida o processo de queimada etc., mostrando o Brasil como um País irresponsável sem nunca se dar conta que apenas 7% da Amazônia úmida, praticamente dita, é que foi injuriada — porque o termo é este — insultada, teve a sua natureza molestada. É evidente que não somos apologistas dos incêndios na floresta, entendemos que isso é um crime. A fórmula, a maneira como se tem colocado isso, a nível nacional e internacional, só pode ter sido extremamente nociva, prejudicial e induz o próprio brasileiro em erro e a nossa luta, isolada, na Amazônia — porque é lá que nós moramos, que nós vivemos — tem sido praticamente inglória.

Peço perdão por falar da Amazônia — a abordagem é genérica. Trata-se da climatologia e tantas coisas outras, mas eu estou dentro dessa linha de pensamento exposta pelo nobre Senador Oziel Carneiro. Nós sabemos ou, pelo menos, des-

confiamos, que os resultados dessa Conferência poderão ser desagradáveis, especificamente, para os seus técnicos nesse setor porque se há sintomas internacionais visíveis a demonstrarem com clareza, o acerto dessa apreensão. Veja-se o conceito de soberania restrita — creio que um grande arauto teria sido François Mitterrand. Agora mesmo, vimos que os próprios Estados Unidos, numa discussão oficial, preparatória, da Conferência, rejeitam-no sob a alegativa de invasão da sua soberania ou de restrição à sua soberania. Passou-se a discutir uma matéria que se expressa, se enquadra, dentro de uma terminologia que, hoje, corre o mundo chamada comunalidade. A questão ambiental é uma comunalidade como o é a AIDS e outras coisas.

Dentro desse aspecto, evidentemente, nós podemos compreender o conceito de soberania restrita que tem endereço certo e nós, de antemão, sabemos que o direito internacional coercibilidade não é, praticamente, um direito por lhe faltar a coercibilidade ínsita à caracterização de uma norma jurídica, nós temos que colocar nossas barbas de molho. Parece-me que um grande empenho internacional, a busca da configuração de estados indígenas — veja que estou falando em estados indígenas, não em nação indígena; há o conceito de estado, que pressupõe três elementos: nação — que é o povo — território e o outro elemento é governo. Temos numa questão ianomâmi, conduzida de forma extremamente emocionalista, imprópria, incorreta e grave porque se imagina praticamente, a metade do estado para se transformar em território indígena com a agravante de que, até hoje, não se sabe quantos índios nós temos mas, em verdade, sem similaridade no mundo, em nenhum lugar do mundo se propôs tanta terra para o índio, esquece-se um conceito, uma definição histórica, um conceito sociológico-histórico que, na realidade, toda a civilização superior absorve a inferior esquece-se o direito que têm os próprios índios de fazerem opção de vida; esquece-se o direito que esses índios teriam de explorar suas próprias riquezas e delas participar, não apenas cegamente, assestam-se urrice que é, exatamente, a conciliação territorial; isso me parece o andamento de um procedimento, de processo ou de um projeto no sentido da busca da formação de um Estado Ianomâmi.

A ONU, que é um organismo internacional, em tese, para promover o equilíbrio internacional e o respeito entre as nações, é indiscutivelmente um instrumento reflexivo desse Direito Internacional Público inexistente, manobrável pelas nações mais poderosas e mais fortes.

Do meu ponto de vista, acho que o Brasil deverá resguardar-se, ao máximo, e estudar com profundidade a questão amazônica. Infelizmente, isso não está ocorrendo. A própria política do Governo Federal é pendular não sabemos, até hoje, qual é essa política. Ela oscila, eu já ouvi, do próprio Presidente da República, posicionamentos diversificados com relação à matéria, antes e depois de suas viagens aos Estados Unidos e à Suécia, e, agora, já tenho informações de que há uma nova mudança de ótica com relação ao problema.

Eu, a exemplo do Senador Oziel Carneiro, não me abalaria em fazer uma pergunta. Eu simplesmente reitero, com a minha enorme satisfação, em verificar que, pelo menos, um lado da imprensa brasileira está olhando com extremada seriedade o problema. A sua visita ao rio demeni, coisa que muitos ambientalistas brasileiros, que falam ex cathedra sobre a Amazônia jamais pisaram sequer em Manaus, a sua preocupação com relação ao enorme vazio hinterlandino, já que a nossa característica, nossa alavanca produtiva foi meramente

extrativista e o extrativismo morreu, definiu. A questão da borrocha é mortofalecida para nós, sabemos disso perfeitamente. En passant, poder-se-ia dizer da irresponsabilidade brasileira que não pesquisou os planos, gastou bilhões de dólares nos programas de forma irresponsável, enquanto a Malásia tem milhares e milhares de clones pesquisados, nós não passamos, parece-me, de 600 clones, daí aquela assertiva de que, brevemente, São Paulo estará produzindo. Já há produção de seringais nativos, uma coisa irrisória.

En passant, gostaria de falar um pouco sobre Chico Mendes, um símbolo, um grande símbolo, repito um homem extraordinário, um homem extremamente inteligente, e corajoso que, a meu ver, foi extremamente manipulado em sua memória, para tecer toda uma orquestração internacional contra nós, brasileiros, porque me parece que o Chico Mendes, defensor dos seringueiros, teria sido mal conduzido no processo, porque teria erigido o extrativismo como a solução dos problemas do caboclo na Amazônia. E a produção extrativista na Amazônia escraviza o caboclo. Hoje, o salário de um seringueiro, levando-se em conta sua produção de borracha nativa, não passa de 20 a 25 dólares/mês. Então, é válida a preocupação de como nós vamos atacar a questão amazônica, como vamos fazer a preservação e conservação da floresta, mas, ao mesmo tempo, como é que vamos desenvolver as riquezas, como nós iríamos produzir, respeitando, tanto quanto possível, o meio ambiente — isto é possível — há a identificação de potencialidades tranquilas, o Brasil está surdo sobre isso, temos falado à exaustão sobre essa matéria, e, no fundo, resta em meio a essa caoticidade que esses desacertos, esses desencontros, essas oscilações, essa política pendular, resta apenas a nossa apreensão, extrema e magistralmente esposado pelo nosso prezado Senador Oziel Carneiro.

Enfim, para terminar, digo ao nosso Presidente, e aos presentes, que saio daqui menos apreensivo, inclusive, alentado, vendo que um certo tratamento diferente começa a ser dado e, finalmente, a questão amazônica é tão grave que até a tese de efeito estufa passaria pela Amazônia e, de repente, ela poderia ser o bode expiatório nisso aí.

Vez por outra, estão surgindo teses que campeiam o mundo e, no final, vão se descobrir que são balelas como aquela famosa de “pulmão do mundo”, resultado de um equívoco de um repórter que entrevistou um cientista, ele disse uma coisa e o repórter simplesmente mudou a sua teoria, e aquela expressão correu o mundo inteiro; e até hoje há pessoas que pensam que a Amazônia é o pulmão do mundo.

Aqui ficam os meus parabéns e as observações sem perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Passo a palavra ao jornalista Gleiton Ferreira.

O SR. CLEITON FERREIRA — Agradeço as colocações aqui apresentadas e quanto a dois pontos, realmente, terei que mostrar de uma forma mais completa, uma idéia diferenciada do que V. Ex^a colocou.

Uma questão que o Senador Oziel Carneiro também havia levantado — e vou passar rapidamente por ela — que é uma preocupação grande; não nos adianta aceitar a Carta da Terra depois que ela estiver pronta, não nos adianta assinar a convenção; o Senado, a Câmara e o Congresso Nacional têm que ter um papel destacado já, enquanto ela está sendo elaborada e esses documentos, sendo preparados. Se nós não a aceitarmos, não haverá a coercibilidade de uma legislação internacional nesse aspecto, do ponto de vista penal, ou seja,

o que for, mas há a moral, há a política, há o econômico e assim por diante. O fato de não aceitar, de não assinar, depois, não nos livra de tudo que ela contiver, ao contrário, seria só nos carimbar, mais uma vez, como párias da humanidade, como vilões da História. É fundamental um trabalho preventivo com todas as idéias que representem o pensamento brasileiro e fica até renovada a sugestão de que o Congresso Nacional tenha um acompanhamento mais de perto, levando em conta as posições adotadas pelo Brasil e saber o que os outros países estão colocando nessas discussões e que essas informações sejam levadas ao público brasileiro. De nosso lado, temos o máximo interesse em dispor dessas informações e divulgá-las.

O segundo aspecto quanto as nossas preocupações, é que não estamos sozinhos: tem o Grupo dos Sete, e o dos 77, e há também outros grupos. Quanto à questão amazônica, temos o Pacto Amazônico, e outras formas de organização e lembraria ser fundamental que essas parcerias fossem reforçadas, agora, certamente com propósitos que avancem nos objetivos, tomando como premissa a questão do desenvolvimento sustentado, porque acredito que se essa postura não for adotada, nós vamos ficar, realmente, fora do bralho, do ponto de vista de uma política internacional. Isso, em qualquer instância e com reflexos sociais, econômicos, políticos, é um ponto de partida que precisa ser colocado em prática por nós. E se assim não o fizermos, visando desenvolver e preservar o que for possível, ficaremos, mais uma vez, fora de uma negociação ao nível de cúpula (intervenção fora do microfone)... Exato, é fundamental um programa e, por outro lado, aí me cabe uma discordância, clara, sobre a questão dos Ianomamis. Eu, nessa vez, também estive em uma das suas reservas e vi lá, inclusive, índio que havia sido picado por cobra três dias antes e sendo tratado com remédio para ameba, porque era o que eles tinham, ou seja, o Brasil não dá apoio às comunidades indígenas, isso nós sabemos, a área não está demarcada. Na placa de demarcação de divisa escrito "Posto da Funai — Entrada proibida", etc. tinha uma foto e, ancorado na placa, tinha um barco de pescador e caçador.

Então, temos aí, realmente, uma dúvida, e não devemos reproduzir com as populações nativas do País o que os países, ditos desenvolvidos, fazem com o nosso País em termos de Terceiro Mundo. Nós temos sempre de ter um cuidado muito grande nesse sentido. A minha discordância vai mais especificamente na sua colocação sobre civilização superior e civilização inferior, que a civilização superior absorve a civilização inferior. Eu, apesar de ver a pobreza do ponto de vista material, do ponto de vista de serviços etc., em que vivem esses índios e tantos outros no Brasil, eu não consegui identificar nenhum indicador do ponto de vista social, do ponto de vista cultural, do ponto de vista de política de organização interna, que me levasse a pensar que se trata de povos inferiores. Em alguns aspectos, eu creio até que temos, realmente, muito o que aprender e não pensaria em algo como simples absorção, que seria necessariamente aceitarmos a mesma tese do Brasil com relação aos países de Primeiro Mundo, o que considero inaceitável.

O discurso tem que ter uma coerência interna que passe que não podemos reproduzir para outros que estão numa situação de pobreza, de falta de opção. Eu gostaria realmente de saber — e até valeria a pena uma grande pesquisa não manipulada para verificar se as populações indígenas brasileiras querem ser brancos, não é? Então, é claro que eles querem ter acesso a uma série de serviços, de produtos, de

condições que nós temos. Mas isso não os caracterizam do ponto de vista de identidade indígena. Um índio quando está com um gravador na mão continua sendo um índio; ele não passa a ser branco porque veste uma roupa e assim por diante. Então, é uma questão de respeito em termos de cultura, de etnia, que devemos exigir do Primeiro Mundo e devemos dar o exemplo com as populações nativas aqui, justamente porque não consigo identificar de forma alguma como civilizações inferiores.

Só para esclarecimento, acredito fundamental porque posso ser mal interpretado. Concorde com o que o ilustre expositor coloca. É evidente que eu não estou pregando a dizimação da cultura indígena, ao reverso, não é isso, pelo contrário. Impressionou-se bastante ver nas Páginas Amarelas da revista *Veja*, há questão de seis meses, propostas de um antropólogo de grande nomeada nacional e na que dizia que era importante coletarmos e aprendermos toda a cultura das várias tribos indígenas brasileiras, registrarmos aquilo de tal sorte que não deixássemos que aquela cultura se perdesse no tempo, mas ao mesmo tempo abrísssemos a essas tribos o direito à opção de escolha e me parece que é uma lei realmente sociológica-histórica. Do ponto de vista subjetivo é muito difícil definir o que é melhor: ser índio ou viver nessa selva louca que estamos vivendo. Eu, particularmente, subjetivamente, se pudesse escolher, eu diria, com toda tranquilidade, que eu preferiria ser índio. A questão que eu ataco, que me preocupa, é, exatamente, o exagero do território. Não sou contra a concessão do território indígena, mas nós pegamos uma área do tamanho de Portugal, de 96 mil quilômetros quadrados para tribos em que nós não sabemos que números são, me parece que esse propósito, que esse projeto tem como fim específico uma outra atitude que não a de proteger simplesmente os Ianomami.

Para que não haja, inclusive, nenhuma interpretação errônea, porque, senão, posso de repente ser apontado como, além do matador de jacaré, um matador de índio. Isso não! Não é uma coisa nem outra.

O SR. CLEITON FERREIRA LIMA — Eu só lembraria que, pela Constituição Brasileira aprovada por esta Casa e por todas as Constituições Brasileiras, não se trata de conceder terra e, sim, reconhecer um direito ao território existente onde vivem essas populações. Há, então, tanto do ponto de vista constitucional, quanto do ponto de vista moral, que até é um exemplo que este País tem e que faltou a muitos outros, e é um ponto que envergonha várias nações o tratamento que deram... extinguindo os seus índios. Creio que esse também, é um patrimônio que o País tem, é um trunfo a nível de uma negociação internacional, a nível de apoio prestar uma colaboração no sentido de resolver os nossos problemas. Desse território, voltando ao Rio Demini — apenas como exemplo, desse enorme território que nós vimos — há 206 pessoas vivendo ao longo desse eixo... até o IBGE nem precisaria fazer o levantamento, pois havia poucas pessoas... Nós vimos também que a área está no limite da ocupação, porque praticamente a área é inundada. Então, a disponibilidade de recursos do ponto de vista de território, também nós temos que atender à questão de escala perante um conhecimento profundo das condições ecológicas locais. Então, não vou entrar se seria muito ou pouco, porque poderíamos também ter versões dizendo: "Bom, criou-se um Estado em cima de uma área indígena e não se está tirando a área indígena do Estado",... quer dizer, aí é uma questão só de ponto de vista. E, aí, creio que não é uma coisa que acrescentaríamos muito

se entrássemos. A mesma questão acontece com alguns Parques: por exemplo, no Estado de São Paulo, temos um Município e 2/3 de sua área está dentro de um Parque Estadual. Município foi criado depois do Parque Estadual, então, isso é uma discussão que não tem fim. Então, foi quem: foi o Município que invadiu o Parque ou o Parque quem invadiu o Município? O problema é que precisamos descobrir fórmulas inteligentes, formas eficazes, de permitir a convivência dos nossos recursos sem degradá-los, com as nossas populações com todas as suas diferenças, com as suas pluralidades culturais, pluralidades étnicas e ter um avanço para o conjunto da sociedade e, não, apenas para parte da sociedade. Era só essa preocupação. Eu não quero caracterizá-lo como dizimador de índios.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Passo a palavra ao Senador Áureo Mello, pedindo que seja breve para que passamos ouvir todos os oradores presentes.

O SR. ÁUREO MELLO — Sr. Presidente, Jornalista Cleiton Ferreira Lima, antes de mais nada as minhas felicitações pela sua disposição e pelo sacrifício de ter vindo prestigiar com a sua presença a nossa reunião. Isso prova que o interesse de uma fração importantíssima da imprensa brasileira, como é o Estado de S. Paulo, que V. S^a representa.

Esses diálogos sobre a reunião do Rio de Janeiro, outrora chamada Eco-92 e agora já modificada, segundo informação de um diplomata que esteve aqui em uma das últimas sessões, Rio-92, esses diálogos são, realmente, muito preciosos e úteis para nós componentes desta Comissão e que, certamente, estaremos lá na reunião de 92 traduzindo, os pontos de vista brasileiros e regionais, a respeito desse conclave internacional.

Encaro o conclave sem receio, embora observe que, nos meios brasileiros, há uma espécie de tremor ou de susto a respeito do mesmo, porque tudo aquilo que coloca os chamados países superdesenvolvidos em confronto conosco, nos deixa com tremedeira. Estando lá a representação do Sr. Bush, e a representação dos franceses, dos ingleses e dos russos, realmente, alguma coisa de não-bom pode acontecer com o Brasil. No entanto, eu acredito nas finalidades da ONU, da comunidade internacional. Acredito mesmo que essa é uma Conferência de paz. Os temas pacíficos são para serem abordados nesse ensejo; deixando-se os temas guerreiros para reuniões especiais quando ao alvedrio das conveniências dessas supernações houver necessidade de bombardear um Iraque qualquer ou tomar posse de uma Granada dos locais centrais da América Bi-internacional. De maneira que a climatologia, climalidade, estados indígenas, salário do seringueiro, efeito estufa, são temas e temáticas da internacionalidade pacífica em que cada país, cada representação, opinará para que se consiga uma resultante positiva e homogênea a ser tomada por todas as representações e nações que não estejam representadas.

O problema financeiro a que se referiu o nosso querido Senador Oziel Carneiro evidentemente terá que ser assumido pela Organização das Nações Unidas, ONU, porque é uma reunião eminentemente internacional e, sem dúvida alguma, estaremos contribuindo para a paz mundial quando esses problemas de paz estiverem resolvidos. A reunião realmente tem uma característica de superficialidade e não é, portanto, uma reunião que nos deva atemorizar.

A questão do índio tratada aqui oportunamente, realmente vem sendo debatida em palcos tão diversificados e tão impróprios que, nesse ensejo, poderá definitivamente ser fixado, já que o índio não é o nosso índio; o índio não é

um habitante de uma faixa fixa. O índio é, por assim dizer, um ser de outro país, de outro planeta. A prova disso, temos os Ianomamis. Eles não têm pátria. Eles não são índios brasileiros. São apenas índios. Porque se deslocam internacionalmente. Vão à Venezuela. E tanto faz o Brasil como a Venezuela, não é a pátria deles. O chão que eles pisam, sim, é deles. Eles são para nós assim tão estranhos, tão diferentes, como um marciano que aqui chegasse e viesse implantar um sistema, vamos dizer, de comer grãos de ervilha ou de milho, porque era esse o sistema deles, lá no planeta a que eles pertenciam.

Quanto à diversificação amazônica, à qual se referiu o nosso Cleyton, realmente é algo curioso. A Amazônia é um mundo estranho. Temos lá regiões planiciárias, como o Estado de Roraima, antigo Território do Rio Branco. Partindo para as regiões ribeirinhas do rio Madeira, como os campos de Pucari, que ligam o Município de Humaitá ao Município de Labrea e ainda essas regiões do alto rio Negro, que dizem, são as mais belas do Brasil, pelo menos, da Amazônia, com suas estâncias encachoeiradas e com suas regiões de savanas, tudo isso realmente torna diversificada a geografia da Amazônia. A Amazônia é um elefante.

Se V. Ex^a chegar, digamos, só a essa área, verá campos, cachoeiras, verá um Estado quase faroestiano. Mas se outro chegar, digamos, ao âmago do Solimões ou nas suas proximidades, verá praias e matas densas, compactas, que será, digamos, a barriga do elefante. E se um terceiro chegar a uma área típica ali do Pará, regiões de minérios, ele também verá o rabo do elefante.

E assim é a grande Amazônia. A Amazônia é grande e diversificada. Essas fogueirinhas que acendem lá, que são atestadas como um perigo para o mundo, não são nada. Há uma territorialidade amazônica, porquanto há municípios, como o município do Senador Amazonino Mendes, que na época das secas, se leva quarenta e cinco dias para alcançá-lo de lancha, porque é distante, são remotos, são seis horas e meia de avião.

Não quero me alongar mais. Porém, o ponto de vista que quero fixar aqui é que a Eco-92, ou a Rio-92 é uma reunião onde serão tratados temas de paz e temas variados em relação ao globo, quando cada pessoa, cada área, cada região fará o seu repositário e terá, sem dúvida, o interesse em receber as sugestões internacionais dos outros povos, dos outros países. De maneira que estamos praticando esse tipo de atuação e preparando-nos, quero acreditar, para que esse ensejo tão importante seja distanciado dos fanatismos.

Eram estas as breves palavras que desejava proferir e, assim, espero que as nossas reuniões sejam pólos de soluções para cada um desses aspectos, climatologia, climalidade, estados indígenas, salários de seringueiros, efeito estufa, não deixando de destacar que realmente o que assustou a comunidade internacional foi aquela história de "pulmão do mundo". Porque ao invés de acabar com o pulmão do mundo, todo o mundo começa a sentir falta de ar e dificuldade de respirar. Uma vez destruída e pulverizada essa concepção não verdadeira, a comunidade internacional tende a se acalmar. É preciso, portanto, insistirmos no sentido de não se deixar que a tese da Amazônia, "pulmão do mundo", vigore, porquanto é inviável e não verdadeira.

De maneira que estão concluídas aqui as palavras deste representante do Estado do Amazonas.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — diria o seguinte: considerando que o ilustre Senador não fez nenhuma per-

gunta concreta, e para ganhar tempo, poderia permitir que o último inscrito pudesse falar e, depois, o nosso conferencista poderia fazer o resumo final dessas colocações.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Luciano Pizzatto, que é o Vice-Presidente da Comissão do Meio Ambiente da Câmara dos Deputados.

O SR. LUCIANO PIZZATTO — Senador Coutinho Jorge, caro Cleyton e demais jornalistas aqui presentes:

Quero agradecer a gentileza do convite e pela oportunidade de participação aqui no Senado Federal dessa reunião.

Inicialmente, não sei, porque cheguei um pouco atrasado, desculpem-me, acho que o Senador Coutinho Jorge já tranquilizou o Senado Federal sobre o que pudemos observar em Genebra em relação à conferência. Voltei absolutamente tranquilo sobre o que vem a ser a conferência em si, patrocinada pelas Organizações das Nações Unidas, em termos da responsabilidade das nações que estão participando, o que vão propor e o que vai ser decidido. Não vejo a conferência como nenhum risco à nossa soberania nacional e, também, como nenhum risco ou qualquer ação que venha a prejudicar o Brasil, especialmente porque nada se discute dentro da Conferência Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento, citando-se países. Nada! Nem se coloca assim porque isso não é permitido. O que se coloca na discussão são teses macro onde o Brasil, eventualmente, é inserido.

Agora, o que vamos ter no Rio de Janeiro não é uma conferência controlada. Teremos a conferência, essa, sim, controlada, que vai resultar nos diversos documentos a serem assinados, entre, vinte e vinte e um, etc. Teremos ao redor dessa conferência um grande show periférico, um grande show mesmo. E esse show, mesmo não sendo oficial e que não vai resultar absolutamente em nenhum documento que pode ser perigoso. Porque é fácil alguém propor a criação.

As Nações Unidas usam o capacete azul, então, podem propor aos capacetes verdes que invadam a Amazônia e, aí, está passando um Presidente, de uma grande nação do lado, e alguém vira para ele, com a canequinha — usamos esse exemplo, desculpem-me, não é pejorativo — vem a pessoa aqui e diz: “O que V. Ex^a acha? E ele, sem querer, diz: “Sim”, e isso vira uma bomba mundial de consequências muito adversas ao País.

Então, não me preocupa a conferência, preocupa-me o show, porque esse não é controlado. No show haverá pessoas de bom-senso, mas haverá muitas pessoas para fazer ali o show. E o que vende — você sabe disso — não é a notícia do bombeiro que salvou uma vida, e sim, do coitado que morreu afogado na outra praia.

Essa é a verdade. Da mesma forma que nós, políticos, manipulamos, às vezes, opiniões, lamentavelmente, a imprensa também tem que vender, porque não é somente um órgão de informação, mas é também um órgão empresarial. Todos sabemos disso.

Agora, entre as questões que foram colocadas, Cleyton, — Fábio saiu daqui —, gostaria de discutir a relação da imprensa com a questão do meio ambiente, que acho ser um assunto em pauta. Permita-me ser franco com você e com os demais membros da imprensa. Somos criticados, sistematicamente, todas as semanas — eu, Fábio e os demais membros da Comissão do Meio Ambiente — porque as dezenas e centenas de ações que fazemos naquela comissão não são divulgadas. Tivemos inclusive um protesto formal dos membros da comissão, das inúmeras audiências públicas que fazemos sobre CFC, etc, e não sai uma linha em nenhum noticiário nacional. Vive-

mos o mesmo drama que o Sr. colocou. Para sentir a gravidade do assunto, só ontem forma cinco pronunciamentos em plenário sobre a questão da Eco-92. Está errado falar Eco-92 mas vou usar, porque é o mais popular.

Todos os dias, aqui no Parlamento está havendo, no Senado Federal ou no Congresso Nacional, uma ação na área de meio ambiente. À CPI da Amazônia está mas realmente houve uma ruptura, uma dificuldade muito grande entre a nossa ação política e o que está sendo divulgado. A falha provavelmente é nossa, mas talvez seja de todos nós, não só dos membros do Parlamento.

Outro aspecto importante — concordo cem por cento com tudo que o Sr. disse e o que estou dizendo é simplesmente para corroborar com essa discussão — é de que o Brasil tem que deixar de ser objeto da crítica para ser o crítico. Temos as grandes soluções e não compreendo como estamos numa posição tão difícil. Quando o Sr. cita o exemplo da mata Atlântica, e, já sabemos o que fizemos lá; o ruim é se tivéssemos explorando a Amazônia sem o mínimo de seriedade; e ainda temos noventa e poucos por cento para acertar. Quando nos reunimos para discutir o índio na Europa, não matamos todos os nossos índios, ainda — esperamos não matá-los — não chegamos à cavalaria, não tivemos lá o extermínio de mulheres e crianças à bala. Então, acho na hora de sentarmos à mesa para dizer: “As relações têm que ser colocadas de outra forma. O Brasil é um país poluente, joga trezentos e cinquenta milhões de toneladas de poluentes a base de carbono na atmosfera, por ano, incluindo as queimadas. E os Estados Unidos jogam um ponto dois bilhões de toneladas e não querem reduzir um milímetro da sua poluição. E ainda propõem, como foi proposto na conferência, os permissões para poder comprar o nosso direito de poluir. Vamos ser mais críticos.

O destaque negativo na mídia, é um problema para nós. Sei que é o que vendem, não é o que se pensa. Mas, discuti com um Diretor da Globo numa conferência do meio ambiente, no Rio, e ele disse que somos obrigados, lamentavelmente, a publicar e a veicular o que vende. Então, tenho que usar o que ele testemunhou perante quatrocentas pessoas presentes nessa conferência.

Veja o seguinte: se é o que vende, temos que ter um pouco mais de seriedade nas nossas afirmações, porque o direito de resposta não resolve nada. Quem já sofreu a dificuldade de ter o seu nome veiculado injustamente e teve o atendimento de ser depois veiculado a sua resposta, viu que a resposta não adianta nada; adianta para o seu ego. Vou dar um exemplo: os vinte milhões de hectares de queimadas do relatório de 1988, eu era o Diretor do IBDF, naquela época. Participei da reunião e fui um dos que ajudou a vazar aquele documento. Muito bem! Mas eram vinte milhões de queimadas não de desmatamentos. Aquilo foi tão mal publicado por tanto tempo que depois, junto a uma frente de jornalistas, dizíamos que não vinte milhões de hectares de desmatamentos e, sim, de queimadas, todo mundo dizia que estávamos mentindo. Hoje, passados quatro anos daquele documento, sabemos que o documento foi uma mentira, foi um erro. Hoje, o próprio Goldemberg sabe que o relatório que calculou o volume de queimadas partiu de um princípio errado. Esperamos o relatório do INPE com muita ansiedade para ver quais as bases reais. Não é que isso vá amenizar a coisa não; baixar de oito milhões de hectares de desmatamento para dois ainda é uma vergonha nacional. Pelo menos, a curva que foi feita pela FAO, que resultou, agora, em restrições econômicas sérias para o País pode ser reformulada. Porque a FAO está

no Congresso Mundial de Florestas, divulgando daqui a uma semana, um documento onde o mundo desmata dezessete milhões de hectares, baseado naquele dado nosso de 1988. Isso é uma mentira.

Temos que ter mais seriedade no que escrevemos, sei muito bem disso. Tenho um pecado maior do que os dois que o Sr. citou Sr. Cleiton. Um pecado, vou citar de um lado; o outro do outro, e eu que estou no meio? Eu que sou ecólogo e madeireiro, como é que fico? Então, sei o que é ser o pecador que há anos fala em conservação e não em preservação, que fala em digestão correta da floresta. É duro ser esse pecador. Temos problemas de mídia; vou citar mais exemplos e mudou bastante a mídia nesses últimos anos.

Vou pegar outros exemplos mais antigos. Propus o manejo integrado de fauna silvestre com criatórios em 1988, e as manchetes que saíram foram que eu queria contratar os bolivianos para matar os jacarés do Pantanal. Propus um convênio com uma empresa multinacional para ela doar, através de marketing, a criação de um parque de proteção à arara azul, e a matéria que saiu foi "IBDF Vende Pantanal a Multinacional". Propusemos uma portaria de zoneamento dos zoológicos e fomos invadidos pelas religiosas. A manchete que saiu foi que fomos criar abatedouros oficiais nos zoológicos. Então, é difícil podermos coordenar a informação se não tivermos a responsabilidade plena do que estamos falando e saber que a nossa posição tem que ficar clara perante o mundo.

O assassinato de Chico Mendes, acho que foi um ato de violência que não podemos admitir, mas todo o benefício, lamentavelmente, trazido com a sua morte tem que ser aproveitado, porque fez com que o Brasil despertasse para uma situação importante. Em compensação, na Europa, um governo mandou explodir o navio do Greenpeace e matou gente mas o símbolo ecológico é o nosso Chico Mendes, enquanto os cadáveres do Greenpeace foram esquecidas. Um governo mandou colocar uma bomba lá dentro e não pode ser desse jeito.

Estamos queimando a Amazônia, mas a América do Norte faz clear-cut de milhões de hectares de florestas. Trabalhei no Canadá, e vi isso, que é um absurdo. Temos que nos contrapor e dizer que não queremos o desmatamento nem as queimadas no Brasil, mas não queremos o clear-cut também. Hoje, quem mais luta contra as exportações de florestas tropicais é a Europa que consome oitenta e cinco por cento da sua própria madeira e que está morrendo com chuva ácida e não pode ter a nossa competição. Lá, não é uma questão ecológica é uma questão econômica.

A nível de mídia, parece-me que essas são situações muito claras e que o Cleiton e os demais membros da Mesa já têm noção disso. Graças a Deus estamos mudando. E realmente é na mídia que tem que ser mudado, porque o erro do Brasil, pelo pouco que conheço a nível de planeta, é a falta de uma estratégia de marketing. Estivemos na Suíça, cheguei um dia antes do Senador, e assisti a um programa de televisão, duas horas de um documentário sobre o meu Estado, o Paraná, feito pela Argentina, onde não sabia se estava vendo o meu Estado, porque foram duas horas de destruição, de fim do mundo, de erosão, quando temos o melhor programa de manejo de bacia hidrográfica talvez do planeta. Mas o que vi lá foi o contrário. Vi duas horas de filme sobre a destruição.

Então, precisamos de marketing e lamento que o Governo não faça isso de forma institucional e séria, o mesmo

erro que está cometendo aqui, no Brasil, em não explicar o que vem a ser realmente a Eco-92.

Nesse sentido, colocaria algumas questões muito objetivas. Primeiro, se o senhor concorda de que a questão ambiental brasileira está sofrendo um processo de militarização ou se isso é apenas um fantasma?

Segundo aspecto: o senhor teria uma informação real se a imprensa tem auferido os níveis de participação da sociedade nas questões ambientais, ou se realmente isso é uma questão de elite e não da população como um todo? Realmente o senhor tem sensibilidade e acha que isso está chegando ao povo brasileiro, de que é evidente que a questão que está sendo discutida hoje é um conflito entre os grupos dos ricos como os dos pobres, onde o meio ambiente está sendo jogado no meio? O conflito, por exemplo, do G-7 com o 77, ou se isso é algo que está muito como pano de fundo e não ficou bem claro?

Acho que essas três questões seriam interessantes para esclarecer, ouvirmos e ter o testemunho de V. S^a nessas áreas.

Desculpem-me a parte introdutória, o Sr. conhece muito bem isso mas é somente para clarear as dificuldades que sofremos de ambas as partes e que, hoje, graças a Deus, está sendo superada.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Concedo a palavra ao jornalista Cleiton Ferreira.

O SR. CLEITON FERREIRA — Muito obrigado.

Primeiro, quero dizer ao Senador Áureo Mello que não é nenhum sacrifício vir aqui, ao contrário, é um prazer, é uma honra.

Tratando-se das questões colocadas por ambos, o problema do Brasil, de vários setores ou segmentos estarem atemorizados com a Eco-92. O Brasil tem razão de estar atemorizado com a Eco-92 em muitos aspectos e, ao mesmo tempo, não deveria ter. Então, por que? Porque justamente temos a vantagem, por sermos anfitriões, neste momento, de mostrarmos, por um lado, o nosso problema, e nesse sentido buscar uma colaboração internacional.

Segundo, de mostrarmos as nossas soluções, e temos muitas soluções interessantes, inovadoras em vários campos na questão ambiental.

Terceiro, que é também uma oportunidade em termos de parcerias, no sentido mais amplo, e que podemos justamente ter certos contrapontos. Aí é uma oportunidade para nós, se soubermos aproveitar, deixarmos de ser simplesmente o vilão planetário para ser o coadjuvante importante, não é? Quer dizer, um interlocutor, não um coadjuvante, mas o interlocutor importante, nessa questão, como poucos países podem.

Então, na verdade, isso não depende dos outros, mas de nós. Assim, o temor que muita gente tem, e que em parte tenho, é de perdemos essa oportunidade. E aí depende basicamente de nós, da seriedade com que seja tratada a coisa. Não, realmente, de grandes intervenções externas, etc, apesar de essa pressão e esse conflito existirem e, é claro, serão colocados.

Em relação à questão do "pulmão do mundo", ao mesmo tempo que o mundo descobriu que a Amazônia não é o pulmão do mundo, descobriu-se que ele é um dos principais refrigeradores do mundo. Então, trocamos o "pulmão" pelo "ar condicionado", mas continuamos sendo importantes, do ponto de vista climático no planeta.

Em síntese, a Floresta Amazônica tem um papel muito grande na questão de temperatura e, a partir daí, inclusive,

na questão de circulação do ar em termos planetários. Pelo volume, pela massa de vida vegetal, em especial é ela que congrega a alteração do clima. Não é uma questão de se produzir oxigênio, que era a idéia do "pulmão". Ela, basicamente, é uma floresta, em grande parte, no chamado clímax, ou seja, a vegetação absorve muito carbono e produz mais oxigênio na sua fase de crescimento. Inclusive, há alguns projetos, como o Projeto Floram. Parte-se desse princípio; vamos plantar bastante, porque durante a fase de crescimento essas plantas estão absorvendo gás carbônico e emitindo oxigênio, com balanço positivo para o oxigênio. Mas no caso da Floresta Amazônica, não. É uma floresta que tem um nível relativamente estacionário, quer dizer, atingiu um certo clímax e ela, praticamente, consome o que produz de oxigênio. Então, ela não é o "pulmão" do mundo, nesse sentido, mas tem um papel do ponto de vista climático importantíssimo.

Em relação às queimadas, só até citando duas coisas, a Agência Estado fez um convênio neste ano, com o INPE ajudado por um trabalho de interpretação da Embrapa; com isto estamos tendo os dados diários e produzindo um material semanal que, inclusive, vai para a imprensa, que é distribuído, no caso, pelos jornais da casa e também nos circuitos da Agência. Isso é só para se ter um exemplo dessa semana. De 30 de agosto a 4 de setembro, na semana anterior, o Brasil todo, temos a indicação de 75 mil 638 focos de incêndios identificados.

O SR. LUCIANO PIZZATTO — O que é pouco para 150 milhões de brasileiros. A esses números relativos, que se falou em escala tão importante, é que tem que ter o cuidado na sua informação.

O SR. CLEITON FERREIRA — Pois é. A nossa preocupação aqui, no caso, é mostrar, na verdade, o processo e não o número. Mas onde? Porque podia ter muito mais e ser menos problemático. Há algumas áreas onde, realmente é problemático, por concentração. Então, por exemplo, o Estado do Tocantins está nessa lista negra, digamos assim, porque lá o volume de queimadas é enorme e dá para identificar claramente ao longo das rodovias. É mais, na verdade, a busca de entendimento de um processo que está a acontecer, e não simplesmente um número puro, porque o número puro não diz muito.

O SR. AUREO MELLO — (Inaudível. Fora do microfone.) — O sujeito não precisa queimar determinada grande área para plantar. Então aqui em grau, em nível de pequenas queimadas, não de grandes queimadas, é uma rotina. É uma rotina que é adotada em toda a Amazônia. E a rapidez com que a Amazônia cresce, a vegetação cresce na Amazônia, passa a ser, às vezes, um problema até terrível, porque quando se dorme durante a noite, a região que preparada, no dia seguinte já está verdejante outra vez. É difícil até conseguir capinar uma área grande. Daí a adoção de pequenas queimadas para tal fim.

O SR. CLEITON FERREIRA — No caso das pequenas queimadas, inclusive em pequena escala, às vezes, há queimada ou desmatamento em pequena escala, pequenas comunidades, que, durante, longos períodos, não só no Brasil, como foram uma das formas de aproveitamento sustentado, dos melhores inventados até hoje, não é? A agricultura de rotação, feita em pequena escala, permite um descanso da terra, a sua regeneração. O problema é que quando esse mesmo processo é colocado numa escala grande e muito intensiva, não permite a regeneração.

Então, qualquer área de vegetação, quer dizer, a natureza, a floresta aí, funciona até como a pele da gente, não é? Ela tem um poder de cicatrização, que se você fizer um furinho, não vai ficar nada. Agora, se você fizer um furo grande, vai virar uma ferida grande, vai ter, no mínimo, uma grande seqüela e, às vezes, irreversível.

Então, isto é uma questão de escala. Em pequena escala, a gente sabe até pelo fato de que grande parte dessas áreas vem sendo ocupada há séculos e continua a ser preservada. E por outro lado, sabemos que em algumas áreas estamos criando desertos, justamente por um uso de uma tecnologia que é adequada à pequena escala e inadequada em escalas grandes, como acontece.

O Deputado Luciano Pizzatto fez uma série de considerações, uma delas sobre a questão do show que é incontrolável, e é mesmo. Não sabemos. E é até bom que ninguém pretenda controlar esse show. Ao contrário, tentem, desde já, entender quais são os processos, interlocutores, etc. Estamos vivendo um momento que é histórico e temos que tentar entender esse processo todo, essa discussão, e não tentar controlá-lo. Primeiro, porque é impossível e, segundo, seria improdutivo. Entendo essas preocupações justamente porque podem sair daí coisas ótimas e péssimas. E isso, realmente nesse sentido, é um risco que corremos, todos correm.

Quanto à questão da divulgação das notícias, inclusive aqui internas, da Câmara dos Deputados, também da Comissão de Meio Ambiente, etc., acredito que a população brasileira terá muito interesse. Mas concordo contigo, que a imprensa, em geral, tem adotado a postura de que o que se vende é a má notícia. Mas valeria a pena até fazermos uma análise nesse sentido. Porque, eu, como cidadão, aí não pensando do lado de lá, como ninguém que está dentro da imprensa, dentro da mídia, mas cansa, a má notícia também cansa. Então, valeria um pouco até analisarmos esse mercado. Estamos interessados nesse tipo de pesquisa. Mas acredito que falta aí uma questão em termos tanto do sistema de divulgação, de um programa de divulgação dessas boas notícias, como falta à continuidade. É que as boas notícias, às vezes vêm tão isoladas, acontece uma coisinha aqui que se perde nessa multidão de más notícias, que a gente tem. Então, se houvesse algo em termos de continuidade, acho que as pessoas começariam a se interessar, reconhecer e até exigir que venham informações sobre o que está acontecendo naqueles programas. Você me colocou perguntas específicas sobre se concordo se a questão ambiental brasileira está num processo de militarização. Acho que sim e acho isso uma das piores coisas que podem acontecer politicamente ao País. Não pela questão de falta de competência ou de pessoas extremamente inteligentes, que têm interesse cívico em termos do País e preocupações legítimas no meio militar, não é isso. Mas é porque ela tem o efeito maléfico do ponto de vista internacional, por um lado, que seria irreparável durante décadas. Não interessa se grandes coisas foram realizadas durante o período que tivemos de ditadura militar no Brasil. O que tivemos foi uma ditadura militar. E nós ainda hoje estamos pagando por isso, independente de boas intenções que tenham havido e até o apoio da sociedade brasileira naquele momento.

Acho que a questão ambiental ainda é mais sensível, porque não se restringe a uma coisa interna do País. Se fosse interna já seria ruim, certo? Porque temos que saber que há segmentos da sociedade que têm papéis claros numa sociedade democrática. E não acredito, de forma nenhuma, que alguém possa achar que a questão ambiental que permeia

todos os campos, não é uma questão do Amazonas, não é uma questão fronteiriça, quer dizer, que permeia todos os campos da atividade do País e inter-relações internacionais, imaginar que isso seja competência da área militar. Acredito que as pessoas de bom-senso, a nível da área militar, tenham essa clareza, seria extremamente prejudicial. E há alguns pontos que justamente ao contrário, caberiam às áreas militares os apoiarem, assim como os movimentos em termos de sociedade civil, em termos de Parlamento, para reforçar as medidas que o País está tentando descobrir, as soluções e não tentar substituí-las. Acho que seria um erro histórico, e pagaríamos muito tempo por isso. Acho que esse problema existe, quando se fala, quando se mistura a questão de meio ambiente pensando apenas como Amazônia e apenas como zona fronteiriça. Há uma questão que é fronteiriça e que tem aspectos militares claros que são importantes. Mas vamos deixar isso separado da questão ambiental dessas mesmas áreas.

Em relação à aferição sobre a população brasileira à questão ambiental, quer dizer, como é que enxerga, as preocupações e etc. Estamos iniciando, e a partir do dia 18. Começamos formalmente um processo. A Agência Estadp junto ao CNPq e o IBOPE está realizando uma pesquisa procurando saber o que o brasileiro pensa da ecologia. Ecologia aí, além de entrar no meio ambiente, ecologia etc., mas a idéia está clara. Pesquisa sobre o que o brasileiro pensava ecologia. É uma pesquisa que já iniciou, assim, em termos de piloto e nós a partir de 18 desse mês, damos o início formal e pretendemos justamente destrinchar um pouco melhor isso, com cobertura nacional, com muitos segmentos e etc. E aí esperamos ter essa resposta como uma base.

E, terceiro, sobre a questão dos conflitos, essas discussões, os conflitos entre ricos e pobres com o meio ambiente. Há uma seguinte: o homem não interage com a natureza. O homem interage com outros homens através da natureza.

Imaginemos que hoje eu esteja no dia em que concordo com ela e porque todas questões, fosse qual fosse o assunto, neste caso é a questão ambiental, mas se fôssemos discutir economia intercanal, se fôssemos discutir a questão das grandes metrópolis, qualquer que fosse o assunto numa reunião internacional de tal porte, o que vai estar se tratando ali é de relações entre povos, entre poderes, entre economias, entre blocos de poder etc.

Então, o assunto nesse assunto é a questão ambiental como eixo. Sem dúvida, esse conflito vai estar presente. E em grande parte, acredito que se possa chegar a consenso, mas em outras, vai explicitar os conflitos. E o mais marcante de todos, certamente, será essa questão entre ricos e pobres. Não é à-toa que temos G-7, G-77, não é à-toa que se discute Norte/Sul. E nessas reuniões que vão acontecer no Rio, inclusive há a previsão de uma reunião do G-7 durante o período da Eco-92. Então é claro que elas vão estar colocadas e esse conflito vai estar lá. Vamos falar não só de ecologia durante esse período, mas, afinal de contas, de uma relação interplanetária que está se discutindo em termos de entrada de novo século.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Considerando que o Deputado Luciano Pizzatto foi o último inscrito, vamos encerrar a nossa reunião lembrando que, a partir da próxima estaremos tendo as audiências com os empresários e, posteriormente, iremos ter audiências com as ONGs nacionais para a partir daí regionalizarmos todos os nossos encontros nas grandes regiões brasileiras, portanto, in loco, para discutir com a sociedade civil organizada de cada região.

Queri, na oportunidade, agradecer a presença dos órgãos de imprensa aqui representados, particularmente o jornalista Clayton Ferreira Lima, coordenador do meio ambiente do Estado de São Paulo, que mostrou, evidentemente, porque é o coordenador: pela sua experiência, pela sua visão, seu preparo. Ele nos deu realmente uma contribuição significativa. Aquela dúvida que tínhamos a respeito do problema da divulgação da informação da mídia, muitas colocações do ilustre jornalista acho que foram objetivas, claras, nos mostrando evidentemente que nós aqui, o Congresso Nacional, precisamos, cada vez mais, ampliar as suas atividades em relação a esse tema tão relevante. E estamos fazendo isso. O próprio Deputado Luciano Pizzatto, que é vice-Presidente da Comissão do Meio Ambiente da Câmara dos Deputados, falou há pouco do trabalho que a Câmara realiza nesse sentido, e que o Senado Federal, através desta Comissão, e dos vários Deputados e Senadores que diariamente falam aqui sobre o assunto mostram evidentemente a preocupação que o Congresso tem e que deve ser ampliada e fortalecida, porque vamos ter um papel relevante, como disse o ilustre jornalista, não só de estarmos preparados para assinar os documentos que sairão desse grande encontro mundial, mas, também, de aprová-los, sancioná-los naquilo que couber a esse congresso.

Então, enquanto temos tempo vamos no processo, vamos participar, vamos discutir, vamos sugerir, vamos lutar. Acho que esse é o objetivo desta Comissão e que, dentro em breve, deverá estar unida junto com a Câmara dos Deputados numa Comissão mais ampla, congressional. Quero também agradecer a presença do jornalista Francisco Eduardo Gonçalves, do Jornal do Brasil, e da jornalista Mônica Medeiros, do jornal O Globo, que participaram também desse encontro, sem desejar usar da palavra, considerando que não poderiam representar oficialmente os respectivos jornais neste encontro. Mas a presença de vocês é muito importante. E espero que a partir de agora possamos estar mais unidos com a mídia brasileira naquilo que vai ser discutido aqui no Congresso Nacional em relação a esse tema importante que é a Conferência do Rio. Mais uma vez agradeço aos Srs. Senadores, ao ilustre Deputado que nos honrou com sua presença importante, prestigiando essa integração às duas Casas do Congresso Nacional e, mais uma vez, gostaria de agradecer aos jornalistas e, particularmente, ao jornalista Clayton Ferreira Lima, que nos trouxe grandes contribuições a esta Comissão.

Lembrando que tudo o que aqui foi dito, debatido, está sendo gravado, e será reproduzido, analisado, de forma conveniente, para que esta Comissão possa, progressivamente, definir novos rumos importantes, cumprir o papel para o qual lhe foi criada, que é acompanhar a preparação dessa conferência, mas, também, participar do que será decidido em termos de Brasil, e em favor dos brasileiros.

Com essas singelas considerações, considerando o adiantado da hora, agradeço a presença de todos e declaro encerrada esta reunião.

5ª Reunião, extraordinária, realizada em 2 de outubro de 1991.

Às onze horas do dia dois de outubro de mil novecentos e noventa e um, no Auditório Nereu Ramos, anexo II da Câmara dos Deputados, reúnem-se as Comissões: Comissão Temporária destinada a estudar e analisar, bem como acompanhar as atividades da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento — ECO/92 do Senado Federal e a Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senhores Parlamentares: Coutinho Jorge, Fábio Feld-

mann, Aluísio Bezerra, Joaquim Sucena, Nelson Carneiro, Osvaldo Steca, Valmir Campelo, Márcio Lacerda, Sidney de Miranda, Teotônio Vilela, Lavoisier Maia, João Teixeira, Luciano Pizzatto, Nan Sousa, Armando Costa, Fernando Diniz, João Almeida, João Maia, Rita Camata, Aécio Neves, Aldir Cabral, Marilu Guimarães, Valdir Ganzer, José Cicote, Francisco Silva, Wellington Fagundes, Ulderico Pinto, José Ulisses de Oliveira, Beth Azize, Raquel Cândido, Geraldo Alckmin Filho, Hilário Coimbra, Pauderney Avelino, Osvaldo Melo, Domingos Juvenil, Mário Martins, Fernando Henrique Cardoso, Garibaldi Alves Filho, Aureo Mello, Jabes Ribeiro, Paulo Ramos, Mário Chermont, Antônio Carlos Thame e Lourival Baptista. Havendo número regimental assume a Presidência, conforme o art. 113 do Regimento Interno do Senado Federal, o Sr. Senador Coutinho Jorge, Presidente da Comissão ECO-92, que declara aberto os trabalhos, informando que a presente reunião destina-se a ouvir o Sr. Maurice Strong, Secretário-Geral para a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento — ECO-92, sobre uns dos temas mais importantes da atualidade a UNCED-92. O Sr. Presidente esclarece, aos Senhores Parlamentares, que em face do ilustre conferencista não falar português, a metodologia deste encontro será diferente, ou seja, haverá a tradução de tudo que for dito pelo Sr. Maurice Strong e pelos Senhores Deputados e Senadores. Lembra, ainda o Sr. Presidente, que esta Reunião é um produto do trabalho de duas Comissões que atuam no Congresso Nacional, a Comissão do Senado Federal, específica para a realização desta Conferência e a Comissão Permanente da Câmara que trata do Meio Ambiente, cujo o Presidente é o ilustre Deputado Fábio Feldmann, a quem o Sr. Presidente passa a palavra. O Sr. Deputado Fábio Feldmann diz que acha de fundamental importância uma reunião de Parlamentares simultaneamente à UNCED-92, porque os Parlamentares não são sociedade civil, não são entidades não-governamentais e nem governo, especialmente em regimes presidencialistas. Em seguida o Sr. Presidente, Senador Coutinho Jorge, passa a palavra ao Conferencista Sr. Maurice Strong, que descorre sobre os seguintes assuntos: preparativos, por parte das Nações Unidas para a Rio-92; resultados da terceira sessão do comitê preparativo ocorrido em Genebra e processos de negociações referentes a convenções sobre diversidade biológica e alterações climáticas. Após a exposição do ilustre Conferencista, usam a palavra pela ordem de inscrição, os seguintes Senhores Parlamentares: Aluísio Bezerra, Beth Azize, Nam Souza, Valdir Ganzer, João Teixeira, Domingos Juvenil, Sidney de Miranda, Pauderney Avelino, Aureo Mello, Marilu Guimarães e Márcio Lacerda. A seguir o Senhor Presidente agradece a presença de todos os participantes, do Sr. Conferencista, dos Senhores Parlamentares, bem como dos ilustres Membros da Mesa. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Sônia de Andrade Peixoto, Assistente ad hoc, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo senhor Presidente Senador Coutinho Jorge, e irá a publicação juntamente com as notas taquigráficas.

Anexo à ata da 5ª Reunião da Comissão Temporária, criada através do requerimento nº 146, de 1991-SF "com o objetivo de estudar, analisar e acompanhar as atividades da conferência das Nações Unidas para o meio ambiente e desenvolvimento — ECO-92". Destinada a ouvir o depoimento do Sr. Maurice Strong, Secretário Geral para a conferência das Nações sobre o Meio Ambiente e desenvolvimento — ECO-92, que se publica

com a devida autorização do Senhor Presidente da Comissão.

Presidente: Senador Coutinho Jorge.

Vice-Presidente: Senador Valmir Campello
(Íntegra do apanhamento taquigráfico)

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR,
MEIO AMBIENTE E MINORIAS

Convidado/depoente

Qualificação

Aluísio Bezerra

Senador

Aureo Mello

Senador

Coutinho Jorge

Senador

Marcio Lacerda

Senador

Maurice Strong, Secretário-Geral para a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento — ECO-92

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Comissão: COM. DEF. CONSUMIDOR, MEIO AMBIENTE E

MINORIAS COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA A ECO-92

Evento: Audiência Pública número: 338/91

Data: 2-10-91 — Duração: 1h45min

Depoente/convidado

qualificação

Maurice Strong, Secretário-Geral para a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio — 92).

Aureo Mello — Senador

Aluísio Bezerra — Senador

Coutinho Jorge — Senador

Marcio Lacerda — Senador

Revisor/Supervisor Gigi

Quartos: 1 a 14 — 46 folhas recebido da SRTC em 6-1-92 — recebido em 8-1-92 — conferido em 8-1-92 — devolvido a SRTC em 8-1-92.

Sumário

Os preparativos por parte das Nações Unidas para a Rio-92; os resultados da Terceira Sessão do Comitê Preparatório ocorrida em Genebra, em setembro último; processos de negociação, especialmente no que se refere às negociações das Convenções sobre Diversidade Biológica e Alterações Climáticas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Coutinho Jorge) — Havendo número legal, declaro abertos os trabalhos desta Comissão de Defesa do Consumidor e Meio Ambiente. Sr. Maurice Strong, Sr. Felipe de Macedo Soares, Sr. Eduardo Gutierrez — representante da ONU no Brasil —, meu caro Deputado Fábio Feldmann, Srs. Senadores, Srs. Deputados, gostaria de informar aos ilustres Parlamentares que, em face de o nosso ilustre conferencista não falar a nossa língua, evidentemente vamos ter uma metodologia diferente neste encontro tão importante para este Parlamento. Haverá, portanto, a tradução de tudo que for dito em português ao ilustre conferencista, como também a fase posterior das questões dos Senadores e Deputados deverá também sofrer a tradução posterior.

Gostaria de informar aos Srs. Senadores e Deputados que o objetivo deste nosso encontro é exatamente discutir um dos temas mais importantes do mundo atual, que é a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a chamada UNCED-92, a Conferência do Rio, ou, como se diz popularmente, a Eco-92.

Quero lembrar também que esta reunião é um produto do trabalho de duas Comissões que atuam no Congresso Nacional: a Comissão do Senado Federal, específica para acompanhar toda a realização desta grande conferência, a qual tenho o privilégio de presidir no Senado Federal; na Câmara, a Comissão que trata do meio ambiente, tem como Presidente o ilustre Deputado Fábio Feldmann. Portanto, este encontro é produto do trabalho das duas Comissões. No Senado, a Comissão já ouviu praticamente todos os segmentos das autoridades brasileiras responsáveis pelo evento, e agora se encaminha para audiências regionalizadas. Na Câmara, a Comissão de Meio Ambiente tem realizado audiências importantíssimas, não só aqui como em outras partes do Brasil, a respeito dessa grande conferência.

Quero informar a V. Ex^{as} que a idéia é criar uma comissão mista unindo a Comissão do Senado e a da Câmara para, a partir de agora, agilizar os trabalhos relativos ao acompanhamento dessa grande conferência, Rio-92. Também quero dizer que esta reunião é muito grata e importante para este Congresso, porque temos o privilégio de receber o Sr. Maurice Strong que em 1972 foi o Secretário-Geral das Nações Unidas para a grande Conferência de Estocolmo, momento em que as Nações Unidas iniciaram um trabalho importantíssimo para a humanidade em relação à problemática do meio ambiente.

Convido a nossa companheira Tânia Munhoz, presidente do Ibama, para compor a nossa Mesa.

Quero lembrar também, em relação ao ilustre conferencista, que a Conferência de Estocolmo criou o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, PNUD, e o Sr. Maurice Strong foi o seu primeiro Diretor-Geral. Por seu conhecimento há mais de vinte anos, no âmbito mundial, sobre o tema meio ambiente, ele foi novamente indicado para ser o Secretário-Geral das Nações Unidas em relação à Conferência Rio-92. Portanto, é um grande privilégio para o nosso mundo tê-lo novamente no comando de uma conferência que será, por certo, a conferência mais importante do nosso Planeta nos últimos anos.

Por isso mesmo é um grande privilégio e uma grande satisfação tê-lo aqui entre nós, porque o Sr. Maurice Strong, de viva voz, sem precisar do Presidente da Comissão da Câmara, Deputado Fábio Feldmann, sem precisar de que os Senadores na Comissão do Senado tragam aos ilustres Parlamentares informações importantes sobre esta grande conferência, ele próprio aquiesceu em vir a este Congresso para dizer realmente o que é a Conferência do Rio, ou o que é a Eco-92, sua importância para o mundo, por que ela foi implantada no Brasil, quais os resultados, sobretudo das conferências preparatórias, as Prepcom's, realizadas no mundo, recentemente em Genebra. S. S^{rs} nos mostrará especialmente que essa conferência vai trazer dois produtos importantes — e que o Parlamentar tem de conhecer bem — que são a Carta da Terra, que sintetiza os princípios fundamentais para a humanidade como um todo, em relação ao meio ambiente, e a Agenda XXI, que será o aspecto operacional de toda esta Carta da Terra. Esse o objetivo, portanto, da nossa importante reunião do Congresso Nacional.

Antes de ouvir o nosso ilustre convidado, gostaria de passar a palavra ao nosso caro Deputado Fábio Feldmann, que preside na Câmara a Comissão do Meio Ambiente, para tecer algumas considerações importantes sobre o papel do Parlamentar neste grande encontro que será realizado no Rio, no próximo mês de junho, em 1992. Passo a palavra ao nosso caro Deputado.

O SR. DEPUTADO FÁBIO FELDMANN — Senador Coutinho Jorge, gostaria de dar alguns informes, os quais já dei pessoalmente ao Sr. Strong. Recentemente estive na França, e ali tive uma entrevista com o Presidente da Assembléia francesa, Laurence Fabius. Ahamos fundamental que haja uma reunião de Parlamentares simultânea à reunião da UNCED, porque os Parlamentares não são sociedade civil, não são entidade não-governamental e não são Governo, especialmente em regimes presidencialistas. Em regimes parlamentares é muito mais fácil compreender a relação entre Governo e Parlamento, o que não acontece em regimes presidencialistas em que necessariamente não nos consideramos Governo. Muitas vezes temos posições muito divergentes do Governo.

O Presidente da Assembléia francesa acatou a idéia de que todas as delegações dos países tenham membros do Parlamento e que nós organizaríamos no Brasil, simultaneamente, a conferência de Parlamentares que estariam acompanhando essa delegação. O Sr. Fabius levará essa idéia a todos os Presidentes dos Paramentos da Europa, e, numa segunda etapa, aos Presidentes dos Parlamentares da Ásia e da África; fiquei incumbido de entrar em contato com os Paramentos da América Latina, do Canadá e dos Estados Unidos, para que essa idéia de organizar uma conferência simultânea de Parlamentares seja consenso em todos os Paramentos do mundo.

Eu já disse ao Sr. Maurice Strong, e gostaria de dizer aos Parlamentares brasileiros que estamos fazendo um esforço muito grande no sentido de que haja essa reunião simultânea de Parlamentares. Ahamos muito importante a reunião que ocorrerá depois da conferência que é suportada pela Interparlamentar, mas achamos que se os Parlamentares não estiverem acompanhando o processo desde o seu início, inclusive as reuniões preparatórias, teremos muita dificuldade em todos os Paramentos do mundo de entender a importância da conferência de 92. Gostaria de lembrar que todas as convenções internacionais terão de ser ratificadas pelos Paramentos, pois o fato de os Parlamentares estarem engajados nesse processo permitirá que parte das decisões se transforme em políticas nacionais dos países.

Gostaria de dar esse informe ao Sr. Strong, publicamente, e dizer que estamos encaminhando a ele, hoje, uma carta relatando isso e que Monsieur Fabius irá encaminhar formalmente a ele uma carta em nome da Assembléia francesa. Além disso eles farão uma reunião do Parlamento Europeu, em que essa idéia será discutida.

Sr. Presidente, agradeço a V. Ex^a a oportunidade. Quero dizer ao Sr. Maurice Strong que para nós é uma honra tê-lo aqui, como disse o Senador Coutinho Jorge, explicando o que é a Conferência de 92, para evitar que haja uma confusão sobre os reais propósitos dessa conferência. Que fique claro para a opinião pública brasileira que essa conferência não vai tratar do Brasil, é uma conferência no Brasil e não há risco nenhum de internacionalização da Amazônia. Ahamos que há uma campanha de desinformação em relação a esse assunto no Brasil, ninguém melhor do que ele pode esclarecer

a opinião pública brasileira e o Parlamento sobre os reais propósitos da conferência de 1992.

Gostaria de dizer que está entre nós também o Senador Nelson Carneiro, Vice-Presidente do Parlamento Latino-Americano. Estamos organizando uma reunião do Parlamento Latino-Americano, a realizar-se em março do próximo ano, com o apoio das Nações Unidas — que pretende formar uma agenda latino-americana para a conferência de 1992.

O SR. PRESIDENTE (Senador Coutinho Jorge) — Srs. Senadores, Srs. Deputados, a partir de agora iremos entrar na segunda parte da nossa reunião, após as preliminares, em que ouviremos o Sr. Maurice Strong. Peço a compreensão dos ilustres Parlamentares, pois a exposição de S. S^a, evidentemente, terá de ter a tradução consecutiva. Da mesma forma, haverá tradução na fase de questionamento.

Sem maiores delongas, passo a palavra ao Sr. Maurice Strong, e, como disse há pouco, haverá tradução consecutiva do seu pronunciamento.

O SR. MAURICE STRONG — Obrigado, Senador Coutinho Jorge. Senador Nelson Carneiro, Deputado Fábio Feldmann, prezados Parlamentares, é um enorme prazer estar de volta a Brasília e visitar o Congresso Nacional para tratar com vocês desse evento.

Talvez na próxima vez em que eu vier aqui eu possa falar melhor ainda em português.

Gostaria de dizer como estou agradecido por essa oportunidade de estar presente frente à Comissão conjunta das duas Casas do seu Parlamento. Estimulam-se saber que as duas Casas do Congresso, através dos seus membros, estão tão envolvidos e compromissados com esse evento a se realizar no Brasil.

Nossa reunião de cúpula mundial, assim chamada pela ONU porque nela estarão representados os diversos países por seus Chefes de Estado, é uma conferência sem precedentes de todos os líderes do Planeta. Eles se reunirão no Rio de Janeiro, no ano que vem, para tomar decisões que irão afetar o mundo de forma decisiva. Como V. Ex^{as} sabem, a conferência será realizada no Brasil devido ao excelente trabalho do Itamaraty de convencimento de que isso deveria assim ser feito. Havia muita competição de outros países para sediar esse evento.

Esse convite foi feito no Governo passado mas ficamos satisfeitos por que o Governo Collor e o Congresso abraçaram esse convite de todo o coração. O acordo entre as Nações Unidas e o Governo para formalizar isso será exposto a V. Ex^{as} brevemente.

Gostaria de ter o privilégio de conversar com V. Ex^{as}, por isso serei breve. Mas algumas coisas importantes a respeito dessa conferência precisam ser esclarecidas. Em primeiro lugar, é uma conferência de todos os países do mundo, discutindo o futuro da comunidade mundial. Não é uma conferência sobre o Brasil. É claro que o Brasil é uma parte importante da comunidade mundial. Por ser um país tão importante é que as Nações Unidas decidiram aceitar o seu convite. Naturalmente, os interesses e a experiência do Brasil terão papel importante nessa conferência.

Tenho certeza de que todos os líderes mundiais que virão ao Brasil no ano que vem terão uma boa impressão do Brasil, porque nos contatos que tive com os Governadores e com outras pessoas do Governo vi que há um grande interesse nessa conferência. Naturalmente, eles expressarão os seus próprios interesses com respeito ao seu próprio desenvolvimento,

com respeito à Amazônia e outras regiões. Por exemplo, tive a oportunidade de visitar, semana passada, o Pantanal, que é um dos outros grandes ecossistemas deste País, e outros. Mas esses assuntos não estão na pauta. A Amazônia não está na pauta, muito embora esses ecossistemas, bem como o Pantanal, sejam interessantes e serão, de alguma forma, discutidos.

Tenho ouvido falar da preocupação sobre a questão da soberania dessas áreas, por isso permitam-me ser bem claro. Vocês não são os únicos a se preocuparem com a soberania. Todos os países do mundo que eu conheço têm a preocupação da soberania sobre os seus ecossistemas. Não da parte de nenhum país, nem da parte das Nações Unidas. O reconhecimento no sentido de se abdicar da soberania, não tem de auxiliar o desenvolvimento, com a soberania, dessas áreas. A cooperação internacional é um exercício de soberania, e não a abdicação da soberania. Todos os países hoje em dia, ao entrarem voluntariamente nesse tipo de cooperação, agem dessa forma. Estão praticando um exercício de soberania e isso é muito necessário para o desenvolvimento dos países.

Deixem-me citar mais um princípio importante que nos norteia nesses assuntos: o cuidado da proteção e do desenvolvimento de todos os recursos, que deve ser feito essencialmente pelas pessoas que vivem na região onde esses recursos estão localizados. E, antes de mais nada, devem atender às prioridades econômicas e sociais dessas pessoas. Não funcionaria de outra forma. Aqueles que pensam de outra forma representam a minoria. Estamos interessados em que o Brasil receba mais recursos internacionais para revitalização de sua economia e que faça isso de forma não agressiva ao meio ambiente, porque aprendemos, da pior forma possível, que o desenvolvimento, tanto nos países industrializados como nos países em desenvolvimento, que agride o meio ambiente é uma rua de mão única.

As grandes mudanças que nós sofremos, como as mudanças climáticas e a alteração da camada de ozônio foram causadas pelos países industrializados pelo mesmo processo que criou a sua grande riqueza e poder, que dá a eles uma responsabilidade e uma competência especial para dar o seu apoio total aos países em desenvolvimento, para revitalizar a sua economia, para eliminar a pobreza, que é uma ameaça não somente à base moral e ética da nossa civilização, mas, também, uma ameaça ao meio ambiente.

O que deve ficar claro como resultado dessa conferência é que as riquezas do mundo não podem ser obtidas sem o apoio dos países pobres, especialmente o dos mais pobres. São indispensáveis recursos financeiros adicionais aos países em desenvolvimento. E, muito embora os países em desenvolvimento se sintam pobres por motivo de muitas exigências sobre eles, eles devem se dar conta — e já estão se dando conta — de que a melhor forma de assegurar o seu desenvolvimento e o seu futuro é canalizar recursos para os países em desenvolvimento, principalmente para a erradicação da pobreza.

O Brasil tem um dos melhores serviços de relações exteriores do mundo. O papel, as opiniões e a experiência do Brasil nessa área são muito importantes, inclusive para os outros países em desenvolvimento. Estou muito satisfeito em constatar que os Srs. Congressistas estão cada vez mais interessados nesse assunto.

Sou da opinião de que os Parlamentares, tanto do Brasil como do resto do mundo, têm papel muito importante nesse sentido, porque são a interface entre o Governo e a população.

Sem o seu interesse e apoio os Governos não podem apresentar um apoio decisivo quando se encontrarem no Rio de Janeiro. E desejo dizer que V. Ex^{as} têm um embaixador muito eficiente, que é o Deputado Fábio Feldmann, que viaja pelo mundo certificando-se que os interesses particulares do Congresso serão levados em conta na preparação do evento.

Fico muito satisfeito que a Conferência da União Interparlamentar seja realizada após essa conferência, porque, com isso, a conferência não se resumirá simplesmente em conclusões e declarações. Esses Parlamentares levarão as posições assumidas por seus governos na conferência, que não é um fim, mas o início daquilo que se pretende seja um mundo melhor. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Coutinho Jorge) — Srs. Senadores, Srs. Deputados, passaremos agora à terceira etapa, que é a de questionamento. Gostaria de ponderar aos ilustres Parlamentares que, em face da dificuldade de comunicação, temos que ser bastante objetivos e facilitar a tradução da pergunta para que o Sr. Maurice Strong consiga respondê-la. Pediria, portanto, aos ilustres Senadores e Deputados, sabendo que S. Ex^{as} gostam de fazer um preâmbulo, uma ratória preliminar, pediria que seja suspensa essa fase preliminar e entremos nas questões para facilitar a tradução. O objetivo maior é o de que o Sr. Maurice Strong esclareça as dúvidas mais importantes dos Parlamentares. Essa é uma oportunidade ímpar. Além disso, a nossa idéia é que as questões sejam objetivas e não excedam prazo de dois minutos, para poder permitir a tradução.

O Sr. Maurice Strong ficará aqui na Câmara. Aqueles que quiserem conversar um pouco mais sobre detalhes com S. S^a poderão fazê-lo durante o almoço. Portanto, V. Ex^{as} terão outra oportunidade. Peço aos Srs. Senadores e Srs. Deputados que sejam concisos e objetivos nas questões, para facilitar a tradução e a resposta do Sr. Strong. Portanto, vamos fugir da norma parlamentar desta Casa, que é aquela que o Parlamentar, ao fazer uma pergunta, também faz um discurso. Eu mesmo já fiz isso.

O SR. DEPUTADO FÁBIO FELDMANN — Sr. Presidente, Senador Coutinho Jorge, queria anunciar a presença do Embaixador Clark, do Canadá.

O SR. PRESIDENTE (Senador Coutinho Jorge) — Realmente, é uma grande satisfação para nós termos a presença de S. Ex^a, que é contrariedade do Sr. Strong.

Temos vários Senadores e Deputados inscritos. Passo logo a palavra ao Senador Aluísio Bezerra para fazer o seu questionamento, insistindo em que deve ser breve, para facilitar a tradução. (Pausa.) Solicito ao Parlamentar que se aproxime da mesa, porque não temos microfone no plenário.

O SR. SENADOR ALUÍZIO BEZERRA — Sr. Presidente, lamentavelmente não vou deixar de fazer duas considerações dentro dos dois minutos permitidos, conforme V. Ex^a já considerou anteriormente.

Dirigindo-me ao Sr. Maurice Strong, Secretário-Geral da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, digo que temos sem dúvida, conforme declarações já feitas, uma segurança na Conferência, visto que foi através da participação multilateral das diferentes nações que se assegurou, no pós-guerra, a luta contra o colonialismo na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, quando houve a participação multilateral, onde todas as nações poderão participar, definir e defender os seus interesses,

Acredito que a Conferência sobre Meio Ambiente será um caminho para defender uma proposta de desenvolvimento e conservação do meio ambiente em termos do interesse não só dos países desenvolvidos mas também dos subdesenvolvidos. Essa é a questão principal que foi, de certa maneira, citada por V. Ex^a. Quando se fala da preocupação dos Parlamentares brasileiros com relação à Amazônia e com outras áreas de ocupação e de domínio, é também a preocupação que existe, presente, controlada pelas grandes potências internacionais com relação a áreas de grandes recursos naturais, como a Amazônia e outras.

Essas preocupações repousam sobre as iniciativas e tendências e têm relação também, com o problema da dívida externa. Os países ricos impõem uma dívida externa aos países subdesenvolvidos. E, a partir das relações bilaterais, pelas condicionantes dos acordos bilaterais, impõem condições de verdadeira retirada da soberania desses países em muitas questões, o que pode acontecer com muitos assuntos e, inclusive, com a Amazônia. Isso é que nos preocupa.

A dívida externa é uma questão importante nessa discussão e preocupa os países em desenvolvimento.

Acreditamos que a Conferência sobre Meio Ambiente não permitirá que muitas das pretensões dos países ricos sobre os países em desenvolvimento possam acontecer; que isso seja uma segurança para a discussão das questões sobre o desenvolvimento e a conservação do meio ambiente, porque aí está implícita a maior questão do meio ambiente, que é a poluição da miséria resultante das relações desiguais e injustas entre os países ricos e pobres, incluindo o problema da dívida externa.

E as questões da defesa do meio ambiente implicam também a retomada dessas relações, ou seja, de uma nova ordem econômica internacional que estabeleça novos níveis e parâmetros de igualdade entre as relações dos países ricos e pobres e que impeça o brutal relacionamento de exploração e dominação que permite, de certa maneira, que aconteça grande parte das preocupações do meio ambiente essas relações de uma nova ordem econômica internacional que possibilitem as relações entre países ricos e países pobres no âmbito parlamentar.

Os países ricos são os maiores poluidores do mundo. Os países pobres querem condições apropriadas de recursos para um desenvolvimento ecossustentável e auto-sustentável. Isso só pode acontecer se mudarem as relações econômicas internacionais para uma ordem em que recursos sejam possíveis para o desenvolvimento justo dos países em desenvolvimento. Queria obter a opinião, de certa maneira já exposta, do ilustre Sr. Maurice Strong sobre isso. Essa é a preocupação dos países em via de desenvolvimento.

Trago aqui uma posição dos países da Bacia Amazônica e do Parlamento Amazônico, do qual sou o Vice-Presidente: na próxima reunião, de 4 a 8 de novembro vindouro, formaremos, na Assembleia Geral de Caracas, uma posição definida sobre a questão da Conferência Rio/92. Nós sabemos, a Conferência do Rio em 1992 não será sobre a Amazônia, sobre o Pantanal. É uma preocupação em relação ao meio ambiente em nível planetário. Por isso, a conclusão que fazemos é a de que uma ordem econômica internacional reestabelecendo novos parâmetros entre países ricos e países pobres é que pode ser também uma alavanca de mudanças das questões ambientais. Esta é a questão que também faço a nosso conferencista.

O SR. PRESIDENTE (Senador Coutinho Jorge) — Srs. Deputados, Srs. Senadores, observamos agora que é muito difícil atendermos a lista bastante significativa. Vou sugerir então a V. Ex^{as}, uma coisa operacional, que cada um faça uma pergunta concreta, tire as dúvidas, em bloco, a respeito do assunto, e o Dr. Strong dará uma resposta, posteriormente, para todos. Seria impossível cumprir realmente a agenda do Sr. Strong com essa quantidade de companheiros inscritos.

Nós verificamos que é muito difícil, por mais boa vontade que se tenha, impedir que um Senador ou um Deputado queira falar, como nosso companheiro Senador Alufio Bezerra. Entendo a ânsia, mas temos que ser objetivos numa reunião específica como esta.

Sugiro, portanto, que cada um faça a questão, não sei se o Sr. Strong aceita. (Pausa.) Seria tudo registrado e, posteriormente, o Sr. Strong daria uma resposta global, referindo-se a cada Parlamentar que aqui apresentou seu questionamento. E insisto com os companheiros em que sejamos objetivos, porque é muito mais importante para o sucesso desta reunião.

Concedo a palavra à nobre Deputada Beth Azize.

A SRA. DEPUTADA BETH AZIZE — Sr. Maurice Strong, Secretário-Geral da UNCED, sou Deputada Federal pelo Estado do Amazonas e queria perguntar a V. S^a o seguinte: V. S^a deve ter conhecimento de que grupos isolados, vozes isoladas, têm-se levantado no Brasil, que será o hospedeiro da Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, e a imprensa tem dado destaque a essas manifestações. Esses grupos têm denunciado que o propósito dos países ricos interessados nessa conferência é concretizar a internacionalização da Amazônia. Outras vezes se levantam, com menor espaço, para contra-atacar essa afirmativa, dizendo que essa campanha, que visa a desestabilizar o êxito dessa conferência mundial, essa campanha está sendo articulada por grupos de mineradoras estrangeiras interessadas em explorar minerais em comunidades indígenas, sobretudo da Amazônia.

Essas denúncias, Sr. Secretário-Geral, vêm tirando um pouco a esperança e até o estímulo da sociedade brasileira de acreditar que essa conferência mundial aqui no Brasil, no próximo ano, possa realmente contribuir para que o nosso País receba recursos, investimentos para que sejam canalizados na preservação e na defesa do meio ambiente.

Minha questão, Sr. Secretário-Geral, é a seguinte: Não mais atento a essas denúncias e respondesse a elas com autoridade, com veemência, para que não paire nenhuma dúvida não só de caráter internacional, mas do propósito e do objetivo sério dessa conferência mundial.

Gostaria de saber o que V. S^a tem a dizer a respeito disso.

Tenho uma outra indagação bem curtinha para fazer. Trata-se das questões da dívida externa e do meio ambiente, e estou me referindo à questão da dívida externa brasileira. Até hoje temos visto que este problema está apenas em discussão — e discussão que não acaba nunca — e minha indagação é a seguinte: os países mais ricos que virão participar dessa conferência mundial já têm um projeto definido de como negociar a dívida externa brasileira ou a aplicação de recursos externos para que possamos preservar a qualidade de vida do planeta, injetando recursos na defesa do meio ambiente, em razão dos poucos recursos que o Brasil, como país pobre, dispõe para investir nesse setor?

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Senador Coutinho Jorge) — Convido agora o Deputado Nan Souza para falar, lembrando que a brevidade é fundamental, e peço que fale devagar porque suas palavras estão sendo traduzidas simultaneamente para o Sr. Strong.

O SR. DEPUTADO NAN SOUZA — Quero refletir minha preocupação no tocante à falta de um papel claro do Parlamento Mundial em relação à conferência. A exemplo do Brasil, estamos num papel muito acessório e acreditamos que o sucesso da conferência ou pós-conferência está exatamente relacionado com a atuação dos Paramentos. Porque é aqui que iremos esboçar todo um arsenal legislativo para que possamos materializar as ações e as resoluções que acontecerem na conferência. E temos já experiência da indisciplina e da falta de macropolíticas do Governo e do Executivo no tocante a essa questão e a outras políticas que não são definidas. Se se quer um desenvolvimento integrado precisamos ter, mais do que nunca, a definição do papel do parlamento para que aqui se possa representar o laboratório dessa mudança que queremos que aconteça, porque assim está sendo preconizado.

De modo que a minha preocupação é exatamente a falta de definição do papel do parlamento mundial, especialmente o brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Senador Coutinho Jorge) — Agradeço a objetividade a V. Ex^a.

Com a palavra o Deputado Valdir Ganzer.

O SR. DEPUTADO VALDIR GANZER — Sr. Secretário Maurice Strong, sou Deputado pelo Estado do Pará. A minha exposição será breve.

O documento até agora elaborado no Brasil é produzido pelo Executivo, e, com certeza, por pessoas do Executivo. Os Executivos dos Estados têm uma participação quase nula na elaboração da articulação do Executivo Federal com os Estados. O Parlamento está tentando, e, de fato, tem uma atuação mais eficiente, e a sociedade civil tem se esforçado muito e tem conseguido participar paralelamente desse processo.

Pergunto: nos outros países, inclusive nos países em que V. Ex^a é Secretário em termos mundiais, como é que participa a sociedade civil do seu país e dos demais países que possam nos esclarecer? A sociedade civil de fato está tendo um papel importante na elaboração das propostas dos seus países para a Eco-92? Porque no Brasil estamos tendo muitas dificuldades.

Sou do Pará e, portanto, faço parte da Amazônia. Estamos vivendo um momento difícil, em que as políticas até hoje implantadas deram muita força ao setor pecuarista e o próprio Secretário Nacional de Meio Ambiente, que esteve na Comissão, relatou que em média cada hectare na Amazônia tem que estar produzindo por ano 60 quilos de carne bovina, que em média dá menos de duas, três castanheiras por ano. Esse setor tem recebido todos os incentivos durante esses vinte e cinco anos do Governo para produzir, inclusive incentivos que fazem parte da dívida externa hoje. Gostaria de saber como é que o mundo está vendo também esta questão.

Poderíamos discutir outros temas, mas fico por aqui. Passo às mãos de V. S^a um relatório breve que consegui fazer sobre a violência no campo. São centenas de assassinatos de lideranças sindicais, populares, políticas no Pará. Nos últimos dois anos foram mortos dois Deputados, várias pessoas ameaçadas. Como é que o mundo está vendo a pobreza e o acúmulo da terra nas mãos de cada vez menos pessoas, jogando para

a marginalidade centenas de milhares de trabalhadores? Passo às mãos de V. S^a relatório sobre a violência no Pará e no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Senador Coutinho Jorge) — Com a palavra o Deputado João Teixeira.

O SR. DEPUTADO JOÃO TEIXEIRA — Sr. Secretário Maurice Strong, sou do Estado do Mato Grosso, Estado em que existem três ecossistemas: Pantanal, ao sul; ao norte, Floresta Amazônica; ao centro, Chapada dos Guimarães e Chapada dos Parecis. Nessas chapadas estão as maiores reservas indígenas: Bororo, Miruri, Cinta-Larga, Tiariti, Kayabi e mais outras tribos que lá existem.

Quando V. S^a iniciou a sua explanação ficamos um pouco nervosos porque dizia que a Eco-92 não trataria simplesmente de Pantanal ou Amazônia. Mas após concluir, ficamos mais felizes ao saber que há uma grande preocupação mundial com o sistema universal ambiental. Como o Brasil é um país novo, descoberto em 1500, não teve a oportunidade do desenvolvimento mais acelerado, como os países europeus. Eles cresceram, desenvolveram-se, industrializaram-se. Quando coube a oportunidade ao Brasil de partir para uma nova geração de homens inteligentes, para a industrialização, veio-nos a incumbência — e foi praticamente imposto ao Brasil não industrializar — de não desmatar, não podendo, assim, adentrar a selva amazônica para fazer tanto o cultivo quanto a criação de bovinos. Queremos saber — e temos a certeza de que através da Eco-92, através da ONU, como disse V. S^a, os países que tiveram oportunidade de se desenvolver terão o compromisso maior com os países subdesenvolvidos e que são detentores de grandes potenciais de ecossistema como o nosso Brasil — queremos saber se haverá realmente uma resposta de auxílio àqueles que já adentraram a Amazônia, aqueles que moram à beira do Pantanal, aqueles que moram às margens das reservas indígenas para continuar sobrevivendo. E o Brasil terá realmente o suporte desses desenvolvidos, obrigados através da ONU?

O SR. PRESIDENTE (Senador Coutinho Jorge) — Com a palavra o Deputado Domingos Juvenil.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS JUVENIL — Sr. Secretário Maurice Strong, sou representante do Pará. No Brasil, quando se fala em ecologia não se pode deixar de falar concomitantemente na Amazônia. Claro, a Amazônia representa 60% do território nacional, com os seus problemas, que todos conhecemos, e o Estado do Pará, nesse contexto, representa cerca de 1 milhão e 250 mil hectares.

V. S^a comentou que os grandes países sabem que as riquezas do mundo não podem ser obtidas sem o apoio aos países pobres. Os países ricos, no ano passado, solicitaram do Governo brasileiro um projeto para ajudar nos problemas que enfrentamos especificamente na área da ecologia, como pesquisa nas áreas científica e tecnológica, na recuperação das áreas degradadas etc. O Governo brasileiro preparou projeto de cerca de 1,6 bilhão de dólares para o chamado Projeto Piloto para Florestas Tropicais da Amazônia, num cronograma de cinco anos. Os países ricos, reunidos há dois ou três meses — se não me falha a memória — passaram a estudar a possibilidade de conceder apenas 50 milhões de dólares dos 1,6 bilhão de dólares.

O Governo do Estado do Pará especificamente apresentou ao Governo brasileiro e ao Itamaraty um projeto original, que custaria para as nações cerca de 130 milhões de dólares

e reservaria na Amazônia cerca de 1 milhão de hectares justamente para essas atividades de pesquisa em todas as áreas da atividade humana. Como V. S^a garantiu na conferência que acabei de ouvir que há condições de os países ricos auxiliarem os países em desenvolvimento, eu pergunto se há possibilidade de concessão, do atendimento, da encampação do Projeto Piloto para as Florestas Tropicais da Amazônia, já discutido, e do projeto original do Governo do Estado do Pará, de 130 milhões de dólares, colocando-o à disposição das grandes nações para pesquisa em todos os setores que são muito debatidos e comentados hoje.

O SR. PRESIDENTE (Senador Coutinho Jorge) — Com a palavra o Deputado Sidney de Miguel.

O SR. DEPUTADO SIDNEY DE MIGUEL — Sr. Secretário Maurice Strong, sou Deputado do Rio de Janeiro, pelo Partido Verde, partido que há duas semanas apenas conseguiu vencer uma longa luta para a sua legalização, dados os problemas tipicamente cartoriais do meu País e também do forte preconceito que se instalou na identificação entre as questões do verde, da ecologia, e os problemas de soberania que se refletem na questão nacional.

Gostaríamos de trazer a V. S^a algumas questões. Seriam muitas, se fosse possível, mas somos testemunhas da enorme suspeição que existe no Brasil, assim como em outros países do Terceiro Mundo, com respeito à diplomacia dos países do Norte. A verdade é que a América Latina conheceu nos últimos dez anos seguidas agressões físicas, militaristas, vários países foram invadidos e outros ameaçados por problemas de narcotráfico, que são resultantes do problema de dívida externa e de problemas sociais.

Vemos também na Europa o recrudescimento de políticas racistas, legislações votadas em assembleias, como a assembleia francesa. Seguidamente, as coisas recrudescem e não sentimos ânimo de compromisso ou de atenção. Quando vimos a negociação das pautas da conferência, com respeito à questão do efeito estufa, vimos que a fumaça da Amazônia serviu muito, inicialmente, para tapar os olhos, fazer uma cortina de fumaça e não para ser uma discussão séria sobre a origem do principal problema de emissão de gases, quem é que consome a maior concentração de energia fóssil e todas as questões.

Estamos empenhados, no Brasil, a expressar uma parte importante da sociedade brasileira, que encara com seriedade o patrimônio florestal, genético e mineral do País, e ter uma política conservacionista para as gerações futuras, pois queremos ser verdes brasileiros. Temos problemas sérios também internamente, porque mesmo quando temos Comissões na nossa própria Casa elas não conseguem se pautar pelos problemas da internacionalização já existente na Amazônia.

Sabemos que o primeiro grande projeto para a Amazônia era o simples alagamento para servir ao transporte nos anos 60. Então, tudo que foi feito posteriormente na Amazônia foi feito como projetos nacionalistas, projetos de defesa com respeito a esse tipo de interesse. Aí foram as estradas, as hidrelétricas, tudo com grande suporte internacional do Banco Mundial, dos grandes interesses, e o modelo econômico hoje na Amazônia é extremamente extrovertido, ele não beneficia a população amazônica.

Essas questões estão mal colocadas, mas acreditamos que lentamente isso vai sendo superado, porque há uma participação crescente e democrática da sociedade brasileira. Mas temos a preocupação de não deixarmos a nossa grande conferência do Rio de Janeiro, Eco-92, transformar-se num mundo

de espelhos e de hipocrisia. Esta a nossa preocupação principal.

O SR. PRESIDENTE (Senador Coutinho Jorge) — Com a palavra o Deputado Pauderney Avelino.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO — Sr. Secretário Maurice Strong, sou Deputado pelo Amazonas e minha preocupação, entre outras, é saber como estão reagindo os países que possuem florestas úmidas equatoriais e florestas tropicais, com a inclusão da discussão do item dos recursos terrestres constante na pauta da Rio/92.

Em segundo lugar, gostaria de mencionar um assunto para a meditação de V. S^a Tenho visitado, sistematicamente, o interior do Estado do Amazonas, e a grande preocupação daquelas populações, é com relação ao que irá acontecer com essa conferência e com aquelas populações já que elas estão muito atreladas às decisões do Governo brasileiro, decisões essas que, muitas vezes, são entendidas erroneamente na aplicação das leis.

A minha preocupação é também porque aquelas comunidades do interior amazônico, representam exatamente aquilo que encaramos como a miséria e a poluição ambiental humana, que é a pobreza absoluta, a que estão relegadas aquelas populações, não muito diferente da poluição ambiental e humana: das grandes cidades e países pobres, como é o caso do nosso País e de países da América Latina, da África.

O SR. PRESIDENTE (Senador Coutinho Jorge) — Concedo a palavra ao Senador Áureo Mello.

O SR. SENADOR ÁUREO MELLO — Sr. Strong, desejo falar o lero do Amazonas, formulando as seguintes perguntas: qual o conceito de V. S^a de soberania limitada de *devoir de gérance*, tendo em vista a territorialidade de jurisdição? Na opinião de V. S^a deverá haver um órgão da ONU, supranacional, capaz de intervir nos países que no futuro não cumprirem resoluções da Eco/92? Como os países do Terceiro Mundo podem colaborar para a eliminação da pobreza no Terceiro Mundo?

O SR. PRESIDENTE (Senador Coutinho Jorge) — Concederei a palavra à última inscrita, Deputada Marilu Guimarães.

A SRA. DEPUTADA MARILU GUIMARÃES — Sr. Secretário Maurice Strong, sou Deputada pelo Mato Grosso do Sul, da região do Pantanal, que V. S^a visitou.

Gostaria de falar sobre dois assuntos, rapidamente. Uma é em relação aos grupos não-governamentais que têm feito reuniões sistemáticas visando à conferência. Qual seria a forma mais efetiva, em termos de decisões, desses grupos não-governamentais participarem para dar uma contribuição melhor?

A segunda questão seria em relação aos temas que serão abordados nessa conferência. Eles são escolhidos pelos países participantes ou pela ONU?

O SR. PRESIDENTE (Senador Coutinho Jorge) — Srs. Senadores, Srs. Deputados, vamos ouvir agora o Sr. Maurice Strong, que irá responder todas as questões dos Deputados e Senadores, com a tradução consecutiva. (Pausa.)

Aquiescendo o pleito do Senador Márcio Lacerda, que se inscreveu mas não constou na Mesa, passarei a palavra ao último inscrito, Senador Márcio Lacerda.

O SR. SENADOR MÁRCIO LACERDA — O Pantanal é sempre o último, não é? Sr. Maurice Strong, não farei um questionamento mas uma provocação. Gostaria de saber se

a preocupação da Organização das Nações Unidas que, em resumo, tira as suas conclusões pela posição dos países ricos, não foi demonstrada cabalmente, se a preocupação com a erradicação da pobreza e com o próprio meio ambiente não foi demonstrada recentemente, por exemplo, na questão do Iraque.

Por decisão dos países ricos, destruiu-se uma civilização de cinco mil anos que vivia em paz por conta de uma reserva energética que o Primeiro Mundo precisa. A Amazônia, particularmente, o Brasil e a América do Sul são hoje detentores das grandes reservas de recursos naturais do mundo. É evidente que, se existe região no mundo que pode desenvolver um grande projeto de desenvolvimento sustentado, são exatamente os países da América do Sul, até porque são os que ainda têm o seu meio ambiente, preservado quase integralmente.

Entendo que se a preocupação central fosse com a erradicação da pobreza e com um projeto de desenvolvimento sustentado, o Primeiro Mundo, que já destruiu as suas reservas e que acumulou erros historicamente — e por isso acumulou recursos também — poderia, com a experiência dos seus erros acumulados e com o aporte tecnológico que detém hoje, ao invés de nos manter nessa semi-escravidão a caminho do Quarto Mundo, promover, em conjunto conosco um grande projeto de emancipação dessa sociedade e poderíamos montar um grande projeto de desenvolvimento auto-sustentável.

O SR. PRESIDENTE (Senador Coutinho Jorge) — Passarei a palavra ao Sr. Maurice Strong para responder todos os questionamentos dos Srs. Senadores e Deputados.

O SR. MAURICE STRONG — Muito obrigado, realmente V. Ex^{as} têm me educado com as suas perguntas e vim justamente à procura disso.

Não sei se poderei responder a todas elas da maneira mais adequada mas farei o melhor possível. Tomei nota de todas, mas poderei ter perdido alguma coisa, Creio que entendo o direcionamento e os aspectos fundamentais das perguntas.

Um tema recorrente, que aparece muitas vezes, é o da relação entre os ricos e pobres em condições impostas pelos países industrializados do Norte no desenvolvimento do Sul.

A questão da relação entre os ricos e pobres é certamente um tema central da conferência. Temos que obter um câmbio fundamental nesses temas mas é evidente que não poderemos resolvê-los todos numa conferência. Vocês mesmos têm feito progressos importantíssimos no Brasil em termo de desenvolvimento e progresso, mas ainda está pendente a questão do rico e do pobre porque não é fácil resolver. O mesmo acontece no mundo internacional.

Eu nasci numa família muito pobre, provavelmente mais pobre do que as de muitos dos que aqui estão. Para comer, tínhamos que sair à procura dos produtos da floresta num clima muito frio. Para mim pobreza não é uma noção abstrata. Está metida na minha alma. Eu vi a minha mãe morrer de pobreza. Tenho o mesmo sentimento e a mesma forma de pensar sobre injustiça que existe a esse respeito e que V. Ex^{as} tão bem demonstraram aqui hoje. Mas não é suficiente condená-la. Temos que trabalhar para alterar essa situação. Mesmo nas sociedades mais ricas, incluindo os Estados Unidos e o Canadá, ainda não temos resolvido esse problema, e logicamente não o temos resolvido internacionalmente.

Creio firmemente que o assunto do meio ambiente dá uma nova oportunidade nesse sentido, uma nova força nessa

direção para deixar claro aos países desenvolvidos que é bem possível não haver um futuro para eles também neste Planeta até que resolvamos trabalhar e resolver esse assunto. Estamos produzindo evidências contundentes nesse sentido, demonstrando que, se não conseguimos avançar e resolver esses problemas, não há futuro para ninguém neste Planeta.

O meio ambiente é uma nova alavanca nesse contexto e pretendemos utilizá-lo no Rio de Janeiro. Sob condições, é verdade. Muitas vezes, há condições impostas unilateralmente, e isso não é correto. As condições que realmente valem e que contam são aquelas resultado de um acordo, de uma nova associação que deve compreender mais recursos para os países em desenvolvimento.

A respeito das denúncias sobre os propósitos da conferência, devo dizer que em processos democráticos todas as vozes têm o seu lugar, inclusive as vozes extremas e aquelas que estão mal informadas. No outro extremo V. Ex^{as} também têm essas vozes, e há quem diga que é preciso haver uma jurisdição mundial e uma intervenção. Eles também estão muito mal informados.

Não há nenhum movimento na nossa conferência, reitero isso. As cento e sessenta e seis nações que compõem as Nações Unidas têm o mesmo interesse com respeito à sua soberania, esse mesmo interesse tão bem manifestado pelo Brasil. Essa conferência também não será parte de nada que sequer chegue perto de conversar e pensar em internacionalizar a Amazônia ou alguma coisa. Interesse internacional, sim, é lógico, em um lugar fantástico e de proporções inéditas. Mas de maneira nenhuma existe outro interesse em controlar — esse termo deve desaparecer do vocabulário.

O que deve haver é apoio para os programas definidos pelos próprios interessados e por aqueles que estão envolvidos no processo. Senão, esses programas devem ser rejeitados pelos próprios interessados. É definitivo o termo fundamental de apoio com relação àquilo que é desenvolvido na região pela gente da região.

Não sou perito na Amazônia, mas tenho claro, como foi tão bem dito aqui, que se pode fazer muito para melhorar a exploração e os trabalhos que são desenvolvidos na Amazônia, que envolvem uma tecnologia adequada. A biotecnologia, por exemplo, pode ser uma fonte importantíssima de resultado de autêntico retorno em benefício de todos. E justamente esses recursos devem ser valorizados e devem receber o valor que realmente têm e devem ser considerados em função desse valor que têm.

É importante reiterar o valor dos ecossistemas para o mundo como um todo. E se o mundo quer que o Brasil preserve esses recursos e trabalhe com esses recursos de uma determinada maneira, deve reconhecer o valor que esses recursos têm. E voltamos ao apoio como conceito fundamental: prover o apoio financeiro para que esses recursos sejam explorados em benefício de todos e da maneira mais conveniente possível.

Quanto à questão da dívida externa, digo que essa conferência não visa à renegociação da dívida, mas vamos apresentar um caso formidável e forte para a necessidade de redução da dívida. O fluxo de recursos de países altamente endividados, como é o caso do Brasil, deve ser reduzido significativamente pela óbvia razão de que enquanto esse fluxo se mantiver não será viável que o Brasil se desenvolva como corresponde. A conversão de dívida por natureza é interessante mas é relativamente marginal. O que realmente faz falta é um grande esquema de redução de dívida.

Devemos reconhecer também que os recursos externos, por mais importantes que sejam, trabalham nos extremos e têm uma certa marginalidade. É importantíssimo trabalhar com os recursos internos e reorientar o seu uso. Evidentemente, com o apoio dos recursos externos há a possibilidade de atingir os câmbios necessários.

No tocante à integração dos Congressistas ao processo da conferência, estamos fazendo tudo o que podemos. Mais aí entra novamente o assunto da soberania. As Nações Unidas são nada mais do que um Parlamento de nações onde cada nação está representada pelo seu próprio governo. O que as Nações Unidas podem fazer nesse sentido da representatividade tem limites. V. Ex^{as}, devem continuar empurrando. É importante que o processo vá de baixo para cima, que ocorra internamente, porque aí, sim, será refletida a autêntica vontade.

Sobre o relatório nacional brasileiro, reservo-me ainda a fazer julgamento, porque ainda não o recebemos. Entendemos que houve um processo muito interessante e que houve bastante participação.

Nós, como Nações Unidas, recomendamos, desde o primeiro dia, a mais ampla participação. Mas, no momento em que examinarmos com maior detalhe o trabalho, evidentemente poderemos chegar a uma opinião mais acabada sobre o assunto.

Entendemos que houve no mundo vários sistemas adotados para assegurar a participação: audiências públicas e participação maciça de organismos não-governamentais, mas, de novo, o assunto da soberania entra. A soberania trabalha nas duas direções no caso das Nações Unidas. Não podemos interferir nos processos internos, não estamos em condições e nem devemos interferir nesse processo. Depende muito da mobilização de cada sociedade e de cada aspecto e conjunto de cada uma dessas sociedades.

Não vou me alongar em considerações sobre alguns dos aspectos que foram levantados pelo Deputado representante de Mato Grosso. Tive grande prazer de estar, nesse fim de semana, com o Governador do Estado e de estar no Pantanal. Há algum tempo tive o prazer de conversar com o Governador do Pará e seus secretários, e sobre o G-7 diria que V. Ex^{as} têm razão de estarem desapontados até agora. Mas esse não é o fim da história, acreditem.

Sobre o assunto dos pecados do Norte, venho do Norte. Nós também fomos colônia, no Canadá, e reconheço esses pecados. Mas entendo também que não há monopólio de pecados ou de virtudes. A batalha é universal. Evidentemente a dimensão Norte-Sul é um dos tantos aspectos dessa batalha. Mas é uma batalha que está sendo travada em todas as sociedades e que tem muito a ver com a alteração e com afirmações no âmbito da moral e da ética. É um processo longo e difícil, mas estou realmente convencido de que é uma batalha que podemos ganhar.

Na questão da soberania, acredito que o que é fundamental é que a função do governo esteja mais perto o possível dos níveis básicos da sociedade. Mas aplicando esse princípio também temos que reconhecer que há cada vez mais assuntos que um estado só, um governo só é muito difícil de manejar. O que acontece na economia de V. Ex^{as} depende muito do que acontece em outras economias. Nesse mundo interdependente as nações precisam colaborar como entidades soberanas, exercendo a soberania de forma cooperativa em áreas onde não é possível exercê-la em forma exclusiva.

No assunto da participação dos organismos não-governamentais, gostaria de informar-lhes que o Comitê Preparatório já autorizou a participação de quatrocentas organizações desse tipo na conferência. E um processo similar está ocorrendo praticamente em todos países do mundo. Evidentemente, não é idêntico em todos os casos.

O próprio Governo brasileiro tem encorajados os organismos não-governamentais neste País atuarem como hospedeiros de um grande número de encontros e discussões que terão lugar ao mesmo tempo em que se desenvolve a conferência no Rio de Janeiro. Nós, logicamente, damos boas vindas e encorajamos esse tipo de atividade.

Quem escolheu a pauta da conferência foram os países representados nas Nações Unidas. Em outras palavras, a pauta foi construída por todas as nações do mundo. O grande número de assuntos da agenda foi proposto pelo Grupo dos 77, que encampa a grande maioria dos países em desenvolvimento. Foram eles realmente que estabeleceram a agenda. Eles elaboraram a proposta da agenda, que sofreu, é lógico, algumas modificações e negociações com outros países.

Finalmente, com respeito ao Senador que colocou a muito provocativa observação de que as Nações Unidas não se preocuparam com o tema da pobreza no Iraque, permita-me dizer que, numa democracia, respeitamos as opiniões dos outros, mas devo sinalar que o Iraque não é um país muito pobre e que desafiou a lei internacional tentando encampar um país vizinho. É evidente que todos nós não estamos contentes com tudo o que aconteceu. Houve aspectos em que cada um de nós tem as suas dúvidas. Mas o que estava sendo colocado em jogo era o sistema de soberania das nações.

Imaginem se as Nações Unidas não tivessem entrado no assunto e não tivesse ocorrido o que ocorreu: qual seria o futuro da soberania das nações? Dizendo isso não quero dizer que estou contente, repito, com tudo que aconteceu quanto a esse assunto. Mas houve o apoio da grande maioria da comunidade internacional. Como o Senador assinalou muito bem, evidentemente estavam em jogo princípios básicos nos assuntos relacionados com a soberania.

Finalmente, quero dizer que estamos numa parte do mundo que é única, e a vida independente desses países existe há algum tempo, os laços coloniais já ficaram para trás há muito tempo. As fronteiras estão bem estabelecidas e respeitadas. Existem mecanismos estabelecidos para a cooperação em bases regionais.

E vocês têm todos os elementos para resistir a qualquer situação anormal que se possa apresentar. Posso lhes assegurar que serei o primeiro aliado dessa parte do mundo se se produzir qualquer situação dessa natureza. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Coutinho Jorge) — Srs. Senadores, Srs. Deputados, considerando a agenda do nosso convidado Maurice Strong, vamos encerrar a nossa reunião, agradecendo a presença dos Srs. Deputados e Senadores e aos ilustres membros da Mesa, ao Ministro Macedo Soares, à Sr. Tânia Munhoz, ao Dr. Eduardo Gutierrez. Em nome do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, através do nosso caro Deputado Fábio Feldmann, agradecemos, sensibilizados, ao Sr. Maurice Strong o comparecimento, que muito honrou este Parlamento. S. S^a trouxe informações fundamentais para as duas Casas do Congresso Nacional.

Está encerrada a reunião.

6ª Reunião, realizada em 17 de outubro de 1991.

Às dez horas e trinta minutos do dia dezessete de outubro de mil novecentos e noventa e um, na sala de reunião nº 2, da Ala Senador Nilo Coelho, presentes os Senhores Parlamentares, Coutinho Jorge, Presidente; Saldanha Derzi, Fernando Henrique Cardoso, Garibaldi Alves Filho, Telmo Vieira, Valmir Campelo, Maurício Corrêa e Meira Filho. Havendo número regimental, o Sr. Presidente declara aberto os trabalhos dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Em seguida o Sr. Presidente Senador Coutinho Jorge, comunica que esta reunião, seguindo o calendário anteriormente aprovado, se destina a ouvir representante do empresariado brasileiro, sobre as ações relativas ao grande Encontro, que será realizado em 92, no Rio de Janeiro, hoje chamado mundialmente de Conferência do Rio, popularmente conhecida como Eco-92. Prosseguindo, o Sr. Presidente concede a palavra ao Dr. Márcio Fortes, Coordenador do Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável, para que ele possa dar uma visão a respeito da questão ambiental do Rio ou Eco-92. Após a exposição do representante dos empresários, usam da palavra pela ordem de inscrição, os Senhores Parlamentares Fernando Henrique Cardoso, Telmo Vieira, Garibaldi Alves Filho e finalmente o Sr. Presidente Senador Coutinho Jorge. Em seguida, o Sr. Presidente agradece a presença do Dr. Márcio Fortes, dos Senhores Parlamentares e dos demais ouvintes, lembrando que, a partir de agora esta Comissão se reunirá em alguns Estados das regiões brasileiras para discutir com os membros das sociedades locais os problemas do meio ambiente no Brasil. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Sônia de Andrade Peixoto, Assistente ad hoc, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

ANEXO À ATA DA 6ª REUNIÃO DA COMISSÃO TEMPORÁRIA, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 146, DE 1991-SF "COM O OBJETIVO DE ESTUDAR, ANALISAR E ACOMPANHAR AS ATIVIDADES DA CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO — ECO-92". DESTINADA A OUVIR O DEPOIMENTO DO DR. MÁRCIO FORTES, COORDENADOR DO CONSELHO EMPRESARIAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO.

Presidente: Senador Coutinho Jorge.

Vice-Presidente: Senador Valmir Campelo
(Íntegra do apanhamento taquigráfico).

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Senadores, Dr. Márcio Fortes, nós vamos, hoje, dar prosseguimento às nossas audiências na Comissão Especial criada para acompanhar toda a programação relativa ao grande encontro, chamado Eco-92, a ser realizado no próximo ano, no Rio de Janeiro.

Por isso mesmo, este encontro de hoje visa concluir a primeira etapa da programação desta Comissão, que é exatamente a audiência dos vários setores relacionados ao Governo, à imprensa e à área empresarial. Nas reuniões anteriores nós tivemos a oportunidade de ouvir todos os segmentos do setor público, da própria imprensa brasileira, e na última reunião tivemos o privilégio, juntamente com a Comissão de Meio Ambiente da Câmara, de realizar um encontro importante com a presença do secretário-geral dessa grande conferência,

da conferência do Rio, o Sr. Maurice Strong, aqui, no Congresso Nacional. Hoje, nós temos o privilégio de receber o Dr. Márcio Fortes, que é coordenador do Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável. A sua participação é importante, porque ele traz uma visão muito clara do empresário brasileiro frente a essa conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e para o Desenvolvimento.

Portanto, faltava-nos a visão do empresário e, por certo o Dr. Márcio Fortes, com a sua experiência, nos trará os informes necessários para que esta Comissão possa, progressivamente, recolhendo esses subsídios, tomar uma decisão importante a respeito de tudo aquilo que está sendo feito em termos da conferência do Rio-92.

Passo a palavra, agora, ao nosso conferencista, para que ele possa, de forma sucinta, trazer a sua visão, uma visão realmente como coordenador desse Conselho Empresarial do tema tão importante e relevante, que é o problema do desenvolvimento sustentável.

Apesar de a semana ser um pouco atípica aqui no Congresso, em face do feriado, mas nós temos vários Senadores presentes, que participam deste encontro tão importante para a nossa Comissão.

Concedo a palavra ao Dr. Márcio Fortes.

O SR. MÁRCIO FORTES — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Senadores e senhoras e senhores, adiada pela segunda vez, esta minha participação me deixa com a responsabilidade de terminar, pelo que eu entendi, a fase de audiências dos trabalhos da Comissão. Isso me deixa muito à vontade pelo grau de excelência e de elevação de assuntos que, provavelmente, já fizeram parte dos trabalhos desta Comissão até hoje.

Suponho que a matéria relativa à participação empresarial na conferência do Rio no ano que vem já seja uma matéria mais ou menos conhecida, vou começar não pela origem da história, que é a participação mundial na conferência do Meio Ambiente Humano, em Estocolmo, em 1972, que posteriormente gerou os seus relatórios de avaliação após 10 anos e após 15 anos, que, posteriormente, gerou o relatório Brunkland de 1987, publicado sob o título "Nosso Futuro Comum". Estou passando por cima fatos desses por supor que já são fatos conhecidos dos Srs. Senadores e dos senhores presentes. Recordo mais uma vez que na base de todas essas avaliações e esses trabalhos, particularmente do Relatório Brunkland, decidiu-se no âmbito das Nações Unidas que a conferência do meio ambiente do Rio de Janeiro não seria uma conferência de meio ambiente humano, como foi a anterior, mas seria uma conferência de meio ambiente e desenvolvimento.

As razões determinantes desse enfoque duplo na temática da conferência do Rio do ano que vem, não foi apenas por avaliação política ou intuição dos gestores das Nações Unidas, mas sim, por uma clara descoberta de avaliação de que efetivamente os lugares do mundo, os setores e as regiões em que houve involução ou menor desenvolvimento eram aqueles em que, ao contrário do velho pensamento do crescimento zero, do encontrar limites para o crescimento, tinham sido regiões em que o meio ambiente mais havia sido predado ou utilizado predatoriamente em benefício da sobrevivência minimamente.

Assim as Nações Unidas, que são organizadas em programas, juntaram, para a conferência do meio ambiente do ano que vem, os esforços do Programa das Nações Unidas para

o Meio Ambiente — PNUMA, e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento PNUD. O que vem, também, de acordo com a evolução recente dos estudos e publicações do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, PNUD, em que ressalta a extraordinária contribuição do "Human Development Report", do Relatório sobre o Desenvolvimento Humano, que eu, inclusive, tenho aqui um exemplar em inglês, que existe já em espanhol, em diversas edições, mas que claramente coloca a questão ambiental ou da capacidade da utilização ambiental e da conceituação do patrimônio ambiental de forma geral como ferramentas importantes no processo de desenvolvimento como um todo.

Todo esse trabalho não poderia, como não pode, pressupor a inexistência do empresariado, aquele que tem a responsabilidade de utilizar fatores de transformação em benefício de bens de produção; que tem a necessidade, a responsabilidade de agregar capitais, tecnologia, recursos humanos, e sobretudo decisão de investir, além de articulação com os mercados para transformar agregando valor, bens primários, recursos humanos e recursos naturais em bens finais, gerando, afinal de contas, o fenômeno desenvolvimento. Desenvolvimento já esse hoje considerado não apenas como passível de avaliação apenas pelo crescimento do PIB e apenas pela mera avaliação da renda per capita, mas por um complexo de indicadores, novidade das Nações Unidas em 90 e 91, que coloca com clareza a questão do desenvolvimento humano com muito mais ampla, muito mais extensa, com um ranging muito mais complexo do que a mera renda per capita. Ressalta a qualidade de vida, ressalta a expectativa de vida final, ressalta a mortalidade infantil, ressalta não apenas o grau de analfabetismo, mas, também, o número de anos de escolaridade como alguns dos indicadores que merecem ser enfocados na avaliação de um programa de desenvolvimento. O que torna de um certo ponto de vista mais fácil a tarefa de países como o Brasil, em que a renda per capita se não é alta, e nunca foi, não necessariamente terá que voltar a crescer, num primeiro momento, se pudermos com a mesma renda per capita conseguir ganho de qualidade de vida e de qualidade humana proporcionais à dimensão, ao potencial e ao patrimônio ambiental brasileiros.

Então aí o desafio ao empresariado se faz, solicitando ao empresariado não apenas que faça sua própria avaliação, mas que faça propostas, se possível propostas de mudança de estrutura naquilo que lhe diz respeito para que a questão ambiental seja considerada como ferramenta para o desenvolvimento, não apenas como ferramenta para a preservação ou para o mero enriquecimento do próprio meio ambiente.

Atendendo a essas preliminares, entenderam as Nações Unidas de qualificar um determinado empresário suíço, o Sr. Steplaen Reiner, muito conhecido na Europa, inclusive por ações pioneiras no campo da questão ambiental e de recursos naturais, para organizar e ao final dirigir o pensamento empresarial à conferência do Rio do meio ambiente no ano que vem. O Sr. Steplaen, detentor desse mandato, que já tem um ano, esse mandato é exatamente de outubro de 1990, convidou 50 outros empresários para compor um conselho empresarial. Cada um dos senhores recebeu um folhetim que descreve sucintamente isso que eu estou dizendo, e neste momento eu chamo a atenção apenas para os nomes que compõem o conselho. Esses nomes são todos os primeiros nomes das respectivas organizações, os chamados chairman, em inglês. Não necessariamente significa patrão, dono ou presidente, mas enfim é aquele que tem a responsabilidade final

da gestão dos negócios nas respectivas organizações. Encontram-se aí listados nomes importantes da macroindústria mundial, o presidente mundial da Volkswagen, o presidente mundial da Shell, o presidente mundial da Dupont, da Down Chemical etc., mas também numa distribuição não apenas setorial, mas também geográfica, nomes africanos, nomes asiáticos, japoneses, alguns latino-americanos. Seis latino-americanos, dos quais dois brasileiros. Os dois brasileiros são o Sr. Lanrenve, titular da Aracruz Celulose, e o Sr. Eliezer Batista da Silva, que é titular da Rio Doce Internacional, uma espécie de homem símbolo da Vale do Rio Doce.

O Conselho empresarial, essa reunião de 50 nomes, se reunirá na vida quatro vezes. Já se reuniu duas, faltam duas. Cada um dos seus componentes tem um delegado, um associado com a responsabilidade de atender permanentemente os trabalhos do Conselho que tem se reunido sistematicamente, no mínimo uma vez por mês, e que se dividem no plenário dos associados e em grupos de trabalho que são ou setoriais ou regionais. Cada um dos membros associados faz parte de um grupo de trabalho de uma região e de um grupo de trabalho de algum setor. Eu, particularmente, em meu outro papel de associado e membro do Conselho Eliezer Batista da Silva, sou parte do grupo de trabalho de Mercado de Capitais e do grupo de trabalho da América Latina.

Estamos compondo alguns produtos. O principal produto será um livro mundial que, pretendendo oferecer propostas à comunidade internacional, através das Nações Unidas, pretende propor mudanças de estrutura nas relações do empresarial do processo de desenvolvimento com a questão ambiental. Esse livro já existe, já está sendo minutado, feito entre 50 e 100 mãos, com um grupo de trabalho sediado em Genebra e que vai coletando os trabalhos que vão se desenvolvendo nos diferentes ambientes setoriais e regionais.

Há pouco mais de uma semana, conclui, no Rio de Janeiro, um simpósio de desenvolvimento sustentável na América Latina, visão empresarial, que teve a responsabilidade de contribuir para o livro mundial qual o pensamento da América Latina. E esse simpósio conseguiu, no meu entender e no de muitos daqueles que lá compareceram, alguns dos quais aqui presentes, coletar, não apenas opiniões, mas contribuições importantes para que a América Latina se coloque no ambiente mundial como uma região que consegue entender o que se passa no mundo como um todo, consegue entender a questão dos países desenvolvidos, mas não deixa de passar a oportunidade de colocar as suas questões próprias.

Todo esse trabalho dos grupos de trabalho regionais, setoriais e da minuta básica, de cujos capítulos tenho aqui os sumários, para eventual debate posterior, não tenho a íntegra porque é um exemplar de 670 páginas, será levado à próxima reunião do Conselho na Filadélfia, nos Estados Unidos. Essa reunião, nos dias 11 e 12 de novembro, vai pegar a minuta do livro, estudá-la durante três dias e decidir por sua aprovação, rejeição, retirada, contribuição, agregação de alguns dados, para que esse livro seja publicado em janeiro, em grande tiragem, em oito línguas, e que possa ser objeto de debate, de discussões, contribuições, pelo menos até abril, quando revisado e atualizado, será mais uma vez publicado e apresentado à comunidade empresarial mundial no dia 5 de maio em Genebra.

Esse principal produto vai ter alguns outros anexos, um livro de casos mundial, outro brasileiro e um livro próprio da América Latina, que será o resultado de um trabalho bási-

co, tenho aqui um exemplar, que a maioria dos presentes também já tomou conhecimento, e que agregado pelas contribuições dos simpósios, não apenas pelos anais, mas pelas contribuições efetivas, codificadas, nos grupos de trabalho itemizados e desenvolvidas, constituirão um segundo volume, um livro sobre a América Latina e que vai ser lançado no Brasil, no Rio de Janeiro, no dia 29 de maio, véspera da Conferência do Meio Ambiente do ano que vem, e que pretende colocar que, basicamente para a América Latina, as questões ambientais globais são vitais; evidentemente, o aquecimento da terra tem vital colocação no desenvolvimento futuro da humanidade; o buraco na camada de ozônio é importantíssimo; que os mares, a biodiversidade e tudo mais merecem o lugar que têm, nem mais nem menos. Mas que na América Latina existem fatores de natureza sócio-política que condicionam a própria atuação do desenvolvimento em face da questão ambiental de modo muito peculiar.

É aqui, por exemplo, que existe a maior percentagem de economia informal de todos os continentes; a maior concentração urbana, em face da população como um todo, concentração urbana com brutal desbalanceamento de renda e de comportamento sócio-político; que existe dificuldade de avaliação da questão fundiária que faz com que o usuário da terra, não conhecendo corretamente a sua relação com a terra em que trabalha, se torne, por definição, um predador veloz e voraz, enfim, questões próprias da América Latina em que se inclui um pouco de corrupção, um pouco da questão da dívida externa, que influencia demais, num pouco da reavaliação de modelos econômicos até utilizados e propostas a respeito também desse assunto, sem falar da opinião pública brasileira, da cooperação tecnológica e outros, que se baseiam numa possível mudança geral de estrutura sobre a questão ambiental, em que o conceito básico de que o meio ambiente é universal, portanto, não conhece fronteiras políticas e geográficas, ganha corpo no mundo como um todo, o que pode significar para países como o Brasil, com um enorme patrimônio ambiental, não vou dizer ainda a explorar, seria um pouco cabotina essa afirmação, mas que pode, se colocada corretamente a questão e se utilizados corretamente os instrumentos de manejo desse patrimônio, utilizar-se desse benefício para uma eventual retomada de seu próprio modelo de desenvolvimento, aí já em novas bases, muito mais avançadas em torno da questão ambiental.

É preciso dizer, como tenho dito, o que estará no livro, que a questão demográfica em países como o Brasil tem enorme importância daqui para frente. Fico com medo de falar — pois o Senador Henrique Cardoso está ali olhando para a minha cara — e dizer uma bobagem nessa questão demográfica. Meu discurso não é assim especializado, Senador. Peço anistia à ignorância na questão especializada, mas sei, por estar convivendo com as Nações Unidas, que a evolução da população brasileira, apesar das taxas cadentes de crescimento da própria população, continuará sendo um crescimento muito forte e, portanto, que merece uma atenção especial.

Não é de supor, pelo que entendi das Nações Unidas, que a população se estabeleça antes de atingir 400 milhões de habitantes e mais provavelmente se estabilizará em torno de 450 a 500 milhões de habitantes em mais de uma centena de anos daqui para a frente, o que faz com que, se continuado o atual modelo, estejamos assistindo ao início de uma derrubada absoluta do nosso patrimônio ambiental, em nome da sobrevivência das populações afluentes que serão, seguido o atual modelo, concentradas nas partes de mais miséria, con-

centradas no meio urbano e efetivamente adotando um comportamento informal, não apenas na vida econômica, mas em toda a sua vivência social.

Com isso não é aceitável, tendo em vista a responsabilidade que temos, não apenas com o patrimônio ambiental, mas com as gerações futuras, a nossa contribuição ganha uma importância maior; a nossa, Brasil, a nossa América Latina. E isso está sendo levado com todas as forças ao ambiente mundial, não apenas ao ambiente empresarial, mas, sobretudo, ao político que ao promover uma conferência das dimensões e da importância como a do ano que vem, dá a todos os seus participantes não apenas a esperança, mas a certeza de que a conceituação política decorrente e o processo que se estabelece como um instrumento, como essa conferência, possa ser efetivamente um marco divisor em comportamento e hábitos sobre a questão ambiental ligada ao desenvolvimento.

Essas minhas convicções todas me fazem trabalhar hoje no Rio de Janeiro num pequeníssimo escritório, com a tecnologia que vem da Inglaterra e Suíça, e isso e aquilo, compilando esses documentos, tentar captar da comunidade brasileira e informar, como estou fazendo aqui hoje, para coletar, tanto quanto possível, as contribuições que possam ser úteis para esse foro privilegiadíssimo, que será o ambiente das Nações Unidas, no ano que vem, felizmente realizado no Brasil, o que faz com que o Brasil possa se colocar de forma mais responsável sobre a questão, mas visível e, portanto, privilegiada, e que fará com que a nossa palavra possa ser acatada e que consigamos ter uma resposta muito mais construtiva e realizadora dos benefícios da nossa população no futuro.

Acho que essa introdução é suficiente para dizer o que estou fazendo, o que o Conselho está fazendo e nos colocar à disposição para quaisquer observações que possam ser úteis para o desenvolvimento dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Coutinho) — Vou passar a palavra para os Senadores que aqui estão inscritos, e poderia começar pelo Senador Fernando Henrique Cardoso.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Sr. Presidente, Dr. Márcio Fortes, foi um prazer ouvi-lo com toda a capacidade de síntese. Quando nós dissemos que teríamos o dia inteiro já fiquei temeroso, logo depois entendi que V. Ex^a é empresário, e não parlamentar e não abusaria desse...

O SR. MÁRCIO FORTES — V. Ex^a sabe que sou veterano aqui no Senado e na Câmara. Fui objeto de várias CPI. Já entendi que os Senadores e Deputados não têm muito tempo para ficar parados aqui em Comissões.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Mas gostam de falar... um pouco. Dr. Márcio Fortes, sua participação vai-nos ajudar muito pela sua experiência e porque é um elo importante com o meio empresarial. V. Ex^a sabe que há muitas expectativas a respeito da conferência do Rio de Janeiro, muitas delas desencontradas. Vemos aqui nesse foro, tivemos oportunidade de debater em diversas ocasiões, tenho visto manifestações do Plenário do Senado, há especialmente os setores que representam a região amazônica, têm sempre um temor sobre as consequências dessa reunião. Então, eu queria aproveitar a presença de V. S^a aqui para fazer algumas perguntas. Em primeiro lugar, do ângulo empresarial, qual é a expectativa que se tem quanto à conferência da Eco-92? Em segundo, mais especificamente, já existe no Brasil

a organização de interesses empresariais para ajudar na obtenção de uma tecnologia de desenvolvimento auto-sustentável? Quais são os obstáculos que V. S^a vê para que realmente ocorra isso? A sua síntese, inclusive na parte demográfica, foi brilhante. O nosso modelo, sabemos que é distorcido, mas como podemos mudá-lo? Já existe uma consciência empresarial para a superação de obstáculos nessa área? Para que deixemos bem claro, a dúvida não é minha, obviamente, mas setores da imprensa, vez por outra, manifestam, justamente pelo fato de que os empresários estão hoje interessados nisso, dúvidas quanto à sinceridade dessa participação, posto que foram partícipes, não os únicos, desse modelo que levou tais distorções. Desta forma, especificamente, como V. S^a se coloca nesse quadro? Por fim, peço que diga algo esclarecedor sobre as consequências da Eco-92 para o que aqui se chama "soberania nacional". Já existe alguma articulação entre o grupo empresarial que V. S^a representa e os interesses empresariais na Amazônia? Recentemente, estive em Manaus e fui para o interior, para Itacoatiara, onde se percebe que é preciso mais informação, maior articulação, para que não venhamos a criar uma luta tremenda contra moinhos de vento.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Concedo a palavra ao Dr. Márcio Fortes.

O SR. MÁRCIO FORTES — Sr. Presidente, a pergunta do Senador exige uma resposta. Conhecemo-nos há algum tempo, Senador. V. Ex^a sabe que se me perguntarem o que faço na vida, direi que trabalho com desenvolvimento, embora seja engenheiro de profissão.

Sai do Governo do Estado do Rio em 15 de março e engajei-me nesse processo absolutamente convencido de que o modelo de desenvolvimento, daqui para frente, tem diversas vertentes fundamentalmente inovadoras que, necessariamente, devem mexer com estruturas e, portanto, abandonarão modelos ultrapassados como o da Velha República, o da década de 50, que acompanhamos bem, sob a formulação do segundo Governo de Getúlio Vargas. Devemos abandonar também todo o problema da década de 60, a atração de capitais externos que houve ao final da década de 60, todo o processo da década de 70, quando houve um segundo PND concentrador de renda, com algumas palavras de ordem, como a substituição de importações. A década de 80 também é um modelo ultrapassado, com toda sua falsidade inicial, a sua capacidade de transformar lendas em verdades nas sucessivas iniciativas nacionais, não apenas governamentais.

Necessariamente, já não há lugar mais para tudo isso. O que a Nação está precisando, de forma muito ampla, é de, ao encontrar o seu próprio modelo, saber corretamente o que pensa do papel do Estado. Essa questão toda da Usiminas, que rouba os Senadores e Deputados, é parte de um processo de debate e de conclusão do que pensa a sociedade brasileira sobre o papel do Estado, ou seja, para que serve, afinal de contas. O empresariado terá um novo papel, conseqüente do papel como um todo que terá o Estado, a priorização de seus recursos e a forma de utilização do seu patrimônio nacional.

Estou escrevendo um artigo que compara "O petróleo é nosso", da década de 50, com "A Amazônia é nossa" da década de 90. Certamente, não se criará a "Amazobrás", uma empresa estatal que vai tomar conta, como foi a Petrobrás, na década de 50, mas, adotado um novo modelo — não sei qual, porque isso depende da vontade da sociedade, expressa pelos seus canais de comunicação e seus instrumentos

de pressão e de debate de decisão — certamente conceituará o patrimônio nacional como algo mais amplo do que meros rios, florestas e petróleo no fundo do mar, mas conceituará uma questão que, envolvendo a soberania, não se limite às suas fronteiras, porque a época mundial provavelmente vai determinar que o comportamento empresarial tem que ser orientado e dirigido para uma eficaz ação soberana, responsável, patriótica e competente, de integração do Brasil com as nações mais desenvolvidas. Não tenho a menor dúvida de que esse é o caminho.

Na função que exerço posso ter essas dúvidas, até por conviver paralelamente com empresários brasileiros e estrangeiros, autoridades brasileiras e com o pensamento dominante das políticas mundiais, posso ter muitas dúvidas. Como acompanhador do processo, não tenho dúvidas de que o novo modelo, definindo o papel do Estado, as prioridades e a conceitualização do patrimônio nacional, entregará ao empresariado maiores responsabilidades, que não serão apenas aquelas de comprar a Usiminas ou de fazer hidrelétricas de direito privado, mas de, efetivamente, orientar, baseado em leis sólidas, em apoio na opinião pública de forma geral e autoridade vinda dos canais de comunicação da nação brasileira com as organizações multinacionais e outras coisas, o comportamento empresarial para um comportamento de desenvolvimento, com integração e apego à questão nacional em termos de soberania.

Dito isso tudo, vamos aos fatos práticos. Podemos detalhar cada um desses assuntos. Não estou pretendendo mencionar integração competitiva. Seria não apenas fora de propósito, mas um pouco redundante, num momento em que, através da questão ambiental e de todo o sistema de comunicação e de adoção de tecnologia inovadoras, sobretudo na questão de processos industriais, os países que não se agruparem, não se inserirem num movimento mundial, certamente estarão fora da mão da História. Não quero também, principalmente, na sua presença, referir-me ao Leste Europeu, que serve apenas como exemplo que confirma um pouco um pensamento já nosso há algum tempo. Enfim, o que penso? O que faço aqui hoje fiz em sessões muito grandes: na Escola do Comando do Estado-Maior do Exército, na Escola de Guerra Naval, na Escola Superior de Guerra, há duas semanas; na Câmara dos Deputados, num simpósio do Fábio Feldmann, que foi agressivo, e nos ambientes empresariais em que isso é possível, é cabível. Estive há três semanas num seminário de excelente nível, promovido pela Federação das Indústrias do Estado do Pará e percebo que está havendo uma rápida mudança. O seminário de Belém do Pará, uma semana antes e uma semana depois, mudou, na minha percepção, quase completamente, o enfoque da questão amazônica, em face do comportamento empresarial, que era um antes e passou a ser outro depois, basicamente despiando de suspeição os agentes encarregados de falar, opinar e agir sobre a questão do trato, do Estado, do empresariado, da integração mundial, do patrimônio nacional e, particularmente, do ambiental, em que ressalta a questão amazônica.

Esse seminário do Rio completou um pouco esse meu quadro ao colocar em painéis densos, longos, extensos, de três horas de duração, sem intervalo a questão do projeto com responsabilidade ambiental, ao mesmo tempo havia representantes de multinacionais, de formuladores de análise de projetos do BID e do BNDES, com representantes dos povos da floresta amazônica. O Paulo Roberto Silva e Souza, dirige a Cooperativa do Sudoeste da Amazônia, perto do

Acre, mostra claramente uma solidariedade, uma adesão e uma identidade de propósitos para agregar tecnologias, capitais, recursos humanos, fatores regionais e institucionais nacionais, como a questão militar, soberania etc., para corretamente utilizar o patrimônio ambiental em benefício das gerações futuras sem predação, mas com utilização. Não tenho dúvida disso. Quem esteve no Rio de Janeiro viu o Governador Gilberto Mestrinho resumir uma palestra clássica, e — perdoem-me, eu que já o ouvi falar cinco vezes, nos últimos cinco meses — fundamentalmente diferente daquela de cinco meses atrás. Ele já não está mais dizendo o que dizia, as palavras já são outras. Até os dados estatísticos já mudaram. A importância conceitual de uma Conferência do Rio ser no Rio de Janeiro é que o processo vai fazendo com que o engajamento dos participantes vá crescendo, não apenas em volume, mas também em qualidade. E os atores vão sabendo exatamente qual vai ser o seu papel no processo que se inicia e que ainda vai levar dez anos ou uma geração.

Nesse particular, ao meu ver, os modelos passados têm ainda colocação apenas histórica, um pouco saudosista. Em São Paulo, por exemplo, o pessoal é um pouco saudosista, fica reclamando, mas isso não prevalece. O que prevalece é a nova colocação de que o interesse nacional tira a suspeição do empresariado, dos homens encarregados de promover leis, tira a suspeição que recai sobre o Poder Executivo, dentro de um conceito que vai ganhando corpo de que temos patrimônio, capacidade de nos integrar soberanamente ao resto do mundo, um mercado crescente importante e moderno e capacidade gerencial dentro do País, da parte dos gestores de regras, dos executores de política e dos agentes responsáveis por decisão de investir, de construir um movimento comum. Posso estar dizendo algo meio poético. Alguns dizem que isso é romance da minha vida, mas não é, não.

Sexta-feira passada estive num seminário. Como não pude vir aqui quinta-feira, pedi para transferirem minha exposição para hoje. Na própria quinta à tarde fui ao Chile para uma reunião interessantíssima, na Cepal na qual se fazia um debate no estilo do Primeiro Mundo, numa mesa redonda em dois níveis, todos com o nome na frente, como tem que ser. Então, havia a dificuldade de, por exemplo, discutir mercado, como conceituar na cabeça da Cepal as dificuldades de cooperação tecnológica. Tenho que dizer o que eu disse lá: isso não existe. Cooperação tecnológica vem naturalmente quando — não é o liberalismo — a força de mercado é corretamente adotada por agentes do setor privado. Quer dizer, quando o empresário consegue dizer que vai vender caixa de óculos no Brasil, mas não sabe fazê-la e oferece um bom negócio sem perda de soberania porque é próprio empresário quem vai gestar a alguém que sabe fazer lá fora para ele ganhar o dinheiro dele em paz. Não apenas ganhar dinheiro no primeiro momento, mas conquistar parcelas de importância de mercado, conquistar parcelas importantes do curso de um processo de desenvolvimento tecnológico, de mercado, de articulação.

Isso tudo que estou dizendo vai ao encontro do patrimônio ambiental brasileiro amazônico. O potencial que existe na biodiversidade, não apenas da fauna e da flora, dita como tal, mas também da utilização de madeiras, da capacidade já existente, da tecnologia já desenvolvida, e do conhecimento, que é quase universal do que se tem que fazer, que não é mais derrubar, não é mais queimar, mas também não é deixar do jeito que está, como um santuário, porque não vai ficar, em termos da questão social brasileira, faz com que todos consigam, vendendo a mesma idéia, saber que dali

podem tirar novidades no setor da química fina, no setor de turismo, do desenvolvimento industrial com matérias primas ainda hoje — embora a maior parte delas seja conhecida — sem utilização prática porque não foram objeto de pesquisa mais detalhadamente, enfim, a utilização de todo o potencial já existente hoje no Instituto de Pesquisas da Amazônia — fantástico o que lá existe mas ninguém até hoje utilizou porque não conseguiu definir o modelo — tudo isso, quando definido o modelo, vai ser efetivamente a chave para a nossa utilização desse patrimônio e uma nova ferramenta para o desenvolvimento.

Fora da Amazônia, quando conseguimos saber o que está acontecendo, por exemplo, com a energia decorrente de biomassa — estou citando um exemplo apenas, como posso citar outros, mas vamos a esse — o custo do álcool combustível brasileiro, por barril equivalente de petróleo era, há 15 anos, 65 dólares; hoje é 43. Há um resultado de pesquisa de utilização, sem mencionar utilização correta de subprodutos como o vinho, da utilização correta de efluente, sem falar de todo o avanço da questão legislativa e conceitual brasileira, em que a moça da Paraíba, na Câmara dos Deputados, não gostou. Quer dizer, não se faz fábrica no Brasil sem atender integralmente à legislação ambiental, que é nova, moderna e bem aplicada. Não há fábrica no Brasil sem rima. Isso é uma mudança de conceito radical.

Quando entrei no BNDES em 1987, a queixa dos empresários era de que esses malucos estavam atrapalhando, não se podia mais fazer fábrica. Isso não tem quatro anos. De quatro anos para cá já está todo mundo achando que não apenas tem que haver rima, que é um cuidado mínimo burocrático, mas que é fundamental. Os industriais sabem e dizem isso. E o tal custo adicional de 25% baixou para 15%, passou por 10% e hoje é nenhum, porque o custo do elemento de preservação ambiental e de enriquecimento ambiental, para implantação de indústrias, é hoje paralelo ao custo de aumento de competitividade.

O custo adicional, com o cuidado da questão ambiental, transformou-se num investimento adicional para a redução de custos e reaproveitamento de efluentes, com rentabilidade econômica, e, portanto, é uma decisão adotada, mesmo que não fosse obrigatória por ação de polícia.

Não sei se respondi à pergunta de V. Ex^a, Senador.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — V. S^a fez mais do que responder à minha pergunta. As suas explicações são extremamente úteis e interessantes, e, além disso, há o otimismo que vejo por trás de suas palavras.

O SR. MÁRCIO FORTES — Isso é um defeito.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Não é defeito, não. O Brasil está precisando um pouco disso. Creio que as coisas não são tão desastrosas quanto se imagina, e, quanto a essa modificação que houve e está havendo a respeito da questão do meio ambiente e do novo estilo de desenvolvimento, concordo com V. S^a, vai indo mais depressa do que se pensava. Acredito que a Eco-92 vai ser um passo adiante enorme, porque aumenta, aguç a grau de consciência social sobre esses problemas.

Também tenho notado, talvez não tão de perto quanto V. S^a, a modificação de pontos de vista de pessoas que tinham uma visão absolutamente equivocadas sobre o que significaria tanto essa conferência quanto o desenvolvimento auto-sustentado, que agora se aproximam do conceito correto.

Quero crer que nas Forças Armadas vamos ter que caminhar um pouco mais, porque, de vez em quando, há umas declarações que assustam, dando a impressão de que realmente...

O SR. MÁRCIO FORTES — Há um processo, Senador. Temos que conseguir adesões, temos que brigar, falar. Não se pode e se esconder e nem criticar; ficar jogando pedra não funciona. Temos que tentar esclarecer.

Tenho tido a satisfação de presenciar, nesse curtíssimo período de tempo, de poucos meses, mudanças efetivas de postura de visão da questão ambiental ligada ao desenvolvimento.

Quero dar duas informações adicionais: a primeira é recomendar a todos os presentes que leiam a entrevista nas páginas amarelas que a revista Veja apresenta essa semana com o Dr. Eliezer Batista da Silva; foi uma entrevista "cavada feito o capeta", menos pela imprensa, que é fácil, mais por ele que não gosta de falar; segundo, para responder ao final da pergunta de V. Ex^a sobre o que os empresários andam fazendo: estamos constituindo uma fundação brasileira para o desenvolvimento sustentável. Essa fundação já hoje tem a adesão de 27 empresas brasileiras sediadas no Brasil, algumas brasileiras e outras estrangeiras, e que responde a um fato que está acontecendo nos países mais desenvolvidos. Quer dizer, vi no Banco Mundial, no BID, numa reunião no GEF, o seguinte: há recursos dispostos a contribuir para o enriquecimento ambiental das questões ambientais do mundo como um todo. O governo da Noruega e o da Alemanha os têm. Não conseguimos ter no Brasil até agora um instrumento hábil, não apenas para apresentar projetos competentes, que de resto também não temos, mas pela suspeição básica, nesses ambientes, sobre a questão de governo. Quer dizer, desconfia-se que o Governo desperdiça recursos. Recebe-os e não o utiliza com a finalidade a que se propôs por diversas razões. E também não existe cabimento em se entregar recursos públicos de outros países a projetos privados de objetivo lucrativo simplesmente. Então, está se inventando um instrumento que possa avaliar e avaliar projetos quanto a sua qualidade ambiental, quanto a sua capacidade de contribuir para a melhoria do ambiente, mundialmente falando. Isso é vai acontecendo e vai muito bem. Quer dizer, contribuir para que empresas mineradoras tenham condição de regenerar o ambiente natural após a exploração da terra, inclusive o ambiente natural vegetal e animal, o que significa um custo adicional, sem que para isso tenham que sacrificar sua própria rentabilidade. Que a utilização, por exemplo, de carvão vegetal não seja feita sem o conseqüente replantio com o devido cuidado ambiental. Enfim, diversas questões ligadas à auto-sustentação de recursos naturais, sejam minerais, sejam vegetais, que podem ser feitas, certamente podem e vão ser feitas, com a regeneração dos ambientes naturais originais, ou minimamente com o cuidado de que não se perde o ambiente natural nativo em benefício apenas da exploração de curto prazo de bens econômicos.

Depois, se V. Ex^a quiser, dou-lhe o folheto e outros dados.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Encontrei-me com Israel Klabim em Nova Iorque, no fim de semana, e ele me contou a respeito.

Agradeço mais uma vez a V. S^a... Desculpe-me, vieram buscar-me para outra reunião, mas a explanação foi muito esclarecedora.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Concedo a palavra ao Senador Telmo Vieira.

O SR. TELMO VIEIRA — Quero primeiro dizer da satisfação de escutar o Dr. Márcio Fortes, com a visão empresarial moderna empresarial sobre a questão do desenvolvimento auto-sustentável.

Eu queria fazer algumas perguntas. Entre elas algumas respostas em passant já satisfizeram. Qual o modelo empresarial para a Amazônia? Sabemos que há mais de três séculos a cobertura florestal da Amazônia teve o desmatamento em torno de 1.6%; o Acre, com um século de existência, tem um desmatamento equivalente a 5% da totalidade da cobertura florestal. Qual o conceito empresarial para o problema "Ecologia não tem fronteira"? Significa a internacionalização da Amazônia, ou o quê? Quais benefícios os países que não têm cobertura florestal poderiam trazer, neste momento, para a discussão do desenvolvimento auto-sustentável?

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Com a palavra o Dr. Márcio Fortes.

O SR. MÁRCIO FORTES — Farei algumas incursões no capítulo da internacionalização para início da nossa conversa sobre essas questões que V. Ex^a colocou.

Depois que, em meados do século XX, todos os colonos foram expulsos da África, a questão da soberania do imperialismo, na tomada da internacionalização de nações, deixou de ser válida. Isso tenho dito, como estou dizendo aqui. Percebe-se que, em ambientes militares, por exemplo, ao se comparar a ocupação que o Brasil fez do Acre, roubando-o da Bolívia e a ocupação de pedaços da Venezuela, há séculos passados — alguns mais recentes, no começo do presente século —, perdeu a atualidade quando todo o colonialismo africano deixou de existir. Ou melhor, a ocupação de territórios, de 1990 em diante, não será feita apenas colocando-se a bandeira da França em um pedaço da Amazônia, trazendo-se tropas. Isso não funciona mais no Marrocos, na Argélia. Foram expulsos. Ocupação militar não existe. E a ocupação meramente territorial também não tem mais lugar nessas populações.

Discutindo-se essa questão na Associação dos Empresários da Amazônia em São Paulo, há cerca de dois meses, — espero ser bem compreendido pela platéia —, a afirmação de que o PIB da Amazônia cresceu cinco vezes, nos últimos 20 anos contrapõe-se ao fato de a população ter subido 9 vezes. O que quer dizer que a população amazônica tem uma renda per capita igual à metade do que tinha há vinte anos. Isso, sinceramente, não é ocupação, é ocupação; por miséria. Não se trata de uma ocupação com visão de agregação do território ao interesse nacional.

Pode-se evoluir mais nessa questão da ocupação, da soberania, da questão de utilização de territórios como a Amazônia.

Mas, se continuarmos insistindo em fechar parte do território brasileiro à adoção de tecnologias, colaboração financeira, recursos humanos e utilização de pesquisas feitas por brasileiros em condições brasileiras, como, por exemplo, são, há décadas, feitas essas pesquisas na Amazônia, por razões de suspeições, com relação a outros interesses, estaremos condenando essa enorme região a ser, daqui a 20, 30, 40, 50, 100 anos, apenas o lugar para onde se dirigirão as massas de milhões de novos brasileiros miseráveis, que vão para lá pelos recursos naturais que os possibilitarão viver, pelos cortes de árvores, pela exploração mineral predatória e pela mera sobrevivência pela caça e pela pesca.

Parece-me que isso responde um pouco ao conceito empresarial para a internacionalização... V. S^a falou sobre ocupação, questão de soberania...

O SR. TELMO VIEIRA — Sobre o problema ecológico não ter fronteiras.

O SR. MÁRCIO FORTES — Pois bem. Sobre o problema ecológico não ter fronteiras problemas é o seguinte: o mundo inteiro, em 1989, era um pouco mais grave. Quando não teve neve na Suíça, em fevereiro de 1989, a culpa era da Amazônia: *Burning Forest*. Quer dizer, todo mundo sabia disso. Hoje, já se sabe que não é assim. Sabe-se, com clareza, que o aquecimento da camada da terra é decorrente, sobretudo, da queima de combustíveis fósseis, em que se ressalta a queima de derivados de petróleo. O CO₂ é gerado pela queima de combustíveis fósseis — madeira, carvão, petróleo e seus derivados — e o maior derivado de petróleo contribuinte para isso é a gasolina, que faz com que a média mundial de uma tonelada de CO₂ por habitante/ano, que é a média brasileira, seja comparada — vale a pena falar um pouquinho sobre isso — a do mundo inteiro, uma tonelada de CO₂ por habitante/ano: por respirarmos, por nos locomovermos, por nos alimentarmos, por nos aquecermos, ou nos resfriarmos no calor —, geramos, uns pelos outros, uma tonelada de CO₂ por habitante/ano.

A África, por ser muito pouco desenvolvida e utilizar muito pouca energia, gera apenas 1/4 de tonelada por habitante/ano, portanto, a quarta parte disso. Mas, paradoxalmente, o Japão, que é o país mais desenvolvido, em termos de desenvolvimento humano e não de renda per capita, gera apenas 65% de uma tonelada, muito abaixo da média.

Em compensação, os Estados Unidos da América do Norte, que são o país de renda per capita maior do mundo, geram 4 toneladas de CO₂ por habitante/ano, ou seja 4 vezes a média mundial, considerando-se, de longe, como campeão do mau uso de recursos naturais, de energéticos, de sistemas de transporte, da utilização incorreta de combustíveis derivados de petróleo, basicamente gasolina, e de produção de energia a partir de carvão e derivados de petróleo através das termoeletricas.

Esse quadro todo, já hoje bem conhecido, publicado no *National Geographic Magazine*, na revista *Time*, e em outras faz com que a opinião pública mundial não se preocupe mais, como já o fez, com a questão da queima da floresta úmida amazônica. Tenho a certeza absoluta do que estou dizendo. O que, no entanto, não nos exime, a nós brasileiros, e a outros 8 países detentores de floresta amazônica de estarmos enfrentando restrições muito graves a processos de desenvolvimento nessas regiões por razões ambientais. Não é mais exatamente por causa da queima. A sua primeira pergunta, Sr. Senador, foi sobre mencionar um percentual de queima que, de resto, me perdoe, diverge um pouco das estatísticas do Gilberto Mestrinho, pois nunca se sabe que percentual irá sair dali.

Mas o fato é que a queima da floresta amazônica não é mais a razão ambiental fundamental enquanto obstáculo à adoção de recursos e modelos para o desenvolvimento, mas sim a outros fatores envolvidos na questão ambiental amazônica. Ressalto, por exemplo, a biodiversidade. A tal rodovia para o Pacífico, o BID, há três anos, não fez por razões ambientais. À época, pensava-se na derrubada da floresta por queima. Hoje, pensa-se no abandono que isso causaria de uma série enorme de espécimes animais, vegetais e minerais

que, desconhecidos e sem o trato adequado de pesquisa prévia, abandonariam um potencial de desenvolvimento para a humanidade nas próximas décadas muito precioso.

Então, a minha colocação, na questão ambiental global, se limitaria a:

1) Todos já sabem que o aquecimento da terra como um todo, o principal fator ambiental global, é derivado, sobretudo, da queima de combustíveis;

2) Sabe-se que a queima de combustíveis nos Estados Unidos aquece a terra no Pólo Sul;

3) Sabe-se que o buraco da camada de ozônio é localizável sobretudo no sul, na Antártica, um pouco no Sul da Argentina, do Chile e da Austrália, pegando um pedaço, por razões do efeito de careóls, do Uruguai e do Rio Grande do Sul, um derivado de fatores de utilização predatória do CFC nos EUA e no hemisfério norte e outros, como a queima dos poços de petróleo do Kuwait, por exemplo. A questão ambiental é global, não tem fronteiras.

Quando Saddam Hussein manda tocar fogo no poço de petróleo do Kuwait, não é ali em cima do Kuwait que irá aumentar a temperatura e o buraco na camada de ozônio, mas aqui em Punta Del Leste, onde as pessoas irão pegar câncer quando forem à praia em janeiro próximo. Nisso a questão ambiental não tem fronteiras, no aspecto físico.

No político, se a questão ambiental não tem fronteiras, os danos à biodiversidade amazônica, causados por erro na aplicação do processo de desenvolvimento, podem relegar à extinção espécies vegetais e animais que, se tratadas convenientemente na contramão, podem ser utilizadas convenientemente para fazer uma série de instrumentos de desenvolvimento humanos: remédios, química e inclusive, turismo.

Qual o modelo empresarial que entendo correto para a Amazônia? Exatamente aquele que entendo correto para o resto do Brasil. É o que digo há quatro anos, até mais, quando elaboramos, no BNDES, "Os Cenários da Economia Brasileira até o Ano 2000". Não existe mais possibilidade prática de, simplesmente, como o Brasil fez há 20 anos, no começo da década de 70, basear o seu desenvolvimento em exportar mais e importar menos. À época, apenas 15% dos negócios entre as nações eram feitos por empresas do mesmo grupo. Hoje, esse percentual está entre 65% e 70%.

O automóvel Monza, exportado pela General Motors do Brasil, é resultado de porta japonesa, ar condicionado americano, direção alemã. E a General Motors Brasileira exporta para a sua própria matriz. A Fiat brasileira, a campeã de exportação de veículos automotores, exporta para a sua própria matriz e não para mercados conquistados por ela. Quer dizer, o movimento comercial internacional concentra-se, cada vez mais, em negócios entre empresas dos mesmos grupos. Pode-se achar certo ou errado, pouco importa, assim é que é. Como não era assim na década de 70, o modelo brasileiro da década de 70 sobre instrução de importações, que significou na realidade, uma exploração de crescimento das exportações e uma diminuição — que não foi explosiva — razoável das importações por fabricação dentro do território brasileiro na política de substituições de importação, sobretudo de bens de capital, não é mais aplicável. Entretanto é cada vez mais aplicável a necessidade da geração de divisas, por produção brasileira, que injete recursos na área estrangeira capazes não apenas de possibilitar um correto trato da questão do sistema financeiro internacional, em que ressalta a dívida externa brasileira, mas sobretudo da capacidade que o País precisa ter de importar sistematicamente, em volumes crescentes, dados

essenciais ao seu projeto de desenvolvimento por adoção de tecnologia avançada.

Sem qualquer tipo de amarração ideológica ou de pressuposição, isso que estou falando é o resultado de um trabalho de fôlego feito pelas equipes de planejamento do BNDES, em 1987, que gerou três metros de altura de formulário contínuo, de computador setor por setor, avaliação por avaliação, produto por produto e projeto por projeto, apontando claramente que o modelo é o de integração competitiva do Brasil ao resto do mundo no seu processo industrial e pela sua articulação comercial, o que obriga a um aumento radical da competitividade nacional.

Esse é o modelo para o Brasil. Haverá outras teorias, embora não tenham surgido muitas outras. O empresariado brasileiro está-se reunindo sistematicamente na chamada Comissão Empresarial de Competitividade. Vai haver uma reunião de novo aqui em Brasília, quinta-feira próxima, em que se falará sobre "Educação para a competitividade" a 152 líderes empresariais.

Direito, nessa Comissão, o Comitê Temático do meio ambiente, o que me leva a colocar a questão ambiental como instrumento fundamental do aumento da competitividade brasileira. Mas apenas com essa integração conseguiremos gerar divisas por articulação e troca de mercados, por aumento de competitividade e por adoção correta da conceituação da grandeza, da importância do mercado brasileiro.

Na questão amazônica, particularmente, sem diferenciar, em grandes termos, da questão da integração competitiva. Competitiva porque não é pedinte não exige subsídios, não pede proteção alfandegária, mas quer ser competitiva. O que quer dizer não apenas capaz de exportar mas de agüentar, dentro do seu próprio território, a competição da importação, o que faz com que tenhamos que estimular, cada vez mais, a reaplicação de investimentos em bens de capital, em atividades produtivas, inclusive tecnológicos na produção de bens adicionais de agregação de valor.

É desejável que as pessoas, ao invés de comprar televisão em cores, depois da terceira, segunda ou da primeira, pudessem entender que é melhor comprar uma máquina de costura industrial. É desejável que, ao invés de comprar automóvel de luxo, ou sem ser de luxo mas em número excessivo, se pudesse estimular as pessoas a comprar trator. É desejável estimular as pessoas, ao invés de ter cachorro de raça em casa, comprar vaca de raça. São exemplos que significariam uma brutal modificação de conceito, só adotável se percebêssemos que a política global é uma política de integração competitiva e de adoção de um padrão de competitividade, que é uma tarefa nacional.

A Coreia do Sul é um país grande, importante, com 65 milhões de habitantes. Não se compara ao Brasil até porque o Presidente da República é o mesmo há 32 anos. Mas aquele país pensa competitivamente enquanto nação. Todos pensam o tempo todo em ser mais competitivos, gerando ganho de dados de qualidade econômica e, em consequência, de qualidade humana invejáveis.

O que quer dizer isso? Ouve-se falar muito, aqui no Brasil, que a nossa indústria têxtil não é competitiva porque não se permite importar um tear alemão. A competitividade no setor têxtil, por exemplo, não é dotar as indústrias têxteis brasileiras da melhor máquina, é tratar da semente do algodão, do fio do algodão, da homogeneidade, da espessura ser a mesma, e que o produto fabricado seja aquele da moda de quem compra. E há de se dizer: enfim o que irá acontecer

com os designers de moda brasileira? Irão morrer de fome? Não. A tarefa da competitividade, em um país com a nossa dimensão e cujo mercado tem a sua importância, significa conseguirmos impor o nosso designer à moda mundial, influenciar de tal forma os mercados mundiais, tendo em vista a nossa importância, o nosso mercado, que, na Itália, o designer brasileiro seja tão importante quanto o francês. Não que se precise produzir exatamente o que estão fazendo lá, mas que se consiga ter articulação de mercado capaz de fazer esse tipo de coisa. Dizem que sonho demais. Não sonho não! É assim. Foi assim que se fez, nas últimas décadas, nos países que apresentam hoje indicadores de desenvolvimento claros e temos, para isso, extraordinário ferramental, que cai na Amazônia, o nosso patrimônio ambiental.

Esse patrimônio ambiental é o principal instrumento de atração de interesse de desenvolvimento para o Brasil world wide. Qualquer visitante, como turista, ao Hemisfério Norte percebe a importância dessa questão. Se vai aos Estados Unidos, na primeira página de um jornal, tem sempre uma notícia pequena ou grande sobre a questão ambiental com dados de toda a natureza.

Há três semanas, O U.S. TODAY trazia: "Notas para o Presidente Bush de A até E". A é alta e E é baixa. Ele recebeu D, por ter autorizado a construção de uma usina hidrelétrica que inundou uma área que não podia. Recusou-se a autorizar um novo código de utilização de gasolina nos Estados Unidos e ganhou E em tudo.

A questão é esta: se a Nação como um todo, o Brasil adotar, no segmento do seu debate, o modelo de desenvolvimento de integração soberana e competitiva, a questão amazônica fica fácil, porque teremos um bem a mais a colocar na nossa mesa da soberania. Detemos não apenas espaço territorial como patrimônio ambiental, como as chaves da pesquisa passada e da correta utilização desse patrimônio em benefício da humanidade como um todo e não apenas a nossa brasileira.

Sabemos como operar. Precisamos de cooperação certamente. Mas não vamos abrir mão do nosso domínio nessa matéria. Esse é o meu pensamento.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Mais alguma coisa?

O SR. TELMO VIEIRA — É que ele comentou a saída para o Pacífico em passant. Sonhamos, durante décadas, com uma saída para o Pacífico, porque dele nós localizamos a 430km e 4.200km do Atlântico, que nos vira as costas, uma forma de tentar encontrar mercados que nos trouxessem desenvolvimento e trocássemos integração.

Há uns quatro anos, estivemos com a possibilidade de financiamento do BID; o Japão estava interessado em nos financiar. E não queríamos a construção da rodovia; Com os nossos esforços e sacrifícios, com a visão de que tínhamos que encontrar uma saída a 430km para um Atlântico, que ficava 4.200, um país que nos voltava as costas e um poder público que não fazia a interligação da Amazônia com o seu próprio País, com os centros desenvolvidos, pleiteávamos apenas a pavimentação asfáltica da BR-317, que nos ligaria ao Pacífico. Isso nos foi negado, sob a alegação de que iríamos queimar as nossas florestas, de que traríamos um impacto ambiental ao mundo sem retorno. Uma série alegações que, hoje, nos parece que era apenas uma tentativa de forçar a abertura para os capitais estrangeiros e a facilidade dessas potências de se instalarem dentro da Amazônia.

Hoje já se nos acena novamente com a possibilidade da pavimentação da BR-317, que nos levará, efetivamente, ao Pacífico. Há uma inter-relação.

O SR. MÁRCIO FORTES — Senador, não comungo dessa sua intuição. À época dessa discussão, fui parte ativa, era Presidente do BNDES. Estive pessoalmente no BID, tratando de alguns assuntos entre eles esse, e estou convencido de que a opinião pública mundial, na oportunidade, pressionou, por razões puramente ambientais, a não-concessão desse financiamento. É minha convicção. Posso estar enganado.

Daquí para frente, embora perfeitamente passível de reavaliação a questão da pavimentação, entendo que, na conferência do Rio a respeito do meio ambiente, do próximo ano, é capaz de, no curso de um processo, possa até sair a pavimentação. Meu pensamento é que deveria sair, mas, eventualmente pode ser que se adote, daqui para frente, conceitos diferenciados em sistemas de transporte.

Talvez não se construa mais uma rodovia nem uma pavimentação, não fosse esse o modelo a ser adotado daqui para frente. Mas, enfim, talvez fosse uma rodovia sem paradas no meio, em que a via de transporte não significasse, necessariamente, uma "ocupação desordenada".

Tenho certeza de que se trata de um processo em evolução, positivo, construtivo, em que o patrimônio ambiental deixará de ser conceituado, como foi à época, passível de congelamento preservacionista, coisa que não cabe mais no mundo como um todo, mas sim de utilização racional, econômica e tecnologicamente adequada em benefício da humanidade como um todo.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Passo a palavra ao Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO — Dr. Márcio Fortes, quero dar um depoimento aqui da sua preocupação com a questão ambiental como presidente do BNDES, porque como prefeito da minha cidade obtive um financiamento para a construção de uma usina de reciclagem de lixo, que foi inclusive uma das pioneiras.

Mas, quero perguntar o seguinte: se esse conselho empresarial para o desenvolvimento sustentável está contando com a participação, com o envolvimento de entidades ligadas ao meio empresarial, como é o caso da CNI, da Fiesp. Qual é o envolvimento dessas entidades?

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Com a palavra o Dr. Márcio Fortes.

O SR. MÁRCIO FORTES — Esse conselho empresarial existe apenas para externar o pensamento empresarial em relação à Conferência do Rio. Ele é exatamente isso que está aqui; são cinquenta indivíduos, presidentes das suas respectivas organizações, que se reunirão apenas quatro vezes. Esse conselho se encerrará em junho do ano que vem. Entretanto, no curso da sua ação, para ter autoridade de falar, como o está fazendo, em nome do empresariado como um todo, tenho procurado no ambiente brasileiro, como outros representantes em outros países espero que estejam fazendo o mesmo, agregar o pensamento das lideranças efetivas, formais, legais e todas contribuições de quem já detenham tecnologias adequadas.

Acho um exemplo claro disso que estou falando é o simpósio que fizemos semana passada no Rio de Janeiro, em que, a participação, se não ativa, mas pelo menos consentida, foi de toda a estrutura de representação empresarial brasileira.

Quer dizer, desde a CNI, passando pela Fiesp, na presença de seu presidente, Mário Amato, Confederação Nacional Comércio, dos Transportes, da Agricultura e dos outros países, das organizações ligadas à pequena e média empresas, à Fundação Getúlio Vargas, ao Movimento Pró-Rio, representando toda a movimentação de ONG no Rio de Janeiro, para que pudéssemos, como estou fazendo hoje, dizer que o empresariado brasileiro pensa assim.

Ainda que passivamente, espero estar cumprindo esta tarefa ao colocar aqui, no prospecto, autorizadamente, toda a simbologia das instituições patronais responsáveis pela representação empresarial brasileira. E assim está sendo feito em todo os países.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Dr. Márcio Fortes, considerando que está encerrada a lista de inscritos, quero lembrar a V. Sª que hoje encerramos a primeira etapa desta comissão no que diz respeito às audiências em Brasília. A partir das próximas reuniões, vamos descer ao nível regional, a começar pela Amazônia, Centro-Oeste, Nordeste e Sul, em que iremos ouvir, não só as forças políticas, mas também as OGN de cada região, enfim, todos aqueles que têm uma contribuição a dar a esse grande encontro no Rio de Janeiro.

O papel do Senado é exatamente o de acompanhar, avaliar todo o processo de postura brasileira frente a esse grande encontro mundial, para que, no momento preciso, possamos até intervir em algum equívoco, vamos dizer, do Governo Federal em relação ao posicionamento nacional.

Sabemos que ainda não existe hoje um documento final do Governo Federal em relação à proposta brasileira; estamos nessa fase do processo de discussão, e a V. Sª colocou muito bem que na área empresarial a questão evolui dia a dia. Creio que a nível de governo também; pelo que vimos aqui os membros do governo não têm até um entendimento unânime, comum, em relação ao assunto. Mas o processo é esse de erros e acertos. Vamos chegar até maio, portanto, antes da conferência. Acredito que, em Nova Iorque, em março, tenhamos uma posição clara dos governos.

Sei que não é comum o presidente de uma comissão fazer questionamento. Mas vamos aproveitar essa oportunidade para formular questões a respeito de dois assuntos: V. Sª falou sobre o livro mundial...

O SR. MÁRCIO FORTES — O livro se chamará *Changing Encourse*, quer dizer, "Mudando de Rumo" é uma tradução literal. Temos que procurar um nome brasileiro para ele.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Uma tendência a estimular uma mudança de estrutura de um modo em geral do empresariado.

O SR. MÁRCIO FORTES — É. Poderia ser "Rumos vão Mudar". Não pode ser "Novos Rumos", pois este é o nome de um jornal comunista em São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Então será publicado em janeiro, e em 5 de maio, em Genebra, deverá ter a versão final.

V. Sª também falou da apresentação de um livro dedicado à América Latina, no dia 29 de maio.

Esses documentos ficarão prontos praticamente na véspera do grande encontro. Se os empresários estão também discutindo com o Governo, para que o Governo, no fundo, apresente a sua proposta pois vamos ter documentos assina-

dos, que é a Carta da Terra, Carta de Princípios, e a estratégia para viabilizar esses princípios através da Agenda 21 como os Senhores, empresários, estão tentando interferir nesta mudança de comportamento, da própria visão do Governo? Porque, no fundo, vai haver uma conferência oficial, com documentos oficiais, acordados nas reuniões preparatórias. Por exemplo, já tivemos reuniões em Genebra, vamos tê-las em Nova Iorque, e que vão refletir no documento final, que deverá ser assinado por todos os países: evidentemente muitos desses documentos deverão ser discutidos e homologados aqui no Senado Federal.

Quero saber como os senhores estão se comportando nesse sentido. Não estão tentando fazer um trabalho paralelo, dissociado dessa realidade nacional? Porque, aí, vocês vão participar, digamos, do encontro paralelo, e a visão do empresário passa a ser a visão das ONG, porque no fundo é isso. Quero saber como os senhores separam isto. Vocês se comportam como ONG ou não? Que participação os senhores estão dando ao documento oficial?

Essa é a nossa preocupação, pois, no fundo, vamos aprovar um documento aqui no Senado Federal. Essa é a questão básica que quero colocar, exatamente em função dos dois documentos que os senhores vão apresentar na véspera do encontro. É essa a questão que me preocupou entre outras aqui apresentada.

O SR. MÁRCIO FORTES — Vamos tentar responder a essas perguntas. Senador, uma primeira observação sobre a forma e o time. O livro brasileiro *Changing Encourse* vai ser finalizado em novembro e lançado em janeiro, e não na véspera do encontro. É um livro grande, com gráficos, com documentação, com referências etc. Essa coleção de papéis que está aqui, trouxe-a como exemplo para não trazer a papelada toda, são os sumários de alguns dos capítulos.

O livro se divide em três grandes blocos: políticas públicas, políticas empresariais e assuntos regionais. Então este é um livro. Este livro, *Changing Encourse*, fará parte dos documentos oficiais das Nações Unidas. Isto está definido. O empresário Stephan Smith Hayner, presidente do conselho, vai fazer um pronunciamento no plenário da Conferência do Meio Ambiente. Ele fará um discurso, de 2 horas e meia, falando em nome do empresariado mundial.

Portanto, o Conselho Empresarial para Desenvolvimento Sustentável não se comportará como uma ONG, primeiro, porque não tem vida passada e, segundo, porque não terá vida futura, pois a sua existência limita-se a isto: a preparar um discurso e um documento oficial do empresariado, com a responsabilidade de ter recebido um mandato das Nações Unidas para assim agir. Portanto, não é uma ONG — inventei essa expressão que vou dizer — mas sim um braço auxiliar das Nações Unidas para auscultar o empresariado, por causa da componente desenvolvimento que ocorreu. Isso é algo inédito nas reuniões das Nações Unidas.

Os cuidados que estão sendo tomados são não apenas de agregar CNI, instrumentos formais, como no caso brasileiro, mas também de ouvir especialistas onde há dúvida e reunir em grupos de trabalhos específicos, como mencionei antes, para cada um dos capítulos, todas as questões que estejam sendo postas.

Não existem governos mundiais, não há um presidente do mundo, nem um rei do mundo. Mas em não existindo um governo mundial, a tarefa de uma conferência das Nações Unidas é a de influenciar politicamente pela sua autoridade de mantenedora da paz, pela sua autoridade de ter a capaci-

dade de reunir consultorias, de reunir autoridades, de reunir, enfim, o pensamento competente em determinados assuntos e influenciar, de tal forma, as opiniões públicas e as elites das respectivas nações, que façam com que os seus governos, os seus modismos, os seus responsáveis, inclusive os de setor privado, adotem, daí para frente, comportamentos consentâneos com aquilo que se entenda como o resultado de uma conferência, resultado de natureza política, portanto coercitiva de uma conferência como esta. O que poderá fazer também com que os organismos internacionais de operação, como o GATT, CEPAL, Banco Mundial etc. passem a adotar um comportamento mais ou menos orientado na mesma direção.

Todo o nosso esforço é para que isto aí adote as propostas do empresariado como um todo. Algumas delas são simples e outras extremamente duras. Por exemplo, a atribuição de valor ao recurso ambiental. A proposta do empresariado que está aqui no capítulo II: *Full Cost Price in the Market Signals*. Isto propõe que se conceitue como custo efetivo, em processo industrial, a totalidade dos insumos abrangidos, inclusive os insumos ambientais; que deixe de ser considerada gratuita a utilização de água potável. O que vale mais; água ou petróleo? Essa é uma questão interessante, pois pode-se viver sem petróleo mas não sem água. Essa é uma primeira aproximação primária. Af se diz: "Mas para pegar água, basta colocar baldinho no rio e, para pegar petróleo, tem-se que fazer um poço; é mais complicado".

Muito bem, mas será que isso é verdade num novo conceito de desenvolvimento sustentável, em que se considera o petróleo um predador potencial, inclusive impeditivo de tecnologia, em que se pretende cobrar imposto daqueles que mais utilizam petróleo por recomendação das Nações Unidas, que é uma outra proposta que está aqui, em modelo de energia?

Enfim, basicamente, o empresariado pretende propor e particularmente propor na sua visão latino-americana que o recurso ambiental tenha valor porque está claro que a utilização de recursos sem valor ou com valor subsidiado faz com que ele seja utilizado de forma irracional, de forma menos eficiente, de forma predatória. Então, esse é um primeiro conceito; está aqui, há diversos subcapítulos, *self regulation* e tal.

Mas temos que atuar sobre o mercado de capitais — capital market em inglês não é bolsa de valores, é o coletivo de movimentos financeiros, significa empréstimos também — fazer com que os mercados financeiros, capital markets, consigam gerar recursos, oferecer capacidade financeira a atividade ambientalmente sadias, ainda que não recuperáveis no curto prazo e na remuneração elevada que hoje tem os recursos de empréstimos internacionais.

É fundamental, evidentemente, plantar uma floresta como mera regeneração, que não tem retorno, mas é fundamental pelo aspecto ambiental global; não é porque achamos bonito não. É bonito também mas a principal razão é a importância ambiental para as gerações futuras no mundo como um todo.

Enfim, esse tipo de atitudes, que classificamos no bloco "políticas públicas" não são fáceis, são objetos de intenso debate no corpo do próprio Conselho. Imagine um debate do presidente mundial da Shell com os presidentes da Volkswagen, da Dupont, da Africano da Nigéria e de uma empresa de seguros holandesa, procurando saber quanto vale, por exemplo, um imposto sobre utilização de petróleo. Não é uma discussão fácil, mas ela chegará, vai ser posta no papel,

vai ser assinada e sugerida à Conferência das Nações Unidas como proposta empresarial. Sem falar dos aspectos do ambiente empresarial em si, de mercados de compra e venda, de formação de recursos humanos, de adoção de cooperação tecnológica de forma mais aberta e outras tais que caem no terceiro bloco das questões regionais como uma uva para a América Latina que tem, enquanto região, o maior patrimônio ambiental, tanto por área, como por habitante e por renda de toda a humanidade.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Dr. Márcio Fortes, vou encerrar a reunião agora. Gostaria, em nome da Comissão, de agradecer a sua participação que foi importantíssima e nos deu uma visão muito clara da participação do empresariado num encontro tão importante como esse. Evidentemente, vamos encontrar-nos em outras ocasiões, talvez nesses encontros regionais no Rio de Janeiro ou na Amazônia.

Agradeço a presença dos Srs. Senadores, e, em nome da Comissão, declaro encerrada a nossa reunião.

(Levanta-se a reunião às h. min.)

7ª Reunião, realizada em 18 de março de 1992

Às dez horas do dia dezoito de março de mil novecentos e noventa e dois, na sala de reuniões nº 4, Ala Senador Nilo Coelho, presentes os Senhores Parlamentares Coutinho Jorge, Presidente, João Tota, Jonas Pinheiro, José Dutra, Ézio Ferreira, Euler Ribeiro, Saldanha Derzi, César Dias, Oziel Carneiro, Aureo Mello, Fernando Henrique Cardoso, Marluce Pinto, Márcio Lacerda, Carlos D'Carli e Beni Veras, reúne-se a Comissão Temporária ECO/92. Havendo número regimental, o Sr. Presidente declara abertos os trabalhos, dispensado a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Em seguida, informa que é com grande satisfação que hoje, a Comissão recebe um dos mais ardorosos defensores de uma nova visão do meio ambiente no Brasil, o Sr. Gilberto Mestrinho, Governador do Estado do Amazonas. Lembra, ainda, o Senhor Presidente, que esta Comissão já ouviu segmentos do Governo Federal, Imprensa, Empresários e vamos ouvir, agora, as expressões políticas importantes de cada região, começando com os Governadores. Prosseguindo, o Sr. Presidente concede a palavra ao Sr. Governador Gilberto Mestrinho, desejando que o mesmo fique à vontade para fazer sua exposição a respeito do que pensa, sente e vê em relação à grande conferência mundial ECO/92. Após a explanação de Sua Excelência, usam da palavra, pela ordem de inscrição, os Senhores Parlamentares, Oziel Carneiro, César Dias e Fernando Henrique Cardoso. O Sr. Presidente comunica que o Sr. Governador Gilberto Mestrinho, tem um compromisso agora com o Senhor Presidente da República e, como ainda existem vários Parlamentares escritos, aqueles que tiverem interesse, podem preparar os questionamentos por inscrito, que serão encaminhados ao Sr. Governador, e este responderá, oportunamente, a esta Comissão. A seguir o Senhor Presidente agradece a presença do Senhor Governador, dos Senhores Parlamentares e de todos os presentes. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Carlos Guilherme Fonseca, Secretário da Comissão, a presente Ata que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, indo à publicação juntamente com as notas taquigráficas.

ANEXO À ATA DA 7ª REUNIÃO DA COMISSÃO TEMPORÁRIA, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 146, de 1991-SF" COM O OBJETIVO DE ESTUDAR, ANALISAR e ACOMPANHAR

NHAR AS ATIVIDADES DA CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO — ECO/92. DESTINADA A OUVIR O DEPOIMENTO DO SR. GILBERTO MESTRINHO, GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO.

Presidente: Senador Coutinho Jorge
Vice-Presidente: Senador Valmir Campelo
(Íntegra do apanhamento taquigráfico)

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Srs. Senadores, Srs. Deputados, está aberta a reunião.

É com grande satisfação que, hoje, a Comissão do Senado que acompanha a programação da chamada Conferência Rio ou ECO-92, traz um dos mais ardorosos defensores de uma nova visão do meio ambiente do Brasil, particularmente para a Amazônia.

O nosso caro Governador Gilberto Mestrinho, com sua experiência, visão e conhecimento profundo e pessoal irá brindar esta Comissão com seu depoimento, que será muito importante para o relatório final desta Comissão.

Lembro apenas que já ouvimos os segmentos do Governo Federal: IBAMA, Ministério das Relações Exteriores, todos os responsáveis pelas propostas que o Brasil encaminhará ao grande encontro do Rio de Janeiro. Já ouvimos o segmento empresarial; estamos ouvindo, agora, as expressões políticas importantes de cada região, hoje começando com os governadores.

O primeiro escolhido, pela sua postura, pela sua posição em relação a esse assunto tão relevante meio ambiente sugerido e aprovado por unanimidade pela Comissão é o Governador Gilberto Mestrinho. Evidentemente outros governadores, não só da Amazônia mas de outras regiões, também virão; é o nosso caro Governador Gilberto Mestrinho quem vai iniciar essa série de depoimentos de governadores, que virão trazer suas contribuições à Comissão, informando-nos o que cada um pensa a respeito da grande Conferência Mundial das Nações Unidas para o Meio Ambiente e para o Desenvolvimento.

Após estas considerações, vamos passar a palavra ao Governador, considerando que o mesmo tem, hoje, encontro com o Presidente da República. Portanto, uma agenda bastante rigorosa a ser cumprida.

Passo, sem maiores delongas, a palavra a S. Ex^a, desejando que fique à vontade para fazer sua exposição a respeito do que pensa, do que sente, do que vê em relação à grande Conferência Mundial ECO-92.

Após a exposição, nossos ilustres Senadores e Deputados poderão fazer os questionamentos que julgarem oportunos.

Concedo a palavra a S. Ex^a, o Governador Gilberto Mestrinho.

O SR. GILBERTO MESTRINHO — Eminentíssimo Senador Coutinho Jorge, Presidente desta Comissão; Srs. Senadores, Srs. Deputados, inicialmente, quero expressar o meu agradecimento pela honra de ser participante desta discussão no Senado, sobre a opinião da sociedade brasileira, por intermédio de seus segmentos, acerca da conferência Rio — 92.

Minha posição inicial sempre foi conhecida, porque acompanho esse movimento, que se diz ecológico, mas é mais fundamentado em interesses econômicos, porque o que está em

jogo, e a conferência vai provar, é o interesse econômico das grandes potências. Eu, que acompanho com interesse esse assunto, busquei seguir a opinião externa e os seus reflexos na opinião interna.

Desde a primeira reunião do Grupo dos 7, os grandes, e desde a primeira reunião do Grupo dos 77, que são os pequenos, que se estabeleceu uma divergência: os países desenvolvidos querem permanecer com os padrões de desenvolvimento e de conforto de que desfrutam e culpar ou, mediante a culpa, impedir o desenvolvimento dos países do chamado Terceiro Mundo, especialmente das zonas chamadas rain forest, florestas úmidas, a pretexto de que nós, que até hoje temos funcionado como filtro, somos responsáveis pela fumaça das chaminés. Quer dizer, eles produzem a poluição ambiental somente os veículos automotores são responsáveis por 56% do dióxido de carbono que há na atmosfera, além da emissão de outros gases.

As experiências atômicas que se sucedem no mundo desenvolvido comprometem, com consequências ainda desconhecidas, até que ponto chegarão? Os gases, especialmente o CFC, que não é produzido no Terceiro Mundo, e é um dos responsáveis, segundo alguns cientistas, pela destruição das células e das moléculas de parte da camada de ozônio.

Enfim, para que haja o progresso e seja sustentado nesses países, eles procuraram inverter a opinião pública mundial e culpar o Terceiro Mundo por essa degradação.

Conhecendo as condições do Terceiro e do Primeiro Mundo, desde o início, defenderemos o ponto de vista de que a Conferência do Rio não alcançaria resultados diferentes da Conferência de Estocolmo, há quase 20 anos, que resultou em nada.

Por que isso acontece? Porque os países desenvolvidos, especialmente os Estados Unidos, recusam-se terminantemente a discutir a poluição ambiental, a emissão de gases tóxicos, a queima de combustíveis fósseis, a redução das usinas atômicas. Enfim, toda uma gama de equipamentos e atividades poluem terrivelmente, não só a atmosfera, mas os oceanos, porque o lixo atômico está sendo jogado nos oceanos e não sabemos por quanto tempo aquelas caixas de chumbo vão resistir.

Uma política vem sendo tentada, no sentido de desviar esse lixo para os países do Terceiro Mundo até junto ao Brasil, já fizeram tentativas.

Se a Conferência, que até hoje não definiu ainda o nome certo, porque começou como Cúpula da Terra, depois ECO-92 e agora já é Rio-92, se dispõe a discutir o meio ambiente, entendendo o meio ambiente como um todo e não somente em relação à floresta amazônica.

De início, a finalidade dessa reunião seria a discussão da floresta amazônica bem como a colocação do Brasil como vilão da ecologia, o que não é verdadeiro. Diante disso, se não discutir poluição ambiental na Rio-92, não se terá o que debater, porque o meio ambiente naturalmente é sadio; ele só poderá ser assunto de discussão se houver poluição em qualquer das várias formas possíveis. E ninguém se dispõe a discutir, também, a causa maior da poluição, que é a pobreza do Terceiro Mundo. E ao abordar esse assunto, poluição da pobreza, temos que discutir o custo do conforto de que eles desfrutam, porque sabemos que, pelos estudos feitos, com a inversão, durante 10 anos, de 124 bilhões de dólares no Terceiro e no Primeiro Mundo, destinados à recuperação ambiental, ou seja, 1% do PIB do Grupo dos 7, teríamos em 10 anos o meio ambiente recuperado. Mas eles acham esse tempo muito longo, entretanto a Comunidade Econômica Eu-

ropéia dá de subsídio à agricultura e ao criatório, por ano, 300 bilhões de dólares.

Por isso que a França não é preciso nem explicar as condições daquele país que são admiráveis é um grande exportador de carnes. Se olharmos que o custo de uma vaca francesa é cerca de 2 mil e 600 dólares, como é que eles podem vender carne para nós mais barata do que a que produzimos aqui? Quer dizer, isso é o que causa poluição, porque vai trazer miséria ao Terceiro Mundo; vai trazer miséria a todos nós. Mas isso ninguém quer discutir, o que a eles interessa, por exemplo, é a questão da floresta amazônica. Por que discutí-la? Porque há um grande negócio no mundo, que é o madeireiro, dominado pelos cartéis do Canadá, Estados Unidos, Suécia e Finlândia.

Se analisarmos o mapa divulgado, até pela Fundação Geigy, que é suspeita, verificaremos que o mercado madeireiro nos Estados Unidos é suprimido pelo do Canadá, por exemplo, o Estado do Oregon, a Europa e o Japão. Retiram da África Equatorial madeiras para a Europa. E o Sudeste Asiático, especialmente Bornéu e Sarawak, na Malásia, Indonésia e Filipinas, suprem parte do mercado japonês e europeu. A Suécia e a Finlândia, especialmente com o pinho, na questão dos produtos florestais, para celulose e madeira. Então, esse é um mercado fechado. E América do Sul, que tem metade das florestas do mundo não participa desse mercado de produtos madeireiros, com mais do que 2%.

É preciso que a discussão, portanto, seja essa, que se encontre uma maneira de não tocar na região amazônica, porque vamos concorrer com os mercados internacionais e os preços vão baixar; ou vamos tirar fatias de mercado ou os preços vão baixar. É preciso conservar tudo intacto por puro interesse econômico.

Já fizeram um projeto, há coisa de vinte e poucos anos, querendo inundá-la, transformá-la num grande lago amazônico, e isso não traria prejuízo ambiental algum. Quer dizer, afogariam a floresta e o mundo bateria palmas. Hoje, se é feita uma cacimba ou se derruba uma árvore já vem uma reclamação. Porque o satélite passou por cima da Amazônia e além da descoberta de que a Amazônia é a grande província mineral existente sobre a Terra, a Amazônia, apesar da heterogeneidade da floresta tem segmentos homogêneos que permitem a exploração econômica. Então, é preciso que não se explore e que se bloqueie a atividade madeireira na região. Com isso, eles induzem até autoridades brasileiras a adotar essa política.

O que aconteceu? Por exemplo, agora, estão fazendo uma campanha de bloqueio de produtos oriundos de florestas tropicais. Com isso os consórcios do Canadá e Estados Unidos aumentaram em 22% os seus negócios e 20% nos preços e nós continuamos aqui querendo bater palmas pelo meio ambiente, pela conservação intacta da Amazônia. É impossível a destruição da Amazônia, porque o poder de regeneração da floresta é tamanho que na relação homem/trabalho/floresta o homem perde. Só quem conhece a Amazônia cada árvore daquelas tem dezenas de filhos à sua volta, que não podem crescer porque o processo de fotossíntese não se realiza sob a cobertura das copas. É possível fazer o aproveitamento florestal de maneira correta, cortando a árvore de 80 centímetros a 1 metro do solo.

O que faz mal na Amazônia é derrubar a árvore, destocar, passar o trator, gradear, porque aí temos uma quantidade muito grande de chuvas e uma insolação muito forte e a nossa camada humosa é muito pequena. O solo da Amazônia é

apenas apoio da árvore; as raízes das árvores amazônicas são diferentes das demais raízes das árvores do resto do País. Elas não são pivotantes, elas se espalham na superfície. É um problema de engenharia; quanto maior árvore, mais espalhada a raiz em cima da terra, e ali ela rebrota, naturalmente, sem nenhum esforço do homem.

Hoje, já há tecnologias, há conhecimentos, e havendo interesse econômico maior e liberdade de trabalho regulamentado, o homem poderá melhorar a floresta, porque já está comprovado que se pode fazer plantações de espécies na região amazônica. Dizem: "Não se pode mexer porque produzirá danos ao ecossistema e ao banco genético". Não? Não produz dano. O fato de tirar uma árvore qualquer e adensar uma seringueira, castanheira, mogno, cedro, copaíba, que são espécies da mesma região, se quisermos apenas melhorar a qualidade da floresta, o ecossistema poderá ser mantido perfeitamente produtivo e igual.

Outro objetivo dessa política de congelamento da Amazônia, que era a idéia inicial para ser levada a essa conferência, seria congelar a Amazônia por dez anos, congelar no sentido de não se fazer nada na região durante esse período, até que a ciência encontrasse o caminho para a Amazônia. Isso não será necessário, porque o nosso caboclo tem muita experiência, e os meios científicos têm conhecimentos tecnológicos. Poderemos juntar os dois e fazer o desenvolvimento da região de maneira correta, sadia, conservando todo aquele potencial genético, madeireiro e mineral.

Esses problemas deveriam ser apresentados pelo Governo brasileiro. Nesse meio há países que realmente, de maneira sincera, estão interessados em ajudar o chamado desenvolvimento sustentado da Região Amazônica e encontrar caminhos para melhorar a qualidade de vida da Região. Por exemplo, um dos mais desinformados homens de Estado, na época, pelas notícias que corriam, era o Ministro Helmut Kohl, da Alemanha. Depois da ida do Ministro Helmut Kohl a Manaus, das longas conversas que mantivemos, da viagem que empreendeu pelo interior, quando voou a 990 quilômetros por hora, por duas horas e quinze minutos, sobre a floresta amazônica e não viu outra coisa senão copas de árvores, e ali e acolá um rio ou lago. S. Ex.^a disse: "Tenho uma impressão totalmente diferente da que me venderam na Alemanha. Então, aí fora, vendendo muito a Amazônia".

Tenho balanços de muitas fundações beneméritas, filantrópicas, em benefício do homem da Amazônia, do homem da floresta, onde se constata o seguinte: compram cem mil dólares de castanha do Acre, gastam duzentos com a embalagem nos Estados Unidos e levantam em doações dois milhões. Lá é obrigatória a publicação desses dados — temos esses informes todos. Existem outras fundações que levantam recursos fantásticos e gastam tudo em viagens e administração com o pagamento de pessoal. Não fazem nada.

Mandei comprar nos Estados Unidos um título de terra de projeção da Amazônia. Vendem também, esses títulos lá — o jornal *The Guardian* que é um jornal sério, publica anúncios dessas vendas. O interessante é que o cartório é na Costa Rica.

Há muita "gente bem-intencionada" no Mundo, preocupada, pensando que estão acabando com a Amazônia mesmo, que a estão destruindo, que a estão queimando, e essas pessoas querem dar uma colaboração. E esses sabidos do meio ambiental tiram proveito disso. A mim mesmo já vieram moças, na França, vender bandeirolas, adesivos de automóvel, cartões para chopp, cuja renda se destinaria a defender a Amazônia.

Perguntei-lhes: Defender a Amazônia de quê? Não pode estar acabando a Amazônia. Sei disso porque sou de lá, sou Governador do Amazonas. Eles confundem muito o Amazonas com a Amazônia. Tomaram um susto e foram embora.

A verdade é que a discussão do meio ambiente poderia ser muito positiva para o Brasil. O importante é que o Governo brasileiro coloque bem a questão. O Brasil não é o vilão da ecologia; o Brasil é um país do Mundo com a maior tecnologia no plantio de árvores e na formação de florestas plantadas. Começou com a Acesita; daí foi adquirida a grande tecnologia. Hoje conhecemos mais do eucalipto do que a Austrália; os técnicos da Acesita chegaram a combater pragas com o próprio eucalipto, sem usar nenhum defensivo, quer dizer, uma tecnologia avançadíssima.

Isso se espalhou pelo Brasil. Temos florestas da Aracruz Celulose, da Vale do Rio Doce, do Jari. Temos um sem-número de florestas, coisa que nenhum país fez com tecnologia. Temos, também, depois de corrigidas as confusões feitas por cientistas brasileiros e espalhadas pelo Mundo, 500 milhões de hectares da Amazônia, em que, nos 500 anos de existência do Brasil, somente 8.1% da floresta original foi afetada. Mas não quer dizer que foi desertificada. Essa área, ou é cidade, ou é estrada, ou é cobertura verde, com culturas novas.

Naquela fase de penetração da Belém — Brasília, dos projetos agropecuários ao sul do Pará, todos eles, na época, foram aplaudidos pelo Mundo, porque eram de multinacionais. Depois, a construção da Cuiabá — Porto Velho, Acre, a marcha para Rondônia, coincidiu com a política de que a soja era a solução. As multinacionais, os grandes plantadores resolveram investir em soja. Economicamente, teriam de usar a mecanização e, para isso precisavam de grandes extensões de terra. Então compraram pequenas áreas para transformá-las em grandes propriedades, o pequeno proprietário foi para Rondônia onde, com pouco dinheiro, pode comprar grandes propriedades. E não conhecendo a Região, não sendo homem da Região, sonhou em fazer uma grande fazenda. E começou a derrubar, e afetou efetivamente 12% do antigo Território, hoje Estado de Rondônia. Só isso.

Mas somando esses erros todos — e sobre isso se o fez plantio de cacau, café, seringueira, de uma série de espécies, castanheiras — apesar de tudo, somente 8.1% da floresta amazônica original foi afetada. E podemos fazer o replantio, o reaproveitamento, o adensamento, como espécies da própria região.

Houve um projeto muito combatido na Região Amazônica, mas que foi um laboratório — o Projeto Jari. Essa foi a grande experiência que se fez na Amazônia, para saber o que era certo ou não, e a causa nós não incluímos, porque a causa daquilo é que foi um homem muito rico que vivia em outro mundo e sonhou em fazer aquele grande projeto. E quando ele contratou o que havia de melhor no mundo na especialidade: botânicos, pedólogos, levou-os para lá. E essa gente levou, ao lado de outras, também, uma espécie vegetal que achavam que seria melhor aquela região, a gmelina. Levaram os skidders mais poderosos possíveis, quando o nosso solo não suporta determinado peso de máquinas e de instrumentos, sobretudo os skidders que são superiores aos 30cm de camada humosa.

Então, tudo isso aconteceu e está sendo observado. Eles plantaram a gmelina, que no primeiro ano floresceu, cresceu bem, depois ela começou a definhando. Foi aí que eles pegaram outra espécie que conheciam, que embora não fosse da região, mas a ela se adaptava, e a associaram à gmelina. E com

a associação se desenvolveram. Mas eles descobriram que na floresta havia dezenove espécies de vegetais naturais da Amazônia, que dão o mesmo resultado para a celulose e que até hoje funcionam por lá, com resultados positivos.

A fábrica de celulose lá é altamente lucrativa. Podemos conservar a floresta natural com o plantio pelo homem não botando lá eucalipto ou pinho, mas sim espécies da própria floresta, como estão fazendo no Pará com o mogno e com o frejó. Naquele Estado, acredito que daqui a oito anos, só uma plantação de mogno no Pará produzirá mais do que toda a Amazônia, porque eles associaram o mogno, o frejó e mais uma outra espécie qualquer, com bom resultado. Não se pode plantar uma espécie só, mas, associada.

Agora, o que há é a pressão internacional para não entrarmos no mercado e assim nos prejudicarmos. Por exemplo, o Oregon gasta em publicidade para a sua madeira mais do que a produção madeireira brasileira.

Vejam como é importante o mercado de madeira para o Oregon. Há pouco tempo houve uma questão no Oregon, no ano passado, porque um grupo de radicais estava lá realizando um movimento muito grande em defesa da coruja pintada, dizendo que aquele trabalho de extração florestal prejudicava a sobrevivência daquela ave. Esse movimento foi tão grande que o Presidente George Bush viajou ao Oregon e se reuniu com todos os segmentos. E foi muito curto e grosso:

“É uma questão de escolha: ou a coruja pintada ou os empregos. Se querem acabar com o Oregon, vamos deixar a coruja pintada”. E continuaram a exploração madeireira. Isso que eles fazem lá, por exemplo, conversei, há meses, com dezenove proprietários de jornais norte-americanos que foram a Manaus e disse-lhes: Vocês têm a mesma idade que nós; vocês tinham quase a mesma floresta que nós. Vocês hoje, enquanto nós temos quase 92%, da floresta original, intocada, não têm 20% da floresta original. Eles disseram: “Tiramos a nossa floresta, mas geramos conforto, trabalho e bem-estar do povo americano”. Respondi: e vocês não querem que nós façamos o mesmo com a nossa gente aqui. Esse é o problema.

Agora, para surpresa minha, conversando, domingo, demoradamente, com o Duque de Edimburgo, que achou estranho que as leis brasileiras não permitissem a caça, não houvesse temporada de caça no Brasil, ele que é presidente da World Wild Life Foundation, Fundação Mundial para a Preservação da Vida Selvagem. Ele achou estranho, também, que não tivéssemos uma indústria madeireira pujante na Região Amazônica. E isso me chamou a atenção um fato de que eu sabia, mas que as pessoas, às vezes, não gostam de falar, porque que não se normatiza a questão do comércio de aves silvestres, que é um grande negócio.

Quem acompanha a revista Forbes, por exemplo, sabe que os Estados Unidos têm mais aves silvestres nas residências do que gatos. Cada casa daquela ou tem uma arara, um papagaio um periquito ou tem uma jacanã. Somente nos Estados Unidos, esse negócio rende de mais de 300 milhões de dólares anuais. Esses problemas não serão discutidos na ECO-92, na Rio-92 ou na chamada Cúpula da Terra.

O Brasil, no meu ponto de vista, o Brasil teria que entrar com um projeto para ser discutido. Que projeto seria esse? Um projeto que contemplasse, efetivamente, um zoneamento econômico-ecológico do País, vamos dizer, uma sistemática legal de apoio a esse desenvolvimento, dentro da nova ótica do desenvolvimento sustentado; a instrumentação executiva desse sistema e os objetivos finais: turismo, exploração madeireira a mineral, saneamento, atividades básicas em projetos

efetivos, porque, no fim, se discute, se discute, mas o governo alemão colocou 250 milhões de marcos, há muito tempo, e, até hoje, não vêm porque não há projeto e eles querem um projeto efetivo de desenvolvimento ambiental na Região Amazônica, mas querem uma coisa efetiva — eles são muito pragmáticos, ninguém os engana com conversa. Já fizemos muitas cartas para o FMI, para esses todos, temos até uma espécie de “Pero Vaz de Caminho” oficial escrevendo cartas para o FMI e as coisas não resolvem.

A simples discussão, o simples discurso, não vai trazer resultados na Rio-92, e ela poderia se transformar numa alavanca poderosa.

Hoje temos a consciência tranqüila de que não seremos os vilões do meio ambiente, porque não temos produção atômica. O nosso sistema de veículos automotores é muito pequeno — temos, no Brasil inteiro menos automóveis do que Nova Iorque, só uma cidade americana — não queimamos carvão e a nossa geração de energia elétrica tem base hidrelétrica, somente temos geração a diesel, e eles geram quase tudo a diesel ou energia atômica; não fazemos CFC no Brasil, e não estamos querendo desenvolver o cloro-flúorcarbono.

O próprio mercúrio usado pelos garimpeiros, coitados, que são tratados como bandidos e não como cidadãos brasileiros, quem o vende não são os produtores de mercúrio, são os defensores da ecologia: Holanda, Inglaterra, Alemanha — são esses países que nos vendem o mercúrio, que não é produzido por eles —, quando se trata de negócio não importa se faz mal ou bem, eles mandam para cá. Esta é a realidade.

Estas colocações, porque sabemos da disposição do Primeiro Mundo, da quase totalidade dos sete, de não sacrificar o seu desenvolvimento em benefício do meio ambiente. Por isso, peremptoriamente, não aceitam a discussão sobre poluição ambiental, programa de redução, a curto prazo, da emissão de gases, etc.

Então, a Conferência do Rio será mais um encontro festivo, o Parque do

Flamengo destruído e o Riocentro não será concluído.

Era isto que eu tinha a dizer. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Vamos passar, agora, à segunda parte, que se refere aos questionamentos dos Srs. Senadores e Deputados. Passo logo a palavra ao primeiro inscrito, o Senador Oziel Carneiro.

O SR. OZIEL CARNEIRO — Meu estimado amigo, Governador Gilberto Mestrinho, eu não faria ao Governador do Amazonas nenhuma pergunta, porque acabo de ouvir, aqui, uma exposição detalhada, tranqüila, séria, correta, do mais legítimo representante do caboclo amazonense.

Comungo, sem dúvida, do princípio básico da tese de V. Ex^a, de que a questão ecológica — e isso eu já disse em vários pronunciamentos e artigos na imprensa — é, sem dúvida, um problema econômico.

Quando aqui esteve o Embaixador Azambuja tive a oportunidade de dizer a S. Ex^a que não me preocupava, quando observava, a ação do Itamaraty, com a organização da Rio-92, porque o interesse turístico levaria, sem dúvida, a que tivéssemos razoável organização para esse evento, em benefício de todos que comparecessem ao Rio de Janeiro por ocasião daquela Conferência, o que me assustava era o comportamento político do Governo brasileiro.

Achava, como ainda continuo achando, que as autoridades brasileiras que não conhecem a Amazônia estão mais preocupadas em se mostrar simpáticas aos meios que divulgam a mídia internacional sobre a ecologia, e temia que, embora

o previsto para a Rio-92 fosse uma convenção sobre o Planeta Terra, evidentemente, uma Agenda 21, ou coisa que o valha, não iria impor certas obrigações ao Governo brasileiro, que no futuro viessem a representar motivo de pressão para que nós, da Amazônia, continuássemos desesperados diante de tantas riquezas potenciais e de tantas misérias real.

V. Ex^a fez aqui profunda reflexão sobre a questão ecológica e indígena nacional. Tenho a certeza de que nós da Amazônia, pela reação que tivemos, liderada, sem dúvida, pelo Governador do Amazonas, já conseguimos modificar muito daquilo que se pretendia fazer, em termos, usando uma expressão de V. Ex^a, “congelar a Amazônia por 10 anos”.

Não perguntaria nada e elogiaria V. Ex^a pela maneira correta como expôs o problema e, logo a seguir, pediria desculpas, pois tenho que me retirar, uma vez que sou relator de um projeto na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. GILBERTO MESTRINHO — Muito obrigado, Senador Oziel Carneiro, pela bondade de um velho amigo, e também de um estudioso, que fez a opção de trabalhar na região, com produto da região. O Pará deve muito a sua inteligência, iniciativa e dedicação. O importante é exatamente isso, Senador. Lá, os países pobres com o povo rico. E lá países riquíssimos com um povo pobre. É o nosso caso, o outro é o Japão.

Então, se tivermos uma postura de altivez na busca de tecnologias, de formação de quadros regionais, de competência, aquela região se transformará — e sem danos ambientais —, porque a natureza mesma mostra que quem vive na Amazônia sente-a renascer com pujança cada vez maior. Toda essa balela que se conta por aí, de oxigênio, de gás carbônico etc., nada tem a ver com a Amazônia. Ao contrário. Está comprovado cientificamente que dos 5 bilhões de toneladas de gás carbônico que o mundo desenvolvido joga na atmosfera, por ano, parte é eliminada pelo processo natural de renovação da floresta amazônica. Constantemente, na floresta, árvores velhas caem e novas sobem. Esse é o processo natural de renovação, porque a árvore é uma bateria de gás carbônico, que retira o gás e o transforma em madeira durante o seu crescimento; ela retira 1 bilhão e meio de toneladas de dióxido de carbono da atmosfera.

Assim, contribuimos para a limpeza da atmosfera. E a melhor forma de tornar superiores as condições da atmosfera seria o manejo constante da floresta, que beneficiaria o homem e o meio ambiente. Entretanto, isso prejudicará os interesses econômicos dos madeireiros do Canadá, Estados Unidos, Suécia e Finlândia.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Passo a palavra ao Senador César Dias.

O SR. CÉSAR DIAS — Sr. Presidente, Sr. Governador Gilberto Mestrinho, acredito que a ECO-92 vai procurar informar ao mundo todo, mais especialmente ao povo brasileiro, e, além de informar, imputar determinadas posições contra a soberania nacional. Isso fazendo um estudo. Há mais ou menos 10 anos vivo na Região Amazônica, e desde aquela época observo movimentos de missões religiosas do exterior, falando na criação da nação ianomami. Esses objetivos paulatinamente vêm sendo conseguidos. Primeiro foi o avanço na Constituinte, quando conseguiram a inserção dos arts. 232 e 233 referindo-se à intocabilidade da região em que habita a população indígena: agora, um decreto esdrúxulo constitu-

cional, incompetente, que não atende à antropologia indígena da demarcação da área ianomami. Temos que definir duas posições na ECO-92. Se queremos mais meio ambiente e menos desenvolvimento ou vice-versa.

O SR. OZIEL CARNEIRO — Permita-me, Sr. Senador. Temos que definir se daremos preferência pelo homem, pelas áreas ou pelos animais; e penso que o fundamento é o homem.

O SR. CESAR DIAS — Exatamente, mais meio ambiente e menos desenvolvimento ou vice-versa; a posição brasileira diante da dívida externa, a pressão da miséria sobre o povo brasileiro, a necessidade de um acordo internacional em rezer na cartilha do mercado aberto etc. Devemos escolher uma posição no meio, com o desenvolvimento auto-sustentado e imprimi-lo na ECO-92.

Gostaria de perguntar a V. Ex^a qual é a posição dos Governadores da Amazônia? Não estou vendo nenhuma documentação formal e, inclusive, deveríamos — faço a sugestão — usar a mídia brasileira para informar ao povo do nosso País qual a posição dos Governadores da Amazônia. Não vejo realmente nenhum zoneamento de desenvolvimento econômico e ecológico para a Região Amazônica.

A Subcomissão que criamos, e sempre aplaudi o Senador Coutinho Jorge, determina a nossa posição: o Congresso Nacional aliado aos Governadores, para fazer frente ao Grupo dos 7, aos impostores internacionais com relação a essa ecofobia brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Concedo a palavra ao Governador Gilberto Mestrinho.

O SR. GOVERNADOR (Gilberto Mestrinho) — Sr. Senador, a reunião do Rio será de Chefes de Estado; no Brasil, infelizmente, apesar de termos uma Federação, o Estado federal nessas decisões age unitariamente; toma as decisões e os Estados não são consultados.

Tenho feito uma campanha muito grande, e todos sabem disso, colocando a posição, pelo menos, do meu Estado e aquilo que penso da Amazônia, aqui no País e fora dele, com isso alcançando até bons resultados. Figuras que eram contrárias às idéias que pregávamos, hoje, chegaram à evidência de que é possível desenvolver a harmonia com o meio ambiente, como estamos fazendo na Amazônia. Somos o maior exemplo de como se pode manter uma floresta praticamente intacta, porque 8,5% em 500 anos não representa nada, quando em quase cem anos toda a nossa energia elétrica ou motora era tirada da floresta, da lenha. Hoje duvido que alguém note de onde se tirou a lenha, a floresta se reconstituiu.

Essa nossa experiência deveria ser utilizada pelo Governo Federal para a discussão do projeto brasileiro. Há grupos interessados em encontrar efetivamente soluções ambientais, não só aqui como nos Estados Unidos e em outros países. Porque o problema é lá e não no Brasil. Eles querem melhorar as suas condições. Há grupos que estão interessados em um meio ambiente sadio, como todos estamos; há grupos que fazem profissão, meio de vida para ambientalismo; e grupos que têm os seus interesses econômicos, por exemplo, os Tin Brothers, os "irmãos do estanho", que financiam qualquer campanha contra a exploração de estanho na Amazônia, porque as nossas condições são excessivamente vantajosas em relação às que eles têm lá. Se derrubarmos o preço do titânio, eles perdem mercado, fecham minas. Portanto, eles não querem a exploração da Amazônia. Quando falo no titânio, refiro-me, também, ao ouro.

A internacionalização da Amazônia seria feita não por ocupação militar, mas pela presença física deles aqui. O plano inicial pretendia, quando foi imaginada a Rio-92, uma espécie de alta da Amazônia. Iria dividir a Amazônia em partes a serem protegidas. Por meio dessa balconização da Amazônia, criariam imensas reservas indígenas, imensas reservas florestais e ecológicas e o homem ficaria impedido de viver. O caso, por exemplo, do seu Estado o ex-Território de Roraima é terrível. Agora, foram os ianomami; amanhã, serão os macuxi. O território ficará reduzido a 28% da sua superfície, quase 4% da população do outro lado. Isso não está certo. Os ianomami sempre existiram, eles estão lá há mais de mil anos. Por que descobriram os ianomami somente depois que o satélite passou em cima da Amazônia e fez o levantamento da riqueza mineral daquela região? Para que os estudos de colocação dos ianomami nas 90 aldeias ocupadas — os quatro grupos ianomami existentes falam língua diferente — demarcando as áreas deles? Por que aceitamos a imposição? Se lermos o histórico da FUNAI, os estudos da reserva ianomami, verificaremos que eles ficariam com 1 milhão de hectares, o que seria terra demais para eles. Por que, ao final, a imposição da Dr^a Anuá, que é sueca, prevaleceu? Revogaram tudo o que havia sido decidido para prevalecer a imposição dela. Por quê? Por causa da imposição internacional. Por quê? Porque exatamente naquela região está a maior riqueza mineral da Amazônia, constituída somente de minérios nobres. Um ianomami pelos cálculos que fizemos, para percorrer a sua reserva, se ele fosse capaz de andar 24 horas por dia, não parando nem para urinar ou beber água, ele levaria 640 anos. Conversando com o Presidente, Sua Excelência disse: "Não entendo, se eles são andarilhos, nessa altura, já deveriam estar, pelo menos, cheios de bernes. Se estão há mil anos naquele lugar, não precisariam de toda essa região".

Aquilo é um enclave. O presidente Andrés Pérez, que é conhecido por sua simpatia pelos grupos de fora, temendo a reação, propriamente não criou a reserva ianomami — ele criou a chamada "reserva de biosfera na região ianomami". Então, agora, ligaram os dois lados. Antigamente, quando estudávamos, eles eram tribos, hoje, são nações, têm língua e território próprio. Está tudo preparado para a montagem do enclave, como há dez anos fui projetado numa região, na Venezuela, pelo mundo desenvolvido. Estão aqui por quê? Não pensem que eles querem retirar a riqueza mineral da Amazônia, eles não querem que se explore essa riqueza, porque já o fazem com os mesmos minerais em outras partes do mundo, há muito tempo, e os custos econômicos já são altos. Se os explorarmos aqui, derrubaremos o mercado, e eles não poderão concorrer conosco. É preciso, então, que não se explore aqui. Esse o problema da internacionalização. Observe que, no início, os chamados missionários usavam contador geiger, porque não havia satélite. Hoje não precisam mais. Hoje eles são agitadores, chegam no meio indígena para jogar o índio contra o branco, importunando o índio, dizendo que os inimigos somos nós. Essa é a indução que os funcionários fazem hoje, porque até os salesianos, que fizeram um trabalho correto no Rio Negro, a favor do índio, efetivamente, foram acusados por eles, na Corte de Haia, como genocidas; e praticamente abandonaram o Rio Negro.

Eles acusam os verdadeiros missionários, aqueles que querem fazer um trabalho de melhor qualidade. E o índio não quer isso. Em Tabatinga e Benjamin Constant, os índios

fazem passeata contra a demarcação das áreas — e aqui se quer impor a demarcação. Essa é a realidade.

Outro dia, um Ministro me acompanhava em Tabatinga e ficou admirado, porque os tuxauas, vieram me abraçar. Eles são meus amigos; o índio é meu amigo. O índio entra na minha casa e eu vou à casa dele. Agora, o protetor do índio não é aquele que está aqui cumprindo missão, muitas vezes regamente pago. Isso daí tem um objetivo político a cumprir. E estão fazendo. A situação de Roraima vai ser muito difícil, porque o que eles querem é a reação, é sabido que há fazendeiros naquela região que vivem bem com os índios. Tanto vivem bem que minha avó era índia. Então, o que eles querem é criar conflito. Já tentaram alguns. Mas, em breve, não vai demorar dois anos, vai haver conflitos ali. Vão inventar conflitos e vão dizer que está havendo genocídio da nação ianomami, ou dos macuxi, e vão pedir a proteção da ONU. E a proteção vai ser dada. Esse é o objetivo final. Creio que respondi à colocação.

O SR. CÉSAR DIAS — Acho que esse projeto para os ianomami é segregatório. Já fui àquelas regiões por várias vezes, peguei malária e outras verminoses.

O SR. GILBERTO MESTRINHO — Eles querem implantar o apartheid na Amazônia.

O SR. CÉSAR DIAS — Mas, inconformado com isso, fiz um decreto legislativo tentando sustar essa portaria. Só que devido à pouca experiência aqui, sugeriram que não ativássemos formalmente esse projeto de decreto legislativo antes da ECO-92; que deveríamos esperar para ver qual seria a posição a ECO-92 e depois falaríamos sobre a soberania desse projeto. Ele é inconstitucional, tem uma clareza evidente de inconstitucionalidade, além de segregatório, porque os índios ianomami falam línguas diferentes, dialetos diferentes, guerreiam entre si, matam crianças do sexo feminino, não aceitam propiedade imediata. E tudo isso que se está fazendo com a população indígena é uma autodizimação oficializada. Nós não queremos isso. Não sou contra a população indígena, sou favorável. Tem que haver uma demarcação, porém com uma política mais definida e não como o Brasil está fazendo. Deve haver mais responsabilidade. Fala-se tanto em dólar, eu não vejo um cent de dólar chegar para a população indígena. Vejo, sim, os índios morrerem por desnutrição, doenças etc.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Passo a palavra ao terceiro Senador inscrito, Fernando Henrique Cardoso, Líder do PSDB do Senado Federal.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Sr. Presidente, Sr. Governador, Srs. Senadores e Srs. Senadoras:

É com muito interesse que assisto a este debate. Tive que me ausentar, por uma razão funcional, mas ao que pude assistir, o fiz com prazer, porque dou especial atenção às questões da Amazônia e do meio ambiente. Permitam-me dizer por que e em seguida passarei às minhas considerações.

Na questão do meio ambiente, eu já disse isso nesta Comissão, há muitos anos, depois da Conferência de Estocolmo, houve várias reuniões na Suécia, com o antigo Secretário-Geral das Nações Unidas; nos anos 70 participei dessas reuniões. Existe uma publicação a respeito do assunto chamado *Development Dialog*, — Diálogo do Desenvolvimento, talvez o primeiro texto em que se focalizou a questão do desenvolvimento, hoje chamado auto-sustentado, texto que elaboramos e participei da sua redação. Tratava-se de mudar o enfo-

que da Conferência de Estocolmo, que era basicamente esse grito de alerta em cima do Terceiro Mundo. Os países do Primeiro Mundo, de uma forma, jogavam a responsabilidade da poluição e da degradação do meio ambiente no Terceiro Mundo. Infelizmente, no Terceiro Mundo, havia quem achasse isso bom. Ao ex-Ministro Delfim Netto, hoje Deputado, atribui-se a frase "bendita poluição". Ele é um homem muito inteligente e não creio que a tenha dito. Ficou, então, o impasse. Bendita poluição, dita pelo Terceiro Mundo e maldita poluição, dita pelo Primeiro Mundo, como se a poluição fosse nossa.

Nos esforços feitos em Estocolmo, nos anos 70, procurava-se mudar um pouco essa visão. Havia um cientista indiano chamado Cotari, um homem muito respeitável, antropólogo de formação; um polaco-francês chamado Inácio Sacks e Maurice Strong, que hoje é Secretário-Geral da conferência. Naquela época, creio que foi Sacks quem inventou a expressão ecodesenvolvimento, mudou-se um pouco e enfoque.

Há muitos anos tenho preocupação com essa questão e com um enfoque que me parece razoável. Evidentemente, a cultura é alguma coisa que se faz sobre a natureza, mas até certo ponto há uma antinomia entre cultura e natureza. O mundo natural não é o mundo da cultura, da civilização, é algo que se faz sobre a natureza, que modifica essa natureza, cria-se alguma coisa em cima da natureza. Uma das oposições clássicas, Claude Levi-Strauss, um grande antropólogo, que trabalhou muito com isso dizia que a oposição entre natureza e cultura é clássica nos estudos de antropologia.

Não se pode imaginar, portanto, que exista uma relação estável: boa é a natureza, ruim é a cultura; boa é a visão do homem que idilicamente foi primitivo, e ruim é tudo aquilo que modifica. Essa é uma visão popular, mas errada. Não se trata disso. A própria cultura não é estática, ela muda. O mundo como ela se apropria da natureza, tanto a natureza muda por causa da cultura, como a cultura muda em função da natureza.

Para mim, a Eco-92 terá sentido na medida em que fincamos pilares nessa direção, ou seja, termos uma concepção que entenda que a questão do meio ambiente, que é fundamental, não pode ser separada da questão do homem, que é parte do meio ambiente, e da questão da cultura e da civilização, que são instrumentos que trabalham a natureza. Esse deve ser o pano de fundo, a idéia da discussão na Eco-92.

Isso vem dentro, ainda, de um ambiente em que os gritos anteriores permanecem. Muita gente acha que tem que preservar. Outros dizem: "não, tem que destruir". Não é uma coisa nem outra. Nem a natureza está aí para nunca ser tocada, porque isso impediria a própria existência da espécie humana, que é uma espécie que na evolução acabou por depender de produtos que ela inventa, que não são da natureza, nem se pode imaginar que vá se destruir toda a natureza, porque ela continua sendo a base da própria cultura e da existência do gênero humano. Temos que ter outra compreensão desse processo. Adicione-se a isso o que disse o Governador. Não se pode encarar esse processo como se os países subdesenvolvidos fossem os responsáveis pela degradação do meio ambiente, porque não é assim. O efeito, estufa, todo o mundo sabe disso, não depende do que se queima aqui, mas do que se queima lá. Se não se mudar a matriz energética do Primeiro Mundo, evidentemente não haverá desenvolvimento auto-sustentado nem equilibrado, porque a matriz energética supõe, lá uma enorme destruição de combustível fóssil, por exemplo, que é altamente poluidor.

Essa questão tem que ser abordada junto com a outra que é a poluição da pobreza. Não é só a riqueza que polui. A pobreza polui, porque ela não tem condições de não poluir. A questão de melhorar o nível de vida da poluição tem que ser parte integrante de uma nova visão a respeito do que seja a preservação do meio ambiente.

Penso que essas são posições fortes que o Brasil deve sustentar na Eco-92, sabendo que vem muita gritaria antiquada e preservacionista. Mas também, como disse o Governador, no Primeiro Mundo, há pessoas que também querem melhorar as coisas e às vezes não sabe, como fazê-lo.

Participo muito de reuniões internacionais; juntamente com o Deputado Fábio Feldmann, estive nos Estados Unidos, recentemente, participando de uma reunião preparatória à Conferência do Meio Ambiente com um grupo de aproximadamente 40 pessoas do Hemisfério, que efetivamente querem melhorar as coisas; não sabem muito bem como fazê-lo, mas temos que obter uma condição política razoável: não aceitar aquilo que se diz sobre o Brasil nem deixar de reconhecer que a preservação do meio ambiente, nessa perspectiva que estamos abordando é fundamental para nós. E aí passo à minha segunda experiência sobre a Amazônia.

Também nos anos 70 fiz um pequeno estudo, publiquei um livro sobre a Amazônia, sobre o Sul do Pará. Foi até muito interessante, porque fui para lá com Severo Gomes, meu amigo, que tinha uma fazenda no sul do Pará, em Santana do Araguaia. Fomos com um outro sociólogo chamado Juarez Brandão Lopes e andamos por lá, onde hoje há uma cidade chamada Redenção. Naquele tempo não havia a cidade, só algumas casinhas. E não sabíamos que estávamos no meio da guerrilha — e havia guerrilha.

Descobrimos a guerrilha lá e ficamos assustadíssimos. Quem nos contou foi o bispo, que, alias, era muito solidário com o que está acontecendo.

E constatei isso que o Governador criticou: a destruição da floresta, efetivamente. Por quê? Porque àquela altura os incentivos para a derrubada da mata existiam. As fazendas da Pirelli e Volkswagen, eu as vi. O mecanismo de derrubada era o mesmo usado hoje no cerrado: pegam o trator e a corrente e derrubam tudo. Não podemos consentir com esse tipo de ocupação!

O SR. GILBERTO MESTRINHO — Senador, nem precisamos. Temos 70 milhões de hectares de campos naturais na Amazônia.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Não há falta de floresta natural. Isso é que não podemos deixar acontecer: destruir a floresta para plantar pasto é um atraso, não resolve. Com o pisoteio do gado sobre o capim, o pasto não vai durar.

Então, não podemos aceitar nem 8, nem 80. Não compactuar com o destruição e saber que é possível haver a utilização racional da floresta, porque é possível a conservação — andei lá na floresta e vi.

O mogno, por exemplo, é uma árvore que nasce muito distante uma da outra na maioria das regiões da Amazônia. Obviamente, conseguir concentrar a plantação de mogno é um bem, não é um mal. Por outro lado, também é certo, como disse o Governador, que há árvores que não podem crescer, porque não têm acesso ao solo, e que cortando de maneira adequada, vão crescer.

Acho que o ponto de vista racional é o de que temos que cuidar das nossas riquezas naturais, não só da Amazônia.

Falei do cerrado, também. Cuidar não significa não tocar na riqueza natural, mas simplesmente tocar de maneira razoável, equilibrada e inteligente. Há recursos e tecnologia para isso. Temos que utilizar essa tecnologia de maneira adequada.

Não conheço, infelizmente, mas já fui convidado para visitar a zona do

Jari, e sei que estão fazendo um aproveitamento racional nessa região.

Conheço o Amazonas e o Pará — até porque minha mãe era amazonense e meu pai esteve exilado em Óbidos, durante a Revolução de 24, onde passou dois anos exilado ali. Então conheço essas histórias do Amazonas desde menino. Sei que a região que foi destruída é pequena, proporcionalmente. Isso não nos desobriga de termos cuidados com ela, porque é uma riqueza enorme, não para ficar preservada, mas para ser explorada de maneira racional. É uma riqueza enorme. E essa base genética é realmente algo impressionante e vai ter um papel enorme no futuro.

Não acho que devamos conciliar com qualquer idéia internacionalizadora. Acho que a preservação da Amazônia deve ser feita com a utilização racional.

O Príncipe andou por lá, hoje já está aqui conosco. Possivelmente, já aconteceu com o Chanceler da Alemanha; acontecerá com ele, também, ao ver a realidade. A caça é uma questão de regulamentação. Não se pode deixar que se destrua, que haja projeto sem elaboração. É uma questão de regulamentação. Em todo o mundo é assim, há que regulamentar, não se pode deixar de fazê-lo. O que não se pode permitir é a caça predatória.

Na África, não estão querendo matar elefantes, porque a população de elefantes cresce demais após a preservação?

Agora, temos que definir uma política adequada às nossas riquezas, aos nossos interesses e que preserve a natureza, nesse sentido das condições de preservar a base que permite a reprodução da cultura.

Aí entra a questão indígena, que é bastante delicada. Por quê? Porque há um lado nessa questão que é quase museológico. Minha mulher é antropóloga, e para não brigar em casa eu esqueci a antropologia. Mas alguma coisa aprendi com a antropologia.

Há muito poucas regiões do mundo que têm essa riqueza de diferenciação de cultura original, como tem o Brasil, a Colômbia, a Venezuela. Creio que não há paralelo, porque havia na Austrália, na Nova Zelândia, mas a degeneração foi maior do que aqui.

Assim como há um banco genético, há um banco cultural, e essa diversidade cultural, mesmo tão pouca, é muito importante, do ponto de vista científico. Por exemplo, os ianomami falam quatro línguas sendo vários grupos. Às vezes há grupos com poucas pessoas e que nos estudos antropológicos guardam memórias de milhares de anos. Um antropólogo quando vai estudar um grupo com trinta pessoas, elas representam um patrimônio cultural para a humanidade.

Temos que conciliar isso; a preservação desse patrimônio cultural ou os interesses da sociedade mais global, que não têm nada a ver com internacionalização. Não conheço detalhes, mas acredito no que estão dizendo, que as áreas demarcadas são muito grandes. É uma questão de bom senso. Vamos chegar a um entendimento sobre a área necessária. A demarcação é necessária, porque senão acabaremos com o patrimônio cultural e essa diferenciação. Não adianta o argumento de que são somente 30 pessoas, porque esses 30 são únicos, do ponto de vista da história da humanidade. Não há outros

iguais a esses 30, eles têm que ser tratados como um diamante e colocados num cofre, geneticamente. Esse cofre tem uma espessura enorme, proporcional, mas o cofre não precisa ocupar o espaço todo.

Acredito que o Governador, ao dar a inflexão que está dando às suas observações, está fazendo um contraponto que é útil. Podemos chegar a um termo conveniente para todos, nada de internacionalização, nós mesmos definiremos a nossa política e a idéia de preservar tantas culturas indígenas quanto a natureza como peça fundamental; mas a preservação não implica em intangibilidade.

Um certo grupo de indígenas, na questão dos grupos negros e alemães que são grupos com contatos antigos e, de alguma maneira, sem as mesmas características de preservação como os ianomami e outros grupos têm que ter o bom senso de se unir e de se chegar a um acordo razoável.

Vamos ver o que vai acontecer com a Eco-92. Naturalmente um show off, uma grande demonstração, um filme, um happening. O mundo moderno gosta de espetáculo. Até na política, tudo se transforma em espetáculo, e não podemos cair no espetáculo. Mesmo que isso ocorra, nós, que somos uma sociedade política, temos que definir as nossas linhas de ação independentemente de espetáculo, negociando, conversando, respeitando as diversidades, entendo que no mundo lá fora existe muita ignorância sobre o que acontece aqui, e que cabe a nós lutar. Acho que o Presidente Collor, nessa matéria deu uma cambalhota. Como a situação estava muito difícil ele também tem show off — criou condições para que começemos a ter um diálogo racional e não radicalizemos posições. Nunca fui do PSB mas há uma certa sabedoria política no Brasil, porque não concordo com as pessoas que estão sempre contra o espírito conciliador do brasileiro. Não pode ser só isso, mas tem suas vantagens também. Vamos chegar à posição de um diálogo mais racional.

O SR. GILBERTO MESTRINHO — Acredito que o Senador colocou muito bem essa questão. Lembro-me até de um artigo, há muito tempo, na revista *Civilização Brasileira*, de sua autoria, já abordando essa questão ambiental, inclusive a Amazônia. As colocações são racionais.

Em primeiro lugar, queremos o direito de o homem amazônico desfrutar, com inteligência, dos recursos que tem e, através disso, eliminar a pobreza em que vive.

Em segundo lugar, a experiência, com a tecnologia, e a experiência científica, organizada, acadêmica, do mundo desenvolvido, casando-se essas duas forças, para melhorar o aproveitamento da região.

Em terceiro lugar, o problema da área indígena. Defendemos a demarcação das áreas indígenas, mas sempre compatível com a necessidade efetiva do índio. O índio sabe o que quer; o verdadeiro índio sabe o que quer. E lá temos exemplos.

Temos Belém do Solimões, que foi demarcada, onde não há problema. O único problema em Belém de Solimões é que me pediram uma vez um motor de luz, e eu mandei construir uma usina hidrelétrica e urbanizar toda a localidade. O resultado é que hoje tem quase 4 mil índios vivendo lá. Tem luz, telefone, televisão. É uma área pequena. Vivem bem, não há conflito; há escola funcionando.

E falo com tranquilidade, porque, pelo menos, eu fui o primeiro, não sei se fui o único, mas o primeiro Governador da História do Brasil que editou cartilhas em tucano, em ianomami, para que esses índios, que só tinham tradição oral, pudessem registrar na sua língua as suas tradições. Mande fazer cartilhas; foi um trabalho grande de lingüística.

O convívio que tivemos com o índio sempre foi muito bom, e querem, como colocou o Senador César Dias, mudar essa política e criar um apartheid no Amazonas, porque somos proibidos de entrar numa reserva indígena.

Não sei se o inverso também vai acontecer.

E o que é pior, quando acontece uma epidemia na Região Amazônica, porque o índio também está sujeito a doenças, não culpam a FUNAI, culpam o Governo.

Queríamos executar um programa de educação indígena, já com um modelo de escola discutido amplamente. Durante três meses, estivemos lá, em Manaus, discutindo com eles, mas não pudemos implantar porque esses problema indígena da FUNAI, não é do Governo.

Essas contradições da história brasileira é que levam à situações assim.

Mas, sou muito agradecido a colocação do Senador. Acredito que o Brasil, agora, e o mundo estão despertando.

A Sra Brundtland — que já teve uma posição mais radical no passado, ainda ontem tive uma conversa fantástica com ela, em Manaus — está de acordo com o nosso ponto de vista. Já havíamos conversado, em 1985, quando ela esteve em Manaus e eu era Governador na época. Havia muita desinformação. Quando se andava na Europa, nos Estados Unidos ou mesmo na Ásia, a impressão que se tinha era que a Amazônia ia acabar no dia seguinte.

Temos até uma autoridade do Governo, hoje, que fez uma conferência em 1983, no Canadá, dizendo que em 1990 não haveria mais nenhuma árvore no Pará, na Amazônia, no Acre, em Roraima, e que no ano 2.000 o Amazonas se acabaria.

Hoje essa autoridade é Secretário do Meio Ambiente do País.

Nós mesmos criamos problemas aí fora, como colocou o Senador, e somos um pouco responsáveis por esta imagem negativa.

O nosso problema ambiental não é o mesmo que existe nos países desenvolvidos; é totalmente diferente. A degradação do nosso meio-ambiente é consequência exclusiva da pobreza.

Infelizmente, não temos um desenvolvimento industrial.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) — Srs. Senadores, Srs. Deputados; o Governador Gilberto Mestrinho, do início, comunicou que tem um compromisso com o Presidente da República. Estão inscritos ainda vários companheiros. Temos, portanto, o compromisso de liberar S. Ex^a

Poderíamos fazer o seguinte: para os companheiros Senadores que tiveram interesse, prepararíamos um questionamento por escrito, encaminháramos aos governadores, que poderiam devolver oportunamente, porque esta Comissão tem um papel importante. Ouviríamos não só o Governador Gilberto Mestrinho, mas outros governadores do Brasil. Possivelmente, teremos um encontro global com os governadores interessados no assunto para que, durante a reunião do Rio de Janeiro, o Senado e o Congresso Nacional tenham posição clara do que pensa a respeito dessa conferência.

Eu apelaria aos Srs. Senadores para que, atendendo a esse pedido do Governador, face ao seu compromisso com o Presidente da República, encaminhassem à Comissão os seus questionamentos e oportunamente o Governador os responderia.

Agradeço, sensibilizado, a presença do Governador Gilberto Mestrinho, a sua participação importante em relação

ao que nos disse e que ficará registrado nos Anais do Congresso Nacional, sobretudo no relatório que será elaborado nesta Comissão e que será a posição do Senador Federal frente a esse grande encontro no Rio de Janeiro.

O próprio Presidente tem uma série de questionamentos importantes a serem colocados, entretanto, não poderá formulá-los neste momento.

Mais uma vez agradeço a presença do Governador Gilberto Mestrinho e fique certo, Governador, que a sua contribuição foi muito importante para o êxito desta Comissão, que visa, em última análise, acompanhar o que o Brasil fará na Rio-92. (Palmas.)

The first part of the paper is devoted to the study of the asymptotic behavior of the solutions of the system (1) as $t \rightarrow \infty$. It is shown that the solutions of the system (1) are bounded and tend to zero as $t \rightarrow \infty$. The second part of the paper is devoted to the study of the asymptotic behavior of the solutions of the system (1) as $t \rightarrow 0$. It is shown that the solutions of the system (1) are bounded and tend to zero as $t \rightarrow 0$.

The third part of the paper is devoted to the study of the asymptotic behavior of the solutions of the system (1) as $t \rightarrow \infty$. It is shown that the solutions of the system (1) are bounded and tend to zero as $t \rightarrow \infty$. The fourth part of the paper is devoted to the study of the asymptotic behavior of the solutions of the system (1) as $t \rightarrow 0$. It is shown that the solutions of the system (1) are bounded and tend to zero as $t \rightarrow 0$.

The fifth part of the paper is devoted to the study of the asymptotic behavior of the solutions of the system (1) as $t \rightarrow \infty$. It is shown that the solutions of the system (1) are bounded and tend to zero as $t \rightarrow \infty$. The sixth part of the paper is devoted to the study of the asymptotic behavior of the solutions of the system (1) as $t \rightarrow 0$. It is shown that the solutions of the system (1) are bounded and tend to zero as $t \rightarrow 0$.

MESA

Presidente

Mauro Benevides – PMDB – CE

1º Vice-Presidente

Alexandre Costa – PFL – MA

2º Vice-Presidente

Carlos De'Carli – PTB – AM

1º Secretário

Dirceu Carneiro – PSDB – SC

2º Secretário

Márcio Lacerda – PMDB – MT

3º Secretário

Rachid Saldanha Derzi – PRN – MS

4º Secretário

Iram Saraiva – PDT – GO

Suplentes de Secretário

Lavoisier Mala – PDT – RN

Meira Filho – PFL – DF

Lucídio Portella – PDS – PI

Beni Veras – PSDB – CE

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder

Marco Maciel

Vice-Líderes

Ney Maranhão

Odacir Soares

LIDERANÇA DO PMDB

Líder

Humberto Lucena

Vice-Líderes

Cid Sabóia de Carvalho

Coutinho Jorge

Garibaldi Alves Filho

José Fogaça

Ronaldo Aragão

Mansueto de Lavor

Pedro Simon

LIDERANÇA DO PSDB

Líder

Fernando Henrique Cardoso

Vice-Líderes

Chagas Rodrigues

Jutahy Magalhães

LIDERANÇA DO PTB

Líder

Marco Maciel

Vice-Líderes

Elcio Álvares

Odacir Soares

LIDERANÇA DO PTB

Líder

José Eduardo

Vice-Líderes

Lourenberg Nunes Rocha

Jonas Pinheiro

LIDERANÇA DO PDT

Líder

Maurício Corrêa

Vice-Líder

Nelson Wedekin

LIDERANÇA DO PRN

Líder

Ney Maranhão

Vice-Líder

Áureo Mello

LIDERANÇA DO PDS

Líder

Esperidião Amin

Vice-Líder

LIDERANÇA DO PDC

Líder

Amazonino Mendes

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

(23 Titulares e 23 Suplentes)
Presidente: Nelson Carneiro
Vice-Presidente: Maurício Corrêa

Titulares		Suplentes
	PMDB	
Amir Lando		Wilson Martins
Antônio Mariz		Aluizio Bezerra
Cid Sabóia de Carvalho		César Dias
José Fogaça		Garibaldi Alves Filho
Mansueto de Lavor		Divaldo Suruagy
Nelson Carneiro		Nabor Júnior
Pedro Simon		Ronaldo Aragão
	PFL	
Josaphat Marinho		Henrique Almeida
Francisco Rollemberg		Hydekel Freitas
Carlos Patrocínio		Júlio Campos
Odacir Soares		Lourival Baptista
Elcio Alves		Meira Filho
	PSDB	
Chagas Rodrigues		Fernando Henrique Cardoso
Jutahy Magalhães		Teotônio Vilela Filho
Wilson Martins		Almir Gabriel
	PTB	
José Eduardo		Afonso Camargo
Valmir Campelo		Lourenberg Nunes Rocha
	PDT	
Maurício Corrêa		Lavoisier Maia
Magno Bacelar		Nelson Wedekin
	PRN	
Júnia Marise		Aureo Mello
	PDC	
Amazonino Mendes		Moisés Abrão
	PDS	
Esperidião Amin		Jarbas Passarinho
	PSB + PT	
José Paulo Bisol		Eduardo Suplicy

Secretária: Vera Lúcia Lacerda Nunes - Ramais 3972 e 3987
Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas
Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa
- Anexo das Comissões - Ramal 4315

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CCJ

De assessoramento da Presidência em casos que envolvam a necessidade de ação que vise a preservar a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria Instituição Parlamentar.

Senadores

Cid Sabóia de Carvalho
Elcio Álvares
Jutahy Magalhães
Valmir Campelo
Magno Bacelar

Assistente: Vera Lúcia Lacerda Nunes - ramal 3972

Reuniões: Quartas-feiras, às 10h

Local: Sala nº 3, Ala Senador Alexandre Costa - ramal 4315

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

(29 Titulares e 29 Suplentes)

Presidente: Almir Gabriel
Vice-Presidente: Francisco Rollemberg

Titulares		Suplentes
	PMDB	
Amir Lando		Alfredo Campos
Antônio Mariz		Telmo Vieira

César Dias
Cid Sabóia de Carvalho
Divaldo Suruagy
Garibaldi Alves Filho
Wilson Martins
João Calmon
Ronaldo Aragão

Irapuan Costa Júnior
José Fogaça
Mansueto de Lavor
Nabor Júnior
Nelson Carneiro
Onofre Quinan
Pedro Simon

	PFL	
João Rocha		Dario Pereira
Guilherme Palmeira		Hugo Napoleão
Odacir Soares		Marco Maciel
Hydekel Freitas		Meira Filho
Carlos Patrocínio		Lourival Baptista
Francisco Rollemberg		Elcio Alvares
	PSDB	
Almir Gabriel		José Richa
Beni Veras		Mário Covas
Jutahy Magalhães		Teotônio Vilela Filho
Vago		Chagas Rodrigues
	PTB	
Marluce Pinto		Valmir Campelo
Afonso Camargo		José Eduardo
Jonas Pinheiro		Levy Dias
	PDT	
Nelson Wedekin		Maurício Corrêa
Lavoisier Maia		Darcy Ribeiro
	PRN	
Ney Maranhão		Vago
Aureo Mello		Albano Franco
	PDC	
Epitácio Cafeteira		Amazonino Mendes
	PDS	
Lucídio Portella		(vago)
	PSB + PT	
José Paulo Bisol		Eduardo Suplicy

Assistente: Luiz Cláudio de Brito - ramal 3515/16

Reuniões: Quartas-feiras, às 17h

Local: Sala nº 9, Ala Senador Alexandre Costa - ramal 3652

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

(27 Titulares e 27 Suplentes)

Presidente: Raimundo Lira
Vice-Presidente: Ruy Bacelar

Titulares		Suplentes
	PMDB	
Alfredo Campos		Amir Lando
Aluizio Bezerra		Antônio Mariz
César Dias		Cid Sabóia de Carvalho
Coutinho Jorge		Divaldo Suruagy
Nabor Júnior		Wilson Martins
José Fogaça		João Calmon
Ronan Tito		Onofre Quinan
Ruy Bacelar		Pedro Simon
	PFL	
Guilherme Palmeira		Odacir Soares
Meira Filho		João Rocha
Raimundo Lira		Júlio Campos
Henrique Almeida		Hugo Napoleão
Dario Pereira		Elcio Alvares
Marco Maciel		Josaphat Marinho

Mário Covas	PSDB	Vago
José Richa		Almir Gabriel
Beni Veras		Chagas Rodrigues
 	PTB	
José Eduardo		Lourenberg Nunes Rocha
Valmir Campelo		Jonas Pinheiro
Levy Dias		Marluce Pinto
 	PDT	
Nelson Wedekin		Darcy Ribeiro
Maurício Corrêa		Lavoisier Maia
 	PRN	
Júnia Marise		Vago
Albano Franco		Ney Maranhão
 	PDC	
Moisés Abrão		Gerson Camata
 	PDS	
Esperidião Amim		Jarbas Passarinho
 	PSB + PT	
Eduardo Suplicy		José Paulo Bisol

Assistente: Dirceu Vieira Machado Filho – ramais: 3515/3516/4354/3341.
Reuniões: Quintas-feiras, às 10h
Local: Sala nº 19, Ala Senador Alexandre Costa – ramal 4344

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

(19 Titulares e 19 Suplentes)
Presidente: Irapuan Costa Júnior
Vice-Presidente: Lourival Baptista

Titulares	Suplentes
PMDB	
Aluizio Bezerra	Antônio Mariz
Irapuan Costa Júnior	Telmo Vieira
Nelson Carneiro	João Calmon
Pedro Simon	José Fogaça
Ronaldo Aragão	Nabor Júnior
Ronan Tito	Ruy Bacelar
PFL	
Marco Maciel	Francisco Rollemberg
Guilherme Palmeira	Josaphat Marinho
Lourival Baptista	Raimundo Lira
Hugo Napoleão	Ilydekel Freitas
PSDB	
José Richa	Jutahy Magalhães
Chagas Rodrigues	Fernando H. Cardoso
PTB	
Jonas Pinheiro	Levy Dias
Marluce Pinto	Valmir Campelo
PDT	
Darcy Ribeiro	Nelson Wedekin
PRN	
Albano Franco	Júnia Marise

Moisés Abrão	PDC	Epitácio Cafeteira
 	PDS	
Jarbas Passarinho		Lucídio Portella
 	PDB + PT	
José Paulo Bisol		Eduardo Suplicy

Assistente: Marcos Santos Parente – ramais 3496 e 3497
Reuniões: Quartas-feiras, às 10:30hs
Local: Sala nº 7, Ala Senador Alexandre Costa – ramal 3546

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

(23 Titulares e 23 Suplentes)
Presidente: Júlio Campos
Vice-Presidente: Mário Covas

Titulares	Suplentes
PMDB	
Telmo Vieira	Amir Lando
Humberto Lucena	César Dias
Irapuan Costa Júnior	Coutinho Jorge
Nabor Júnior	Garibaldi Alves Filho
Onofre Quinan	Mansueto de Lavor
Divaldo Suruagy	Ronaldo Aragão
Ruy Bacelar	Ronan Tito
PFL	
Dario Pereira	Raimundo Lira
Henrique Almeida	Elcio Alvares
Lourival Baptista	Josaphat Marinho
Júlio Campos	Odacir Soares
Ilydekel Freitas	Meira Filho
PSDB	
Teotônio Vilca Filho	Beni Veras
Mário Covas	Jutahy Magalhães
Fernando H. Cardoso	José Richa
PTB	
Lourenberg Nunes Rocha	Afonso Camargo
Marluce Pinto	Levy Dias
PDT	
Maurício Corrêa	Lavoisier Maia
Magno Bacelar	Darcy Ribeiro
PRN	
Ney Maranhão	Áureo Mello
PDC	
Gerson Camata	Epitácio Cafeteira
PDS	
Oziel Carneiro	(vago)
PSB + PT	
Eduardo Suplicy	José Paulo Bisol

Assistente: Paulo Roberto Almeida Campos – ramais 3515 e 3516
Reuniões: Terças-feiras, às 17h
Local: Sala nº 13, Ala Senador Alexandre Costa – ramal 3286

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
(27 Titulares e 27 Suplentes)

Presidente: Louremberg Nunes Rocha
Vice-Presidente: Coutinho Jorge

Titulares

Suplentes

PMDB

Alfredo Campos
Amir Lando
Coutinho Jorge
Telmo Vieira
Garibaldi Alves Filho
João Calmon
José Fogaça
Mansueto de Lavour

Aluizio Bezerra
Cid Sabóia de Carvalho
Irapuan Costa Júnior
Nelson Carneiro
Wilson Martins
Ronaldo Aragão
Ronan Tito
Ruy Bacelar

PFL

Josaphat Marinho
João Rocha
Meira Filho
Hugo Napoleão
Júlio Campos
Marco Maciel

Dario Pereira
Odacir Soares
Francisco Rollemberg
Guilherme Palmeira
Carlos Patrocínio
Henrique Almeida

PSDB

Almir Gabriel
Teotônio Vilela Filho
Fernando H. Cardoso

Mário Covas
Henri Veras
Vago

PTB

Louremberg Nunes Rocha
Jonas Pinheiro
Levy Dias

José Eduardo
Marluce Pinto
Affonso Camargo

PDT

Darcy Ribeiro
Lavoisier Maia

Maurício Corrêa
Nelson Wedekin

PRN

Aureo Mello
Júnia Marise

Ney Maranhão
Albano Franco

PDC

Amazonino Mendes

Gerson Camata

PDS

Jarbas Passarinho

Esperidião Amin

PSB + PT

Eduardo Suplicy

José Paulo Bisol

Assistente: Maria Olímpia Jimenez de Almeida - ramal 3497
Reuniões: Terças-feiras, às 17h
Local: Sala nº 15, Ala Senador Alexandre Costa - ramal 3121

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusas as despesas de correio via terrestre)

SEÇÃO I (Câmara dos Deputados)

Semestral Cr\$ 70.000,00 até 31-3-92

SEÇÃO II (Senado Federal)

Semestral Cr\$ 70.000,00 até 31-3-92

Número avulso Cr\$ 500,00 até 31-3-92

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal - Agência - PAB-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2, a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes - Brasília - DF

CEP: 70160

Maiores informações pelos telefones (061) 311-3738 e 311-3728 na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações - Coordenação de Atendimento ao Usuário.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

JANEIRO A MARÇO 1991
ANO 28 — NÚMERO 109

Em circulação com estas matérias:

HOMENAGEM

Luiz Viana Filho — *Edivaldo M. Boaventura*

Afonso Arinos — *Jarbas Maranhão*

COLABORAÇÃO

A reforma monetária cruzeiro — *Letácio Jansen*

O planejamento na economia brasileira — *Glovis V. do Couto e Silva*

Os valores e a Constituição de 1988 — *Eduardo Silva Costa*

A Constituição Brasileiro de 1988: subsídios para os comparatistas — *Ana Lucia de Lyra Tavares*

Inovações constitucionais — *Silveira Neto*

O pluralismo jurídico na Constituição de 1988 — *Silvio Dobrowolski*

A segurança pública na Constituição — *Diogo de Figueiredo Moreira Neto*

A Constituição Federal de 1988 e o mandado de segurança contra ato judicial — *Alvaro Lazzarini*

A propósito da extradição: a impossibilidade do STF apreciar o mérito no processo de extradição. Indisponibilidade do controle jurisdicional na extradição — *Hegi Calixto*

Cinco temas controvertidos do Direito Penal — *Edilson Pereira Nobre Júnior*

O Direito Internacional e os Direitos dos Povos — *Pedro Finto Leite*

O "status" jurídico dos países sem litoral e as regras da Convenção de Montego Bay so-

bre o Direito do Mar — *Georgenor de Sousa Franco Filho*

Sobre o Direito Natural na Revolução Francesa — *Marcela Verejão*

"Ernmächtigung": proposta de leitura da hermenêutica na Teoria Pura do Direito — *Gledston Mamede*

Direito Romano em Gramsci — *Ronaldo Polatti*

A filiação ilegítima e a constituição de 1988 — *Clayton Reis*

Solidariedade e fiança — *Arnoldo Wald*

Proteção jurídica das embalações — *Carlos Alberto Bittar*

Contratos estipulados por computador: declaración de voluntad. Forma y momento de su perfeccionamiento — *Daniel E. Moarrens y Carlos E. Salter*

A Ação Civil Pública no Estatuto da Criança e do Adolescente — *Hugo Nigro Mazzilli*

Recurso adesivo e ordem constitucional: são compatíveis? — *José Pitas*

A arte e o obsceno — *Everardo da Cunha Luna*

A PMCE, os servidores militares e a Carta Estadual/89 — *Adauto Rodrigues de Oliveira Leite*

O Conselho Constitucional Francês: ator da lei, mas nunca seu autor! — *Paulo Rodrigues Vieira*

Os Direitos Fundamentais na Lei Fundamental de Bonn — *Luís Afonso Heck*

A venda na Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal, Anexo 1, 22º andar — Praça dos Três Poderes, CEP 70160 — Brasília, DF — Telefones 311-3578 e 311-3579.

Os pedidos a serem atendidos através da ECT deverão ser acrescidos de 50% (cinquenta por cento) de seu valor para a cobertura das respectivas despesas postais e acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT do Senado — CGA 470775.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nº 107

(julho a setembro de 1990)

Está circulando o nº 107 da Revista Informação Legislativa, periódico trimestral de pesquisa jurídica editado pela subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

COLABORAÇÃO

Medidas provisórias – *Raul Machado Horta*
Os serviços de telecomunicações na Constituição Brasileira de 1988 – *Gaspar Vianna*
A Constituição de 1988 e o sistema financeiro nacional – *Arnoldo Wald*
A autonomia universitária e seus limites jurídicos – *Giuseppi da Costa*
A aposentadoria dos servidores na Constituição de 1988 – *Palhares Moreira Reis*
Direito urbanístico e limitações administrativas urbanísticas – *Diogo de Figueiredo Moreira Neto*
Controle parlamentar da administração – *Odele Medauar*
Observações sobre os Tribunais Regionais Federais – *Adhemar Ferreira Maciel*
O recurso especial e o Supremo Tribunal de Justiça – *Sálvio de Figueiredo Teixeira*
Tribunal de Contas e Poder Judiciário – *Jarbas Maranhão*
Jurisdição e competência: nota sobre o sentido histórico-político da distinção – *Nelson Saldanha*
A atuação dos Procuradores da República no atual contexto de competência jurisdicional federal em tema de combate a entorpecentes – *Vitor Fernandes Gonçalves*

Conceito de "underselling" ("dumping") dentro do Anteprojeto da nova Lei Antitruste – *Mário Roberto Villanova Nogueira*

Os direitos de autor e os que lhes são conexos sobre obras intelectuais criadas ou interpretadas sob o regime de prestação de serviços – *José Carlos Costa Netto*

Bem de família – *Zeno Veloso*

Fundamentos da arbitragem no Direito brasileiro e estrangeiro – *Jorge Barrientos Parra*

"Lobbies" e grupos de pressão como agentes de informação para o Poder Legislativo – *Yamil e Souza Dutra*

Desequilíbrios regionais no atendimento às demandas de educação – *Ediraldo M. Boaventura*

A biblioteca legislativa e seus objetivos – *Eduardo José Wense Dias*

Recepción de la sociedad unipersonal de responsabilidad limitada en el Proyecto de Unificación Civil y Comercial en Argentina. Protección de los acreedores – *Dr. Daniel P. Moeremans*

La influencia de la Jurisprudencia del Tribunal Europeo de los Derechos Humanos en la Jurisprudencia del Tribunal Constitucional Español – *Antonio M^a Iorça Navarrete*

PUBLICAÇÕES

Obras publicadas pela Subsecretaria de Edições Técnicas

À Venda na Subsecretaria
de Edições Técnicas – Senado
Federal Anexo I, 22º andar –
Praça dos Três Poderes. CEP
70160 – Brasília. DF. Telefones
311-3578 e 311-3579.

PREÇO DO EXEMPLAR

Cr\$ 1.000,00

Os pedidos a serem atendidos através da FCT deverão ser acrescidos de 50% (cinquenta por cento) de seu valor para a cobertura das respectivas despesas postais e acompanhamento de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência FCT do Senado – CGA 470775.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nº 110

(abril a junho de 1991)

Está circulando o nº 110 da Revista de Informação Legislativa, periódico trimestral de pesquisa jurídica, editada pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

Este número, com 398 páginas, contém as seguintes matérias:

Assinatura para 1991 (nº 109 a 112)

Cr\$ 4.500,00

COLABORAÇÃO

A primeira Constituição Republicana do Brasil – *Alcides de Mendonça Lima*

Tarefa dos partidos políticos no processo de integração da América Latina – *André Franco Montoro*

Os actos legislativos no Direito Constitucional Português – *Jorge Miranda*

Konrad Hesse: Uma nova crença na Constituição – *Inocêncio Mártires Coelho*

Os Direitos Humanos como limitações ao poder constituinte – *Leomar Barros Amorim de Sousa*

Revisão constitucional – *Geraldo Ataliba*

Direito Constitucional Brasileiro (Reflexões sobre aspectos elementares) – *Sebastião Baptista Affonso*

Mandado de injunção – *Marcelo Duarte*

As Medidas Provisórias no Sistema Jurídico-Constitucional Brasileiro – *Fran Figueiredo*

Aspectos do Regime Constitucional da Desapropriação – *Victor Rolf Laubé*

A liberdade de expressão e a propaganda eleitoral ilícita – *Geraldo Brindeiro*

Questões e direitos relativos à mulher nas Constituições do Brasil e de Minas Gerais – *Anamaria Vaz de Assis Medina*

Fundações privadas instituídas pelo Poder Público – *Adilson Abreu Dallari*

Auditoria e avaliação da execução – *Rosinethe Monteiro Soares*

Soberania do Poder Judiciário – *Antônio de Pádua Ribeiro*

o Poder Normativo da Justiça do Trabalho – *Paulo Emílio Ribeiro de Vilhena*

A Escola Judicial – *Sálvio de Figueiredo Teixeira*

Da constitucionalidade do bloqueio de valores – *Adriano Perácio de Paula*

O Programa Brasileiro de Privatização de Empresas Estatais – *Marcos Jurueña Villela Souto*

Tratamento jurídico dispensado no Brasil ao capital estrangeiro – *Werter R. Faria*

Agricultura e inflação sob o capitalismo periférico – *Mauro Márcio Oliveira*

A pau e pedra: notas sobre o vandalismo – *José Arthur Rios*

Dois momentos decisivos na vida de Rui Barbosa – *Rubem Nogueira*

PESQUISA – Direito Comparado

Lei inglesa de proteção ao consumidor, 1961

Lei inglesa de segurança do consumidor, 1978

Emenda à lei inglesa de segurança do consumidor, 1986

Obras publicadas pela Subsecretaria de Edições Técnicas

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas – Senado Federal, Anexo I, 22º andar – Praça dos Três Poderes, CEP 70160 – Brasília, DF – Telefones: 311-3578 e 311-3579

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT Senado Federal – CGA 470775.

ESTATUTO DA CRIANÇA E E DO ADOLESCENTE

Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990:
Dispõe sobre o Estatuto da Criança
e do Adolescente, e dá outras
providências. (D.O. de 16-7-90)

Legislação correlata

Convenção sobre os direitos da criança
(DCN, Seção II, de 18-9-90)

Índice temático

Lançamento
Cr\$ 800,00

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas - Senado Federal, Anexo I, 22º andar -
Praça dos Três Poderes, CEP 70160 - Brasília,
DF - Telefones 311-3578 e 311-3579.

Os pedidos a serem atendidos através da ECT deverão ser acrescidos de 50% (cinquenta por cento) de seu valor para cobertura das respectivas despesas postais e acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT do Senado CGA 470775.

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 07/1203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 104 PÁGINAS